

# 50 ANOS DA MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE (1972-2022)

novos olhares sobre os museus

---

Luciana Heymann  
*organizadora*



Casa de  
Oswaldo Cruz

**HUCITEC**  
**EDITORA**

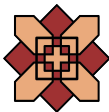
**50 ANOS DA MESA-REDONDA  
DE SANTIAGO DO CHILE  
(1972-2022)**

*novos olhares sobre os museus*

Luciana Heymann  
*organizadora*

**50 ANOS DA MESA REDONDA  
DE SANTIAGO DO CHILE  
(1972-2022)**

*novos olhares sobre os museus*



Casa de  
Oswaldo Cruz

**HUCITEC  
EDITORA**

2023

© Direitos autorais, 2023,  
da organização de,  
Luciana Heymann

© Direitos de publicação reservados por  
Hucitec Editora Ltda.

Rua Dona Inácia Uchoa, 209, 04110-020 São Paulo, SP.  
Telefone (55 11 3892-7772)  
www.lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: MARIANA NADA  
Produção editorial: KÁTIA REIS  
Assessoria editorial: MARIANA TERRA  
Circulação: ELVIO TEZZA

Foto de capa: Bruno Veiga

---

C575

50 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972-2022) [recurso eletrônico] : novos olhares sobre os museus / Luciana Heymann (organizadora). – 1ª ed. – São Paulo : Hucitec, 2023. – 4.800 kb. : il. ; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8404-350-7

1. Museologia. 2. Patrimônio. 3. América Latina. I. Heymann, Luciana. II. Título.

CDD 069

---

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida CRB7/0041/21

# SUMÁRIO

6 **Prefácio**, *Renata Motta & Diego Bevilaqua*

14 **Apresentação**, *Luciana Heymann*

## **PARTE I – NOVAS MIRADAS PARA A MESA DE SANTIAGO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO**

22 **Capítulo 1** – La Mesa de Santiago y el museo integral, tres enfoques para entender su papel social, *Leonardo Mellado González*

38 **Capítulo 2** – A Mesa-Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: um objeto de pesquisa acadêmica, *Luciana Souza*

65 **Capítulo 3** – A Mesa-Redonda de Santiago do Chile – 1972: revisitada 50 anos depois, *Maria Esther Alvarez Valente*

- 94 **Capítulo 4** – Educação e formação profissional a partir da Mesa de Santiago – cenários, contribuições e (in)visibilidades, *Carla Gruzman & Andréa Fernandes Costa*
- 128 **Capítulo 5** – A Mesa de Santiago e o giro decolonial latino-americano: chaves para abrir a “palavravramundo” da Educação Museal, *Juliana Siqueira*

## **PARTE II – NOVOS PARADIGMAS, POLÍTICAS E POÉTICAS**

- 150 **Capítulo 6** – Por amor do mundo: rumo ao museu *amans*, *Alice Semedo*
- 173 **Capítulo 7** – Reverberações da Mesa-Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: a chegada do Nosso Sagrado e a vacinação contra a Covid-19 no Museu da República, *Mario Chagas, Renata Gonçalves & Simone Vassallo*
- 204 **Capítulo 8** – A Mesa de Santiago do Chile: contexto e respostas no Museu da Vida Fiocruz, *Maria Paula de Oliveira Bonatto & William Matheus da Cruz Souza*
- 235 **Capítulo 9** – Comunidades não normativas, Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: reflexões sobre o papel social das instituições de memória, *Tony Willian Boita & Rosana Maria Ribeiro Borges*
- 266 **Capítulo 10** – Desafios para uma curadoria da vida nos museus, *Alda Heizer & Rafael Zamorano Bezerra*
- 293 **Sobre as autoras e os autores**

# PREFÁCIO

*Renata Motta*  
*Diego Bevilaqua*

**O**s 50 anos da Mesa-Redonda de Santiago do Chile nos convidam a revisitar esse momento referencial para a Museologia latino-americana, e nada mais oportuno do que o diálogo proposto no seminário organizado pela Casa de Oswaldo Cruz em setembro de 2022 articulando vozes importantes do campo museal brasileiro. Nos encontros que têm ocorrido sobre o tema desde maio de 2022, os principais pressupostos da Mesa de Santiago têm sido retomados, em especial, o foco na função social dos museus e no conceito de museu integral. Tem sido muito interessante pensar o hoje a partir desse arco

temporal de meio século, com os desafios impostos pelo pós-Covid e por um mundo em mudança.

Há uma relevância e uma contemporaneidade muito grandes em revisitar as resoluções e diretrizes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972 a partir das questões que iluminam nosso contexto regional atual. As transformações urbanas na região, que resultam na complexidade da organização geográfica social em toda a América Latina. As desigualdades sociais, que infelizmente também são uma marca do continente. A necessidade de romper com os modelos tradicionais de Museologia, que não atendem a essas questões, e pensar em uma Museologia latino-americana.

Um dos temas presente nos debates de 1972 remete às transformações e aos impactos pelos quais a sociedade latino-americana passava a partir de um rápido desenvolvimento científico e tecnológico. Em resposta às transformações sociais decorrentes desse processo de aceleração, devemos repensar nossos museus dedicados à ciência e tecnologia, mas também avaliar o impacto que essas transformações trazem para todos os museus, por entender que são processos indissociáveis das outras formas de conhecimento. Em um momento em que buscamos entender o papel dos museus em um mundo que ainda se recupera da pandemia de Covid-19, essas reflexões parecem necessárias e centrais.

Vivemos em um momento de crises estruturais e profundas, ligadas às emergências climáticas, ao crescimento global do autoritarismo, aos negacionismos, à incapacidade de o atual modelo econômico responder às enormes desigualdades sociais. A solução para essas crises pode ser construída apenas por um olhar local integrado à conjuntura global. Cabe lembrar que a própria



Mesa-Redonda de Santiago foi organizada dentro de uma perspectiva de preparação do campo de museus para uma participação na Conferência de Estocolmo, que aconteceria também em 1972. A Conferência de Estocolmo é considerada a origem a uma série de reuniões globais com o objetivo de tratar da relação entre o ser humano e o ambiente. A perspectiva de se compreender de que forma o campo de museus poderia contribuir para esse debate era uma questão naquele momento e continua em pauta ainda hoje.

No ano da Mesa de Santiago, 1972, vivíamos sob regimes de exceção democrática, ditadura militar no Brasil e em diversos países da América Latina. Nesse arco temporal de 50 anos, as raízes autoritárias e violentas da sociedade brasileira se fizeram presentes de maneira mais ou menos visível e reapareceram de forma perturbadora recentemente. Sem deixar de lembrar que a atual crise da democracia não ocorre somente no Brasil, ao contrário, é visível em diferentes países e continentes.

Também devemos acentuar o crescimento da desigualdade e da fome no contexto de fragilização da democracia brasileira. Hoje temos 33 milhões de pessoas no Brasil que estão passando fome e mais da metade da população brasileira em situação de insegurança alimentar em algum nível. De 10 famílias, apenas 4 possuem acesso total à alimentação.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Em 2023, na ocasião da publicação deste livro, positivos ventos de mudança já sopram em relação ao momento em que esse prefácio foi escrito. Em particular, cabe destacar a importante reconstrução do Ministério da Cultura e do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) pelo governo que se inicia, assim como a retomada de diversas outras políticas públicas de cunho social

É urgente que os museus entendam seu papel perante essas crises planetárias, mas também a necessidade de modelos mais inclusivos olhando para novos públicos. A tradição de grande parte dos museus no mundo é elitista e voltada para um público branco e rico, morador dos grandes centros urbanos. A realidade é que, em sua operação, muitos ainda não reconhecem isso como uma questão relevante e central.

O ano de 2022 foi um ano de efemérides no Brasil.

Celebramos os cem anos da Semana de Arte Moderna, o Bicentenário da Independência, e os 30 anos da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92 e, ainda, foi um ano de eleições majoritárias. Foi, também, um ano importante para o Conselho Internacional de Museus (ICOM). Após o impasse e a crise de governança que se sucedeu à última conferência em Quioto, em 2019, recentemente em Praga os membros — dessa que é a maior rede internacional de profissionais de museus — votaram, com grande consenso, a nova definição de museu. À luz da Mesa de Santiago, cabe lembrar que em 1974 o ICOM já incorporava à definição de museu a função de estarmos “a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento”. Diante do contexto econômico e político atual, precisamos avaliar, repensar essa dimensão da função social na nossa ação profissional e institucional.

Vindo de um passado colonial escravocrata, o termo “a serviço” sempre incomoda. Servir, subserviência. Por outro lado, parte significativa dos mais de 3.800 museus existentes no Brasil, tem um modelo institucional colonizado e em grande parte elitista. Nessa perspectiva, esses museus devem em todos os sentidos servir à população,

na sua diversidade social. Desconstruir processos internos para promover transformações externas.

Nessa perspectiva, a nova definição nos diz que:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos.<sup>2</sup>

É importante chamar a atenção para algumas palavras novas. Não são palavras novas para o campo, mas que surgem na definição de museus pela primeira vez. Os museus devem ser acessíveis em todos os sentidos e serem inclusivos, ou seja, acessíveis e inclusivos em uma importante dualidade. Devem fomentar a diversidade e a sustentabilidade, sendo fundamental entender o seu papel na preservação da diversidade cultural. É papel dos museus a partir da nova definição estar atentos a essas dimensões, dentro de um funcionamento ético e com a participação das comunidades. Por fim, os museus devem também compartilhar conhecimentos, não ensinar ou impor a cultura de um determinado grupo sobre outro,

---

<sup>2</sup> A nova definição pode ser encontrada no original em inglês na página do ICOM: <<https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>>, acesso em: 25 abr. 2023. A tradução para o português fornecida aqui é preliminar e está em discussão entre os comitês nacionais do ICOM de língua portuguesa.

mas se aproximar dos conhecimentos locais, respeitar os diferentes saberes.

Para se concluir este processo muito exitoso de uma nova definição houve uma importante participação latino-americana. Essa participação não se deu apenas no sentido de formulação de propostas, mas, principalmente na capacidade de criar metodologias e mecanismos para que o mundo, em uma conjuntura pouco favorável aos mecanismos multilaterais, fosse estimulado a dialogar e a chegar a consensos. Foi a condução de dois profissionais de museus da América Latina, um brasileiro, Bruno Brunon e uma costarriquenha, Lauran Bonilla-Merchav, que permitiu a construção de uma metodologia que pudesse dialogar com mais de 45 mil pessoas no mundo, em 138 países com suas diferentes línguas.

Articulado pelo ICOM Brasil (comitê nacional do ICOM), nosso país teve uma participação muito importante no processo. Foi a nação com maior participação nas consultas prévias realizadas como parte da construção da nova definição. É fato que alguns termos que a comunidade museal brasileira elencou e gostaria que tivessem entrado na nova formulação, acabaram ausentes da redação final. Mesmo assim, esse processo serviu para que o campo também pudesse repensar nacionalmente essas questões. Palavras como “antirracista” reconhece a urgência de trazer para a pauta dos museus o racismo estrutural e os seus caminhos históricos, assim como identificar as práticas que ajudam a mitigar e combater essa situação. O “bem-viver” foi outra palavra proposta pelo comitê brasileiro, que tem origem nos povos originários da América Latina. Entre os termos escolhidos nesse processo de consulta, também estavam presentes

“decolonial”, “democrático”, “direitos humanos”, e finalmente, “território”.

O debate e a urgência destes compromissos estão postos. Mas como avançarmos com efetividade? Em 1977, a museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri já indicava que os museus brasileiros apresentavam uma mentalidade colonizada, de padrões europeus, e que os elementos impeditivos para a sua plena efetivação como agentes de modernização seriam o foco nas exposições em detrimento das atividades educacionais e culturais, bem como a ausência de uma infraestrutura administrativa e de recursos financeiros e humanos suficientes e flexíveis.

Waldisa continuava — em diálogo direto com o conceito de museu integral — indicando que faltava entendermos o museu como um processo, isto é, uma instituição voltada para o público, inserida em estruturas sociais complexas. A compreensão do funcionamento dessas estruturas seria condição inicial para o eventual cumprimento de qualquer função socialmente válida. Um museu processo calcado na realidade nacional e nas várias realidades regionais, para que eles possam se viabilizar como preservadores da memória e inspiradores da mudança. Um museu processo em que preservação, pesquisa e comunicação museológica são compreendidos em visão única e sistêmica, sem excluir a imaginação e a sensibilidade humanas.

Na avaliação necessária sobre a função social dos museus que a Mesa de Santiago nos deixou como legado, devemos repactuar compromissos em diálogo com as nossas comunidades. A função social se constrói a partir da prática cotidiana e estruturada em ações internas e externas. Os museus integram a sociedade e suas comunidades e devem ser recursos ativos nos territórios em que

estão localizados, para e com as comunidades. Museus processos; museus em processo com presença ativa na vida social e política. Na atual situação de fome que ainda vivenciamos no Brasil, devemos acolher os vulneráveis em articulação com serviços sociais, garantindo direitos sociais e culturais. Na democracia em risco, devemos promover espaços seguros para os debates, abandonando o conforto da neutralidade institucional. Os 50 anos que celebramos trazem essa possibilidade de atualizarmos o pensamento, com olhar no aqui e agora, e para as gerações futuras.

# APRESENTAÇÃO

*Luciana Heymann*

**E**m 2022, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, marco de reflexões e propostas para os museus da América Latina, completou 50 anos. Para comemorar a data, a Casa de Oswaldo Cruz (COC) organizou um seminário do qual esse *e-book* é resultado. Nem todas as comunicações estão representadas em capítulos, e à publicação foram agregados textos de pesquisadores envolvidos com o evento, instigados a refletir sobre a ressonância da Mesa de Santiago nas transformações ocorridas no campo dos museus nas últimas cinco décadas. Trata-se assim de uma obra que celebra o cinquentenário de, pelo menos, duas formas: refletindo sobre o evento — suas condições

de possibilidade, dinâmicas e tensões — e analisando contextos contemporâneos à luz de valores afirmados e desafios propostos em maio de 1972.

Não custa lembrar que a Mesa de Santiago reviu o papel dos museus latino-americanos em um contexto identificado como de mudanças políticas, econômicas e culturais que estariam a exigir novo posicionamento da Museologia e de seus profissionais. A resposta a essas mudanças seria o “museu integral”, conectado à sociedade na qual está inserido, atento a seus problemas e demandas, ativo no engajamento da comunidade, interdisciplinar e acessível a todos. Sua missão seria então ligar “o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais”.<sup>3</sup> Nesse sentido, caberia ao museu operar como agente propulsor de transformações, sempre em sintonia com o território e a comunidade circundantes, seja no meio rural ou no urbano.

À Mesa Redonda convocada pela UNESCO em 1972 não escapou a exortação do papel educativo do museu, entendido como “agente incomparável da educação permanente da comunidade”<sup>4</sup> e cuja ação deveria estar integrada às respectivas políticas nacionais de ensino. Na base dessa proposta estava a percepção de que, diferentemente do que ocorria em países considerados mais desenvolvidos, nos quais diversos organismos atuavam na produção de conhecimento e valorização do patrimônio

---

3 Declaração de Santiago do Chile 1972. Cf. <<https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

4 Idem.



natural e cultural, na América Latina caberia aos museus desempenhar esse papel.

As propostas formuladas no encontro não foram incorporadas sem tensões e divergências. Manifestou-se o receio de que os museus perdessem sua identidade no afã de cumprir missões que, para alguns, não lhes diziam respeito. Preocupações com a formação dos profissionais, exortados a desempenhar novas atividades ou a atualizar antigas práticas, também ecoaram. Ainda que o documento que resultou do encontro, a Declaração de Santiago, tenha sido explícito ao reconhecer a validade dos museus de então e a pertinência dos museus especializados, o tom geral do documento não deixa dúvidas quanto ao convite à renovação dos museus latino-americanos.

A proposta de criação da Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM), registrada no documento final, acabou não se concretizando na ocasião, mas é indicativa da preocupação com uma maior integração entre museus e profissionais da região e uma presença forte junto ao Conselho Internacional de Museus (ICOM). Assim, o movimento de renovação regional deveria ocorrer concomitantemente ao rearranjo de peças no tabuleiro da política internacional de museus.

Esse brevíssimo sumário de questões, e muitas outras, estão contemplados nas análises de autoras e autores aqui reunidos. Na primeira parte do livro, intitulada “Novas miradas para a Mesa de Santiago: história, memória e educação”, os capítulos destrincham significados e desdobramentos do encontro de Santiago, a começar pelo texto de Leonardo Mellado González, presidente do ICOM Chile e conferencista do seminário realizado na COC. Seu texto, “La Mesa de Santiago y el museo integral, tres enfoques para entender su papel social” discute

o atributo “integral” associado aos museus em 1972 e, a partir de uma perspectiva crítica, propõe novos entendimentos ao desafio da integração.

Luciana Souza, cujos trabalhos sobre a história da Mesa Redonda de Santiago têm contribuído para a compreensão do evento, seus antecedentes e condicionantes, discute as fontes históricas por meio das quais é possível analisá-la, sem descurar do contexto político mais amplo que possibilitou e, ao mesmo tempo, limitou sua realização. Seu capítulo, “A Mesa Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: um objeto de pesquisa acadêmica”, aponta também desdobramentos teórico-metodológicos da Declaração de Santiago e caminhos de pesquisa ainda não percorridos.

O capítulo “A Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972: revisitada 50 anos depois”, de Maria Esther Valente, referência nos estudos sobre museus de ciência e educação museal, elucida dimensões pouco exploradas nas reflexões sobre o evento, com destaque para a resistência dos profissionais às propostas formuladas no encontro. O olhar acurado sobre o tradicionalismo da área, porém, não condiciona sua avaliação. Valente contesta manifestações que sugerem que as propostas da Declaração de Santiago pouco repercutiram nos museus, sugerindo uma releitura de seus desdobramentos.

Carla Gruzman e Andréa Fernandes Costa centram sua análise nas discussões que envolveram o binômio “museu e educação”, em 1972, buscando investigar tanto as matrizes teóricas que animaram o debate como possíveis efeitos no campo brasileiro da educação museal. No capítulo intitulado “Educação e formação profissional a partir da Mesa de Santiago – cenários, contribuições e (in)visibilidades”, as autoras investigam os impactos

das proposições do evento nos dois cursos de formação em Museologia então existentes no país, bem como em outras iniciativas de formação implantadas nas décadas de 1970 e 1980, fornecendo um quadro compreensivo de personagens e instituições.

Fechando a primeira parte do livro, Juliana Siqueira propõe rever o postulado de que os museus devem estar a serviço da sociedade à luz da crítica decolonial. Segundo a autora, no universo intercultural latino-americano “nem se pode considerar a existência de uma única sociedade, nem se pode afirmar que seu arranjo hegemônico tem produzido a justiça ou o bem-viver.” O capítulo “A Mesa de Santiago e o giro decolonial latino-americano: chaves para abrir a ‘palavramundo’ da Educação Museal” aponta para o caráter mediador dos museus, mas também para a persistência de hierarquias e cosmovisões que comprometeriam uma real integração entre o museu e seus públicos.

A segunda parte do livro, “Novos paradigmas, políticas e poéticas”, também é composta por cinco capítulos. Os textos enfocam, sobretudo, desenvolvimentos contemporâneos do campo museal e a ressonância (ou não) dos preceitos propagados pela Mesa de Santiago. Alice Semedo conduz uma reflexão provocadora e sensível acerca do que pode o museu no contexto de urgências e do paradigma de crise profunda que caracteriza nosso tempo, revisitando questões colocadas pela Mesa de Santiago: “O que é um museu?”, “Qual o seu papel no mundo?”, “Pode um museu mudar o mundo?”. Semedo aposta em uma ética de amor como caminho para a atuação transformadora dos museus hoje, condicionada a um olhar permanentemente autorreflexivo e crítico. Seu texto é um convite à imaginação.

No capítulo “Reverberações da Mesa Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: a chegada do Nosso Sagrado e a vacinação contra a Covid-19 no Museu da República”, Mario Chagas, Renata Gonçalves e Simone Vassallo propõem refletir sobre o papel dos museus no contexto da pandemia de Covid-19. Sem que tenha sido premeditado, o texto dialoga com as exortações de Seme-do, ao mostrar como a função social dos museus pode ser ressignificada em contextos de crise a partir da adoção de práticas de escuta e de políticas de cuidado. No auge da pandemia, o Museu da República abriu suas portas como posto de vacinação, engajamento inequívoco diante de uma crise que combinava emergência sanitária e negacionismo científico.

O capítulo “A Mesa de Santiago do Chile: contexto e respostas no Museu da Vida Fiocruz” faz um apanhado do contexto político de crise democrática que marcou a década de 1970 na América Latina, em diálogo com o crescimento de políticas reacionárias e extremistas na atualidade. Maria Paula Bonatto e William Souza analisam a recente experiência de atualização do plano museológico do Museu da Vida Fiocruz, sobretudo, no aspecto da escuta territorial — o museu está localizado no campus Fiocruz, entre os territórios de Manguinhos e Maré — que revelou demandas concretas das comunidades nas áreas de cultura, emprego, educação e saúde. A Declaração de Santiago, segundo os autores, segue operando como norte, sempre sujeita a atualizações.

Tony Boita e Rosana Ribeiro Borges também acionam a Mesa-Redonda de Santiago como referência para pensar conexões entre os campos da Comunicação Comunitária e da Museologia Social. No capítulo “Comunidades não normativas, Comunicação Comunitária e

Sociomuseologia: reflexões sobre o papel social das instituições de memória”, os autores apresentam conceitos e premissas desses campos, entendidos como estratégicos para a emergência de museus e iniciativas comunitárias de memória pautados pela comunidade LGBT a partir do final da primeira década do século XXI.

No último capítulo, “Desafios para uma curadoria da vida nos museus”, Alda Heizer e Rafael Zamorano Bezerra discutem os sentidos políticos implicados na curadoria em museus. Os autores percorrem iniciativas desenvolvidas para aquisição de acervo e montagem de exposições, atentos às escolhas e aos significados atribuídos a objetos e narrativas. A exposição encomendada pelo governo federal para celebrar os 200 anos da independência do país, em 2022, para a qual foi solicitado o envio do coração de D. Pedro I de Portugal para o Brasil, verdadeiro elogio ao passado imperial, serve de mote para discutir as conexões entre memória e poder e animar o chamamento por uma curadoria da vida, aberta ao futuro.

Os dez capítulos que compõem o livro desenham um panorama multifacetado de questões. Esperamos que ele circule e reverbere, junto a museus e seus profissionais, mas também junto a projetos e iniciativas de memória e cultura menos institucionalizados, de maneira que outras vozes venham se somar ao debate. Com o governo que tomou posse em 1.º de janeiro de 2023 retomamos o caminho das políticas públicas de cultura de viés democrático e participativo. Que seja um ciclo de renovação e prospecção de novos caminhos para os museus. A Declaração de Santiago segue como referência e inspiração.

Rio de Janeiro, abril de 2023.

## PARTE I

Novas miradas para  
a Mesa de Santiago:  
história, memória e educação

# 1

## **La Mesa de Santiago y el museo integral, tres enfoques para entender su papel social**

*Leonardo Mellado González*

**T**al como se menciona en la convocatoria del presente seminario “La realización de la Mesa Redonda en Santiago, en 1972, reflejó las demandas y condiciones sociopolíticas de su época, y los principios y prácticas establecidos por ella fueron un parteaguas — o un antes y un después —, pasando a orientar las políticas públicas, las experiencias institucionales y la formación profesional de los museos latinoamericanos”.<sup>1</sup>

El alcance de la Mesa de Santiago de 1972 sobre nuestro continente, aunque innegable, tuvo disímiles

---

<sup>1</sup> COC/Fiocruz. Disponible en: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/seminario-celebra-50-anos-da-mesa-de-santiago>>. Consultado: 31 ago. 2022.

resultados ya que las circunstancias sociales, económicas y principalmente políticas, como los golpes de estado cívico-militares de tendencia conservadora, en muchas partes frenaron los procesos de cambio esperados o tuvieron otros énfasis en materia de políticas públicas y culturales con variadas consecuencias.

Sin embargo y dada la amplia posibilidad de análisis y líneas temáticas que nos abre este hito museológico, desde mi punto de vista quisiera detenerme en tres enfoques o conceptos que ayudan a comprender el alto valor de la Mesa Redonda de 1972 tras cincuenta años de su realización.

Estos son: el **contexto de crisis**, el **concepto de integral** y la **decolonialidad** subyacente en sus reflexiones.

## EL CONTEXTO DE CRISIS COMO MOTOR DE CAMBIO

En sus conclusiones, la Mesa de Santiago señaló que:

Los cambios sociales, económicos y culturales que se están produciendo en el mundo, y sobre todo, en muchas de las zonas subdesarrolladas, constituyen un reto a la museología (... asumiendo que...) El momento que vive la humanidad es de profunda crisis: la tecnología ha propiciado un gigantesco adelanto de la civilización que no va a la par con el desarrollo de la Cultura. Eso propicia un desequilibrio entre los países que han alcanzado un gran desarrollo material y los otros marginados del desarrollo y aun avasallados a través de su historia. La mayoría de los problemas que evidencia la sociedad contemporánea están enraizados en situaciones de **injusticia** y las



soluciones son inalcanzables mientras éstas no se corrijan (MRS, Resoluciones, 1972, p. 6).

... en un claro llamado a la acción.

Dicho rol activo de los museos fue señalado por la 16.<sup>a</sup> Asamblea de la Conferencia de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura – UNESCO (1970), donde se aprobó una Resolución que promovía el desarrollo de los museos en los estados miembros, estimulándolos a adaptarse a las necesidades de la realidad contemporánea. Estas reflexiones que se manifiestan en el campo de los museos es fruto de tiempos convulsos, con fuertes demandas sociales, económicas políticas y culturales, entre otras, expresadas por medio de diversos movimientos sociales, muchos de ellos revolucionarios, con sus respectivas respuestas contrarrevolucionarias.

Sin ir tan lejos, el museólogo canadiense Duncan Ferguson Cameron, formuló por primera vez, en una conferencia que impartió en el Museo de la Universidad de Colorado en 1971, un diagnóstico tajante, el cual sería publicado en un número especial de *The Journal of World History*, dedicado a museos, sociedad y conocimiento. Dicho texto, titulado El museo: ¿templo o foro?, señalaba:

Nuestros museos experimentan una urgente necesidad de tratamiento psiquiátrico. Mientras que en algunos importantes centros la evidencia de una crisis de identidad es impresionante, otras padecen un avanzado estado de esquizofrenia. Por supuesto, se trata de enfermedades nuevas, que deben continuar conviviendo con ciertos males ya tradicionales en los museos: manía de grandeza,

por una parte, y en enclaustramiento psicótico, por otra. Pero cuando se aborda en términos más sencillos, hemos de decir que la **crisis actual** tiene su origen en el hecho de que nuestros museos no parecen saber en lo que se han convertido, ni lo que son, y que se sienten impotentes para resolver la definición de su cometido en la sociedad (Ferguson, 1972).

Desde allí, entenderemos, la crisis no solo como la evidencia de una serie de problemas propios de países fuera del desarrollo, sino también como una oportunidad de cambio para el concierto regional en una diversidad de aspectos en beneficio de la sociedad de la cual el museo pasa a ser un actor fundamental, llamado a sumarse a las transformaciones en beneficio de los pueblos.

Estamos obligados a comprender que la crisis de la que habla la Mesa de Santiago nace de su propio contexto, sin embargo sus aspiraciones, legítimas para la época, hoy son observadas con otro lente, desde otro espesor y con nuevas problemáticas. Así por ejemplo, la aspiración a que los museos ayuden a las sociedades a sus proyectos desarrollistas, hoy se condicen muchísimo más con la agenda de desarrollo sustentable, que si bien sigue contemplando la prosperidad económica, esta debe estar en armonía con la naturaleza. Una prosperidad que pone el acento en las personas y comunidades, como antaño, pero garantizando además la dignidad e igualdad, así como la paz, la justicia — tantas veces esquiva —, la inclusión — tantas veces negada o disfrazada de caridad —, y la participación, entendida muchas veces solo como acceso. Un desarrollo que pone trabas a una economía netamente extractivista, asumiendo que los recursos que antes eran vistos como inagotables como el agua o los

bosques, hoy adquieren otra significación frente al calentamiento global y a su lenta restauración.

Como podemos observar, los postulados que surgieron de la Mesa de Santiago son también motivo de análisis y reflexión crítica de cara a un nuevo proceso regional de cambios y transformaciones, con estancamientos, retrocesos y avances en materia social, político, cultural, patrimonial y museístico, motivados por nuevas emergencias relacionadas con temas medioambientales, cambio climático, buen vivir y sustentabilidad, así como la valoración de patrimonios emergentes o resignificados, avances tecnológicos, miradas decoloniales y de resistencias y nuevas formas de vinculación entre los museos y sus comunidades, entre varias problemáticas.

Es, en estos tiempos de conmemoración, donde los problemas de dicha contemporaneidad pueden ser distintos a los actuales en muchos sentidos. Pese a esto, en ambos se observan resonancias comunes, como la necesidad de entender a los museos como espacios que colaboran con las sociedades en sus procesos de transformación, así como también de rearticular una mirada latinoamericana que nos ayude a enfrentar colectivamente nuestros problemas comunes desde la museología, pero no solo desde una o varias teorías, sino también desde una praxis, transversal a todas las disciplinas que se hacen parte o se encuentran dentro de los procesos museales (como las artes, la historia, la antropología, las ciencias, la educación, la conservación, el medioambiente, la geografía, las comunicaciones, entre tantas otras).

Mirar la Mesa de Santiago en perspectiva de crisis no es hacer una mirada nostálgica de la misma, sino más bien es darnos cuenta de la tremenda oportunidad que

hoy nos brinda una crisis que piense, como se pensó, en actuar juntos en clave regional.

## DEL MUSEO INTEGRAL E INTEGRADO AL MUSEO INTEGRADOR

Frente a los problemas expuestos, las y los participantes de la mesa, consideraron que los museos tenían que asumir un rol decidido y activo en la educación de las comunidades. Para ello, debía propenderse a la constitución de museos integrados, que se incorporasen a la realidad de sus respectivos países y pudiesen recrear los contextos de los objetos que conformaban sus colecciones.

En sus resoluciones, la Mesa de Santiago señaló que:

La problemática que plantea el progreso de las sociedades en el mundo contemporáneo requiere una visión integral y un tratamiento integrado de sus múltiples aspectos — la solución de sus problemas no pertenece al dominio de una ciencia o de una disciplina — la decisión sobre las mejores soluciones y su ejecución no corresponden a un grupo de la sociedad sino exigen la participación amplia, consciente y comprometida de todos los sectores de la sociedad (MRS, Resoluciones, 1972, p. 6).

Ello explica la propuesta del museo integral, definido como:

... una institución **al servicio de la sociedad**, de la cual es parte inalienable y tiene en su esencia misma los elementos que le permiten participar en la formación de la conciencia de las comunidades a las cuales sirven y a

través de esta conciencia puede contribuir a llevar a la acción a dichas comunidades, proyectando su actividad en el ámbito histórico que debe rematar en la problemática actual; es decir anudando el pasado con el presente y comprometiéndose con los cambios estructurales imperantes y provocando otros dentro de la realidad nacional respectiva (MRS, Resoluciones, 1972, p. 6).

Un museo debe ser integral, para comprender la realidad en su diversidad de problemáticas, tratando de encontrar soluciones desde miradas inter y transdisciplinarias y es integrado por que es parte inalienable de la sociedad en la que se constituye. Cabe preguntarse ¿Eso es así? ¿Y hasta qué punto un museo integral-integrado no es visto con sospecha, como una institución activista, no neutral, desideologizada?

Como bien sabemos, esas visiones, sesgadas por cierto, no solo pretenden ocultar viejas ideologías conservadoras, tradiciones inventadas, como las señaladas por Hobsbawm y Ranger (1983), con cartas de imparcial naturaleza. Como si eso existiera realmente.

Es por ello que debemos ser conscientes que los museos neutrales no existen pues siempre serán de alguna manera parciales, ya sea por su marcada visión enciclopedista y que se asume como dueño de la verdad y del conocimiento experto; por omisión como muchos museos de historia que han anulado de existencia de sujetos históricos como obreros, mujeres, infancias, disidencias sexuales, entre otros o para blanquear un relato colectivo donde los pueblos originarios y los afrodescendientes ocuparon un papel secundario, si es que... o arqueologizado y anulado de la construcción histórica de una memoria colectiva.

Y ante esto, la integración. Un museo que desde su concepción integral e integrado, hoy también se asuma como integrador. En especial de todos aquellos sujetos, que como en los museos de arte, sean capaces de asumir la escasa presencia en las colecciones sobre producción artística femenina más por sesgo que por falta de exponentes. O de asumir que indígenas, afros, mestizos, blancos siguen escribiendo su historia en su diferencia, saberes y creencias en su diversidad, pero no con perspectiva multicultural sino intercultural. Que no esconda o anule la diversidad sexual como parte del ser diverso, así como también a otras y otros excluidos como las personas en condición de calle, los pobres de las ciudades, los migrantes o los habitantes del mundo rural, ya destacados en el 1972, así como aquellas personas en condición de discapacidad.

Y en especial porque estas identidades culturales que expresan dichas diversidades hoy son más visibles que ayer, pero no necesariamente porque los museos convencionales o tradicionales hayan hecho algo al respecto, sino porque las mismas comunidades han decidido crear sus propios museos entre los que destacan los ecomuseos, los museos comunitarios, los de base comunitaria, los museos de barrio, de favelas, a cielo abierto, escolares, entre otros, que más que asumir teorías museológicas han hecho camino al andar y están dejando una huella imborrable en la acción museística desde hace décadas.

Pero ser integrador también significa acortar todo tipo de brechas que puedan impedir el acceso y la participación de las comunidades en los museos.

No basta con reducir el valor de la entrada, sino también de trabajar en escala para niños, ancianos y personas con movilidad reducida en las exhibiciones, facilitar

los textos explicativos por medio de textos de lectura fácil o colaborando activamente por medio de ejercicios educativos y de mediación con enfoque pedagógico y no solo de difusión, que genera aprendizajes significativos o simplemente que humanice las acciones culturales y muestras, muchas veces más procedimentales y protocolares.

Un ejemplo de brecha que cobró especial relevancia en el último tiempo es la digital, que ha sido profundizada durante la pandemia y reproduce una serie de desigualdades, como por ejemplo las que se dan entre el mundo rural y el urbano en cuanto a la participación como públicos en los museos de hoy. Junto con ello, la relación entre el medio ambiente y los museos es otro de los desafíos que se planteaban ya en 1972 y que en la actualidad resultan urgentes frente a la crisis climática.

Otro de los retos en que se profundizaron brechas con la pandemia es el vínculo con las comunidades que puede disminuir la participación cultural y debilitar la función social del museo en sus labores de educación no formal, investigación y comunicación.

## DECOLONIZAR LO DECOLONIAL

Boaventura de Sousa Santos (2010) nos invita a descolonizar el saber y des-pensar para poder pensar. Fundamentación crítica que no podemos obviar a la hora de pensar en la Mesa de Santiago también.

Una de las ideas fuerza que a mi juicio sí debemos retomar de Santiago es la mirada regional.

Hacia 1943, el artista plástico uruguayo Joaquín Torres García en su Escuela del Sur, nos invitó a entender que:

... nuestro norte es el Sur. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte (García, 1943, p. 193).

América Latina durante la década de los sesenta adquiere un singular protagonismo, en donde los discursos de identidad y solidaridad regional, sumados a los de justicia social y política emergen con fuerza en respuesta a las hegemonías imperantes, y marcaban la pauta en los círculos intelectuales, estudiantiles y de trabajadores. En agosto de 1966 en La Habana, Cuba, se celebró el Cuarto Congreso de Estudiantes Latinoamericanos, en donde se conformó la Organización Continental de Estudiantes Latinoamericanos, los que tuvieron por objetivo “promover la solidaridad activa de los estudiantes del continente en la lucha contra el imperialismo, y a consolidar los vínculos que los unían con los campesinos y con los obreros” (Meyer, 2008, p.180).

Paulo Freire, quien como sabemos fue invitado a organizar la mesa, pero fue vetado por las autoridades del gobierno brasileño de entonces, y considerado uno de los intelectuales más destacados, manifestó que la educación es un factor determinante para el verdadero progreso de las sociedades, que de igual manera sirve a la liberación de los sectores oprimidos o que viven sujetos a una conciencia con valores implantados hegemónicamente (Freire, 1970). Habló entonces de una liberación de conciencia, referido al tema de la liberación de las ideas y



conductas que determinan el mantenimiento del orden social. Ideas entendidas como una pedagogía al estructurar un método de enseñanza y, específicamente, uno de alfabetización. Promoviendo el derecho a la expresión de las personas comunes, a tomar conciencia de su entorno y formar narradores con perspectiva histórica. Dicha pedagogía crítica será por consiguiente una pedagogía decolonial.

La región vivía indudablemente un impulso decolonial. Se trata, como señalaba Dussel, de:

... volcarse a la investigación de Latinoamérica como un todo sociocultural, a fin de discernir una antropología, una ciencia política, un humanismo — o una museología integral interdisciplinaria — que permita a nuestros dirigentes y políticos construir una sociedad más justa, más adecuada a las exigencias de nuestra existencia situada, nuestra existencia concreta que no puede ser sino latinoamericana, en un mundo que se unifica, en una civilización que respetando las particularidades se planetiza —. ¡A nosotros analizar y defender nuestra “particularidad” latinoamericana! (Dussel, 1973).

Hugues de Varine, quien siendo presidente del International Council of Museums (ICOM), convocó a la realización de la Mesa Redonda de Santiago de Chile, observó un proceso que se autoproclamó como de la “descolonización” del museo (Varine, 2005). De alguna manera cuando se señala que “La mayoría de los problemas que evidencia la sociedad contemporánea están enraizados en situaciones de injusticia y las soluciones son inalcanzables mientras éstas no se corrijan” (MRS, Resoluciones, 1972, p. 6), se está asumiendo un enfoque

decolonial, en especial cuando se reconoce que el discurso confronta a dos mundos, uno desarrollado versus otros subdesarrollado.

Sabemos que en ese entonces, miembros del ICOM y la UNESCO debatieron “el papel de los museos en relación a las necesidades sociales y económicas de la América Latina moderna” (UNESCO, 1973), poniendo un acento regional en el análisis y bajo esa lógica, pensar en soluciones integrales, como ya hemos señalado, pero en clave latinoamericana.

Se trataba de una serie de ejercicios de decolonización que tuvieron una fuerza singular con sonados triunfos, pero también con sus derrotas.

En México, Mario Vásquez, activo participante de la Mesa de Santiago, en la Casa del Museo y Guillermo Bonfil Batalla en el Museo Nacional de Culturas Populares, pusieron en práctica los postulados y resoluciones del 1972, rompiendo con una museología nacionalista y eurocéntrica, muy propia de los museos latinoamericanos. Sin embargo, dichos ejemplos siguen confrontándose con museos conservadores, muchos de ellos de carácter nacional y que siguen sirviendo a la conformación de lo que Benedict Anderson (2006) llamó las comunidades imaginadas que tanto pesan aun en nuestros días y pueden llegar a truncar procesos políticos como el ocurrido en Chile frente a un proyecto de nueva constitución.

Sin embargo la Mesa de Santiago, atada a su tiempo y generación, es también portadora de los lazos hegemónicos al estar cautiva de los discursos de desarrollo como ya hemos señalado. Concentrada en el colapso del mundo urbano y el abandono del mundo rural, no observó ni señaló conflictos existentes en la América meridional

pero que hoy si tienen un fuerte arraigo en las comunidades locales. Como sucede con las comunidades indígenas.

Si bien la Mesa de Santiago y la definición del museo integral podrían considerarse progresistas en su tiempo, descuidaron cualquier mención del patrimonio inmaterial, sin tener en cuenta el hecho de que las nuevas formas experimentales del museo estaban prosperando en todo el mundo, entre las que se podían destacar los ecomuseos en Francia (desde principios de la década de 1970), los museos comunitarios e indígenas en América Latina y museos de barrio en los Estados Unidos (desde finales de los años sesenta), entre otros.

Sabemos que desde hace un tiempo el campo de los museos ha iniciado, con tropiezos un proceso de decolonización importante. Los llamados de Yves Bergeron y Michèle Rivet a descolonizar la museología o “reformular la museología” (2021) siguen siendo declamaciones e intentos valiosos con un éxito que tarde o temprano se deberá concretar. No se trata solo de hacer que los museos europeos y estadounidenses producto de sus afanes coloniales reconozcan sus abusos y reintegren piezas u objetos a las comunidades ancestrales. Muchas veces, los mismos museos latinoamericanos han sido una fiel expresión de colonialismo local.

Por tanto un llamado especial, en clave integrador es a descolonizar los museos desde la espiritualidad y sabiduría de las comunidades originarias, anuladas, marginadas sea cuales sean.

Ejemplo de ello hay por montones, pero quisiera rescatar especialmente las ideas del buen vivir, y que es una respuesta a las ideas desarrollistas y a proyectar nuestras sociedades y nuestros museos, de una forma que le haga sentido a nuestros pueblos y a la naturaleza en nuestro

actual contexto de crisis. Así el *Sumak kawsay* (la vida en plenitud), neologismo quechua ligado a un pensamiento y estilo de vida comunitario y ancestral de las etnias quechuas que promueve un nuevo modelo de organización social y político. O en aimara el *Suma Qamaña* que se ha traducido como vivir bien. O de igual forma el *Ubuntu*, para nuestras comunidades afrodescendientes, palabra que en las culturas Zulú y Xhosa significa ‘Yo soy porque nosotros somos’, y entendida como una filosofía de vida, que consiste en creer que cooperando se consigue la armonía ya que se logra la felicidad de todos, pueden convertirse en las mejores respuestas a estas búsquedas.

Por ello, la Mesa de Santiago nos da no solo la posibilidad de reafirmar convicciones, sino que también nos habla de un museo que debe cambiar, que puede reescribirse y que debe hacerlo de forma integral, integrado e integrador, por ende decolonizado. Transdisciplinar y participativo, pues de lo contrario y al menos para nuestra región no podrá responder a uno de sus aportes fundamentales, estar al servicio de la sociedad.

## COLOFÓN

A modo de colofón, quisiera señalar que los ecos de la Mesa de Santiago se siguen extendiendo como un calderón en la partitura musical de nuestros tiempos, no solo en su contexto, o en su visión integral y decolonial, sino que pervive y se expresa dentro de la apreciación mundial de especialistas de museos cuando el 24 de agosto de este año (2022), en el marco de la 26ª Conferencia General del ICOM celebrada en Praga, la Asamblea General Extraordinaria del ICOM aprobó una nueva definición

de museo. Fruto de un proceso participativo de 18 meses en el que han intervenido cientos de profesionales de museos de 126 Comités Nacionales de todo el mundo, se acordó que:

“Un museo es una institución sin ánimo de lucro, permanente y **al servicio de la sociedad**, que investiga, colecciona, conserva, interpreta y exhibe el patrimonio material e **inmaterial**. Abiertos al público, **accesibles e inclusivos**, los museos **fomentan la diversidad y la sostenibilidad**. **Con la participación de las comunidades**, los museos operan y comunican ética y profesionalmente, ofreciendo experiencias variadas para la **educación**, el disfrute, **la reflexión y el intercambio de conocimientos**”.

## REFERENCIAS

- ANDERSON, B. R. O'G. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- BERGERON, Y. & RIVET, M. Introducción. Descolonizar la museología o “reformular la museología”. In: *Descolonizar la museología: Museos, mestizaje y mitos de origen*. ICOFOM Study series, 2021, pp. 44-57.
- SANTOS, B. de S. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.
- CAMERON, D. F. Un museo no es una iglesia. In: ATIENZA, M. B. *La Memoria del Mundo. Cien años de museología (1900-2000)*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.
- DUSSEL, E. *América Latina: dependencia y liberación*. Buenos Aires: Edit. Fernando García Cambeiro, 1973.
- FREIRE, P. *Pedagogía del Oprimido*. Montevideo: Nueva Tierra, 1970.

- HOBBSAWM, E. & RANGER, T. *La invención de la tradición*. Barcelona: Editorial Crítica, 1983.
- MEYER, J. El movimiento estudiantil en América Latina. *Sociológica*, año 23, n.º 68, sep.-dic. 2008, pp. 179-95.
- RESOLUCIONES MRS, (1972). Revisada en: <[http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/copy\\_of\\_declaracao-da-mesa-redonda-de-santiago-do-chile-1972.pdf](http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/copy_of_declaracao-da-mesa-redonda-de-santiago-do-chile-1972.pdf)>. Consultado: oct. 2022.
- GARCÍA, J. T. La Escuela del Sur, Lección 30. In: *Universalismo Constructivo*. Madrid: Alianza Editorial, 1943.
- UNESCO. *Resoluciones y decisiones aprobadas por el Consejo Ejecutivo en su 84.ª reunión*. París, 4 de mayo-19 de junio de 1970. Disponible en: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113199\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113199_spa)>. Consultado: oct. 2022.
- UNESCO. *The role of museums in today's Latin America*. Museum International, XXV. Paris: United Nations Educational, 1973.
- VARINE, H. de. Decolonising museology. *ICOM News*, 3, 2005.

## 2

### **A Mesa-Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: um objeto de pesquisa acadêmica**

*Luciana Souza*

**E**m 2022 celebramos os 50 anos de realização de um evento importante para a Museologia brasileira e latino-americana de maneira geral: a Mesa de Santiago do Chile, realizada em 1972 sob a responsabilidade da Divisão de Museus da UNESCO, em parceria com o Conselho Internacional de Museus (ICOM). Trata-se de uma efeméride para o campo, sobretudo porque registra simbolicamente os rumos daquilo que se convencionou chamar de “Nova Museologia”.<sup>1</sup> Por essa razão, tivemos um ano repleto de

---

<sup>1</sup> Conforme Souza (2020a; 2021), na literatura especializada é comum se observar referências à Nova Museologia como um novo rumo de abordagens teóricas e práticas da Museologia munidas de interpretações a respeito do compromisso e função social do museu. As influências das

eventos e comemorações que reuniram profissionais de museus, intelectuais e ativistas por todo o Brasil, empenhados em refletir os legados concretos da Mesa de Santiago e sua força simbólica, tal como seus limites e contradições.

Cabe ressaltar que este presente capítulo foi inspirado na comunicação “Declaração de Santiago, 50 anos depois” realizada no âmbito do “Seminário Internacional 50 Anos da Mesa de Santiago: o museu integral e seu papel social”, promovido pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz por meio do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC), do Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde (PPGDC/COC) e do Museu da Vida da Fiocruz. As reflexões suscitadas naquela ocasião representaram o resultado de pesquisas anteriormente publicadas em artigos e capítulos de livros (Souza, 2018; 2020a; 2020b; 2021) e serviram, portanto, como referência para a escrita do presente texto.

O capítulo se organiza em três momentos: o primeiro voltado ao tratamento da Mesa como objeto de pesquisa, mobilizando reflexões sobre a materialidade das fontes a partir de um conjunto específico de documentos; um segundo momento dedicado a contextualizar a Mesa de Santiago do Chile, oferecendo um breve panorama

---

discussões latino-americanas podem ser observadas em posteriores convenções do ICOM e no Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINoM), principalmente a partir da década de 1980, e acabaram por inspirar museus em diferentes regiões do mundo. O presente capítulo, contudo, não tem como objetivo discorrer sobre a Nova Museologia e suas diferentes leituras como movimento político, vertente epistêmica ou corrente ideológica. Para um breve panorama das diferentes interpretações, críticas ou desdobramentos acerca do tema, ver: Cândido (2003); Duarte (2013); Scheiner (2012); Lima (2015); Moutinho (1993; 2015).



histórico que apresenta o pano fundo do evento; e um terceiro momento voltado à importância simbólica da Mesa de Santiago que muito se relaciona com seus elementos históricos, com as ideias e experiências sociais que orbitaram em torno do evento e que aparentemente fazem parte de um imaginário museal.

Este percurso tem como objetivo apontar a potência da Mesa de Santiago como objeto de pesquisa em sua riqueza de elementos a serem pesquisados. Nesse caminho, observa-se que os ecos simbólicos do evento refletem, sobretudo, a miríade de elementos socioeconômicos e políticos referentes ao contexto de realização da Mesa. Nesse sentido, percebemos variadas possibilidades de recortes analíticos e de abordagens teórico-metodológicas que irão nos cativar por muitos anos, e que certamente poderão contribuir para se (re)pensar as práticas museológicas — em seus limites e contradições — em um instigante exercício de reinvenção de utopias.

## A MESA DE SANTIAGO DO CHILE COMO OBJETO DE PESQUISA ACADÊMICA

Conhecida como Mesa-Redonda de Santiago do Chile, o evento realizado em 1972 na capital chilena ficou registrado como uma “Mesa Redonda sobre el desarrollo y la importancia de los museos en el mundo moderno”<sup>2</sup> (IBRAM, 2012a, p. 15), e tinha como objetivo debater a responsabilidade social do museu perante o processo de industrialização da região — inserido em uma dinâmica

---

2 Mesa-Redonda sobre o desenvolvimento e a importância dos museus no mundo moderno.

de mundialização dos modos de produção, consumo e exploração de recursos naturais. Sua organização teve como objetivo a discussão sobre o papel dos museus diante das especificidades sociais, políticas e culturais de países latino-americanos.

Hugues de Varine (IBRAM, 2012a) relembra que em 1971 o ICOM havia realizado em Grenoble, França, a sua 9.<sup>a</sup> Conferência Geral, onde se reviu estatutos e se discutiu questões relacionadas à definição de museu. Ali, conforme relata, foi possível perceber a emergência do debate sobre a dimensão política do museu e sua vocação, com destaque para uma intervenção de Mario Vasquez, do México. A respeito dessa referida fala de Mario, Leticia Pérez Castellanos (2020) destaca que se deu a partir de uma palestra contundente — para um público de 600 pessoas — de Stanislas Spero Adotevi, um sociólogo africano que se referiu criticamente ao museu como “[...] una institución clasista, diseñada para preservar una cultura moribunda frente a un público constituido, principalmente, por curadores de museos”. Segundo Castellanos, Mario Vazquez prosseguiu à provocação evocando a necessidade de maior envolvimento dos museus com os problemas sociais:

Mario agregó: todos vivimos en un planeta que nuestras propias manos están en proceso de destruir. El hombre está cambiado tanto como el ambiente, somos conservadores y por tanto nuestra actitud es conservadora. Pero ¿cuál es la utilidad de la conservación? ¿Por qué y para quién conservamos? Todos estamos bien vestidos y calzados; hemos tenido comida decente y tendremos más, pero en el mundo, millones de personas están descalzas y luchan contra la inanición, ¿cómo es que los museos de los países en los que esto sucede no se involucran con los

problemas sociais?<sup>3</sup> (Lacroix, 1971, p. 44 apud Castellano, 2020, pp. 79-80).

Conforme relato de Varine (1995), foi possível perceber dali a urgência do debate sobre a dimensão política do museu e sobre sua vocação em relação às questões sociais de seu território. Ainda naquele ano, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) solicitou ao ICOM que organizasse um evento que abordasse o papel dos museus na América Latina contemporânea, dando continuidade a uma série de seminários regionais que já haviam sido realizados, por exemplo, no Rio de Janeiro (1958), em Jos (Nigéria, 1964) e em Nova Déli (1966) (idem).

A Mesa de Santiago do Chile foi realizada, então, em 1972 e contou com a participação de especialistas provenientes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Uruguai (IBRAM, 2012a). As ausências de alguns países do continente ainda merecem estudos e reflexões a serem aprofundados pela Museologia. Cabe frisar, por exemplo, a ausência de Cuba, Honduras e Venezuela — a despeito das fontes primárias apontarem que esses países possuíam comitês nacionais do ICOM à época. Não temos elementos suficientes para interpretar esse não comparecimento, porém algumas ausências

---

3 “Mario acrescentou: todos nós vivemos em um planeta que nossas próprias mãos estão destruindo. O homem está mudado tanto quanto o meio ambiente, somos conservadores e por isso nossa atitude é conservadora. Mas qual é a utilidade da conservação? Por que e para quem conservamos? Estamos todos bem vestidos e calçados; tivemos comida decente e teremos mais, mas no mundo, milhões de pessoas estão descalças e lutando contra a fome. Como é que museus em países onde isso acontece não se envolvem com questões sociais?”

como as dos países caribenhos<sup>4</sup> podem ter sido motivadas pelas diferenças linguísticas, pelas especificidades culturais referentes à colonização inglesa, ou até mesmo pelo fato de que alguns desses países, naquele momento, ainda não haviam conquistado sua independência. Esse tema necessita de maior aprofundamento de pesquisa e debate para reflexões críticas a respeito dos ecos do evento e possíveis neutralizações sobre fraturas de uma região historicamente dividida e expropriada ao longo de sua história — não somente por processos de colonização, mas também por meio do fenômeno do Imperialismo, analisado em diferentes perspectivas.<sup>5</sup>

Para uma pesquisa a respeito dos debates e das ideias mobilizados ao longo do evento, a principal referência documental encontra-se em uma publicação produzida

---

4 O *XXX Encuentro Icofom LAC*, com o tema *Museología Multivocal en América Latina y el Caribe de la Mesa Redonda de Santiago de 1972*, realizado em outubro/novembro de 2022, organizou mesas com pesquisadores de países caribenhos que abordaram este tema e chamaram a atenção para a necessidade de mais debates sobre as especificidades da região do Caribe a fim de se compreender melhor suas fraturas internas, as quais afetam intercâmbios políticos e acadêmicos entre os demais países da América do Sul ainda nos dias de hoje.

5 O fenômeno do Imperialismo é aqui compreendido como um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas e culturais em dinâmicas de expansão do capitalismo contemporâneo desde o final do século XIX, tendo a figura dos Estados Unidos como potência hegemônica a exercer forte ingerência sobre parte significativa da América Latina. Esse tema foi amplamente discutido por autores marxistas como Lênin e Rosa Luxemburgo e mais recentemente por David Harvey. Há ainda a interpretação desenvolvida por Samir Amin e a polêmica contraposição proposta ao termo “imperialismo” por Antonio Negri e Michael Hardt a partir do conceito de “Império” que sugere, entre outras coisas, a substituição do debate em torno da luta de classes para uma reflexão a respeito da noção de “multidão”.

em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em parceria com o Programa Ibermuseum, com o MINoM, o Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Museus do Chile e a UNESCO. Esse material foi publicado na ocasião em que se comemorava o 40.º aniversário de realização da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, reunindo documentos relacionados ao evento e relatos de memória de alguns participantes, como o do próprio Hugues de Varine.

Tal publicação apresenta-se em dois volumes e até o atual momento é a maior coletânea de fontes primárias traduzidas em português (brasileiro), espanhol, francês e inglês. O volume I reúne documentos relacionados ao evento, como a programação da Mesa, a agenda de horários, informações gerais para participantes, guia de preparação individual, método de trabalho, lista de participantes e expositores, sinopse das mesas de discussão, discursos proferidos, relatorias de debates, recomendações à UNESCO, resoluções etc. O volume II da publicação apresenta, ainda, a tradução da revista *Museum*, publicada em 1973, por meio da qual acessamos textos elaborados pelos próprios conferencistas — um ano após a reunião em Santiago — a respeito das palestras realizadas, além de um breve balanço do cenário dos museus relativos aos países que se fizeram presentes no evento de 1972.

Tais documentos é o que temos de maior robustez, aqui no Brasil, como conjunto de fontes primárias para se compreender a Mesa de Santiago em sua historicidade. Isso não quer dizer que inexista outra documentação importante sobre a Mesa em posse de outros órgãos ou instituições em países para além do Brasil e do Chile. Meu esforço, até aqui, contudo, diz respeito à leitura e interpretação dessa publicação de amplo acesso público,

disponível em versão digital na internet.<sup>6</sup> Sendo assim, as interpretações que venho elaborando em artigos e capítulos de livros se limitam à análise desse referido material.

Mas importa acentuar que essa coletânea de documentos apresenta a reprodução do que parecem ser os documentos originais da Mesa, datilografados e com o carimbo exibindo a data de 1972. Nesse caso, é interessante comparar a tradução de alguns termos com aquilo relatado originalmente em espanhol, considerando que esse movimento de leitura e interpretação do tradutor pode interferir nos sentidos mobilizados pelo texto original.

Para a escrita dos artigos e capítulos que publiquei ao longo dos anos, o processo de leitura das fontes foi organizado da seguinte maneira:



---

6 Disponível em: <<http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/publicacoes/mesa-redonda-de-santiago-de-chile-1972-vol-1/>>. Consultado em: 24 mar. 2023.

O quadro exibe um movimento que vai desde a compreensão do todo — o evento em sua organização global —, até uma análise sobre temas abordados nas conferências e a sua retomada um ano após a Mesa. Este percurso de leitura do material em questão permite perceber as continuidades e descontinuidades de temas sociopolíticos entre as conferências e os debates, marcando a diferença do que foi falado e discutido ao longo do evento daquilo que de fato acaba registrado na carta final, “Declaração de Santiago”. Também é interessante ressaltar algumas características das fontes que precisam ser levadas em consideração pelo pesquisador, tais como:

1) não há registro dos participantes ou observadores presentes no momento das conferências e dos debates, se havia outras pessoas, voluntários, assessores etc.;

2) o registro dos debates que sucedem as conferências estão no formato de relatoria, ou seja, foram sintetizados por uma pessoa<sup>7</sup> que interpreta/traduz as discussões sem mencionar com exatidão a fala dos participantes e o nome de quem realizava as intervenções;

3) das quatro conferências proferidas, uma delas, relacionada ao argentino Mario Teruggi, não está transcrita. Trata-se de uma relatoria da conferência. Provavelmente porque, segundo consta na documentação, esse palestrante fora convidado em última hora por ocasião de cancelamento — sem registro do motivo — de outro palestrante anteriormente agendado, doutor Federico Pannier, da Venezuela (IBRAM, 2012a, p. 119). Teruggi teve a oportunidade de registrar diretamente suas ideias apenas em 1973, na publicação da *Museum*;

---

<sup>7</sup> Não há informação nas fontes sobre a(s) pessoa(s) envolvida(s)/responsável(is) pelas relatorias.

4) não há registro da composição exata dos comitês designados à escritura da “Declaração de Santiago” — documento final redigido e consultado como fonte primária por pesquisadores do mundo todo até os dias de hoje;

5) não há registro sobre os debates em torno do documento final, as interposições e discordâncias que podem ter havido no momento de apresentação e votação do documento;

6) o conferencista panamenho Enrique Enseñat república a mesma fala de sua conferência em 1973, na *Museum*, o que indica que não há uma retomada reflexiva sobre o assunto abordado um ano após o evento;

7) o conferencista peruano César Picón Espinoza não publica na *Museum* em 1973, sendo substituído por um artigo do chileno Juan Gómez Millas.

Portanto, um pesquisador que se debruce sobre a Mesa de Santiago como objeto de pesquisa se depara com fontes primárias que exibem diferentes camadas de interpretações, traduções e omissões daquilo que foi de fato levantado como discussão e reflexão no evento pelas pessoas que se fizeram presentes. Desde a relatoria dos debates, até a seleção de assuntos e palavras pelos comitês a constarem no documento final — com deliberação coletiva dos participantes no último dia de evento —, é fundamental considerar a existência de processos de seleção e negociação de termos, palavras e ideias que são atravessados por um conjunto de valores e que dizem respeito aos limites e lugares políticos dos agentes ali presentes e das agências/organismos envolvidos/representados em todo o processo.

Não se trata apenas de pontuar aquilo que ficou historicamente marcado nas narrativas posteriores sobre a



Mesa de Santiago: um debate a respeito de assuntos que fugiam ao universo dos museólogos ou do campo. O próprio Mario Teruggi, em 1973, declara que as discussões provocadas pelos conferencistas que não atuavam na área de museus tomaram de surpresa os participantes do evento, deslocando-os de seus lugares de “conforto”. Mas a questão aqui é considerar a neutralização de certos temas em todo o percurso de leitura das fontes. Há assuntos e provocações que constam nas conferências mas que “desaparecem” ao longo das relatorias e não constam no documento final, por exemplo. Falar de reforma agrária, especulação imobiliária, pobreza, analfabetismo, entre outros temas relacionados às mazelas da modernização desenvolvimentista certamente não era confortável a ninguém e poderia até mesmo comprometer ou constranger certas agências por seu histórico de engendramento com o desenvolvimentismo e seu compromisso em estabelecer a cultura como recurso (Yúdice, 2006). Mas tais temas diziam respeito a um contexto de disputa de ideias no qual se inseria o próprio Chile de Allende em seu projeto de socialismo pela via chilena.

A meu ver, essa aparente neutralização, com o passar do tempo, possibilita o risco de uma “des-historicização” do próprio documento final, o qual pode vir a ser apropriado ou instrumentalizado para princípios diversos e até mesmo antagônicos àqueles contemporâneos ao evento, alinhados, sobretudo a objetivos de mercado. Ou mesmo permite um apagamento de pautas estruturais importantes para se pensar o desenvolvimentismo na América Latina e o papel dos museus nesse processo, considerando o comprometimento de algumas arenas transnacionais com as relações de produção capitalista.

## UM PANORAMA SOBRE O CONTEXTO DA MESA DE SANTIAGO DO CHILE

Algo que é fundamental de se salientar e que atribui sentido histórico à Mesa de Santiago do Chile é que ela foi realizada no contexto do governo de Salvador Allende.<sup>8</sup> Eleito democraticamente em 1970 pela União Popular (UP) — a partir de uma coalizão de esquerda composta pelos partidos Comunista (PC) e Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD), Ação Popular Independente (API) e Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU) (Aggio, 2008) —, Allende sucedeu o governo de Eduardo Frei — opositor político<sup>9</sup> cuja gestão se alinhava a um projeto desenvolvimentista com forte dependência ao capital estrangeiro e ligado ao Partido Democrata Cristão (PDC).

---

8 Conforme sistematiza Kallás (2009), a historiografia sobre o governo de Allende possui diferentes chaves interpretativas que deslocam ou focam o olhar para os agentes locais, as articulações políticas internas entre partidos, ou mesmo sobre as movimentações e ingerências estadunidenses com ênfase em elementos econômicos. Essas interpretações dão tons diferentes à leitura das pautas mobilizadas pela coalizão de esquerda no Chile e as suas condições concretas de execução — dificuldades e vicissitudes — por meio daquilo que se convencionou chamar de “socialismo pela via chilena”. Allende assume a cadeira presidencial após aprovação, em segunda instância, do Congresso Nacional chileno, e passa a representar a possibilidade de concretização de um projeto de reforma agrária e estatização de bancos e empresas, sobretudo mineradoras (Aggio, 2008).

9 Importante frisar que Eduardo Frei foi igualmente vítima da ditadura militar que passou a vigorar no Chile a partir de 1973. Tribunais chilenos reconheceram recentemente que sua morte se tratou de um assassinato por envenenamento com envolvimento da polícia secreta do governo de Augusto Pinochet.

Naquela ocasião, o Chile se assemelhava metaforicamente a uma “ilha” democrática no continente: sucessivos golpes de Estado ocorriam na América Latina para a implantação de regimes militares ou civil-militares com apoio, subsídio e acompanhamento estadunidense (Dreifuss, 1981), chegando ao que alguns historiadores contemporâneos chamaram de “pentagonização dos exércitos latino-americanos” pela via da Doutrina da Segurança Nacional (Padrós, 2012). Em comum, os governos depositos nesses territórios haviam se mobilizado para questões relacionadas à reforma agrária, ao planejamento urbano, às reformas de base, à nacionalização de bens estratégicos ou à ampliação de direitos sociais.

A Mesa de Santiago ocorre no momento anterior ao golpe de Estado civil-militar no Chile,<sup>10</sup> um período em que o país despontava na América Latina como referência, sobretudo política e cultural, para onde migravam intelectuais, artistas, políticos do mundo inteiro, em especial pessoas em situação de exílio político. Uma constelação de brasileiros havia circulado pelo país até então, como Emir Sader, Juca Ferreira, Maria da Conceição Tavares, Darcy Ribeiro, Vânia Bambirra, Theotônio dos

---

10 O golpe de Estado no Chile que levou Augusto Pinochet ao poder ocorreu no ano seguinte da Mesa, em 1973, impondo um governo militar e ultraliberal durante 17 anos sob o apoio e a ingerência estadunidense, protagonizando denúncias de mortes, desaparecimentos, exílios e torturas de opositores políticos. “[...] de pronto vêm à mente as imagens que correram o mundo ao registrarem o assalto ao Palácio La Moneda, em Santiago [...] [quando Allende se suicida — numa recusa à rendição], em 11 de setembro de 1973. Cenas chocantes, especialmente em se tratando de um país que cultivava, interna e externamente, a imagem de estabilidade política e solidez institucional” (Aggio, 2008, p. 77).

Santos, Ruy Mauro Marini, Mário Pedrosa, entre tantas outras pessoas exiladas<sup>11</sup> ou não.

Foi em Santiago, entre 13 de abril e 21 de maio de 1972, que ocorreu a III Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (III UNCTAD),<sup>12</sup> evento marcado pela presença ativa de países então considerados “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos”, no qual pautava-se a necessidade de se constituir uma macroeconomia mais justa diante de um cenário de colapso do sistema de Bretton Woods, crise do petróleo, endividamento crescente de países latino-americanos, e outras questões. O paradigma “desenvolvimentista” dava o tom da governabilidade na região, em uma espécie de estratégia de inserção ou reprodução de um padrão de modernização dos países periféricos fundamentado em um processo de intensa industrialização como via etapista de superação da condição de “subdesenvolvimento”.<sup>13</sup>

No Chile também se encontrava o escritório sede da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

---

11 No Brasil, o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, em 1970, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) — operação liderada por Carlos Lamarca — libertou 70 presos políticos que foram enviados em exílio para o Chile.

12 Relatório disponível em: <<https://unctad.org/meeting/third-session-united-nations-conference-trade-and-development-unctad-iii>>. Acesso em: 5 nov. 2022.

13 Malta et al. (2011) identificam cinco correntes do pensamento econômico brasileiro que ajudam a analisar esse cenário da região em torno das disputas sobre modelos econômicos de desenvolvimento a serem aplicados e hegemonia política: 1 - Neoliberalismo; 2 - Desenvolvimentismo via setor privado (capital nacional ou não); 3 - Desenvolvimentismo via setor público nacionalista; 4 - Desenvolvimentismo via setor público não nacionalista (com dependência do capital estrangeiro e importações); 5 - Socialismo.

(CEPAL), organismo transnacional ligado às Nações Unidas, por onde passaram economistas renomados como Celso Furtado, Raul Prebisch e Maria da Conceição Tavares que se posicionavam ativamente em relação às reformas de base, à economia planificada e outras propostas de viés nacionalista com foco no setor público, mas que igualmente operavam sob o paradigma do desenvolvimentismo (Wasserman, 2017). Em trabalhos anteriores (Souza, 2020a; 2020b) é possível acessar mais discussões sobre as intersecções entre as ideias produzidas por esse organismo e os debates estabelecidos na Mesa de Santiago, destacando algumas contradições sobre os discursos produzidos a partir do evento que tomam como imperativo a ideia de transformação dos museus para a inclusão social. Essa reflexão já havia sido apontada por Lima (2014) em relação à identidade institucional dos museus e os propósitos desenvolvimentistas.

Um aprofundamento do debate pode ser conduzido à luz das discussões de Ruy Mauro Marini (1973) e outros autores da “Teoria Marxista da Dependência” em sua perspectiva sobre a lógica de subordinação entre nações como movimento inexorável — ainda que dialético — do modo de produção capitalista, no qual o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não estariam vinculados a fases econômicas do capitalismo, em um sentido etapista, mas seriam retroalimentados continuamente em esquemas de dependência. Tal ponto de vista nos instiga a pensar, portanto, o papel concreto dos museus na reprodução ou no enfrentamento dessa maquinaria de (re)produção de desigualdades sistêmicas.

Outro elemento importante de se considerar é que a Mesa de Santiago, realizada entre 20 e 31 de maio de 1972 — coincidiu em um dia com o evento da UNCTAD. Nesse

sentido, é possível pensar que seus participantes não estavam alheios aos debates a respeito do desenvolvimento da América Latina na chave do “desenvolvimentismo”. Mesmo as fontes primárias apontam elementos relacionados ao tema a partir das conferências ministradas, as quais provocaram os museólogos — de forma mais ou menos enfática — a pensarem estruturalmente questões que afetariam diretamente os seus territórios. Essas referidas palestras provocavam os profissionais presentes a questionar o papel dos museus diante de um cenário no qual o processo de modernização implicava em promoção e aprofundamento de desigualdades sociais nas zonas rurais e urbanas.

Apesar de tudo isso, o documento final — “Declaração de Santiago” — aparentemente não se posiciona claramente em relação ao processo desenvolvimentista em si, suas causas e estruturas, se limitando a reconhecer alguns de seus efeitos para fins de proposição de soluções museológicas e museográficas no que se refere ao distanciamento dos museus da realidade social de seus territórios.

## A IMPORTÂNCIA SIMBÓLICA DA MESA DE SANTIAGO DO CHILE PARA A MUSEOLOGIA

Existem muitas publicações no campo da Museologia que utilizam como referência o conteúdo textual da Declaração de Santiago, ou então que procuram respaldos em memórias de participantes/organizadores do evento. Hugues de Varine é o nome mais conhecido e acessado pelos pesquisadores aqui no Brasil, uma vez que ele reúne entrevistas e textos nos quais discorre a

respeito de interesses dos organizadores, objetivos que esperavam alcançar, debates que propunham recuperar com o evento etc. As memórias de Varine de fato trazem elementos importantes para um pesquisador interessado em se debruçar sobre a Mesa de Santiago, sobretudo porque alguns detalhes mencionados por ele não estão descritos ou esclarecidos nas fontes primárias.

Ainda que nos seja difícil tecer afirmações sobre os posicionamentos políticos que estes encontros organizados pelo ICOM oficializavam em seus documentos finais, uma análise contextual da Mesa nos permite interpretar algumas ilações a respeito de ideias e temas que orbitavam ou atravessavam esses eventos. É interessante, por exemplo, considerar que o “desenvolvimentismo”<sup>14</sup> era um tema recorrente nos encontros da ONU na década de 1970, e que igualmente era objeto de análise de muitos intelectuais mobilizados em compreender as razões e os fatores relacionados às mazelas da urbanização sem planejamento, da industrialização, da concentração de terras e de renda, da divisão internacional de trabalho etc. Não à toa estes foram os assuntos abordados nas conferências proferidas na Mesa de Santiago do Chile, as quais tinham como objetivo priorizar aspectos socioeconômicos para se discutir o papel e a função social do museu em uma América Latina em desenvolvimento/“subdesenvolvida”.

Sendo assim, as falas de Enrique Enseñat, Jorge Hardoy, Mario Teruggi e César Picón partiram das

---

14 O “desenvolvimentismo” é aqui acionado como um paradigma político-econômico, conforme mencionado anteriormente neste texto, voltado para a modernização das regiões via industrialização e considerado como etapa necessária ao desenvolvimento das sociedades — via de superação do “subdesenvolvimento” dentro dos marcos do capitalismo globalizado.

semelhanças entre países por suas questões históricas ligadas à colonização, às desigualdades sociais, à migração para as zonas urbanas e à concentração fundiária. A respeito desse último tema, a Mesa assumiu um discurso favorável à reforma agrária, bandeira tão cara a movimentos sociais na América Latina — e ainda atual — e causa principal de alguns dos golpes de Estado perpetrados nesse território ao longo do século XX.

Sobre esse assunto, a fala de Enseñat foi contundente no apontamento da concentração fundiária como elemento estrutural dos problemas nas zonas rurais. O conferencista comentou sobre os desdobramentos dessa concentração refletidos em empréstimos agrícolas, no mau uso dos recursos naturais, e na carência de assistência técnica e tecnológica para a população rural. Nesse sentido, ele menciona que o desenvolvimento tecnológico, instrumentalizado para a reprodução dessas assimetrias sociais, seria fatalmente indutor de uma expansão da monocultura e de concentração de maquinário e uso intensivo de fertilizantes.

Enseñat pontua, então, que a questão agrária é uma das dimensões estruturantes da formação regional e que, por essa razão, seria fundamental pensar em novas formas de propriedade, redistribuir receitas e criar novas formas/estruturas de governo. Segundo ele, a ausência de ações transformadoras seria a própria condenação das sociedades ao convívio com injustiças sociais, o uso inadequado da terra e dos recursos naturais. Dessa forma, ele defendia que o papel dos museus deveria ser o de contribuir para um processo de conscientização social, e para tanto precisariam estar mais presentes nas áreas rurais. Vale acentuar que aparentemente havia uma posição política do conferencista alinhada a projetos de



governos de esquerda, sobretudo em suas sugestões relacionadas a “novas formas de propriedade” e “novas formas de governo”.

O que se segue depois desta primeira conferência<sup>15</sup> é a fala de Jorge Hardoy que enfatiza a necessidade de investimento público e participação no planejamento dos processos de urbanização por aquele que ele chama de “governos nacionais” — não poupando elogios à Cuba. Hardoy chega a questionar se a terra urbana seria um ativo transferível no mercado ou um recurso social pertencente à sociedade. Há aqui uma crítica velada ao modelo de propriedade privada dentro do marco do capitalismo financeiro, já antevendo a financeirização urbana como a forma contemporânea de organização das cidades.<sup>16</sup>

Esses são alguns exemplos de falas que reafirmam a leitura da Mesa de Santiago como um evento em que o foco esteve sobre as questões socioeconômicas regionais. A grande surpresa narrada por Mario Teruggi em 1973 — na revista *Museum* — foi de que os museólogos desconheciam ou pouco estavam inteirados da realidade apresentada pelos expositores. É dali que se conclui a necessidade dos museus reconhecerem e operarem como

---

<sup>15</sup> As fontes primárias não apontam as razões que motivaram a escolha pela ordem dos temas das conferências ou se havia alguma intenção específica mobilizada para essas seleções. Contudo, a organização dos temas a partir das falas permite interpretar a relação entre zona rural e zona urbana à luz dos debates de Henri Lefebvre (2001) e a lógica de organização socioprodutiva do campo que passa a se subordinar à organização e às demandas urbanas a partir dos processos de modernização industrial.

<sup>16</sup> Nos dias de hoje esse tema tem sido recorrentemente abordado por Raquel Rólnik (2019) que discute sobre o processo global de financeirização das cidades e os reflexos sobre direitos humanos, em especial os direitos à moradia adequada e ao acesso à terra.

espaço multidisciplinar, a fim de compreenderem a realidade como uma totalidade de elementos e aspectos indissociáveis para uma ação mais contundente a respeito dos problemas que assolavam seus territórios.

Cabe dizer que, apesar da evidência da ausência de museus em zonas rurais e periféricas dos países, havia igualmente a reprodução da ideia de que museus seriam instituições especializadas e ferramentas de instrução na promoção do progresso na América Latina. O que temos de registro das fontes não é exatamente uma discussão sobre um novo modelo revolucionário de museu, mas sobre a necessidade de integração dessas instituições às questões socioeconômicas de seus territórios, o que leva à menção constante da expressão “museu integrado”.<sup>17</sup> Em grande parte da documentação primária não se vê o debate sobre a criação de um novo modelo de museu, mas sim sobre a indicação de novas propostas de exposições, de museografia e abordagens temáticas mais integradas aos territórios, como uma espécie de proposta de ações “para além dos muros”.<sup>18</sup>

Ainda assim, é preciso reconhecer que um evento desta natureza, ocorrido no Chile de Allende, certamente estaria orbitado por ideias e experiências sociais que

---

<sup>17</sup> Sobre a diferença semântica entre “museu integrado” e “museu integral” e a potência dessa última expressão em orientar a construção de novos fazeres museológicos em transposições epistêmicas, ver: Souza (2020a; 2021). Outra interpretação — diametralmente oposta — é dada por Cândido (2003), que vincula a expressão a uma espécie de “totalitarismo” museológico.

<sup>18</sup> Contudo, é fundamental pontuar que a Mesa de Santiago teve ressonância na experiência de La Casa del Museo, no México, conforme discorre Castellanos (2020), experimentando já na década de 1970 novas formas de fazeres museológicos em uma realidade latino-americana..

faziam valer a tônica crítica da Mesa de Santiago. Não podemos deixar de considerar que falamos aqui de uma América Latina marcada por movimentos sindicais, brigadas camponesas, marchas de mulheres, associação de moradores, movimentos eclesiais de base, movimentos indígenas, movimentos seringueiros, círculos de cultura, coletivos dedicados aos direitos humanos e buscas por desaparecidos políticos, Teologia e Filosofia da Libertação, entre muitos outros exemplos (Souza, 2021) que evidenciam a singularidade política e simbólica daquele encontro internacional.

Por fim, importa ainda mencionar o peso da figura de Paulo Freire atribuído pelas narrativas e memórias sobre a Mesa de Santiago ao longo desses 50 anos. Não sabemos ao certo o que o pedagogo concretamente poderia ter oferecido para aquele evento caso sua presença tivesse sido autorizada pelo Estado brasileiro por meio da UNESCO. Essa reflexão permanece no campo da especulação: talvez Paulo Freire influenciasse a própria dinâmica do evento com sua “praxiologia”, o que certamente afetaria os debates e conteúdos, fazendo reverberar ideias que possivelmente (re)orientassem as resoluções finais do evento. Mas o que temos concretamente é que apesar de sua ausência, a figura do pedagogo permanece agregando valor aos relatos e às interpretações a respeito do evento.

Hugues de Varine, em suas memórias (Varine, 1995; IBRAM, 2012a), relembra sua admiração e a influência de Paulo Freire àquela época. Varine o conheceu por meio do Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos — uma organização internacional que promovia pesquisa e ações comunitárias “participativas” na Europa, África, Ásia e América Latina. Em entrevista para

o Grupo de Pesquisa “Lugares e Patrimônios” (LUPA – sediado na Universidade Federal de Goiás),<sup>19</sup> Varine afirma que a proposta de convidar o Paulo Freire para presidir a Mesa-Redonda de Santiago do Chile tinha como intenção trabalhar uma ideia de “Museu da Libertação”, com base nos trabalhos e escritos freirianos. Em um livre exercício de imaginação, é possível conjecturar que esse possível “Museu da Libertação” talvez tivesse a ver com uma pretensão em colocar sob perspectiva o modelo do museu tradicional ortodoxo em uma possível analogia à ideia freiriana de “educação bancária”, contrapondo dinâmicas, convenções e protocolos ao processo pedagógico dialógico proposto por Paulo Freire, de filiação à Pedagogia do Oprimido, tomando como princípio uma práxis museológica libertadora.

Mesmo com a impossibilidade da participação do pedagogo, Varine interpreta que o evento procurou manter a tônica das reflexões freirianas em torno do papel dos museus em relação às especificidades sociais, econômicas e políticas da América Latina. Mas cabe ressaltar a observação de Lima (2014) sobre o lugar que essa memória a respeito de Freire ocupa na paradoxal relação entre “ordem” e “transformação” presente nas narrativas do evento, nas quais ainda se vê uma identidade institucional dos museus associada a propósitos desenvolvimentistas, mas, ao mesmo tempo, evocada sob um imperativo de transformação institucional para a inclusão social.

O fato é que ao longo dos 50 anos a Mesa-Redonda de Santiago do Chile ganhou projeção internacional, e se transformou em objeto de interesse de pesquisadoras e

---

19 Entrevista realizada em 2020, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FEBS4tt5UXQ>>. Acesso em: 24 mar. 2023

pesquisadores, sobretudo na América Latina. Sua realização inspirou aquilo que se convencionou chamar de “Nova Museologia”, e de fato abalou os rumos políticos e ideológicos do campo sobre o papel social dos museus em sua atuação concreta em relação ao território e às comunidades. As influências das discussões latino-americanas desdobraram-se ao longo do tempo por meio do MINoM e, a partir da década de 1980, inspiraram debates a respeito de diferentes tipologias de museus em suas novas possibilidades participativas — cada vez menos centradas na lógica jurídico-burocrática do museu tradicional ortodoxo (Souza, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes 50 anos que celebramos a Mesa-Redonda de Santiago do Chile vários eventos e publicações, no Brasil, se debruçaram sobre a história e o legado desse encontro internacional que marcou a Museologia e deu novos rumos ao campo museal, sobretudo no Brasil. Esse esforço de retrospectiva também permitiu que reavaliássemos os limites e contradições da Mesa, e também nos convidou a olhar novamente para a especificidade de elementos históricos que marcam a força simbólica do evento.

O legado de Santiago é inegável: de tantas maneiras seus ecos se materializaram em diferentes formas museológicas que buscaram na democracia o valor fundamental para sustentar novos esquemas capilarizados de fazer museal para além dos cânones de especialistas. Em meio a memórias orais, artigos, livros, conferências e palestras que ao longo dos 50 anos se dedicaram a (re) pensar a Mesa, é possível dizer que ainda nos sentimos

provocados a pensar o papel dos museus diante das urgências de uma região marcada pela colonização e pelo imperialismo. Mas ainda é preciso discutir o lugar que essas “instituições” ocupam na maquinaria do capitalismo e suas contradições.

Por essa razão creio que a Mesa de Santiago permanece sendo um objeto de pesquisa robusto e infundável, passível de ser retomado a todo momento, sob diferentes aspectos e variadas chaves de interpretação teórico-metodológicas para além da Museologia. Sem dúvida ainda há muito o que se discutir sobre os termos evocados pelo evento ao longo desse tempo: museu integral, museu integrado, museu social, museu da libertação etc. Tratam-se de palavras que remetem a categorias de pensamento, categorias de ação política, ou mesmo a memórias históricas. Isso já nos aponta a Mesa como um *locus* de inspiração, algo que no tempo e no espaço permanece nos convidando a transformar nossa realidade, animados por utopias e pela necessidade ontológica de esperar um futuro inédito viável (Freire, 1992).

## REFERÊNCIAS

- AGGIO, A. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: FICO, Carlos et al. (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*, pp. 77-94. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- CÂNDIDO, M. M. D. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, 2003, vol. 20, n.º 20.
- CASTELLANOS, L. P. *La Casa del Museo (Ciudad de México, 1972-1980). Una etnografía multilocal sobre*

- la acción cultural extramuros*. Doctorado en Ciencias Antropológicas, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2020. Disponível em: <<http://tesiuami.izt.uam.mx/uam/aspuam/presentatesis.php?recno=23528&docs=UAMII23528.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2023
- DREIFUSS, R. A. 1964: *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- DUARTE, A. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Museologia e Patrimônio*, 2013, vol. 6, n.º 2, pp. 99-117.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus & Programa Ibermuseum. Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo. *Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 1972*. NASCIMENTO JUNIOR, J. do; TRAMPE, A.; SANTOS, P. A. dos (orgs.). Brasília: Ministério da Cultura, Ibermuseum, 2012a.
- IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus & Programa Ibermuseum. *Museum, 1973*. NASCIMENTO JUNIOR, J. do; TRAMPE, A.; SANTOS, P. A. (orgs). Brasília: Ministério da Cultura, Ibermuseum 2012b.
- KALLÁS, A. L. Caminhos da historiografia chilena sobre o golpe de 1973: linhas teóricas e debates. *Revista Territórios e Fronteiras*, vol. 2, n.º 2, 2009, pp. 32-49.
- LACROIX, G. Icom' 71 Here and there at the conference. *Icom News*, 24(3), 1971, pp. 43-5.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 (1968).
- LIMA, G. G. F. Museus, Desenvolvimento e Emancipação: O Paradoxo do Discurso Emancipatório e Desenvolvimentista na (Nova) Museologia. *Museologia e Patrimônio*, vol. 7, pp. 60-84, 2014.

- MALTA, M. M.; CASTELO BRANCO, R.; ROCHA, M. A.; BORJA, B. & BIELSCHOWSKY, P. A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: MALTA, M. (org.). *Ecoss do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. 1.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado, 2011, pp. 23-52.
- MARINI, Ruy. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.
- MOUQUINHO, M. C. Sobre o conceito de Museologia Social. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, 1. Lisboa: ULHT, 1993.
- MOUQUINHO, M. C. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta para reflexão. *Revista Cadernos do Ceom*, 2015, pp. 423-7.
- PADRÓS, E. S. A Operação Condor e a conexão repressiva no cone sul: a luta pela verdade e pela justiça. Porto Alegre, *Organon*, vol. 23, n.º 47, 2012.
- ROLNIK, R. *A Guerra do Lugares*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SCHEINER, T. C. M. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, vol. 7, pp. 15-30, 2012.
- SOUZA, L. C. Pensar os museus numa perspectiva latino-americana: a atualidade da Mesa Redonda de Santiago do Chile. In: SOARES, B. B.; BROWN, K. & NAZOR, O. (orgs.). *Definir os museus do século XXI: experiências plurais*. S/n ed. Paris: ICOM/ICOFOM, 2018, pp. 134-139.
- SOUZA, L. C. Museu Integral, Museu Integrado: A especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. *Anais do Museu Paulista*, vol. 28, 2020a.
- SOUZA, L. C. Mesa-Redonda de Santiago do Chile e o Desenvolvimento da América Latina. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 9, pp. 64-80, 2020b.



- SOUZA, L. C. Museu integral: potência e crítica ao fato museal. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (orgs.). *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021, pp. 225-45.
- VALENTE, M. E. A. Museus de Ciência e Tecnologia no Brasil: uma “Reunião de Família” na Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, 2009, pp. 73-86.
- VARINE, H. de. A Respeito da Mesa de Santiago. In: MATOS, M. & BRUNO, C. (orgs.). *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: ICOM Brasil, 1995.
- VELA CAMPOS, M. & VELA CAMPOS, M. de los Á. *Charlas con la museografía. Memoria 366 museológica y museográfica de Mario Vázquez Rubalcava*. Rubmont Ediciones, 2015.
- WASSERMAN, C. *A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.
- YÚDICE, G. *A conveniência da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

### 3

## **A Mesa-Redonda de Santiago do Chile – 1972: revisitada 50 anos depois<sup>1</sup>**

*Maria Esther Alvarez Valente*

**A** bordar o tema da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, 50 anos depois de sua realização, exige debruçar-se, mais uma vez, sobre seus documentos, análises e relatos. Para essa ação a presente contribuição inspirou-se no escritor Ítalo Calvino que na obra *Por que ler os Clássicos*, em uma determinada passagem, comenta que: “A realidade do mundo se apresenta aos nossos olhos, múltipla e espinhosa, em estratos densamente sobrepostos como se fosse uma alcachofra” (Calvino, 1993, p. 205).

A princípio, pode-se supor que as narrativas sobre os documentos sejam congeladas. Mas, logo percebe-se

---

<sup>1</sup> As citações de estrangeiros no corpo do texto foram traduzidas pela autora do artigo.

que não a ponto de impedir outras possíveis interpretações. Arrisca-se mesmo dizer que um texto nunca é definitivo porque sempre sugere indagações. É, portanto, o que nos garante, à luz deste momento, a possibilidade de continuar a desfolhar — como a uma alcachofra — documentos referentes à cinquentenária Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

Tantas décadas depois, é importante que se faça uma reflexão sobre posteriores menções relativas ao evento, de maio de 1972, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com a participação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), voltado particularmente ao campo da Museologia e seu compromisso na sociedade. O título e mote da Mesa-Redonda de Santiago do Chile foi: O Desenvolvimento e o papel dos Museus no Mundo Contemporâneo.<sup>2</sup>

Certas manifestações sugerem que as proposições da Carta de Santiago de 1972 pouco repercutiram nos museus, dando a sensação de que pouco mudou (Varine, 2010, p. 40). Outras procuram minimizar o evento, caracterizando-o, em certa medida, como um acontecimento mitificado em seus possíveis desdobramentos, ou que resultou em pouca novidade (Scheiner, 2012, p. 16). Deve-se dizer que a presente reflexão foi elaborada sobre o que aparenta ser contraditório, ou o que restringe, em certo sentido, o evento da Mesa-Redonda de Santiago.

A proposta foi dar outra perspectiva sobre essas alegações, e para tal foram destacados três tópicos que se

---

2 Os temas centrais de debate no evento: 1. Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola; 2. Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico; 3. Os museus e os problemas sociais e culturais e 4. Os museus e a educação permanente (IBRAM, 2012, p.109).

mostram interdependentes na composição do cenário daquele momento, pautado pela atualização dos museus ao mundo contemporâneo. São eles: (1) o isolamento do contexto mundial; (2) a ciência e tecnologia como novidade e (3) a resistência dos profissionais de museu às mudanças. A intenção foi dialogar com as afirmações de que “nada” ou “pouco foi mudado”, manifestadas nas décadas seguintes ao evento.

## O ISOLAMENTO DO CONTEXTO MUNDIAL

O primeiro tópico, o isolamento do contexto mundial, diz respeito às interpretações sobre a Mesa de Santiago que desconsideraram as implicações externas sofridas no continente latino-americano, que conseqüentemente afetaram as instituições museológicas. Nessa posição, as manifestações que acanharam o evento parecem não reconhecer as interferências promovidas por diferentes instâncias políticas e governamentais, tanto internas quanto de outras nações estrangeiras. Dessa forma, em uma equivocada compreensão, colocaram a instituição museu apenas voltada para seu interior.

Certo é que a reunião de 1972 tratou de estimular inovações no campo dos museus na América Latina, sugeridas por diferentes entidades internacionais (UNESCO e ICOM), exigindo em contrapartida um esforço de adaptação do continente a um novo cenário político e econômico mundial.

Em breves palavras, o movimento a ser perseguido seria o de promover a redução da pobreza por meio da capacitação da população e da ampliação do mercado consumidor. O museu foi colocado ali como instância

importante desse momento, postura impulsionada pela presença marcante dos termos *desenvolvimento e progresso* nos documentos do evento (IBRAM, 2012).

Na época, os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, cada vez mais, se entrelaçavam em questões econômicas e políticas internacionais e, nessa articulação, deveriam desempenhar um papel demandado pelos países que vinham configurando seu poder hegemônico no cenário mundial, de adequação para abertura ao mercado internacional.

As manifestações posteriores que reduziram a influência da Mesa de Santiago sobre os museus deixaram de incorporar a natureza das instituições supranacionais envolvidas na implementação do evento, em sua relação com a conjuntura daquele momento.

É importante dizer que a Museologia como área de conhecimento teórico formalizado, ainda estava por se concretizar. Esse processo foi sendo amadurecido no tempo, principalmente entre as décadas de 1970 e 2000

As circunstâncias, fora dos museus, mostraram um ambiente de grande complexidade. No contexto, cabe sublinhar que a agência internacional da UNESCO, teve sua inserção associada a propostas de ordem mundial mais amplas, voltadas à política e à economia de caráter desenvolvimentista na América Latina de então.

Cenário já abordado por Valente (2009a; 2009b) e que tem sido aprofundado em análises mais recentes, abrindo outras vias de compreensão do museu para além de seus pares e do seu interior. A pesquisadora Luciana Cruz e Souza, ao analisar a Mesa de Santiago em uma perspectiva para além da América Latina, observa que em relação a sua investigação,

[...] as fontes disponibilizadas nos indicam a preocupação sobre temas relacionados ao *desenvolvimento* econômico e social da região: urbanização, industrialização e migração, entre outros. É nessa seara que se procurou pensar o papel dos museus, considerando questões específicas das realidades de um território (con)formado historicamente numa clivagem moderno-colonial. Nesse sentido, revela-se primordial contextualizar a Mesa de Santiago do Chile numa miríade de acontecimentos e de ideias que nos oferecem uma perspectiva sobre a expressiva dimensão do evento e a potência do “Museu Integral” [...] quando pensados *sobre e a partir* da América Latina (Souza, 2020b, pp. 1-2).

Novos valores surgiam, concomitantes a momentos delicados nas nações latino-americanas, com destaque para a predominância dos governos ditatoriais do continente. Nesse sentido, as questões do campo cultural relacionadas às demandas sociais evoluíam muito mais rapidamente que no passado; no entanto, não eram absorvidas pelos museus.

Assim sendo, e indo mais além, a Organização das Nações Unidas (ONU), que dirige programas por meio de diferentes agências, como UNICEF, UNESCO, FAO<sup>3</sup> procurou ajustar suas ações tanto às tendências desenvolvimentistas nos mais diferentes setores de governo dos países-membros, como às exigências de cunho social que

---

3 UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância; FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

cresciam e circulavam no mundo. Dentre elas, o maior envolvimento das camadas menos favorecidas da população visando, por exemplo à erradicação do analfabetismo.

Os últimos anos da década de 1960 foram caracterizados por um ambiente de intensa efervescência. Os movimentos sociais contestadores proliferavam e se confrontavam nos diferentes continentes com uma nova ordem econômica liberal proposta nos países capitalistas.

É preciso também deixar evidente os desconfortos de muitos associados do próprio ICOM — entidade fortemente ligada à UNESCO. No início da década de 1970, reivindicava-se o reconhecimento das culturas externas ao mundo europeu e se adensavam as críticas às práticas museológicas ditas tradicionais. Vale lembrar que a função social do museu só apareceu na definição do ICOM em 1974.

Ao não se contextualizar o momento que a América Latina atravessava, pode-se atualmente perceber ou concluir que nada mudou. Mas, ao contrário, foram as circunstâncias à época que não permitiram de forma mais imediata as mudanças progressistas. Nesse sentido, ao se deixar de exibir essa ambiência, pode-se produzir uma análise esvaziada e ingênua ou mesmo equivocada dos acontecimentos. Atitude que pode induzir ao esquecimento de questões que precisam ser permanentemente lembradas e atualizadas, a fim de ampliar o entendimento dos cenários em que ocorrem os fenômenos, para que mais adiante provoquem as mudanças transformadoras.

## O MUSEU DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA NOVIDADE

Para se ampliar o contexto da Mesa, centrada na América Latina, introduz-se o tópico do Museu de Ciência e Tecnologia, percebido como uma novidade no programa do evento de 1972. Categoria de museu anunciada no Brasil já nos anos 1960, passou a ter maior visibilidade museológica em 1980, portanto, após a Carta de Santiago do Chile.

O movimento, embora realizado de forma aparentemente lenta, refletiu uma aproximação com perspectivas políticas e econômicas do setor da Ciência e Tecnologia e alinhava-se com concepções de Educação Permanente e Tecnicista. Essas, implantadas durante as décadas de 1970 e 1980, eram, sobretudo dirigidas ao mundo do trabalho e foram estimuladas por uma nova organização do Estado.

No caso brasileiro, foram criadas secretarias estaduais e um Ministério voltados para a ciência e tecnologia, atrelados a uma política de caráter nacional com foco na pesquisa e na industrialização do país. Ao reforçar essa perspectiva política e econômica, Luciana Souza sublinha que os debates no Brasil, assim como nos outros países do continente latino-americano, em torno do processo nacional-desenvolvimentista se aproximaram das demandas colocadas pela Mesa de Santiago do Chile. Os museus de ciência e tecnologia partiram de uma clara e determinada noção de desenvolvimento e progresso (Souza, 2020a, p. 66).

Por essas ligações, vale ainda ressaltar que um ano antes da reunião do Chile aconteceu no Rio de Janeiro, antigo estado da Guanabara, um simpósio para discutir



a implantação de uma Política de Ciência e Tecnologia para o país.<sup>4</sup> Tinha como base subsídios apresentados pela UNESCO, entidade que participou também do evento. Na ocasião, Mario Donato do Amoroso Anastácio, assessor da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Guanabara, instalada em 1969, apresentou uma importante contribuição para a organização de uma política científica e tecnológica. Para esse objetivo, foi criado em 1969 o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cujo propósito era amparar projetos e programas de ciência e tecnologia, considerados prioritários para o desenvolvimento do país. Nesse âmbito, a aproximação da orientação política nos museus é testemunhada, nos compromissos da nova Secretaria de Estado que previam iniciativas de divulgação da ciência e tecnologia.

Foi assim que se criou, em 1970, o Planetário do Rio de Janeiro, que abriu espaço para outros futuros projetos de museus de ciência e tecnologia pelo país. No entanto, apesar do empenho na criação de vários aparelhos culturais para atender a área de Ciência e Tecnologia, as iniciativas não renderam o esperado. O processo de fortalecimento do setor, ao menos no Brasil, daí em diante seria pautado pela tensão entre pesquisadores da ciência e governo, situação motivada, dentre outros aspectos, pela percepção de que o investimento em ciência e tecnologia que visava ao desenvolvimento do país acabava por repetir uma atitude imediatista. Em vez de se despende

---

4 Simpósio sobre política científica organizado por Carlos Chagas Filho por ocasião das comemorações do 25.º Aniversário de fundação do Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizado em setembro de 1971 (Souza et al., 1972).

recursos com pesquisa científica e tecnológica, as necessidades internas acabavam sendo resolvidas por meio da tecnologia proveniente do exterior, a partir de uma visão mais pragmática de desenvolvimento econômico.

Na relação com o setor dos museus, os projetos da década de 1970, mesmo que estivessem alinhados ao esforço da política de ciência e de tecnologia, eram frequentemente vinculados a um papel educativo de desmistificação da ciência com o público e estímulo para despertar vocações nos jovens. Portanto, mais ligados aos pesquisadores da ciência que ao setor industrial, caracterizando um distanciamento, uma desconexão, entre a pesquisa científica e o setor tecnológico.

As propostas museológicas, inicialmente, se empenhavam na educação científica da população, com um sentido mais voltado ao ensino das ciências exatas, com foco seja nos fenômenos naturais e na história dos grandes cientistas. No entanto, a concepção foi sendo reavaliada nas décadas seguintes com a implantação de modelos mais críticos sobre a compreensão do fazer científico.

Em paralelo, neste processo, em Santiago, ainda que de forma pouco explícita, começava-se a forjar a compreensão da ciência e tecnologia como cultura. Uma condição que era pouco explorada, particularmente, na gestão da cultura no continente latino-americano. Somente a partir dos anos 1980, passou-se a ver de forma institucionalizada a Ciência e Tecnologia como patrimônio cultural. Hoje, em pautas ampliadas já são introduzidos debates que dizem respeito à relação entre museus de ciência e tecnologia e a identidade dos países da América Latina, trazidos em grande medida pelos estudos da história da ciência, que também se fortaleceram localmente (Heizer, 2006, p. 57).

O acirramento da luta por hegemonia no mundo, respaldado pelo domínio do conhecimento científico e tecnológico, foi visto pela organização do evento de 1972 como controverso e expressivo provocador de instabilidade, mas também como difusor de boas possibilidades de mudanças estruturais. Nesse sentido, o apelo à discussão de temáticas que pudessem mobilizar um diálogo mais comprometido dos museus com a sociedade encontrava na ciência e tecnologia um meio de propor um tipo de desenvolvimento econômico que contribuísse para retirar o continente do subdesenvolvimento.

À época, Mario Terrugi (1973a), diretor do Museu de História Natural de La Plata, representante da Argentina e palestrante na Mesa de Santiago para o tema da ciência e tecnologia, registrou a pouca incidência de equipamentos urbanos museológicos da temática, na região. Segundo suas observações, a evidência estava ligada às condições desfavoráveis do desenvolvimento dos países latino-americanos. Portanto, seria justificável a instalação de museus de ciência e tecnologia, vistos como instituições eficazes ao mostrar as vantagens que poderiam oferecer para o desenvolvimento das nações. Indo além, sugeria a adoção de condutas que auxiliassem na implementação de programas que priorizassem debates sobre os riscos de destruição da natureza e do homem.

Em Santiago, a ciência e a tecnologia foram destacadas como finalidades relevantes na discussão da Museologia. Alinhavam-se, especialmente, aos outros tópicos norteadores do encontro: meio ambiente, agricultura e sociedade.

Os museus foram considerados meios para impulsionar esses ramos do conhecimento e reconhecidos como imprescindíveis para o progresso e desenvolvimento dos

países. A solução de questões sociais sobre diferentes temas (a “revolução verde” na agricultura; a diminuição do analfabetismo; a erradicação das doenças epidêmicas; a subnutrição e o melhor uso dos recursos naturais) poderia ser impulsionada pelo museu, visto como um instrumento para auxiliar ou preencher tais demandas.

A reunião de Santiago chamou a atenção para a necessidade de apoiar novas mudanças no setor da Ciência e Tecnologia. Para esse tópico em particular pode ser registrado relevante incremento nas décadas seguintes. A disseminação dos museus de ciência e tecnologia foi se caracterizando como um “boom mundial” nas duas décadas após o evento do Chile. Ao acompanhar a tendência, a partir de 1980, observou-se no Brasil um impulso nesse tipo de instituição em diferentes estados do país.<sup>5</sup>

Entretanto a apropriação da novidade, na ocasião do evento do Chile, não se deu facilmente. Muitos profissionais de museus viam uma incompatibilidade no desempenho de suas funções e não se sentiam nesse papel, atitude que passou a ser desconstruída desde então.

## RESISTÊNCIA A MUDANÇAS: OS PROFISSIONAIS DE MUSEU

A insatisfação dos profissionais dos museus configura o terceiro tópico desta reflexão, referente à resistência às novas concepções, decorrentes dos debates, que exigiam mudanças de conduta na relação com o público e o entorno dos museus. Alguns participantes da reunião de

---

<sup>5</sup> O conhecido “boom” de museus de ciência e tecnologia no Brasil pode ser verificado na pesquisa de Marília Xavier Cury (2001).

Santiago manifestaram muitas dúvidas sobre a incorporação das tarefas de cunho social às suas competências no museu. Eles temiam que o museu fosse levado a incorrer em desvios de função ou a adaptações artificiais em decorrência da adoção das medidas sugeridas. Pode-se dizer que receberam com desconforto as mensagens veiculadas no evento, para absorver outras atribuições nas suas funções museológicas. Por certo, não estavam familiarizados com a ideia de uma abertura institucional que apontava para um maior envolvimento com o entorno dos museus. Dentre as resoluções da Mesa de Santiago observa-se a necessidade desse compromisso:

A transformação das atividades museológicas exige uma mudança gradual na mentalidade dos próprios curadores e gestores e nas diretrizes das estruturas das quais dependem. Por outro lado, o museu integral exigirá a ajuda, permanente e transitória, de especialistas de diferentes disciplinas e especialistas das ciências sociais (IBRAM, 2012, p. 31).

As manifestações dos museólogos presentes à reunião do Chile eram carregadas de preocupação.<sup>6</sup> Para esses profissionais, muitos dos encaminhamentos poderiam gerar o nascimento de outro tipo de instituição, distinta do museu. Dentre os principais questionamentos, estava aquele relacionado ao lugar que ocuparia o objeto museológico na “nova” instituição, que deveria estar disponível à sociedade como mais um recurso na solução de seus problemas.

---

<sup>6</sup> A observação parte de comentários de Mario Terrugi sobre a Mesa-Redonda de Santiago do Chile (Terrugi, 1973b).

Do ponto de vista dos que concentravam uma visão limitada da preservação dos bens patrimoniais da cultura material, evocar um museu sem objetos seria incorrer no risco de um grave equívoco. Adicionalmente, evitaram discussões sobre as grandes dificuldades envolvidas no processo de revisão das diferentes funções dos museus — como, por exemplo, a conservação e a documentação — tendo em vista um processo de renovação.

O grande impasse estava em ver o museu por outra e diferente perspectiva, ou seja, se o objeto era importante, ele deveria ser visto a partir de uma compreensão que fizesse sentido no meio sociocultural dos diferentes visitantes do museu. Mas, as ideias cristalizadas na instituição museu daquele momento não permitiam que seus profissionais considerassem outras formas de atuar e assim, o desconforto denunciava que não estavam preparados para mudanças.<sup>7</sup>

Com o propósito de mudar esse quadro, os relatórios dos conferencistas observavam que não se tratava de desconsiderar os antigos museus, mas reforçar a ideia de que o novo se faria a partir do conhecimento do que o precede. Nessa direção, os documentos da Mesa de Santiago solicitavam aos profissionais das nações latino-americanas que promovessem a conscientização do público, a partir da integração com seus patrimônios culturais, de forma a implementar alternativas e sugestões aos problemas

---

<sup>7</sup> A título de reflexão, a observação pode sugerir a questão que, por muito tempo, o campo da Museologia discutiu para incorporar como museus as instituições sem os objetos ditos históricos, como, por exemplo, os Centros de Ciências. Nesse sentido, não levavam em conta, à época, o patrimônio cultural imaterial, da construção dos saberes das diferentes áreas do conhecimento, veiculados nesses espaços pela função social da divulgação da ciência, entre outros.

vinculados aos seus contextos sociais e ecológicos. Nesse sentido, observa-se a questão, dentre as resoluções da Mesa de Santiago.

O museu é uma instituição a serviço da sociedade da qual é parte inalienável e tem em sua própria essência os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades as quais serve e, por meio dessa consciência pode contribuir para levar a ação a tais comunidades, projetando sua atividade no âmbito histórico que deve ajudar na problemática atual: ou seja ligando o passado ao presente comprometendo-se com as mudanças estruturais imperantes e provocando outras dentro da respectiva realidade nacional (IBRAM, 2012, p. 78).

Os documentos sublinhavam ainda a necessidade de ampliar o escopo das áreas de conhecimento para atuar no complexo cenário da sociedade contemporânea, em que a maioria dos problemas está enraizada nas situações de injustiça e cujas soluções são inalcançáveis enquanto essas não sejam corrigidas.

A problemática que projeta o progresso das sociedades no mundo contemporâneo requer uma visão integral e um tratamento integrado a seus múltiplos aspectos — a solução de seus problemas não pertence ao domínio de uma ciência ou de uma disciplina — a decisão sobre as melhores soluções e como executá-las não correspondem a um grupo da sociedade, ao contrário exigem a participação ampla, consciente e comprometida de todos os setores da sociedade (IBRAM, 2012, p. 78).

## IDEIAS EM CIRCULAÇÃO

Na articulação dos tópicos aqui apresentados cumpre explorar a visão, à época, que constituía um entendimento limitado e acrítico da realidade. Para tal, tomou-se nesta reflexão um evento realizado um ano antes da Mesa de Santiago. Seguramente, a Conferência do ICOM de 1971, que ocorreu em Grenoble, na França, e cujo tema foi: “O museu a serviço dos homens de hoje e de amanhã – O papel educativo e cultural dos museus” –, que serviu de referência à mudança de posição na atuação dos organizadores estrangeiros no curso da reunião do Chile.

Nos registros do encontro de Grenoble foi possível observar o protesto à lógica de construção do museu, essencialmente configurado nos países subdesenvolvidos pela ótica dos países mais desenvolvidos. Essa via eficiente foi percebida como um forte obstáculo a qualquer mudança, uma vez que dificilmente se incluía a diversidade cultural das diferentes comunidades que não eram reconhecidas no âmbito dos museus.

Na Conferência de 1971, o palestrante professor Stanislas Adotevi, do Mali, criticou enfaticamente a visão tradicional dos museus, combatendo a atuação dos profissionais ligados aos programas internacionais sobre a cultura africana. Entre outras declarações, sublinhava que, ao se tratar o museu nos sistemas educativos e culturais contemporâneos, existia uma contradição entre o que os especialistas diziam sobre o que era um museu e o que estava sendo feito na África. Segundo ele:

O patrimônio cultural formado pelas estatuetas, ritos, danças, todas essas realidades que afirmam a personalidade



africana, não se encontra em nenhum museu; ainda menos nos museus em solo africano. Essas coisas estão muito longe dos centros para turistas. As danças, os ritos, as máscaras, a verdade cotidiana, são vividas de forma real diante de todos os olhos na vida pública, em cada gesto individual ou coletivo, por homens e mulheres de carne e osso, e não de forma onírica, fantasmagórica e tediosa nas salas de exposições (Adotevi, 1972, pp. 19-30).

E ainda, segundo ele, nos museus da África, os objetos desfuncionalizados e banalizados eram apresentados aos povos ditos “sem história” que, por conseguinte, eram chamados a aprender outra história humana em que prevalecia uma perspectiva europeia. O museu é para esse autor, portanto, pouco mais que o produto de desvios intelectuais de elementos estranhos à cultura de origem, que afirma e ataca a estrutura, a essência, a história e a vida, porque transforma os objetos museológicos em obras de arte, desprovidos de sua essência cultural.

Para Adotevi, frequentemente, no campo cultural, esse quadro é catastrófico uma vez que cria e reforça preconceitos e desenvolve situações irreversíveis, fixando realidades distorcidas e descoladas a partir de valores diferentes, distantes das origens.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Aproximando a matéria para os dias de hoje, o pesquisador Bruno Brulon (2017) contribui com uma importante investigação que traça o caminho que produz a neutralidade do valor cultural dos objetos nos seus contextos precedentes. Para o autor, a discussão sobre objetos sagrados expostos “como se fossem” obras de arte ainda se mantém como pertinente no campo museal. No entanto, ao mesmo tempo, movimentos de políticas de repatriamento de bens culturais africanos estão em andamento.

As manifestações de 1971 em relação à África repercutiram no evento de 1972 e se aproximaram das questões de cunho museológico na América Latina, da relação dos conservadores com as coleções e a sociedade. Na perspectiva da Mesa de Santiago, tratava-se de combater o distanciamento dos acervos, sacralizados nos museus, dos grupos sociais de onde procediam.

## REGISTROS DE UMA AUTOCRÍTICA

Era comum nas reuniões internacionais sobre museus que os profissionais provenientes dos países de passado colonial e economicamente menos favorecidos não tivessem a mesma visibilidade dos representantes do mundo europeu, o que provocava insatisfação por certas audiências.

Os sinais suscitados por esse fato foram lançados antes mesmo da reunião da Mesa-Redonda de Santiago do Chile e produziram um efeito importante na reorientação da organização do evento. A partir daí as agências estrangeiras consideraram que no país-sede do evento de 1972 os representantes locais deveriam estar à frente das discussões. As palavras de Varine testemunham essa mudança.

Desde o início, nos pareceu evidente que não seria possível repetir o modelo de organização das reuniões precedentes, nas quais um grupo de especialistas museólogos, majoritariamente europeus ou norte-americanos, falava de maneira mais ou menos dogmática em francês ou inglês, aos “colegas” locais (Varine, 2010, p. 38)

Entretanto, contrariamente às expectativas que evocavam a posição instituída para uma efetiva abertura à participação dos latino-americanos, um fato importante, determinado pela política vigente no Brasil, ocorreu. Anunciou-se o cancelamento do convite ao educador Paulo Freire, como representante brasileiro, para participar na Mesa de Santiago do Chile. Sua ausência foi sentida na articulação dos trabalhos. Sua voz teria sido importante para a compreensão do que iria ser discutido, na direção de ampliar o papel do museu e suas funções no meio social. A expectativa era que o museu, instigado por uma dimensão educacional renovada, promovesse uma prática museológica verdadeiramente humana, afinada regionalmente e que culminasse em uma cultura responsável pela preservação do patrimônio cultural do homem.

Em um exercício hipotético, considerando o pensamento de Paulo Freire, se estivesse no encontro do Chile, supostamente teria dito que para se conduzir esta concepção, o primeiro passo seria o reconhecimento da própria realidade em que se está atuando. O educador sublinha que, em um contexto no qual os indivíduos são furtados de sua própria cultura a partir da imposição de valores que não os representam, a ação de conscientização para romper com a condição de sujeitos subordinados está em promover um movimento de desconstrução crítica dos saberes a eles impostos.

Essa atuação, para Freire (1981), deveria ser realizada por meio de um processo dialético, dialógico, problematizado, informado de ação e reflexão, crítico, criativo e de conhecimento continuado e permanente, para que então os indivíduos cujos valores foram silenciados se assumissem como sujeitos protagonistas da sua própria realidade cultural. Espelhando os fundamentos de criação do

museu integral, evocado na Mesa de Santiago, pode-se observar a proximidade das intenções do educador brasileiro na seguinte passagem dos documentos da Mesa.

A criação de uma consciência sobre a situação existente, e sobre as alternativas possíveis para sua solução, foi considerado como um passo fundamental para chegar a integração prevista. É nesta função que os integrantes da Mesa Redonda consideraram que os museus podem e devem jogar um papel decisivo na Educação da Comunidade (IBRAM, 2012, p. 30).

O museu visto por esse ângulo exigia novas atribuições. Mas, eram muitos os entraves, para a concretização desse programa, alguns não observados explicitamente e não resolvidos até hoje. Levando-se em consideração a aproximação da instituição com a diversidade social, é preciso compreender que se trata de adotar uma atitude, dos profissionais de museu, mais sensível e profunda de compreensão das realidades, com suas individualidades e especificidades.

Estudos recentes, como o de Luciana Alves & Amélia Reis (2013), têm ressaltado que mesmo com a ausência do educador brasileiro no evento de 1972, a influência de Paulo Freire na proposta da Mesa-Redonda foi percebida. Segundo as autoras, as ideias de Freire teriam sido veiculadas em virtude da estreita ligação que ele teve com Hugues de Varine, diretor do ICOM à época, e participante da organização do evento de Santiago. Entretanto permanecem, ainda, dúvidas sobre a veiculação e adoção das concepções do educador brasileiro naquela oportunidade.

Cabe então perguntar se faltou sensibilidade ao chamar Paulo Freire para representar um país que o prendeu e o exilou. Como entender essa atitude? Seria esse um distanciamento deliberado da realidade da América Latina pelos organizadores europeus? Quanto tempo levou para que o educador fosse recuperado de seu silêncio no âmbito dos museus? Essas questões têm a intenção de fazer avançar as reflexões sobre a ausência de Freire na Mesa de Santiago, em vez de apenas lamentá-la.

À parte esse incidente, no evento do Chile, os especialistas latino-americanos, na condição de palestrantes e relatores,<sup>9</sup> foram convidados a problematizar a realidade

---

9 Lista dos participantes: Raymonde Frin: Departamento de Patrimônio Cultural da UNESCO. Jacques Hardouin: Departamento de Patrimônio Cultural da UNESCO. Hugues de Varine-Bohan: Diretor do ICOM. Héctor Fernández Guido: Diretor do Planetário Municipal de Montevideu, Uruguai (presente como presidente da região). PALESTRANTES: Enrique Enseñat: Faculdade de Agronomia da Universidade do Panamá (Tema: Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais). Mario Teruggi: Chefe da Divisão de Mineralogia e Petrologia, Museu de la Plata, Argentina (Tema: Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico). Jorge Hardoy: Instituto Di Telia, Argentina (Tema: Os museus e o problema do meio ambiente). César Picón: Diretor de Educação Escolar e Geral do Ministério da Educação, Peru (Tema: Os museus e a educação permanente). PARTICIPANTES: Grete Mostny: Curadora do Museu Nacional de História Natural, Chile. Teresa Gisbert de Mesa: Diretora do Museu Nacional de Arte, Bolívia. Lygia Martins-Costa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil. Alicia Dussan de Reichel: Chefe da Divisão de Museus e Restauração do Instituto Colombiano de Cultura, Colômbia. Luis Diego Gómez: Diretor da Divisão de História Natural, Museu Nacional da Costa Rica. Hernán Crespo Toral: Diretor do Museu do Banco Central, Equador. Luis Luján Muñoz: Diretor do Instituto de Antropologia e História da Guatemala. Mario Vázquez: Vice-diretor do Museu Nacional de Antropologia do México. Raúl González: Chefe de Museus e Exposições da Direção do Patrimônio Histórico Nacional do Panamá. Federico Kaufmann: Diretor de

do continente. Na publicação elaborada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2012), Varine sublinhou que a voz de destaque e que mais mobilizou os participantes no evento teria sido a de Jorge Enrique Hardoy. A apresentação do urbanista foi elogiada pela forma como tratou o tema, ao ressaltar que as questões de fronteiras territoriais, aspectos da estrutura interna da cidade em suas facetas históricas, econômicas, sociais e culturais deveriam ser vistas em conjunto.

Desse modo, impulsionava-se uma mudança de rota. O setor museológico foi chamado a tomar consciência de seu entorno e provocado a participar de maneira mais efetiva na sociedade. Seus profissionais deveriam expor suas deficiências para se comprometerem com as mudanças necessárias. A convocação foi recebida como uma novidade pelos presentes, que não estavam preparados para absorver tantas questões anunciadas e tão distantes de seus cotidianos. Na reunião do Chile, corroborando com o novo apelo, Mario Teruggi, representante da Argentina, acrescentou que:

Certamente, houve uma inovação no programa tradicional: ao invés de reunir somente os museólogos, convidamos especialistas de outras disciplinas, para que tratassem cada um de suas especialidades e desempenhassem

---

Conservação do Patrimônio Cultural, Peru. Carlos de Sola: Diretor-geral de Cultura, El Salvador. Colaborador na Organização da Mesa: Doutor Simón Romero: Diretor do Escritório Regional da UNESCO. De: Mostny, Grete O desenvolvimento e a importância dos museus no mundo contemporâneo. Mesa-Redonda organizada pela UNESCO e pelo governo do Chile, Boletim Mensal, Ano XVI, n.º 190-91, maio-junho de 1972. Museu Nacional de História Natural, Santiago do Chile (IBRAM, 2012, p. 21).

o papel de estimuladores nos debates que se seguiriam e no exame do tema essencial da Mesa-Redonda. Este programa, tal como foi anunciado na primeira circular de convite, consistia em pesquisar se os museus da América latina, enquanto instituições científicas, educativas e culturais, estão adaptados aos problemas criados pelo desenvolvimento da cultura social e econômica da América latina atual (1972) (1973b, p. 129, grifo meu).

Na reunião, a oportunidade de autonomia para debater a atualidade dos temas também evidenciava as dificuldades de se compreender um universo de conhecimento ao qual muitos dos participantes não estavam acostumados. Todos pareciam ter sido tocados: alguns manifestavam apreensão, como se o museu fosse perder sua finalidade original; outros, ainda que surpresos, se mostravam prontos para as mudanças.

Sobretudo, os debates sobre temas que pareciam fora do universo dos museus foram importantes para provocar os profissionais que, na ocasião, deixaram expostas suas deficiências para atender às necessidades do desenvolvimento da sociedade. Ao mesmo tempo, embora tenha se falado muito de promover um movimento de aproximação com as comunidades a serem atingidas pelo novo museu, não ficou claro, de uma forma geral, se além dos especialistas de diferentes disciplinas, os representantes das camadas sociais “periféricas”, que se desejava tocar pelo museu, estariam ali representados.

A concretização de uma nova sensibilidade do papel social do museu exigia a decantação das ideias que vinham de outras disciplinas, veiculadas no encontro, para a conformação da proposta de outro cenário para o campo museológico. A introdução da interdisciplinaridade e

da diversidade dos profissionais vindos de diversas áreas do conhecimento contribuiu para o entendimento da necessária atualização da instituição, promovendo um movimento renovado.

Nesse momento, o setor museológico foi chamado a tomar consciência de seu entorno para participar de forma mais efetiva na sociedade. A convocação para maior envolvimento e exame de consciência atingia uma mescla de atores, provenientes de alas tanto mais, quanto menos, progressistas. Esse ambiente foi testemunhado e registrado por Teruggi ao dizer que:

Foi uma atmosfera carregada de preocupações pelos problemas latino-americanos, uma atmosfera de acordo unânime, cada um tendo a sincera preocupação de fazer com que os museus, de uma forma ou de outra, cooperem com a tarefa gigantesca que consiste em favorecer o desenvolvimento da América Latina; somente essa atmosfera bastaria para fazer o sucesso da Mesa-Redonda, pois todos os participantes lhe foram sensíveis. Ela foi possível graças aos contatos estabelecidos entre os especialistas de diversas disciplinas e museólogos (1973b, pp. 130-1).

## CONSIDERAÇÕES

Retomando as afirmações iniciais desta apresentação, acerca da mitificação do evento e de seus posteriores fracos resultados, que foram contrastados aos três tópicos de reflexão sobre a influência da Mesa de Santiago, observou-se que, em retrospectiva, ao contrário do que disseram alguns, muito se avançou no campo da



Museologia, incluindo a educação em museus da América Latina a partir de 1972.

Nesse âmbito, no Brasil de hoje, a formação de seus profissionais não se dá de forma individual e autodidática e suas ações não se fazem mais a partir de tentativas improvisadas. Cursos universitários proliferaram pelo país. A pós-graduação, tão distante em 1972, é atualmente uma realidade importante que traz consistência acadêmica ao mundo dos museus. Dissertações e teses de temática museológica diversificaram-se e são encontradas em diferentes campos do saber, com ampla interdisciplinaridade. Portanto, não se deve desprezar ou minimizar a importância da Mesa-Redonda de Santiago nos resultados do campo da Museologia, seja na preservação, conservação, documentação e educação em museus.

Ao mesmo tempo, vale dizer que a documentação disponível sobre o evento de 1972 precisa ainda ser mais explorada. Os registros anunciam numerosas possibilidades de pesquisa que devem enriquecer o conhecimento sobre o próprio evento, os museus e suas funções, como recurso à valorização da instituição museológica e seu papel social.

Temas contemporâneos, como a formação dos profissionais, o processo de conscientização com relação à realidade e a adaptação a um movimento diferente, marcado pelo compromisso social, indicam a atualidade dos debates travados na Mesa de Santiago. Sua adequação aos museus exige, no entanto, combater a descontinuidade e os descompassos das políticas que parecem sempre recommear. Esses e outros aspectos demandam tempo, distanciamento, independência, circunstâncias favoráveis e amadurecimento dos sujeitos envolvidos nas propostas de reestruturação. Deve-se reconhecer que mudanças de

atitude que envolvem novas concepções de compreensão do meio e das relações que se processam no campo de atuação entre profissionais e as instituições não se dão facilmente. As novas ideias devem passar por um processo de maturação, para que mais adiante, e de forma consciente, sejam incorporadas às ações internas e externas do museu e em um processo de constante avaliação. Nesse sentido a Mesa-Redonda de Santiago do Chile tem de ser valorizada, pelo estímulo à renovação da instituição museu e dos seus profissionais, como um momento particular de reflexão e mobilização para o setor.

Não seria por acaso que mais uma vez os profissionais dos museus são provocados por seus registros e suas reflexões, que continuam a inspirar, a refletir e a avançar sobre as permanências e mudanças históricas no seu campo. No decorrer dos seus 50 anos, o evento tem sido revisitado numerosas vezes e dele frutos são sempre obtidos, com as devidas atualizações.

Os aspectos então destacados procuraram sublinhar que a constituição dos museus, sejam eles dos mais diferentes arranjos, naturezas e saberes (antropológicos, de arte, de história e de ciência e tecnologia), deve ser compreendida como resultado de instâncias interdisciplinares. Sua natureza educacional envolve suas diferentes funções no processo de conscientização de uma concepção institucional de caráter social.

E é nesse processo interno que a noção de museu integral deve ser reconhecida, pelos profissionais da área, como a principal contribuição da Mesa de Santiago. Quatro décadas depois Hugues de Varine, sublinhou, em poucas linhas, o que para ele foi o essencial da mensagem deixada na reunião do Chile.

Se relêssemos hoje, os textos de Santiago, perceberíamos que, evidentemente, eles envelheceram, [...]. Mas ainda é possível encontrar o seu significado verdadeiramente inovador e até revolucionário. O mais novo, no meu ponto de vista, fora do contexto da época, são as duas noções, que melhor se manifestam, embora por vezes de forma confusa, [...] • A de um museu integral, ou seja, o museu que leva em conta todos os problemas da sociedade; • O museu como ação, ou seja, como instrumento dinâmico de mudança social (Varine, 2012, p. 97).

Sem desconsiderar outras reuniões e outros esforços de discutir as funções do museu, em suas diferentes concepções, a reunião do Chile correspondeu naquele momento, de 1972, a um divisor de águas. Estimulando a criar as bases e as condições que permitiram os avanços no campo museológico nos períodos posteriores, tanto na qualificação profissional, como na investigação científica, introduzindo novos saberes, permitindo ampliar debates e se atualizar para atuar no meio social. Como disse a pesquisadora Alda Heizer: “O que interessa notar é que desde a Declaração do Chile, na década de 1970, questões como identidade cultural, a relação dos museus com as comunidades locais, a democratização dos museus e a relação escola-museus são preocupações recorrentes” (2006, p. 57).

A guisa de esclarecimento vale reforçar: nesta res- trita e curta reflexão não estão em questão os princípios que regem a atuação dos organismos supranacionais e os personagens neles envolvidos. Sem pretender exaurir esses aspectos, nem desprestigiar ou desmerecer os programas das agências, deve ficar evidente que este exercício

de análise sobre a instituição museu procurou sublinhar a importância de se revisitar a reunião de Santiago no contexto de diferentes vozes institucionais, uma vez que cada uma em seu domínio cumpre papéis particulares e produz também participações com efeitos diferentes.

## REFERÊNCIAS

- ADOTEVI, S. Le musée dans les systèmes éducatifs et culturels contemporains. In: *The museum in the service of man: today and tomorrow. The museum's educational and cultural role: the papers from the Ninth General Conference of ICOM (1971)*. Paris: ICOM, 1972, pp.19-30.
- ALVES, V. M. S. & REIS, M. A. G. S. Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS UNIRIO | MAST*. Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 1, pp. 113-34, 2013. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/253/220>>. Acesso em: 4 nov.2022.
- BRULON, B. A artificação da cultura: a economia da arte e o consumo da cultura no Musée du quai Branly. *Rev. antropol.* USP. São Paulo, vol. 60, n.º 2. pp. 460-86, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/137317>>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- CALVINO, Í. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- CURY, M. X. (coord.). *Estudos sobre Centros e Museus de Ciências: subsídios para uma política de apoio*. São Paulo: Fundação VITAE, 2001.
- ANASTÁCIO, M. & MORAES, S. Organização estrutural da

- política científica e tecnológica. In: SOUZA, H. G.; ALMEIDA, D. F. & RIBEIRO, C. C. (orgs.). *Política Científica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, pp. 189-202.
- HEIZER, A. Museus de ciências e tecnologia: lugares de cultura?. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, vol. 4, n.º 1, pp. 56-61, jan.-jun. 2006.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. (O Mundo, hoje, vol. 10). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 5.ª ed., 149 p. 1981.
- IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. *MesaRedonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo*. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 1972/José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (orgs.). Brasília: IBRAM/MinC; Programa Ibermuseos, 2012.
- SCHEINER, T. C. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Brasil, vol. 7, n.º 1, pp. 15-30, jan.-abr. 2012.
- SOUZA, H. G.; ALMEIDA, D. F. & RIBEIRO, C. C. (orgs.). *Política Científica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- SOUZA, L. C. C. A Mesa-Redonda de Santiago do Chile e o Desenvolvimento da América Latina: o papel dos Museus de Ciências e do Museu Integral. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 9, n.º 17, pp. 64-80, jan.-jul. 2020a.
- SOUZA, L. C. C. Museu integral, Museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. USP. São Paulo, vol. 28, pp.1-21. 2020b.
- TERUGGI, M. Musée et développements scientifique et technique. *Museum*, vol. 25, n.º 3, pp. 150-6, 1973a.
- TERUGGI, M. La Table ronde de Santiago du Chili. *Museum*, vol XXV, n.º 3. Rôle du musée dans l'Amérique latine d'aujourd'hui, pp. 129-33, 1973b.

- VALENTE, M. E. A. V. Museus de Ciência e Tecnologia no Brasil: uma “Reunião de Família” na Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, pp. 73-86. 2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast>>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- VALENTE, M. E. A. V. *Museus de ciências e tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970*. Doutorado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, IG/UNICAMP, Campinas, 2009.
- VARINE, H. de. A Respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). In: BRUNO, M. C. O. (coord.). *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro – documentos selecionados*, vol. 2. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010.
- VARINE, H. de. Alrededor de la Mesa Redonda de Santiago. In: NASCIMENTO JUNIOR, J. do; TRAMPE, A. & SANTOS, P. A. (orgs.) Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo. *Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 1972*, vol.1, Brasília: IBRAM/MinC - Programa Ibermuseos, 2012, pp. 97-8.

## 4

### **Educação e formação profissional a partir da Mesa de Santiago — cenários, contribuições e (in)visibilidades**

*Carla Gruzman  
Andréa Fernandes Costa*

*[...] Toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar  
E o mundo por ser redondo, tem por destino embolar  
Toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar  
Desde que o mundo é mundo, nunca pensou de parar  
Toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar*

Siba e A Fuloresta, 2007

**R**evisitar as discussões sobre a Mesa-Redonda de Santiago do Chile (MRSC), promovida em 1972 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é muito oportuno, especialmente

neste momento marcado pelo recente episódio da pandemia de Covid-19, que levou a um longo fechamento dos museus à visitação pública e provocou intensos debates no campo, em especial, acerca dos usos das tecnologias digitais em rede.

A crise sanitária afetou a vida de todos nós e evidenciou um cenário complexo, que alcançou as áreas econômicas, tecnológicas, políticas e sociais e demandou um reposicionamento dos museus e de seus profissionais ao redor do globo. Vale lembrar que um contexto de crise e profundas transformações em diferentes áreas também foi experimentado pelos participantes da MRSC, tornando necessárias reflexões e proposições comprometidas com a renovação dos museus, que passam a ser entendidos como agentes de transformação social. Neste momento, em que ainda buscamos significar as experiências profissionais no âmbito museal em tempos de pandemia, acreditamos que temos muito o que aprender com os caminhos e descaminhos da MRSC.

A Mesa se filia a uma série de eventos promovidos pela UNESCO e iniciados 20 anos antes na cidade de Nova York. O evento inaugural, de 1952, teve como tema “O Papel Educativo dos Museus” e a ele se seguiram outros dois seminários com a mesma temática, realizados em Atenas e no Rio de Janeiro, nos anos de 1954 e 1958, respectivamente. A MRSC abordou como tema central “O desenvolvimento e a importância dos museus no mundo contemporâneo” e, apesar de não exibir a Educação em seu título, o trabalho educativo dos museus foi um dos tópicos que estruturam a proposta, sob a denominação de Educação Permanente.

A participação de educadores atuando no planejamento, na coordenação e implementação de ações



significativas na agenda das instituições museais não é recente no Brasil e no mundo. Sob sua responsabilidade estão atividades variadas, que se encontram registradas na literatura especializada da área, em documentos de regulação de âmbito internacional e naqueles elaborados no contexto das políticas públicas para o campo no Brasil. Entendemos que a MRSC influenciou os debates acerca do papel da Educação Museal<sup>1</sup> e nos interessa buscar entender quais teriam sido suas contribuições para o referido campo.

Recentemente temos observado um movimento crescente no interesse do estudo e reflexão sobre a Educação Museal no Brasil, identificado pelo investimento na compreensão sobre o papel social e educativo dos museus e as transformações dessas instituições ao longo do tempo. Do ponto de vista das ideias, há um adensamento de debates sobre a função educativa dessas instituições expressa na circulação de textos e produção de conhecimentos. A diversidade de assuntos associados revela a complexidade do campo museal e a dificuldade em dimensionar a produção acadêmica realizada.

A expansão de estudos acadêmicos na pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e o aumento dos grupos de pesquisa, em universidades e museus, que investigam a Educação Museal e temas afins são manifestações que permitem qualificar os avanços do trinômio pesquisa-educação-formação nas primeiras décadas do século XXI. Soares & Gruzman (2019) apresentam um panorama

---

1 Campo teórico-político-prático, cuja trajetória vem sendo construída ao longo dos últimos 200 anos no Brasil. Uma definição conceitual de Educação Museal é apresentada no *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*.

do desenvolvimento de pesquisas em Educação Museal no Brasil, tomando como referência levantamento realizado no diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Os termos utilizados pelos autores “educação não formal”, “museus”, “educação em museus” e “museus e educação” possibilitaram evidenciar um crescimento significativo na criação de grupos entre 2004 e 2019. Em suas discussões abordam a pulverização desses grupos de pesquisa, que integram o Diretório do CNPq, estando distribuídos em diversas áreas do conhecimento e vinculados a diferentes instituições, de natureza pública e privada.

Com base no cenário delineado sobre a Educação Museal, as reflexões apresentadas no Seminário Internacional, *50 anos da Mesa de Santiago: o museu integral e seu papel social*, promovido pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), nos instigaram a realizar novas leituras sobre a maneira pela qual as discussões que envolvem a temática Museu e Educação foram mobilizadas à época e quais fios de narrativas podem ser seguidos por meio de documentos, com atenção a alguns participantes e conferencistas que integraram o processo. Tal como enunciado na canção do artista pernambucano Siba e o grupo A Fuloresta que inicia esse texto, as camadas de sentido decorrem do resultado de nosso caminhar a partir das experiências com outros e da produção coletiva — *Toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar*.

Por meio da análise de documentos que se conectam com a MRSC ou que foram gerados a partir dela,<sup>2</sup> como

---

2 Esse estudo tem como referência a publicação que reúne um conjunto de fontes documentais relacionadas à realização da Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972. Tal organização foi uma iniciativa Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em parceria com o Programa IBERMUSEUS e com o Movimento Internacional para uma

a Declaração de Santiago do Chile (1972), a divulgação sobre seus resultados no *Noticuario Mensual* do Museu Nacional de História Natural do Chile (1972) e a revista *Museum* (1973), bem como do exame das mudanças promovidas nos currículos dos dois cursos de Museologia existentes no Brasil em 1972, buscamos investigar os possíveis efeitos dos debates promovidos pelo evento, hoje cinquentenário, sobre a formação em Educação Museal em nosso país.

### A MESA DE SANTIAGO — INSPIRAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA FUNÇÃO EDUCATIVA DOS MUSEUS

O final dos anos 1950 e a década de 1960 foram marcados por processos de reorganização de políticas culturais hegemônicas, acompanhados de movimentos de contestação e de reivindicação praticados por diferentes organizações da sociedade. Tal processo buscava fomentar mudanças com a maior participação de grupos sociais silenciados, a valorização de bens culturais diversos e alcançava também vertentes educacionais voltadas para reflexões sobre questões sociais (Seibel-Machado, 2009). Conhecimentos em disputa identificados oferecem pistas para pensar as bases de pautas que, ainda hoje, estão presentes nos debates que abrangem a sociedade, com implicações também para os espaços de negociação de ideias e valores que conectam os museus.

---

Nova Museologia (MINoM), o Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Museus do Chile e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por ocasião da comemoração do 40.º aniversário do evento, em 2012.

Seminários promovidos pela UNESCO e o Conselho Internacional de Museus (ICOM), sobretudo a partir da década de 1950, tiveram importante papel no fortalecimento da função educativa dos museus. Entretanto, mesmo com os debates em torno da especificidade da educação nos museus, esses também foram indagados sobre suas contribuições e compromissos com a sociedade. Análises críticas na década de 1970 apontavam a prevalência nessas instituições da veiculação de discursos oficiais, reproduzindo valores e interesses de grupos restritos e com pouca afinidade com temáticas locais (Lopes, 1991; Valente, 2020), colocando em evidência a necessidade de repensar posicionamentos adotados até então.

Nesse sentido, a proposta da MRSC traz marcas, mais ou menos visíveis, de algumas discussões que ocorreram nos fóruns internacionais promovidos pelo ICOM, particularmente a Conferência Geral que a antecedeu, realizada em Grenoble (1971). Nessa, ficou mais explícita a reivindicação na qual os museus precisavam se aproximar dos diferentes grupos sociais, indivíduos e territórios. Com base em um programa de cooperação que envolveu a Divisão de Museus da UNESCO e o ICOM, foi possível trazer a realização do evento para a América Latina, a partir da solicitação do Chile em sediar o encontro. A Mesa teve como ponto de partida “os problemas fundamentais enfrentados pela América Latina” (IBRAM, 2012, p. 109), considerando o contexto sociopolítico da região marcada por profundas diferenças sociais, e procurou articular o tema *desenvolvimento* à participação dos museus no mundo. A proposição do uso social do patrimônio, bem como a concepção de uma instituição museológica ativa na vida do país e de caráter crítico levariam à perspectiva do Museu Integral.

O nome do educador Paulo Freire<sup>3</sup> tem sido lembrado de forma recorrente nos vários estudos sobre a MRSC. Referência fundamental no pensamento da educação brasileira com ênfase na educação popular e programas de alfabetização, atuou como consultor da UNESCO e de diversos programas internacionais. Exilado político no período de ditadura militar no Brasil, viveu no Chile entre 1964 e 1969, onde teve a oportunidade de atuar com o governo chileno implantando programas de educação de camponeses adultos. Convidado a participar do evento por Hugues de Varine, museólogo e diretor do ICOM à época da sua organização e realização, foi impedido em razão da situação de autoritarismo na América Latina no período (Valente, 2009).

O pensamento de Paulo Freire, no entanto, esteve presente e atravessou os debates da MRSC como mostram os estudos realizados pelas pesquisadoras Valente (2009) e Alves & Reis (2013). Em ambos os trabalhos fica evidente a influência das ideias do educador sobre Hugues de Varine e as referências contidas na Declaração de Santiago. Os encaminhamentos que geraram os princípios básicos do Museu Integral e as resoluções decorrentes, no entanto, foram considerados tímidos pelas autoras, diante da práxis problematizadora e transformadora concebida por Freire. Em suas análises, Valente (2009) aponta para as ambiguidades que colocavam de um lado

---

3 O educador e filósofo pernambucano Paulo Freire (1921-1997) é referência no Brasil e no mundo por sua contribuição aos campos das Ciências Humanas e Sociais, comprometido com a transformação da realidade social. Sua contribuição para a Educação foi oficialmente reconhecida ao ser declarado patrono da educação brasileira em 2012. No ano de 2021, um conjunto de iniciativas foram realizadas para comemorar o centenário de seu nascimento.

a grande mobilização em torno da renovação dos museus e, de outro, as dificuldades impostas, uma vez que:

A convocação para um maior envolvimento do museu nas questões sociais latino-americanas se dava em relação a um conjunto de participantes, formado por uma mescla de atores provenientes de alas, tanto mais, quanto menos, progressistas, mas empenhados em participar (p. 81).

O encontro foi realizado na cidade de Santiago do Chile entre os dias 20 e 31 de maio de 1972, com a participação de conferencistas e especialistas provenientes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Uruguai. As palestras solicitadas aos especialistas, representantes dos vários países, tinham por objetivo reunir informações para constituir um panorama das situações e realidades dos museus nas diferentes regiões. Como representante do Brasil, foi nomeada a museóloga Lygia Martins Costa,<sup>4</sup> vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

---

<sup>4</sup> Museóloga formada pelo Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. Trabalhou no Museu Nacional de Belas Artes e no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atuou também na criação da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus.



A participação da representante brasileira no evento gerou desdobramentos interessantes, como argumenta Valente (2009), quando chama a atenção para os registros realizados pela museóloga sobre as novas concepções propagadas em Santiago. Entre eles, ressalta o texto sobre os Museus no Brasil e as perspectivas em relação ao mundo contemporâneo, publicado em 1973 na revista *Museum* do ICOM. Nele, apresenta a repercussão do evento em instâncias governamentais brasileiras e as intenções que teria despertado para o estabelecimento de bases para uma política cultural no país naquele momento.

Alguns aspectos merecem destaque para as reflexões sobre Educação Museal, como apontam estudos de referência da área (Lopes, 1991; Seibel-Machado, 2009; Valente, 2009; 2020; Cruz e Souza, 2020). Em especial os contornos da proposta inovadora para a sua condução, a partir do convite para conferências a especialistas da mesma região geográfica na qual aconteceria o evento, mas de outros campos de conhecimento e que propiciaram olhares plurais sobre questões essenciais que afetavam a América Latina. Tais perspectivas mobilizaram reflexões que ampliaram os horizontes dos debates, em geral técnicos e conduzidos por profissionais de museus. O caráter multidisciplinar dos integrantes se mostraria muito proveitoso para as resoluções encaminhadas pela reunião.

Em divulgação realizada em 1972 no *Noticiario Mensual* publicado pelo Museu Nacional de História Natural, do Chile, a arqueóloga Grete Mostny Glaser (1972), curadora do Museu e representante do Chile na MRSC, registrou resoluções e suas impressões sobre o evento. Menciona a convivência ao longo de dez dias tanto nas salas de conferências, quanto nas visitas organizadas



para conhecer aspectos fundamentais da vida chilena, tais como assentamentos de agricultores, instalações de uma mina de cobre, aspectos urbanísticos da cidade, belezas turísticas em cidade próxima, visitas a museus e ao Centro Nacional de Museologia, onde se formam técnicos museólogos. Destaca bases fundamentais na realização do evento, a participação de museólogos latino-americanos e a colaboração de profissionais especialistas em agricultura, urbanismo, ciência e tecnologia e educação:

As exposições dos especialistas citados provocaram um forte impacto nos museólogos, que os convenceram que os meios pelos quais os museus dispõem devem ser postos a serviço da realidade da vida regional, com seus enormes problemas, problemas cujas soluções exigem a coordenação de todos os esforços (Glaser, 1972, p. 3).

Acompanhando a lógica do protagonismo da região, a Mesa foi conduzida tendo o espanhol como língua oficial, rompendo com a tradição do inglês e do francês como meio de comunicação nas conferências realizadas.

O Planejamento da MRSC contou com um “Guia de Preparação Individual” encaminhado previamente pela UNESCO aos participantes, organizado em quatro pontos a serem abordados (IBRAM, 2012). Os temas desenvolvidos com os respectivos debatedores responsáveis foram os seguintes: (1) Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola – apresentado por Enrique Enseñat, engenheiro da Faculdade de Agronomia da Universidade do Panamá; (2) Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico – tratado por Mario Teruggi, chefe da Divisão de Mineralogia e Petrologia do Museu de la Plata, na Argentina; (3) Os museus

e os problemas sociais e culturais – debatido por Jorge Hardoy, arquiteto do Instituto Di Tella, na Argentina e (4) Os museus e a educação permanente – abordado por César Picón Espinoza, diretor de Educação Escolar e Geral do Ministério da Educação do Peru.

Nos parece oportuno conhecer melhor o especialista convidado para conduzir o debate em torno da função educativa nos museus diante do cenário inédito que se delineava, bem como as origens da expressão escolhida — Educação Permanente — e suas concepções.

A partir dos anos de 1960 e de 1970, propostas e abordagens pedagógicas paralelas à escola se destacaram em decorrência do surgimento de necessidades educacionais inéditas que desencadearam novas possibilidades pedagógicas para satisfazê-las. Entre os fatores sociais, econômicos e tecnológicos que geraram as mudanças que marcaram esse período pode-se enunciar: a ampliação de demandas educacionais decorrentes da inclusão de grupos sociais como idosos, mulheres e adultos, historicamente excluídos dos sistemas oficiais de ensino, assim como preocupação com o trabalho educativo a ser realizado com os setores em conflito, pessoas com deficiência e também em situação de vulnerabilidade social; a necessidade de novas qualificações profissionais para atender as transformações ocorridas no mundo do trabalho; a disseminação dos meios de comunicação de massa, colocando em cheque a centralidade da escola no processo educativo e a sua própria função; e o surgimento de tecnologias que possibilitaram conceber processos formativos e de aprendizagem à margem dos sistemas presenciais da escolaridade convencional (Ghanem & Trilla, 2008).

No campo teórico, o período em questão é marcado pela disseminação de discursos pedagógicos que, apesar

de fundamentados em concepções ideológicas distintas, apontavam os limites da escola como única solução para as demandas educacionais da sociedade. Entre os teóricos cujos estudos apresentaram, naquele momento, visões críticas à instituição escola, estão Michel Foucault, Louis Althusser e Pierre Bourdieu. É nesse contexto em que as práticas escolares são questionadas e de proliferação de novos espaços educacionais, que emerge a Educação Permanente. Como ideia sobre a necessidade de estabelecer conexões com outros espaços-tempos formativos e não com um conceito claramente delineado, foi o primeiro recurso terminológico ao qual a linguagem pedagógica recorreu para legitimar e integrar os novos meios, instituições e recursos educacionais não escolares (Ghanem & Trilla, 2008).

Gadotti (2016) aponta que a expressão Educação Permanente tem origem na tradução feita na França — “Éducation permanente” — para a expressão *Lifelong Education/ Education for Life*, que aparece pela primeira vez, em 1919, na Inglaterra, associada à formação dos trabalhadores. Ela, que já figurava na literatura pedagógica, foi amplamente difundida com o consagrado Relatório “Aprender a ser” elaborado por Edgar Faure para a UNESCO, e publicado em maio de 1972, mesmo mês da realização da MRSC. Segundo Gadotti (2016), o relatório de Faure, que apresenta a Educação Permanente como um princípio orientador da educação do futuro, era a resposta ao documento *A crise mundial da educação*, publicado em 1968 por Philip H. Coombs, diretor do Instituto Internacional de Planificação da Educação (IIEP) da UNESCO. Nesse, Coombs analisa os problemas educacionais ao redor do globo e aponta recomendações para o campo, sinalizando para o “desajuste” dos sistemas

educativos em face das novas exigências da economia capitalista globalizada e para as necessidades do mercado, que demandava novos tipos de trabalhadores.

A expressão continuou sendo difundida pela UNESCO nos anos de 1990, por meio de um novo relatório dirigido por Jacques Delors e intitulado *Educação, um tesouro a descobrir* (1996). Gadotti (2016) alerta que a continuidade entre esse e o Relatório de Faure é apenas aparente. Uma vez que antes o foco era a educação e mais recentemente a aprendizagem, passa a existir uma diferença significativa entre ambos, classificada pelo educador brasileiro como mudança de paradigma educacional. O conceito originário de Educação Permanente, fundado em uma visão de educação para a participação e a cidadania democrática, cede lugar a uma educação voltada ao mercado.

Na MRSC, como visto anteriormente, o debate em torno da Educação Permanente ficou a cargo de César Picón Espinoza.<sup>5</sup> Doutor em Educação (1966), foi apresentado nos relatórios como diretor-geral de Escola e Educação Profissional do Ministério da Educação, Lima, Peru. Em publicação recente de sua autoria (Picón, 2020), se observa vasta contribuição como educador e investigador que atuou principalmente com os temas Educação de Jovens e Adultos, Educação em e para Direitos Humanos e em projetos de Alfabetização. Sua participação em

---

<sup>5</sup> Os especialistas debatedores tiveram suas conferências registradas no contexto do evento e posteriormente escreveram sobre elas na revista *Museum* 12, publicada em 1973 com edição especialmente dedicada à América Latina. Tal como sinalizado no artigo de Cruz e Souza (2020), somente César Picón Espinoza, teve sua fala substituída pela de outro autor. Na revista, o responsável por abordar o tema Educação Permanente foi Juan Gómez Millas, aspecto que merece ser melhor estudado.

órgãos internacionais inclui a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a UNESCO, entre outros. Picón é, também, membro-fundador do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL).

Nos registros sobre a sua conferência, discute as singularidades dos processos educacionais que necessitam ser respeitadas em cada país que compõe a região da América Latina e ressalta, por outro lado, que é necessário ter uma compreensão em comum sobre os problemas da sociedade que precisam ser enfrentados, porque não se pode dar “as costas para as realidades sociais e econômicas de seus respectivos países” (IBRAM, 2012, p. 133). Argumenta que a Educação não é produto apenas do sistema formal de ensino, já que “desde o início da sua vida consciente até a sua morte, o ser humano experimenta um processo contínuo de educação” (IBRAM, 2012, p. 133).

Conforme consta no Relatório da Mesa (IBRAM, 2012, p. 133), a explanação do tema “Os museus e a educação permanente” foi organizada nos seguintes tópicos: 1. Educação na América Latina e Realidades Nacionais; 2. A Lacuna (Distanciamento) entre o Sistema Educacional e a Vida Real; 3. A Inflexibilidade dos Sistemas Educacionais; 4. A Democratização da Educação na América Latina; 5. A Característica Predominante do Sistema Educacional: O Conceito Acadêmico, Intelectualista e Baseado na Sala de Aula da Educação; 6. A Lacuna entre o Desenvolvimento de Técnicas Educacionais e sua Incorporação ao Sistema; 7. Cursos Profissionalizantes; 8. O Mito de uma Educação Exclusivamente Orientada por Ministros da Educação; e 9. Educação Permanente.

Picón aborda de forma crítica as suas próprias experiências com as instituições museais, relatando que

acreditava inicialmente que “os museus se destinavam a pessoas muito especiais” e, depois, passou a ver o museu “como um lugar frio e pouco atraente” (IBRAM, 2012, p. 136). No seu entender, o museu deveria despertar a curiosidade de seus visitantes e estimular seu interesse. Entretanto, acredita que até aquele momento a função educacional do museu ainda não podia ser observada na prática. Defende que é necessário humanizar os museus, expondo os objetos em um contexto vivo e dinâmico. Esses não deveriam apenas ser apresentados como algo que pertence ao passado, mas “basicamente como algo do presente e do futuro e estreitamente relacionado à vida do homem e à civilização que o originou” (IBRAM, 2012, p. 136). Afirma o enorme potencial educativo e formativo dos museus e a necessidade de contar com pessoal especializado em uma ação coordenada para alcançar tal finalidade, envolvendo técnicos, educadores e administradores.

A análise empreendida por Valente (2009), que coloca lado a lado o Seminário de 1958 e a Mesa de 1972, expressa diferenças com relação às abordagens adotadas por ambos. A autora argumenta que as discussões que emergiram da MRSC se afastavam das preocupações com as técnicas e a forma de apresentação de conteúdos nos museus, características colocadas em evidência 14 anos antes, no Rio de Janeiro, e trouxeram para o centro das discussões a consideração do museu como agente de transformação da sociedade, atribuindo um caráter mais filosófico à inserção do museu no mundo contemporâneo.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO MUSEAL: EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS PÓS-1972

Um museu renovado, entendido como ferramenta de transformação social, conforme preconizado pelos debates da MRSC, demandava também modificações na formação que era oferecida aos profissionais que nele atuam. A mudança de paradigma desejada certamente não seria possível sem que aqueles responsáveis por conceber, implementar e avaliar os processos e as práticas museais fossem formados para fazê-lo com base em um novo conceito de ação dos museus: o museu integral.

Os desafios relativos à formação profissional naquele contexto aparecem em vários dos documentos gerados pela MRSC, entre eles o Relatório Final, elaborado por Héctor Fernández Guido. No tópico Capacitação de Pessoal de Museu consta que era preciso investir na oferta de cursos de Museologia e aprimorar as instalações de treinamento já existentes por meio do apoio de organismos internacionais. Ao mesmo tempo, de modo a melhorar as exposições, era necessário oferecer um treinamento especializado em técnicas de museus a diferentes profissionais já em atividade naquelas instituições. Estava posta a necessidade de “romper com antigos padrões e adotar técnicas revolucionárias para que os museus pudessem continuar a transmitir suas mensagens” (IBRAM, 2012, pp. 229-30).

Em 1972, quando da realização da MRSC, o Brasil contava com dois cursos superiores de formação em Museologia: o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que tem como origem o Curso de Museus, criado no Museu Histórico Nacional (MHN/

IBRAM) em 1932; e o outro aprovado em 1968 e iniciado em 1970, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Buscamos identificar na literatura sobre a formação em Museologia em nosso país, assim como em fontes documentais pertencentes ao acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS/UNIRIO,<sup>6</sup> os possíveis efeitos da Mesa de Santiago na formação de museólogos e de outros profissionais de museus brasileiros, com atenção especial para o que hoje chamamos de Educação Museal.

Sá (2022), em artigo que trata da implantação do ensino/formação em Museologia no Brasil, sob a perspectiva do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional-MHN, descreve e analisa as transformações promovidas ao longo da trajetória de 90 anos do curso. O autor afirma que o período compreendido entre o final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 corresponde ao mais expressivo na conjuntura das transformações do curso pesquisado. De acordo com ele, essas alterações estão diretamente relacionadas ao contexto brasileiro e refletem o cenário internacional marcado por significativas mudanças.

O estudo conduzido por Sá (2022) permitiu identificar mudanças curriculares quase que anuais nos primeiros anos da década de 1970, chamadas de Matrizes Curriculares Experimentais. As transformações, segundo

---

6 Coordenado pelo professor doutor Ivan Coelho de Sá, foi criado em 2005, na Escola de Museologia da UNIRIO. Seu acervo tem natureza arquivística, bibliográfica e museológica, e sua origem pode ser institucional ou particular. Conta com o acervo histórico da Escola de Museologia, incluindo o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, e com documentos e origem particular oriundo de doações realizadas por museólogos egressos do Curso de Museus/Escola de Museologia.



o autor, se expressam em novas denominações dadas às disciplinas, que por sua vez denotam a passagem de uma tendência técnica para uma mais conceitual. A frequência com a qual as reformas ocorreram refletem, segundo o estudioso do tema, tanto a intensidade das discussões, como também as dissonâncias entre os novos profissionais e as concepções que surgiam e a resistência dos antigos professores alinhados ao pensamento museológico do fundador do curso, Gustavo Barroso. A consolidação das sucessivas propostas experimentais finalmente ocorreu em 1974-1975 e tem como marco a institucionalização das Exposições Curriculares.

As Exposições Curriculares constituíram um capítulo à parte no contexto do processo de renovação do Curso de Museus, verdadeiro arauto das transformações na medida em que converge para uma nova concepção de Museologia e Museu, em termos de função social, comunicação, educação e diálogo com o público. O próprio modelo conceitual da disciplina expressa uma mudança de paradigma na medida em que o projeto de cada exposição curricular seria resultante de um trabalho conjunto de reflexão, crítica e discussão por parte dos estudantes. A turma discutia, escolhia o tema e elaborava o projeto dividindo as atividades em equipes. As questões suscitadas eram discutidas, não raro de maneira inflamada, mas resolvidas democraticamente sob a supervisão e orientação dos professores. Passadas quase cinco décadas, esta mesma metodologia persiste na atualidade nas disciplinas: Museologia e Comunicação III e IV e Museologia VI (Sá, 2022, p. 36).

Na virada dos anos de 1970 para os anos de 1980, a Acessibilidade nos Museus emerge como tendência na UNIRIO, sob a liderança da professora Liana Rubi Teresa Castanos de Ocampo, que passa a lecionar em 1977 e é responsável pela área de Educação em Museus. Com base em Sá (2022), é possível concluir que os anos de 1970 representam um ponto de inflexão na direção de uma formação em Museologia mais próxima das ideias presentes na MRSC e que elas se tornariam ainda mais evidentes na década seguinte.

O segundo curso de Museologia do Brasil, o da UFBA, surge quase 40 anos depois do Curso de Museus, tendo iniciado suas atividades em 1970, exatamente no período de mudanças aqui analisado. De acordo com Teixeira (2022), no artigo em que aborda o histórico do curso, a Educação em Museus já figurava na matriz curricular inaugural, sob a denominação de Técnica de Museu III. Essa disciplina era ministrada por um professor graduado pelo Curso de Museus (MHN), professor Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, responsável pelos componentes curriculares museológicos técnicos, que incluíam também Técnica de Museu II (Documentação) e Estágio II e III (Teixeira, 2022). Essas disciplinas, segundo Santos (2014), eram ministradas por meio de uma abordagem tecnicista, que não considerava a análise de contexto e dos efeitos produzidos por meio da sua aplicação.

Com a formação da primeira turma, em 1974, duas egressas do curso da UFBA — Sylvia Athayde e Maria Célia T. Moura Santos — foram contratadas para ministrar os componentes curriculares museológicos (Teixeira, 2022). Nas palavras da ex-aluna e docente do Curso de Museologia da UFBA, Maria Célia, aquele era um contexto que “não favorecia o pensamento crítico, as

transformações e o trabalho criativo. Vivíamos o período mais duro da ditadura militar, implantada em 1964” (Santos, 2014, p.77). Ela afirma que diante daquele cenário era natural que o documento gerado pela MRSC não tivesse chegado ao conhecimento de professores e estudantes de Museologia, que não tiveram acesso a ele durante os anos de 1970.

Após a realização da MRSC e antes do encerramento do século XX, o Curso de Museologia da UFBA passou por duas reformas curriculares, a primeira em 1979 e a segunda em 1989. A de 1979, segundo Teixeira (2022), visou a ampliar a carga horária dos componentes curriculares específicos da área museológica e se deu em meio aos debates em torno da democratização da cultura. É nela que surge a denominação Ação Educativa dos Museus, substituindo o componente curricular Técnica de Museu III. A pesquisadora traz em seu artigo um detalhamento do programa da disciplina com nova denominação, que contemplava conteúdos voltados para as definições de bem cultural, política cultural no Brasil, o papel social do museu, a ação educativa dos museus e a metodologia do trabalho envolvendo museu e comunidade, a política educacional brasileira, a dimensão pedagógica do museu e a utilização do objeto e da manifestação cultural como recursos didáticos.

É importante frisar que a partir de 1974 a museóloga Maria Célia de Moura Santos passa a ser a responsável pela disciplina em questão. Santos (2014) afirma que a obra do educador Paulo Freire, com destaque naquele momento para o livro *Extensão ou Comunicação*, era uma das principais referências que subsidiavam suas atividades docentes e, também, no Museu de Arte Sacra da UFBA, que foi para ela um importante espaço

de experimentação. Entre os anos de 1974 e 1979, Maria Célia coordenou projetos com alunos e professores das redes estadual e particular de ensino, ofereceu vários cursos, até mesmo para os funcionários do museu, promoveu encontros com professores e realizou exposições temporárias, sempre com a participação de discentes do curso da UFBA, e de maneira alinhada aos achados obtidos na pesquisa de público que havia realizado com as colegas Valdete Celino, Neusa Borja, e também articulada aos projetos desenvolvidos com alunos e professores (Teixeira, 2022).

É na segunda reforma curricular, de 1989, que ficam mais evidentes as influências dos movimentos internacionais na área dos museus, especialmente na América Latina, dentre os quais a MRSC. Essas apontavam para uma noção ampla e diversa de patrimônio, bem como para novos modelos conceituais de museu, forjados com base na participação comunitária. Nessa reforma é extinta a terminologia Técnicas de Museu e seus conteúdos passaram a ser contemplados em componentes curriculares com diferentes denominações, sendo uma delas “Ação Cultural e Educativa dos Museus” (Teixeira, 2022). Santos (2014) confirma que é somente nos anos 1980 que o corpo social do Curso de Museologia da UFBA teve acesso ao documento da MRSC. No entanto, não nos parece que devamos entender que é a partir desse momento que a formação em Museologia promovida pela instituição passa a adotar uma tendência teórico-prática de cunho social, pois como afirma Maria Célia, e atestam os registros de sua atuação docente, o encontro com a Carta de Santiago do Chile nos anos de 1980 significou não uma influência, mas sim a legitimação, segundo Santos (2014), das ações já em curso desde a década anterior.

As décadas de 1970 e 1980 no Brasil viram surgir duas experiências voltadas à formação no campo museal em nível de pós-graduação, uma delas em São Paulo e a outra no Rio de Janeiro. Em 1978, Waldisa Rússio (1935-1990) criou e coordenou o Curso de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP). Já em 1983, é criado na UNIRIO, o Curso de Especialização Ação Educativa nos Museus.

A iniciativa conduzida por Rússio de formação em Museologia contou com o apoio do Museu de Arte de São Paulo (MASP) — local em que nos primeiros anos ocorreram as aulas do curso — na pessoa de seu fundador e diretor, Pietro Maria Bardi (1900-1990), e teve o suporte acadêmico da FESP, instituição na qual Waldisa Rússio se graduou e realizou mestrado e doutorado. O curso esteve em atividade desde a criação, em 1978, até 1996 e formou 142 profissionais (Coutinho, 2010).

Waldisa Rússio estabeleceu uma trajetória destacada nacional e internacionalmente no campo da Museologia. Ao longo de sua atuação profissional e acadêmico-científica tiveram destaque a luta e a atuação teórico-prática em prol da educação e formação de profissionais de museus, da regulamentação da profissão de museólogo em nosso país (1984), bem como da democratização e do acesso aos museus e ao patrimônio (Sarraf, 2022).

Podemos identificar nos escritos de Waldisa algumas de suas motivações para a criação do curso. Uma delas passava pela urgência de formar profissionais qualificados para fazer frente a um cenário de criação crescente de instituições museológicas na cidade de São Paulo. Outra motivação nos parece que seria a de transformar significativamente a formação no campo. Segundo Rússio (2010, p. 258), o ensino de Museologia não passava

até aquele momento “da transmissão de um conjunto de técnicas, comunicadas através de um discurso descritivo e de uma prática que, exatamente por isso, é insuficiente e angustiante para o profissional”. Ela identificava que a formação de museólogos ainda girava em torno de noções de curadoria e privilegiava o estudo físico-externo dos objetos, ao contrário de focar o fato e os processos museológicos, a relação homem-objeto, o processo de musealização, os critérios de coleta e formação de coleções e o sistema interno da própria disciplina.

Diante das críticas feitas por Rússio ao modelo de formação em Museologia aplicado no país em sua época, é esperado que o curso da FESP, sob sua coordenação, caminhasse em outra direção. Essa se dava por meio das disciplinas Museologia Geral I, II e III; Museologia Especial; e Museologia Aplicada I, II e III. No que se refere aos seus conteúdos programáticos, considerando nosso interesse em identificar possíveis efeitos dos debates promovidos pela MRSC na formação de profissionais brasileiros, destacamos os tópicos Ecomuseologia e Museologia Comunitária, Museologia do Terceiro Mundo e Museologia dos anos 80 etc — ministrados no âmbito de Museologia Especial; e em Museologia Aplicada, evidenciamos os tópicos Comunicação (Exibição, Ação Educativa), Ciências da Educação e Sociologia da Educação. Waldisa Rússio (2010, p. 260) afirmou considerar que a mais importante conquista dessa sua iniciativa foi a de promover “a noção clara e inequívoca da inserção do museu na sociedade e de seu papel ético e social, seu potencial de agente transformador”.

Considerando os conteúdos mobilizados pelo curso da FESP, bem como a concepção de museu e o entendimento acerca de sua função social que eram por ele

veiculados, é possível afirmar que as discussões oferecidas ao longo dessa formação dialogavam com aquelas registradas na MRSC. Sarraf (2022) afirma que a Declaração de Santiago do Chile foi importante fonte de inspiração para Waldisa e que em seus cadernos podem ser localizadas anotações baseadas nesse documento como parte de um esforço da educadora e museóloga brasileira em compreender e redefinir o papel dos museus no Brasil e na América Latina.

O caráter inovador da iniciativa promovida por Rúsio é defendido por Coutinho (2010, pp. 9-10), que afirma ter o Curso de Museologia da FESP representado um marco para a Museologia brasileira, ao passo que fortaleceu “uma museologia sob os alicerces da Sociologia, uma linha hoje internacionalmente defendida, a da Sociomuseologia” e que, em razão disso, foi responsável por formar uma geração de profissionais diferenciados.

No Rio, o Curso de Especialização Ação Educativa nos Museus teve seu plano aprovado na UNIRIO em junho de 1983. O curso esteve vinculado ao Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM) e tinha como finalidade formar profissionais capazes de utilizar o potencial educativo e cultural dos museus no desempenho de suas tarefas específicas. Os dados aqui apresentados sobre o curso foram obtidos por meio da análise dos documentos “Projetos do Curso de Especialização de Museologia” e “Regulamento do Curso de Especialização Ação Educativa e Cultural em Museus”.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> O Projeto do curso pode ser encontrado na Coleção Maria Elisa Carrazzoni, Série Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural nos Museus (MEC/Caixa 5); e o Regulamento do curso consta no Fundo Escola de Museologia, ambos localizados no NUMMUS/UNIRIO.

Seus idealizadores apresentam como justificativa para a sua criação o reconhecimento — difundido por meio de encontros, congressos e seminários nacionais — da importância de um desempenho especializado e uma dinamização no que concerne às atividades de cunho educativo e cultural dos museus. A iniciativa parte do diagnóstico de que os museólogos não possuíam conhecimentos em Educação e Comunicação que favorecessem o trabalho educativo e, por outro lado, os profissionais da Educação não dominavam a estrutura e as funções dos museus, fazendo que não estivessem plenamente aptos a fazer uso das potencialidades educativas dos espaços museais.

Assim, o curso assumia para si a tarefa de articular os conhecimentos da Museologia às técnicas e aos procedimentos didático-pedagógicos, tendo como objetivo geral capacitar o aluno a desenvolver programas de trabalho utilizando como meio de ação os recursos do museu por meio da elaboração e aplicação de um projeto Educativo-Cultural.

Podiam integrar seu corpo discente pessoas graduadas em Museologia e oriundas de outros cursos de graduação que já tivessem participado de ações educativas ou estivessem vinculadas a museus, entidades culturais e educacionais. O curso não era gratuito e as aulas eram ministradas de segunda-feira a sexta-feira, entre 13 horas e 17 horas.

A metodologia adotada era a de estruturas modulares, com a carga horária podendo ser complementada por palestras de especialistas convidados da Museologia e da Educação. As 450 horas do curso estavam distribuídas, segundo Regulamento, em cinco módulos e seus conteúdos eram ministrados a partir das disciplinas a seguir:



Módulo I – Homem, Cultura e Sociedade, disciplinas Antropologia Cultural e Cultura Brasileira; Módulo II – Fundamentos da Educação e Didática, disciplinas Filosofia da Educação, Psicologia da Aprendizagem e Didática; Módulo III – Metodologia da Pesquisa, com um única disciplina; Módulo IV – Museologia e Museografia, disciplinas Museologia, Comunicação e Museografia; e Módulo V – Projetos Educativos e Culturais para Museus.

Ao todo 12 professores atuavam no curso, sendo a maioria vinculada à UNIRIO, mas contando com participação de profissionais vinculados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), à Universidade Santa Úrsula, ao Ministério dos Transportes e Museu Imperial. No que tange à área de formação desses profissionais, a metade possuía bacharelado em Museologia, e os demais eram oriundos dos cursos de Pedagogia, História, Letras e Ciências Sociais, sendo alguns deles pós-graduados (especialização, mestrado e doutorado em andamento) em Educação, Literatura, História da Arte, Sociologia e Antropologia Cultural.

A análise do objetivo e da justificativa do curso nos leva a acreditar que ele tinha compromisso mais com aspectos técnicos do campo museal, diante de uma demanda de capacitação de profissionais para a área educativa dos museus que aparentemente ganhava espaço no período. Ao afirmar que o curso se dirigia às demandas de formação especializada na área da Educação em museus difundidas em eventos de caráter nacional, somos levados a excluir influências diretas da MRSC.

Não foi possível identificar na documentação localizada até o momento quantas turmas teriam se formado no Curso Ação Educativa e Cultural da UNIRIO e nem o tempo em que ele permaneceu em atividade, mas é

sabido que algumas monografias foram realizadas. As futuras análises das produções dos discentes que integram o acervo do NUMMUS/UNIRIO nos permitirão identificar o perfil de seu alunado e contribuirão para que conheçamos os temas pesquisados, os referenciais teóricos e a bibliografia utilizados, bem como as contribuições dessa formação para o campo.

Nos anos que sucederam imediatamente a MRSC o Brasil não viu propriamente crescer o número de cursos de Museologia. Além dos cursos da UNIRIO e da UFBA, existiu outro, fruto da iniciativa privada, que esteve em atividade entre 1975 e o início da década de 1990. Esse Curso de Museologia foi criado na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO) e ainda nos anos de 1970 foi incorporado pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá. Até 2003 o Brasil contava com apenas dois bacharelados em Museologia. É com a Política Nacional de Museus – PNM (2003) e com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007, que vemos esse quantitativo dar um salto para os 15 cursos hoje existentes e presentes em diferentes estados e regiões do país. É também a partir da segunda metade dos anos 2000 que começam a se consolidar cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Museologia, hoje com quatro mestrados e um doutorado.<sup>8</sup>

---

8 Foram criados em 2006 o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), 2012 o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (USP), 2013 o Programa de Pós-Graduação em Museologia Universidade Federal da Bahia (UFBA) e 2017 o Programa

Foi nos anos de 2010 que surgiu uma nova especialização no campo da Educação Museal: o Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Museal. A pós *lato sensu* disponibilizou 30 vagas e foi criada no Rio de Janeiro a partir da cooperação técnica entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), representado pelos museus Castro Maya e Museu da República, e a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), por meio do Instituto Superior de Educação (ISERJ). A existência de demanda por essa formação pôde ser confirmada pelas 127 candidaturas apresentadas em uma única semana. Uma única turma foi formada e a iniciativa, apesar de bem-sucedida, não teve continuidade. As causas principais da descontinuidade do curso que esteve em atividade entre os anos de 2013 e 2016, foram a permanente falta de verbas e as dificuldades relacionadas à gestão da parceria (Frecheiras & Castro, 2018).

O tema formação e pesquisa é abordado no artigo de Martins, Castro & Almeida (2021), tomando como referência o período de pós-pandemia de Covid-19. Nesse, discutem a aplicação da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), elaborada no Brasil entre os anos de 2010-2017. A iniciativa de construção da PNEM foi possível a partir de um contexto sócio-histórico favorável em continuidade a outras políticas públicas implementadas anteriormente, a constituição do IBRAM, em 2009, a organização da Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM Brasil) e o engajamento de profissionais em todo o país. O impulso alcançado com a trajetória de sua construção participativa contribuiu para o fortalecimento do

---

de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

campo por seu conteúdo robusto e ineditismo, como ressaltam as autoras, tornando-se referência no âmbito nacional e internacional. Os documentos produzidos nesse processo trouxeram aportes teóricos e práticos relevantes para a formação de educadores.

Entre os aspectos apresentados observam que a formação de educadores tem se constituído essencialmente na prática cotidiana nos museus e apontam a necessidade de sistematização e consolidação dos conhecimentos específicos do campo. A publicação de dossiês temáticos em periódicos científicos, a organização de coletâneas de textos e de referências da área (bibliográficas e de mídias) tem caminhado nessa direção, em sinergia com o aumento da produção acadêmica e de variado material sobre Educação Museal no país (Martins, Castro & Almeida, 2021). Entretanto, há lacunas importantes referentes à formação e profissionalização dos educadores museais que necessitam ser enfrentadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível verificar que as matrizes curriculares dos cursos de Museologia da UNIRIO e da UFBA, nos anos de 1970 e 1980, passam a dar maior destaque à Educação e às ações com a comunidade, seja por meio de Exposições Curriculares (UNIRIO) ou de programas e projetos educativos a partir da colaboração museu-escola-universidade (UFBA). No que se refere à formação por meio da pós-graduação, guardadas as importantes diferenças entre as iniciativas analisadas, ambas apresentaram propostas inovadoras e alinhadas com as demandas e anseios teóricos e/ou práticos de seu tempo.

A pandemia de Covid-19 evidenciou a precariedade laboral dos educadores museais, a fragilidade da infraestrutura básica para a realização de suas atividades e a necessidade de se diversificar a formação dos profissionais desse campo. A premissa equivocada de que os educadores museais atuam apenas presencialmente e em atividades com os públicos levou à suspensão e redução de equipes — entendendo que tais profissionais poderiam ser dispensados, mesmo que temporariamente. Essa postura aponta que os setores educativos não são entendidos como parte integrante do museu, contrariando as ideias defendidas na MRSC, e revela um claro desprestígio dos profissionais que atuam mais diretamente com os públicos, em relação àqueles que trabalham com as coleções. Sendo assim, podemos indagar se nossos museus estão centrados nas pessoas ou seguem tendo os objetos como a sua principal razão de ser.

A formação de educadores museais no Brasil se dá, ainda, exclusivamente no desenvolvimento de sua própria atividade profissional. Os educadores museais estão sujeitos a relações precarizadas de trabalho, são mal remunerados e têm pouca perspectiva de ver sua profissão regulamentada. Nesse quesito, pouco se avançou desde a MRSC. As experiências nacionais de formação em Museologia em nível superior (incluindo a pós-graduação) revelam que o caminho para a efetivação das iniciativas formativas passa pela universidade pública, pelo desenvolvimento de políticas públicas participativas para o campo e pela alocação de recursos que garantam sua criação e consolidação.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, V. M. S. & REIS, M. A. G. de S. Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-P-MUS UNIRIO | MAST*, vol. 6, n.º 1, 2013.
- COUTINHO, M. I. L. Waldisa, o curso de Museologia e o alunado. In: BRUNO, M. C. O. (org.) *Waldisa Rússio Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol. 2.
- CRUZ e SOUZA, L. C. Museu integral, Museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, vol. 28, pp. 1-21, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155981>>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- FRECHEIRAS, K. & CASTRO, F. A PNEM e os subsídios para profissionais, formação e pesquisa: relato de uma experiência acadêmica. In: TOJO, J. M. & AMARAL, L. (orgs.). *Rede de Redes* [recurso eletrônico]. Diálogos e perspectivas das redes de educadores de museus no Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/redederedes/ficha-tecnica.html>>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?*. São Paulo: Paz e Terra, 2012 [1969].
- GADOTTI, M. Educação Popular e Educação ao longo da vida. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas*. Brasília, 2016.

- GHANEM, E. & TRILLA, J. *Educação formal e não formal: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus Editorial, 2008.
- GLASER, G. M. Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo. Resoluciones. *Noticario Mensual*, n.º 190-191, año XVI:5-7. Santiago, Chile: Museo Nacional de Historia Natural, 1972.
- IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. *MesaRedonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo*. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 1972/José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (orgs.). Brasília: IBRAM/MinC; Programa Ibermuseos, 2012, vol. 1.
- LOPES, M. M. “A favor da descolarização dos museus”. *Educação & Sociedade*, n.º 40, dez. 1991. Campinas: Cedes/UNICAMP, pp. 443-5.
- MARTINS, L. C.; CASTRO, F. S. R. de & ALMEIDA, A. M. Como fazer depois de 2020? A Política Nacional de Educação Museal em um contexto pós-pandêmico. *CADERNOS DO CEOM*, Chapecó, vol. 34, n.º 54, pp. 43-54, 2021.
- PICÓN, C. *Desarrollo, universidades y educación de personas jóvenes y adultas*. Lima: Ruta Pedagógica Editora, 2020.
- RÚSSIO, W. G. Museologia: formação profissional no Brasil – a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo/FESP. In: BRUNO, M. C. O. (org.). *Waldisa Rússio Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol.1.
- SÁ, I. C. de. Curso de Museologia-UNIRIO: 90 anos de avanços e desafios. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, vol. 15, n.º 2, pp. 19-49, 2022.

- SANTOS, M. C. T. M. Um compromisso social com a museologia. *Cadernos CEOM*, Chapecó, vol. 27, n.º 41, pp. 71-114, 2014.
- SARRAF, V. La Mesa de Santiago y Waldisa Rússio: Legados para la Museología. In: PONTET, R. & CÂNDIDO, M. M. D (orgs.). *Caderno de resumos do XXX Encontro do ICOFOM LAC: Museologia multivocal na América Latina e Caribe desde a Mesa-Redonda de Santiago 1972*. Paris: ICOM/ICOFOM, 2022.
- SEIBEL-MACHADO, M. I. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida*. Doutorado – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- SOARES, O. de J. & GRUZMAN, C. O lugar da pesquisa na Educação Museal: desafios, panoramas e perspectivas. *Revista Docência e Cibercultura*, vol. 3, pp. 115-39, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/39809/30490>>. Acesso em: 20 out. 2022.
- TEIXEIRA, S. S. O curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia: história, características, desafios e tendências contemporâneas. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, vol. 15, n.º 2, pp. 50-78, 2022.
- TODA vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar. Compositor e intérprete: Siba. In: *TODA vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar*. Intérprete: Siba e a Fuloresta. Recife: Produção Independente, 2007. 1 CD, Faixa 3.
- VALENTE, M. E. A. Museus de Ciência e Tecnologia no Brasil: uma ‘Reunião de Família’ na Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972. *Museologia e Patrimônio*, vol. 2, n.º 2, pp. 73-86, 2009.
- VALENTE, M. E. A. Panorama da história da Educação Museal no Brasil: uma reflexão. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 52, pp. 49-63, 2020.



## 5

### **A Mesa de Santiago e o giro decolonial latino-americano: chaves para abrir a “palavramundo” da Educação Museal**

*Juliana Siqueira*

*E de repente  
o resumo de tudo é uma chave.*

[...]

*A porta principal, esta é que abre  
sem fechadura e gesto.*

*Abre para o imenso.*

*Vai-me empurrando e revelando  
o que não sei de mim e está nos Outros.*

[...]

*É dentro em nós que as coisas são,  
ferro em brasa – o ferro de uma chave.*

Carlos Drummond de Andrade, *A chave*, 2015

## CELEBRAR OCINQUENTENÁRIO DA MESA DE SANTIAGO: RETRIBUIÇÃO À SUA FORÇA FECUNDA

**R**ememorar a Mesa-Redonda de Santiago do Chile é, simultaneamente, uma honra e uma responsabilidade. Quando iniciei minha caminhada na Museologia, em 2003, as reverberações dos ideais emanados naquele evento me alcançaram por meio dos meus colegas mais antigos e me afetaram profundamente. No contexto da vigência de uma política nacional de museus que sintonizava e potencializava esses mesmos ideais, meus passos foram guiados e firmados na construção de uma experiência de educação museal profundamente transformadora para as pessoas e as instituições envolvidas (Siqueira, 2009; 2019). Cumpriu-se um ciclo. É graças a todo o aprendizado colhido nesse processo que posso oferecer, aqui e agora, minha restituição à Mesa-Redonda de Santiago, para que ela siga nutrindo e iluminando novas gerações de pessoas atuantes na Museologia e na Educação Museal em direção a um compromisso com a vida.

## GIRO DECOLONIAL E MESA DE SANTIAGO: CHAVES DE LEITURA E REESCRITA DO MUNDO

Há sete anos, minhas incursões na Museologia, impulsionadas pelo desejo de construção de uma política municipal de museus, memória e Museologia Social em Campinas, chegaram a um desemboque, para o qual confluíam as aprendizagens do trabalho e dos estudos e todo o contexto social e político que vivemos no Brasil entre 2003 e 2015, semeados, bem sabemos, desde muito an-

tes. Quando pensávamos que toda aquela potência nos levaria cada vez mais adiante, em um golpe da realidade, tudo se precipitou em um redemoinho, como se a experiência de pouco mais de uma década, tecida nos âmbitos sociais e profissionais fosse sendo sugada, se desfigurando e se dissolvendo lentamente, diante de nós. Naquele momento de perplexidade, a ausência de uma chave que abrisse o entendimento dos processos em curso era motivo de grande sofrimento.

Foi literalmente na boca de um vulcão, na Costa Rica, durante um seminário internacional sobre interculturalidade e bem-viver, que deparei pela primeira vez com o magma de um pensamento que poderia informar uma chave de leitura valiosa: o giro decolonial latino-americano. Com a alma ainda em brasa, retornei a Campinas para martelar de perguntas aquela chave recém-encontrada e desafiar sua força explicativa diante das contradições que se revelavam na prática. O conceito da colonialidade como contraface necessária e persistente da modernidade (Mignolo, 2017) trouxe a peça que para mim estava oculta no quadro explicativo da Sociomuseologia. E, como o conhecimento compromete (Maturana Romesín, 1998), essa visão me compeliu a abrir mão de uma postura ingênua em relação à narrativa que conjuga desenvolvimento e transformação social, uma vez que revelou inequivocamente a lógica que organiza a distribuição de poder e recursos de forma tão desigual no mundo e que reserva um papel subalternizado às nações e aos povos de América Latina e de África. O encontro com essa força explicativa me convocou, enfim, a decifrar como tudo isso diz respeito ao meu trabalho na ação cultural, na Museologia e na Educação Museal. Por isso, minha pesquisa de doutorado foi redimensionada para tecer o diálogo entre

esses campos e o giro decolonial, e para ensaiar um fundamento não mais apenas interdisciplinar, mas interculturalizante da nossa práxis (Siqueira, 2019). Desde então tenho seguido por essas sendas (Siqueira, 2021a; 2021b; Siqueira, Oliveira & Gabioneta, 2021).

O termo “palavramundo”, cunhado por Paulo Freire, nos lembra que viver é um permanente descodificar e recodificar da realidade. Para transitar entre a leitura e a reescrita do mundo, recorreremos às chaves. Precisamos delas. Como diz o poeta, as palavras, com suas mil faces, nos interrogam por elas. Vivemos no mundo da cultura, configurado por emoções e linguagens (Maturana Rome-sín, 1998). Se existir é atravessar portas para o imenso da vida, nos humanizarmos na existência é colaborar com essa criação, conferindo a cada gesto nosso um sentido cuidadoso — na dupla acepção da palavra: um sentido bem escolhido, mas também um sentido de cuidado.

O giro decolonial é uma chave de leitura do mundo, forjada do sangue que escorre das veias abertas no nosso continente austral. A Mesa de Santiago é uma chave de reescrita, um ato de criação potente que continua a deramar em nós seu ferro em brasa. Na presente reflexão, venho dispor essas duas chaves, esperando que no jogo entre elas, se abra para o mais amplo a “palavramundo” da Educação Museal.

## UMMERGULHONAESPIRALDOTEMPO:RE-ME-MORAR SANTIAGO EM CHAVE DECOLONIAL

A proposta do seminário organizado pela Casa de Oswaldo Cruz foi rememorar a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, marcar o protagonismo da América Latina no

campo dos museus e, coerentemente com o que propuse-ram seus participantes, há 50 anos, tecer a ponte com a nossa realidade contemporânea. Antes que mergulhemos nesse exercício, preciso dizer da relação que escolho estabelecer com o tempo, e desde a qual espero revestir meu rememorar de um sentido potente. Com a chave decolonial, me ponho a penetrar no tempo para além da métrica arbitrária da sucessão linear de dias, meses e anos. Sigo os ensinamentos dos povos originários de América e de África, para os quais o rio do tempo se marca na concretude dos acontecimentos.

Evoquemos a forma como os sábios iniciados bakongo, da cultura bantu no território do Congo, continente africano, vivem e pensam o tempo: na espiral de ciclos vitais que se sucedem, os acontecimentos-chave da existência delimitam lagoas do tempo (Fu-Kiau, 2016). No horizonte, não miramos um futuro de progresso e desenvolvimento, como terreno rumo ao qual devemos avançar continuamente, e do qual nos distanciamos quando somos obrigados a retroceder nessa marcha. Em vez disso, temos Kalunga, a transição entre um mundo manifesto, no qual o correr do tempo testemunha o nascimento, crescimento, auge, declínio e a morte de tudo o que existe, e um mundo subterrâneo, reino do imanifesto, onde se transmutam os elementos e a energia de tudo que existiu, para dar lugar a novas formas de existir. Em cada uma dessas lagoas, o “muntu”, pessoa que se humaniza manejando sua inteligência e suas capacidades criativas, deve ser um conhecedor/colaborador/curador da vida.

Nos tempos da morte e do imanifesto, que para o ocidental significariam paralisia ou retrocesso, a cultura zulu, também de origem bantu, entende que cabe à comunidade o “inkumbulo”, quer dizer, a rememoração

dolorosa dos erros, das violências, das perdas, dos atos ou fatos incongruentes com a vida, para que se possa entrar no tempo da restituição, da regeneração e da reparação (Dlamini, 2006). É esse “inkumbulo” que permite que as novas sementes lançadas possam germinar em solo fértil, pois os elementos nocivos à vida foram pacientemente observados e trazidos à luz, devidamente transmutados pelo conhecimento, pela responsabilidade e pela energia inteligente do “muntu”. Por isso, a cada ciclo, o “imbuyambo”, gesto de reviver as tradições, não é uma repetição estéril, mas uma ação criativa, na qual as capacidades de “muntu” são empregadas para colaborar com o nascimento e o crescimento do novo, potencializando também a elas mesmas, as capacidades do “muntu”.

Os povos originários de América possuem concepções do tempo análogas, porque conhecem um tempo de retorno, que é um período de regeneração e correção de rumos. Para os povos andinos, por exemplo, os Aimara e os Quéchuas, a vida é o seguir por um caminho justo, e o tempo é como uma lagoa de águas cristalinas (Campohermoso, Solíz & Campohermoso, 2015). A existência presente é o seu centro, e os acontecimentos são como as ondas que surgem na superfície da água quando alguém lhe atira uma pedra. A passagem do tempo se dá em direção às bordas desse lago, o que significa que ao permanecermos nesse fluxo, o passado está sempre à nossa frente, nos guiando com a sabedoria, e o futuro, movido pelos afetos e pelo querer, “munay”, aparece atrás de nós.

Para colaborar com a vida e nos humanizar, é preciso somar com o “Pachakutik”, tempo da destruição, tomando a consciência e procedendo a eliminação do que não é congruente com a vida, pois se assim não fizermos, voluntariamente, as consequências do inevitável retorno

do tempo serão devastadoras para a cultura. (Podemos pensar, neste ponto, o quanto tem sido destrutivo para nossa cultura negarmos o acerto de contas com um passado colonial violento, patriarcal e escravagista, com o continuado genocídio indígena, com a desastrosa sucessão de ditaduras e com o mais recente golpe à nossa democracia, que depôs injustificadamente a presidenta Dilma Rousseff, em seu segundo mandato). A recusa coletiva a esse “Pachakutik” nos condena a viver e conviver com os resquícios autoritários e violentos que envenenam e despotencializam as iniciativas de construção de sociedades democráticas e mais equânimes em nosso continente. Nesse sentido, *re-memorar* é trazer novamente para o centro da existência aquilo que o passar do tempo vai levando para longe. Como propõe Trownsell (2013), esse ‘re-remembering’ é uma reintegração e reincorporação consciente, seletiva e criativa, dos elementos do passado que consideramos adequados para potencializar a vida.

Assim, cabe a nós no presente nos darmos conta das circunstâncias que informavam a Mesa-Redonda de Santiago, e não recusarmos as tarefas difíceis que permitem a renovação de sua potência, à luz das circunstâncias atuais. Nesse sentido, propomos a reflexão a respeito de três aspectos da Educação Museal: conceitos, mediadores e públicos. Quero fazê-lo a partir de um deslocamento, que recoloca essa problemática em termos decoloniais.

## EM BUSCA DE CONCEITOS, O DESENCOBRIENTO DAS PALAVRAS PRÓPRIAS

Se queremos iluminar o protagonismo da América Latina no campo dos museus, nossa primeira tarefa é nos

lembrarmos de que América Latina é uma ficção produzida no processo colonial, como necessário complemento de outra fabricação, que foi a invenção da Europa, no bojo da produção da modernidade (Dussel, 1993). Ao receber a denominação geral de América, esse continente teve automaticamente apagados os numerosos nomes com que os povos aqui viventes o reconheciam: Abya Yala, Tawantinsuyu, Anáhuac, Pindorama... As singularidades de tantos povos originários foram solapadas com a designação equivocada e inespecífica de “índios”. Um apagamento de nomes e origens, análogo ao que mais tarde se empreendeu contra os povos africanos, sequestrados e escravizados no empreendimento colonial: o primeiro passo para sua desumanização (Santos, 2015).

O “descobrimento” das Américas foi, assim, o encobrimento de muitos mundos e processos civilizatórios. E, à proporção que a conquista avançou sobre seus territórios, esse encobrimento se converteu no genocídio de povos, com os quais se calaram as línguas que sustentavam múltiplos horizontes de sentido (Grosfoguel, 2016). Silenciaram-se, à força, tantas “palavramundos”! Cultivada milenarmente na interação com essas civilizações, a biodiversidade, dominada, foi-se empobrecendo. O conhecimento-exploração rasgou o ventre da terra, extraiu seu brilho, desviou e poluiu suas águas, extinguiu seus frutos. Removidos sucessivamente de seus territórios tradicionais, desvinculados de suas condições de existência plena e feliz, compelidos a viver nas periferias das selvas de pedra,<sup>1</sup> os povos originários e tradicionais adoecem,

---

<sup>1</sup> Com esse termo (selvas de pedra), a Kujan Dirce Jorge Lipu, líder espiritual e preservadora da cultura Kaingang por meio do Museu



empobrecem, passam fome. E, ainda assim, resistem e reexistem, diariamente!

Ao afirmar-se como moderno, isto é, atual e emancipado, o homem europeu definiu-se como o ser, contrapondo-se a ameríndios e africanos, considerados não-ser, negando-lhes o pensar, a soberania, as palavras e os caminhos próprios. A seus modos de vida atribuiu caráter primitivo, como se constituíssem a infância ou o passado da humanidade. Seus cursos históricos foram interrompidos, minadas as condições objetivas e subjetivas de sustentar vias civilizatórias autônomas e singulares, que eram e continuam a ser sábias e contemporâneas. Auxiliados nesse projeto por uma pedagogia da desmemória (Valko, 2010), os opressores lograram introjetar sua lógica nos oprimidos. E, assim, prevalece a mentira de nossa pobreza, inferioridade e atraso. Somos inseridos no sistema global de maneira subalternizada como um terceiro mundo, e nossas sociedades são consideradas subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Subjaz a esses termos, além de uma concepção linear do tempo, na qual não existe retorno ou regeneração, a falsa promessa, indesejável para os lúcidos, de que, rezando pela cartilha universal, chegaremos a ser como nossos colonizadores de antes ou de hoje.

A face da colonialidade é bem conhecida por todos, mas não seria necessário repisar sua exposição se os fundamentos que a sustentam estivessem já superados em nossas estruturas, instituições e práxis. Se ela não continuasse a produzir seus efeitos perversos em cada aspecto de nosso viver cotidiano. É nesse ponto, precisamente,

---

Worikg Sol Nascente, na Terra Indígena Vanuíre, em Arco-Íris, São Paulo, refere-se às nossas cidades.

que emerge a necessidade de exercermos nosso protagonismo no campo da Museologia — se entendemos ser a práxis museológica um trabalho que resulta na dinâmica de preservação/recriação cultural. Nosso protagonismo não quer ser alternativo (isto é, não almeja ser uma opção ao modelo atual, substituindo-o em sua centralidade), mas deseja fecundar museologias alterativas (ações dissidentes, que seguem o próprio curso, pertinentes ao seu contexto, convivendo ecológicas a outras possibilidades). Assim, invertemos o sentido subalterno que se atribui à identidade Latino-Americana e afirmamos, em seu lugar, a possibilidade de uma solidariedade entre povos que partilham uma história em comum, e que não desejando mais ser definidos por seu passado colonial, reconstroem suas apostas de vida, não mais como a periferia ou defasagem do outro, mas desde a própria centralidade.

O que se reivindica, como um protagonismo nosso na Museologia, é — para respeitarmos a palavra/ação indígena — a “retomada” das existências e projetos de vida dos povos originários e afrodiáspóricos. Retomada que é integral: dos corpos, dos territórios, das línguas, das espiritualidades, dos saberes, dos direitos, das liberdades, das histórias e dos desígnios. Para os não indígenas e não negros, ela significa o respeito absoluto com a vida daqueles sujeitos, nos seus próprios termos. A preservação cultural na América Latina e, portanto, a Museologia, não se faz sem um compromisso ético-político com a existência dos seus corpos e territórios, e a determinação firme de que a cultura hegemônica (moderna/ocidental/capitalista) deixe de ser uma ameaça às demais matrizes culturais — o que se traduz em implodir as hierarquias culturais, renunciando aos seus privilégios, e provincializar-se, isto

é, ecologizar-se em um pluriverso cultural (Chakrabarty, 2008; Restrepo & Rojas, 2010). Um passo mais adiante nessa aprendizagem, a cultura ocidental há que deixar de ser uma ameaça à biodiversidade, à continuidade da vida no planeta e, mais que ecologizar-se entre outras culturas, cosmologizar-se com todas as formas de vida.

Dado esse entendimento, um dos principais desdobramentos da Mesa de Santiago, o postulado de que os museus estão a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, deve ser revisto à luz do giro decolonial, pois em um pluriverso intercultural nem se pode considerar a existência de uma única sociedade, nem se pode afirmar que seu arranjo hegemônico tem produzido a justiça ou o bem-viver. Ademais, o termo “desenvolvimento” já não cabe para traduzir as apostas civilizatórias de nossa Abya-Yala Quilombola — quer porque parte de uma ideia linear do tempo, que exclui a noção de cuidado, fundamental para nossos povos; quer porque universaliza o modo de vida moderno/ocidental como modelo para toda a humanidade; ou, ainda, porque, diferentemente das dinâmicas de biointeração afroindígenas, tais como o bem-viver e o ubuntu, é demasiadamente antropocêntrico (Santos, 2015). Preservar a radicalidade emancipatória de Santiago nos exige o exercício de atualizar os termos em que seus ideais se desdobraram, para incluirmos a experiência dos “de abajo”.

Essa Abya-Yala Quilombola clama por se fazer ouvir e respeitar. É nosso dever aprender essa escuta, desde a qual se podem descortinar formas outras de coexistir e aprender (nem novas, nem velhas: contemporâneas). O filósofo e linguista alemão Carlos Lenkersdorf (2008) relatou que entre os povos maia tojolabales, no território mexicano, existem dois idiomas distintos: o falado e o

que se ouve. É por esse último que se nomeiam os tojolabales, visto que, para eles, é o saber ouvir que os constitui seres humanos verdadeiros. Em sua linguagem se plasma uma concepção de mundo em que a alteridade é o princípio fundamental, assim como a complementaridade. Em sua gramática pronunciam: “Eu disse, você escutou” e, dessa forma, todos são sujeitos; não existem objetos. Assim é o mundo para os povos originários: uma “interconectividade robusta” (Tronwsell, 2013) em que tudo na existência manifesta cuidado e, portanto, exerce agência. Saber decifrar a teia frágil e transparente que une todos os seres — para além dos humanos, para além dos vivos e dos já nascidos, escutar a voz de cada um no concerto cósmico é o que Lenkersdorf denominou cosmoaudição. O reconhecimento da interdependência entre os seres, na sua aceitação e compromisso mútuos, faz surgir um sujeito político distinto, feito da solidariedade entre o “nós” e os “outros”: um *nosoutros* em que as alteridades não se anulam, mas convivem no respeito e no diálogo intercultural que resgata, enfim, a possibilidade de nossa humanização.

Um tal diálogo abre a palavravundo da Educação Museal ao inédito e torna possível nos afetar, informar e incorporar percepções, experiências e conceitos inabarcáveis pela episteme moderna. Nossas pedagogias podem ser fertilizadas com conceitos e práticas baseados em princípios organizativos como ancestralidade, cuidado, incorporação, espiritualidade, cosmopercepção, vincularidade, agência do patrimônio, entre outras. Os fundamentos que lhes dão sustentação são o conhecimento/cuidado, a colaboração matrística, a conservação viva... Do manancial de cosmopraxis e cosmovivências afroindígenas emergem epistemologias, conceitos, métodos,

técnicas e pedagogias que podem ser desdobrados no campo dos museus e da Educação Museal por meio de um trabalho colaborativo intenso. Não mais pela chave da exploração/apropriação cultural, e sim da nosotrficação — ou o que o sábio quilombola Nego Bispo chama de confluência (Santos, 2015).

## MEDIAÇÃO COMO CONDIÇÃO DE UM DIÁLOGO INTERCULTURAL

Seria ingenuidade supor que nos basta afirmar a necessidade desse diálogo intercultural para que ele ocorra de forma horizontal e justa, em um cenário de tão desigual distribuição de recursos e poderes. Tampouco é produtivo afirmar, normativamente, o museu como um fórum aberto e democrático. Ele é, antes, um espaço de construção e de exercício de poder, de disputas e de afirmação política. São as decisões concretas de seus integrantes (profissionais, gestores, comunidade de parceiros e usuários) que o configuram como dispositivo cultural mais ou menos dialógico e democrático e definem a natureza das relações que ali se dão e se projetam socialmente. Por isso, se faz necessário distinguir o papel que as mediações desempenham na conformação desse encontro. De que concepção de mediação estamos falando?

Acolho o conceito proposto por Perrotti & Pieruccini (2014): uma categoria intrínseca a qualquer processo de significação, cujo papel vai além de viabilizar a produção de sentidos como um instrumento de apoio nos processos culturais. Não se trata apenas de favorecer o acesso de um público a determinadas obras ou saberes, ou de construir interfaces entre universos distintos. De fato, a

mediação é um ato de significação, uma instância produtora de sentidos e, em certos casos, alcança uma qualidade epistemológica. Mais do que o acesso ao objeto cultural, está em causa a chave cognitiva que dá passagem a dimensões simbólicas, imbricadas aos aspectos da vida social e cotidiana.

Para esses autores, a mediação cria um entreterritório, uma zona de conexão, encontro e negociação de sentidos. Atuante como instância reguladora, ela interpela o sujeito não como um indivíduo com seus interesses privados, mas na qualidade de participante de uma cultura, no âmbito do público, do comum. Quer dizer, ela não o afeta como consumidor de cultura, mas como protagonista cultural, sujeito histórico. Trazendo a reflexão para o âmbito da interculturalização, podemos dizer que a mediação significativa põe em xeque as hierarquias culturais e convoca o sujeito da cultura hegemônica para o descentramento e a renúncia de seus privilégios, para que seja possível o viver-com-outros. Ela o coloca diante do não-saber, do não dominado, do irreduzível. Por isso é um ato deontológico de cura e reparação. Em um sentido decolonial, não especista, reclama não mais a nossa humanização, mas a cosmologização, o desempenho de uma função cósmica, a ancestralização.

É curioso percebermos quantas vezes os museus têm mantido objetos cujas chaves cognitivas são guardadas por comunidades que estão ausentes da instituição ou do discurso museológico... Uma educação museal na qual a leitura do mundo precedesse a leitura dos objetos nos faria questionar: por que foram apartados? Quanto a nossa incapacidade de “ouvir” os objetos pertencentes a outras culturas denuncia nossa indiferença ou negligência decorrentes de um centramento cultural exacerbado,

o próprio pacto da branquitude (Bento, 2022)? Poderia a mediação cultural nos habilitar a perceber e respeitar os tantos mundos que estão à nossa volta, aos quais permanecemos nocivamente insensíveis? Como esses objetos podem ser a ponte para uma relação em que a retomada dos caminhos de vida comunitários se faça um compromisso comum? Quer o museu assumir essa politicidade?

### DOS PÚBLICOS AO PÚBLICO: UMA NECESSÁRIA RECONSTRUÇÃO

As discussões contemporâneas a respeito dos públicos dos museus têm, frequentemente, girado em torno dos eixos da participação, da inclusividade e do acesso, mas também da democratização da ferramenta museu. Quero acrescentar a esse conjunto tão rico e necessário de reflexões apenas duas provocações.

A primeira diz respeito à distinção estabelecida por Nego Bispo entre a lógica hierárquica excludente da cosmovisão ocidental e a lógica circular inclusiva das culturas originárias indígenas e africanas:

As manifestações culturais dos povos eurocristãos monoteístas geralmente são organizadas em uma estrutura vertical com regras estaticamente pré-definidas, número limitado de participantes classificados por sexo, faixa etária, grau de habilidade, divididos em times e/ou equipes, segmentadas do coletivo para o indivíduo (onde o talento individual costuma ser mais valorizado que o trabalho em equipe) e em permanente estado de competitividade. [...]

As manifestações culturais dos povos afro-pindorâmicos [...] são organizadas geralmente em estruturas circulares com participantes de ambos os sexos, de diversas faixas etárias e número ilimitado de participantes. As atividades são organizadas por fundamentos e princípios filosóficos comunitários que são verdadeiros ensinamentos de vida. É por isso que no lugar dos juízes, temos as mestras e os mestres na condução dessas atividades. As pessoas que assistem, ao invés de torcerem, podem participar das mais diversas maneiras e no final a manifestação é a grande vencedora, porque se desenvolveu de forma integrada, do individual para o coletivo (onde as ações e atividades desenvolvidas por cada pessoa são uma expressão das tradições de vida e de sabedoria da comunidade) (Santos, 2015, pp. 41-2).

Apoiada na nitidez de pensamento e no poder de síntese do mestre, quero girar nossa reflexão sobre a chave segundo a qual comumente nos organizamos: a segmentação de públicos, que conduz a mediação a convocá-los como indivíduos. Acaso se experimentarmos formas organizativas outras, que interpelem o coletivo, seremos capazes de efetivar uma mediação que abra para a atuação na esfera pública, espaço da produção do comum? No âmbito da cultura, o protagonismo criador/curador/preservador só pode ser exercido coletivamente (e na manutenção da alteridade), o que não é o mesmo que incluir novos segmentos de público em um mercado consumidor de cultura, cuja natureza das trocas é privada.

Extrapolamos, daí, questões sobre a relação dos museus com as redes sociais, uma vez comprovado o quanto a presença *on-line* tem se tornado um elemento



indispensável de validação dos museus. Os problemas aqui se avolumam: não se trata mais apenas da brecha digital que exclui a maioria da população latino-americana do acesso a essas tecnologias (que dirá de sua apropriação), e tampouco do fato de que esses espaços são privados e, portanto, não podem constituir um âmbito equitativo ou justo para a intervenção cultural. Trata-se também e, principalmente, da evidência de que, obedecendo à sua natureza privada, seu desenvolvimento técnico automatizado via algoritmos, na ausência de qualquer consideração ética, até mesmo com relação à produção da verdade ou da pós-verdade, guiado exclusivamente pelo imperativo do lucro, tomando a todos nós, ao tempo e à própria cultura como mercadoria, nos segmentou, fragmentou o próprio espaço outrora comunicativo em bolhas reiterativas onde não há mais alteridade, informação, comunicação, possibilidade da construção de um sentido do comum, dissolvendo finalmente aquilo que era o âmbito público. A influência dessas bolhas sobre os processos eleitorais desde 2017 nos mostra que o problema não é de forma alguma marginal, desimportante. Será possível ao museu identificar, alimentar e fortalecer usos outros das tecnologias, capazes de operar em chaves forjadas pelos princípios do comum e do público? A Educação Museal precisa confrontar essas questões para as quais não temos precedentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve exercício de reverência e lembrança da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, partimos de uma postura e de um caminho decolonial para afirmar o

protagonismo da América Latina — ou, antes, de Abya Yala Quilombola — no campo dos museus. Ao assumir que nossa contribuição específica é dada desde a centralidade da própria experiência histórica, social e cultural, e não mais como periferia do mundo, aportamos aos campos da Museologia e da Educação Museal com o movimento de interculturalização, relevante em todos os contextos globais.

Afirmamos que a atualização da potência transformadora de Santiago requer, hoje, a consideração crítica dos postulados que vinculam o desenvolvimento à função social do museu e à mudança social, em favor da retomada de vias civilizatórias ao mesmo tempo ancestrais e contemporâneas, baseadas na biointeração — que há tanto tempo e ainda no presente têm sido ignoradas e inferiorizadas. Assim, abordamos os eixos de discussão sobre a Educação Museal — conceitos, mediadores e públicos — de modo a prospectar novos terrenos a serem cultivados pelo pensamento e pela ação coletiva.

Com relação aos conceitos, há muito a ser aprendido desde a retomada pelos povos originários e afrodiaspóricos das palavras próprias e das cosmovivências que elas revestem. Mais que a humanização, suas pedagogias apontam para um caminho de cosmologização do humano: o aprender a perceber, a conviver e a cuidar da vida. No que concerne à mediação, trata-se da abertura de entreterritórios onde encontros e trocas justas possam ter lugar, fazendo vir à luz sentidos capazes de ultrapassar as considerações e os privilégios individuais e culturais em favor de uma cura(doria) intercultural. Assim, a tarefa de revalorização e reconstrução dos saberes guia-se pela politicidade da *nosotrificação*, isto é, pelo compromisso da Museologia com a preservação não apenas de

vestígios e relíquias de culturas e povos continuamente violados, mas da integridade de suas dimensões e condições de existência. Seguindo essa lógica, no que diz respeito aos públicos, propomos ampliar a discussão da inclusão de novos nichos no acesso/consumo cultural para o desafio de reconstituir as condições de produção do comum e do espaço público, erodidas pelos apetites privatistas neoliberais e pelas estratégias segregadoras embutidas nas tecnologias que integram nosso ecossistema educacional.

As respostas a essas questões estão por se desdobrar. No futuro, os não nascidos esperam por nós. Não tardemos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. *A chave*. In: Corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 40.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CAMPOHERMOSO RODRÍGUEZ, O. F.; SOLIZ SOLIZ, R. & CAMPOHERMOSO RODRÍGUEZ O. Lógica aimara trivalente y cosmovisión andina. *Cuadernos Hospital de Clínicas*, La Paz, vol. 56, n.º 2, 2015, pp. 89-97. Disponível em: <[http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1652-67762015000200019](http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1652-67762015000200019)>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- CHAKRABARTY, D. Introducción: la idea de provincializar a Europa en la postcolonialidad e El artificio de la historia. In: *Al margen de Europa: Pensamiento poscolonial y diferencia histórica*. Barcelona: Tusquets Editores, 2008, pp. 29-80.
- DLAMINI, N. “Inkumbulo” as Remembering, Communing

- and Praxis: Retelling the Stories of transformation and learning. *International Education*, Knoxville, vol. 36, ed. 1, Fall 2006, pp. 32-45, 96-97.
- DUSSEL, E. 1492: *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FU-KIAU, K. K. B. Ntangu-Tandu-Kolo: o conceito Bantu Kongo do tempo. Trad. Mo Maiê. *Terreiro de Griôs: Revista Eletrônica Oralidade, Arte, Cosmopercepções, Educação e Africanidades*. 10 dez. 2016. Disponível em: <<http://terreirodegriots.blogspot.com/2016/12/ntangu-tandu-kolo-o-conceito-bantukongo.html>>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, vol. 31, n.º 1, 2016, pp. 25-49.
- LENKERSDORF, C. *Aprender a escuchar: enseñanzas maya-tojolabales*. México: Plaza y Valdés, 2008.
- MATURANA ROMESÍN, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 32, n.º 94, jun. 2017.
- PERROTTI, E. & PIERUCCINI, I. Mediação cultural como categoria autônoma. *Informação & Informação*, Londrina, vol. 19, n.º 2, maio-ago. 2014, pp. 1-22.
- RESTREPO, E. & ROJAS, A. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colombia: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar. Maestría en Estudios Culturales, Universidad Javeriana, Editorial Universidad del Cauca, 2010.
- SANTOS, A. B. [Nego Bispo]. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI, UnB, CNPq, MCTI, 2015.

- SIQUEIRA, J. M. de. *Quem educará os educadores? A Educomunicação e a formação de docentes em serviço*. Mestrado em Ciências da Comunicação – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SIQUEIRA, J. M. de. *A Educação Museal na perspectiva da Sociomuseologia. Proposta para uma cartografia de um campo em formação*. Doutorado em Museologia – Programa de Pós-Graduação em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2019, 728p.
- SIQUEIRA, J. M. de. Para incorporar uma práxis decolonial: a relevância dos corpos no processo museológico. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021a, pp. 113-40.
- SIQUEIRA, J. M. de. Para sular as práticas informacionais: contribuições epistemológicas ameríndias, africanas e afro-brasileiras ao projeto decolonial. In: TANUS, G. F.; ROCHA, J. A. P. & BERTI, I. C. *Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021b, pp. 307-22.
- SIQUEIRA, J. M. de.; OLIVEIRA, R. & GABIONETA, R. O corpo na encruzilhada: a pedagogia exúlica decolonizando as práticas educativas. In: SOUZA, E.; NOGUEIRA, S. & TEBET, G. (orgs.). *Giro Epistemológico para uma educação antirracista*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, pp. 338-53.
- TROWNSELL, T. *Robust relationality: lessons from the ontology of complete interconnectedness for the field of International Relations*. Doutorado em Relações Internacionais, American University, Washington, 2013.
- VALKO, M. *Pedagogía de la desmemória: crónicas y estrategias del genocidio invisible*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2010.

## PARTE II

# Novos paradigmas, políticas e poéticas

## 6

### **Por amor do mundo: rumo ao museu *amans***

*Alice Semedo*

*Havia  
uma palavra  
no escuro.  
Minúscula. Ignorada.  
Martelava no escuro.  
Martelava  
no chão da água.  
Do fundo do tempo,  
Martelava.  
Contra o muro.  
Uma palavra.  
no escuro.  
Que me chamava.*

Eugénio de Andrade, *Havia uma palavra*

## NÃO SEI SE RESPONDO OU SE PERGUNTO

Nos últimos dois anos o mundo semiadormecido dos museus foi confrontado com uma discussão muito amarga sobre a razão de ser da sua existência e obrigado a enfrentar dilemas morais essenciais. Apesar da adversidade, os museus parecem agora mais despertos, prometendo outros futuros mais ambiciosos e significativos para si próprios e para o mundo. Esta aspiração marca uma crescente sensação de insegurança ontológica, tantas vezes traduzida em uma perda de sentido no que fazemos e que se enuncia a partir de questões epistemológicas essenciais, tais como: “O que é um museu?”, “Qual o seu papel no mundo?”, “Pode um museu mudar o mundo?”, “Pode cada um de nós — com a sua reflexão e ação com/no museu —, mudar o mundo?”, “Como o podemos fazer, e o que haverá a fazer?”, “O que acontece no mundo tem impacto real nos museus?”, “Quais são as nossas responsabilidades perante o mundo?”, “Como é que as assumimos e agimos no mundo e com o mundo?”. Esses desafios epistemológicos referem-se não só ao “que” conhecemos/fazemos, mas também a “como” e “por que” conhecemos/fazemos, e, portanto, às lentes que usamos para ver e agir no mundo.

As perguntas não são novas, a Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972 já as tinha sintetizado. Mas hoje essas perguntas andam na boca de todos, expressando os anseios de muitos fazedores (acadêmicos, profissionais, comunidades...) de museus. Na realidade, estas são questões subjacentes a muitas das aspirações (e possíveis transmutações) dos museus de hoje. Estes não deixam de ser dias esperançosos. Dias de urgências que prome-



tem revoluções e que abraçam a justiça social, destruindo certas palavras, questionando poderes instituídos, afirmando identidades e tornando visível o indizível. Dias de amor e confiança. Dias de conjugação de esforços de investigação e histórias de coragem e resiliência. Dias de revoluções tecnológicas que anunciam a transformação do mundo como o conhecemos, ampliando as capacidades humanas de maneiras que antes eram inimagináveis. A percepção de que o museu é do mundo e não está simplesmente nele, encontra-se no coração deste despertar para os ritmos e acontecimentos da vida lá fora. Sejam gente, sejam museu, essas são condições de desordem e transformação que *não podemos ignorar* (nas palavras sopradas ao ouvido dos poetas que amo, vou cosendo as minhas), condições que a todos nos exige que respondamos com urgência (figura 1).

Figura 1. Não sei se respondo ou se pergunto 1 – (Autoretrato) e Yoko Ono, *O Jardim da Aprendizagem da Liberdade*. Museu de Arte Contemporânea de Serralves. 30 maio - 15 novembro 2020. ©Paulo Duarte.



Nota: as duas imagens foram captadas na exposição citada.

Mas como se reimaginarem perante esta urgência do mundo e o paradigma de crise profunda, mas também de revolução que se adivinha? Na sua proposta de tema de reflexão para a comemoração do dia dos museus de 2022 — “O Poder dos Museus” — o Conselho Internacional de Museus (ICOM) ecoou a pergunta, afirmando inexoravelmente o seu poder de transformação: o poder de alcançar a sustentabilidade; o poder de inovação na digitalização e acessibilidade; o poder da construção comunitária por meio da educação.<sup>1</sup> Visão de transformação que vai além da mudança sociodemográfica dos públicos, sonhando a produção de espaços onde pessoas de todas as origens sejam representadas e ativada a sua capacidade agencial. Eu creio no poder transformador dos museus e, como tal, na sua responsabilidade perante o mundo (*creio no incrível, nas coisas assombrosas, na ocupação do mundo pelas rosas, creio que o Amor tem asas de ouro. Ámem.* [Correia, 1999, p. 616]). Responsabilidade que o levará necessariamente a abandonar a fixidez de certas posições, a resistir a outras, e a imaginar outros caminhos, outras possibilidades. Se alguma coisa nos trouxeram estes dias incertos, é que por todo o lado vemos, ouvimos e lemos palavras que são janelas, *algumas, um punhal, um incêndio, outras, orvalho apenas* (Andrade, 1980 [1958], p. 67), mas palavras que juntas são uma força que não podemos deixar de ouvir e que clamam por um museu que habite o mundo, que ame o mundo. *É urgente o amor* (Andrade, 1980 [1951], p. 62).

É um lugar-comum dizer que é difícil falar de amor, quanto mais defini-lo. Falar de amor é de alguma

---

<sup>1</sup> <<https://imd.icom.museum/past-editions/imd-2022-the-power-of-museums/>>. Consultado em: 30 nov. 2022.

forma falar fora dos limites da erudição científica social, mergulhar no reino irracional da emoção e dos sentimentos. Talvez isso aconteça porque o amor se presente como “tema feminino” associado ao espaço privado e aos sentimentos (hooks, 2021, p. 34). Mas o amor é também relacional e profundamente político: “Como, onde e o que se ama é profundamente político” (Morrison et al. 2013, p. 506). Além disso, como argumenta Berlant, o amor tem a capacidade de ser um ímã que atrai “um conjunto genuinamente realista e visionário de transformações” (2011, p. 690). No contexto museológico, as abordagens que incluem os sentimentos e as políticas de cuidado constroem-se, sobretudo, no contexto de museologias radicais e movimentos mais amplos — nomeadamente de abordagens feministas, *queer*, decolonização ou luta antirracista — precisamente porque se afastam dos terrenos reconfortantes que o poder hegemônico concede. Inwood (2013, p. 721) diz que é “refrescante pensar através das possibilidades radicais e políticas do amor”. Em um mundo caracterizado por ódios crescentes, no qual as linguagens bélicas voltaram à corrente dominante, falar dessa práxis radical do amor — uma práxis que ama ativa e incondicionalmente o mundo — não só é refrescante, como é um posicionamento mais crítico que nunca.

Portanto, a pergunta se transforma: pode o amor mudar o mundo? *Não sei se respondo ou se pergunto*. Falo de amor como quem *espera ser aberto por uma palavra* (Rosa, 2020 [1990], p. 245). Falo de amor, pois só um amor baseado nesta conexão profunda com o mundo, um amor que seja ação — ação de profundo respeito e que conscientemente assuma a sua responsabilidade perante o mundo — pode atuar como uma força positiva de mudança. Essa responsabilidade consiste em habitar

o mundo, em amar incondicionalmente o mundo. Um amor incondicional é um amor revolucionário (Horvat, 2016). É essa ética de amor que torna possível aproveitarmos o poder emocional destes dias desavindos em nome da mudança.

Nesta urgência do mundo, não há tempo como o presente. Nos momentos políticos de dissenso atuais (mas também de imaginação de outras possibilidades) cabe aos museus demonstrarem a sua relevância, envolvendo-se nas realidades políticas, sociais e culturais do mundo lá fora (*o que é que os taipais do mundo escondem nas montras de Deus?* [Campos, 1993/1944, p. 130]). Como argumento em outro texto, o museu é mais-do-que-museu. É menos do que pensava ser, mas também é muito mais. É emergente e encontra-se enredado no devir do mundo. É do mundo. Está presente (e tem substância) no mundo. Ser/estar presente refere-se, portanto, a algo que é tangível e implica que tem impacto no mundo, tornando o museu “coisa do mundo”. Essa é a fabulosa vocação do museu-do-mundo (Semedo, 2023). Mas essa visão, e os desafios epistemológicos que traz consigo, exige que não só contemplemos reflexivamente os nossos posicionamentos, mas que imaginemos outras formas e cartografias de conhecer, ser e fazer. O foco específico dessa cartografia é saber que tipo de sujeito é o museu no processo da transformação atual, quais os discursos que o processo acentua e como são (podem ser) consequentes.

Significa adotar um posicionamento ético inabalável e um olhar *diagonal das coisas* (Amaral, 2022), olhar permanentemente autorreflexivo e crítico sobre a forma como os museus adquirem, preservam, utilizam e distribuem conhecimento sobre os objetos, a sociedade e eles mesmos; sobre a linguagem que utilizam e as ações que

empreendem (ou se abstêm de intentar) e do seu impacto sobre como moldam a cultura museológica e influenciam a forma como pensam e agem; e de como imaginam e se relacionam com os visitantes, as comunidades e o mundo; de como agem com e no mundo. Ou seja, atos de intencionalidade reflexiva consciente; novas formas de conhecimento e atitudes de envolvimento profundo com o mundo que adotem um posicionamento ético/moral. À luz de uma ética de amor, ao pensarmos na mudança do mundo, teremos, necessariamente, de pensar na mudança de nós mesmos. Ou seja, do museu.

Por outras palavras, os desafios que hoje se colocam ao museu, requerem que ele pratique o amor, ativando e nutrindo estes atos de consciência indagadora de modo a apoiar compreensões outras e ações criticamente conscientes do que significa ser do/estar no mundo. Essa intencionalidade reflexiva é, portanto, uma pedra de toque essencial desta ética de amor (hooks, 2021, pp. 113-4). E se essa vontade e prática amorosa tem como projeto reimaginar o museu com e no mundo, então o seu caráter performativo e a sua ação política, necessariamente, entrecruzam-se (figura 2). E são essas encruzilhadas relacionais que são terrenos férteis para cultivar novas formas de conhecimento. Terras em que a ética se assume como semente primeira e nas quais pode crescer uma poética e uma práxis não de ter, mas de ser e fazer o museu. Ao falar de ética, tomo como minhas as palavras de José Saramago, pois falo de *uma ética que, quando exercida, como é desejável, sobre o concreto social, é talvez a menos abstrata de todas as coisas: é presença calada e rigorosa, ainda que variável no tempo e no espaço, aí está*, a ética, *com o seu olhar fixo, a pedir-nos contas* (Saramago, 1999). Refiro-me aqui, portanto, a uma ética de

amor que representa um posicionamento político perante o mundo e que acredito poderá ser a chave para abrir outros espaços de possibilidades que nos permitam imaginar radicalmente a identidade do museu e do seu lugar no mundo. Ética de amor como princípio e atitude que determina a relação de um museu com o mundo como um todo. Uma ética que anuncia um museu que habita e ama o mundo. *Como se o amor não fosse, afinal, a única coisa que nos importa.*

Figura 2. Não sei se respondo ou se pergunto 2 — Yoko Ono, *O Jardim da Aprendizagem da Liberdade*. EX IT 1997/2020 e Algures no Alentejo. ©Paulo Duarte



Museu de Arte Contemporânea de Serralves. 30 maio - 15 novembro 2020.

Humberto Maturana diz que o amor é visionário e a única emoção que expande a inteligência porque nos conecta com outros. O amor não é uma virtude, mas sim a base da nossa própria existência como seres humanos — nós, o *Homo sapiens amans*, como ele diz — e, portanto, o amor é a emoção que nos identifica como seres humanos.

Ao vivermos em agressão permanente com e no mundo a nossa identidade torna-se outra, seremos antes *Homo sapiens agressans* (1999, p. 227). No seu livro *Tudo sobre o amor*, bell hooks (1991, pp. 113-4) escreve que o amor é “uma combinação de cuidado, compromisso, confiança, conhecimento, responsabilidade e respeito”. Em vez de definir o amor, talvez seja mais produtivo perguntar “o que faz a linguagem do amor e como circula o poder em nome do amor?”. A pergunta abre caminho a outras: “o que significa para um museu fazer algo em nome do amor?” e “que e como é que uma ética de amor constrói subjetividades, delimitações, espaços e lugares?”, “o que é que o amor faz?”. *Ó amor, amor, que faremos nós de ti, e tu de nós?* (Lisboa, 2005, pp. 101-2).

## A ESCUTA COMO AÇÃO PRÁTICA DE UMA ÉTICA DE AMOR

O amor é muito mais do que um sentimento. O amor é o que o amor faz: “a palavra “amor” é um substantivo, mas a maioria dos mais perspicazes teóricos dedicados ao tema reconhece que todos amaríamos melhor se pensássemos o amor como uma ação” (hooks 1991, p. 43). Amar é, portanto, um ato da vontade que envolve vários ingredientes: cuidado, afeto, reconhecimento, respeito, tempo, compromisso, confiança e, sobretudo, capacidade de escuta capaz de se abrir à conversa. A ética de amor a que me refiro caracteriza-se por uma escuta poética do mundo capaz de construir outras formas de conhecimento — sistêmicas, socioecológicas, nômades e profundamente poéticas. Conhecimento capaz não só de narrar os entre-espaços dos gestos museais, mas também de criar e atuar nos espaços de coexistência solidária e amorosa

entre o museu e o mundo por meio do linguajar comum a que Maturana também alude (1999, p. 188). São nesses espaços conversacionais que incorporam a agência socioecológica dos lugares, que o museu existe e dá sentido à sua existência. Escutando, considerando o que se diz, perlongando, procurando, recebendo, contemplando.

O museu em estado de escuta tem *fome e sede do infinito*. O museu em estado de escuta é gerador de outras possibilidades e de imaginação museológica. Há anos que geógrafos e sociólogos falam da imaginação como tarefa essencial dos nossos dias (Mills, 1959; Harvey, 2006). Hoje, mais do que nunca, é importante imaginar como o museu pode ser diferente, mais relevante e justo. A tarefa de imaginar significa explorar a diferença, o indeterminismo e a criatividade. Significa desenvolver utopias e imaginários que partem de lugares específicos para desenhar os fins a perseguir e a visão do que poderá ser construído. Conforme nos movemos em direção aos fins desejados (*em certos dias, nem sabemos porquê sentimos estranhamente perto desses fins que buscamos muito e continuam, no entanto, perdidos* [Mendonça, 2001, p. 13] dentro do dia a dia do museu), exploramos o caminho *com algum grau de abstração e sem um plano rigoroso* (Pina, 2012, p. 9), mas criando o mapa com as referências que precisamos e nas quais nos apoiamos. Para tal haverá que não só de criar e manter a esperança sobre as possibilidades futuras e de — como um nômade — saber para onde vamos e porque vamos, mas também de ir desenhando os limites incertos deste mapa ao longo do caminho, talentos que permitem ao museu abrir-se à “sagacidade acidental” da serendipidade e relacionalidade. Trata-se de equilibrar a crítica com a possibilidade e a esperança, compreendendo essa relação como uma tensão



produtiva que se estabelece e pensa por meio de relações entre lugares, objetos e sujeitos aparentemente distantes e desconexos. Ou seja, mediante a forma como os museus se relacionam com o mundo (incluindo seres humanos e outros seres) e as consequências das suas ações.

Cultivar a esperança, argumenta Ben Anderson (2006), é uma obrigação ética. Obrigação que implica interrogar as categorias existentes que constroem os lugares onde a nossa imaginação pode ir, e tentar transgredi-las. Esse é o tipo de imaginação no qual as relações sociais se refazem inteiramente e o mundo se torna diferente. Por meio desse espectro, o ato de imaginar utopias assume um potencial radical: as narrativas dominantes são desafiadas e outras possibilidades e vontades são despoletadas (Pinder, 2002). Ao questionar o que é possível e ao pensar o impossível, mudamos os nossos horizontes, mas mantemos o potencial para a formação de novos mundos. O que não podemos imaginar não pode vir a ser (hooks, 2021, p. 50). E a indeterminação de “vir a ser” é aqui fundamental, pois em vez de uma imagem fixa e estática do futuro do museu, é o caminho, o entendimento da utopia como processo, que importa. Ou seja, a utopia como processo cultiva múltiplas imaginações sobre o significado do museu e de como se relaciona com as especificidades do lugar de cada museu no mundo. A imaginação e a esperança, como uma tarefa teórica e metodologia da Museologia radical, inclui essa promessa de *condensar o mundo num só grito* (Espanca, 1934, p. 105).

O ato de escuta é poética. Poética da prática. hooks (1921, p. 185) não deixa de nos lembrar que a pulsação do amor verdadeiro começa com a disponibilidade para escutar o seu próprio corpo, para refletir sobre as nossas ações e que só com honestidade e abertura podemos

enfrentar os nossos medos. O ato de escuta é poética de estar entre: escutar, escutar-se, atrever-se *a atravessar sem rede o vão por sobre o abismo* (Moura, 2012, p.158), confrontar-se com as múltiplas possibilidades das suas palavras e das de outros, disponibilizar o seu corpo, reverberar em si esses encontros e a legitimação de outros corpos, abrir-se à transformação de si e do mundo. Se a escuta é conhecimento poético, é também abandono de poder e poder de conexão. Ato criador que revela e cria outros mundos por meio de atos de vulnerabilidade do museu. Pôr-se à escuta como corpo, exige ao museu atos de coragem, pois coloca-o em risco e expõe as suas vulnerabilidades. Em risco de se revelar, de ser afetado e transformado pelo mundo. Mas é essa coragem que afinal o liga ao mundo.

## PONTOS DE REFERÊNCIA APOIO NO TERRITÓRIO MAPA

Pode parecer que as tensões e os problemas a que venho aludindo se relacionam somente com uma ou outra função do museu, mas o que me parece mais sensato é que pensemos o museu como um sistema aberto, como um conjunto interconectado de elementos que se organizam de forma mais ou menos coerente de maneira a atingir propósitos comuns. Ou seja, que pensemos o museu a partir de uma visão integrada das suas funções e das questões-alavanca de mudança, reconhecendo que muitos dos desafios com que hoje se depara se encontram inextricavelmente interligados nas suas várias funções e que derivam de algumas causas que poderíamos considerar como sendo básicas e raiz dessas dissonâncias.

Manifestamente, o museu, por sua vez, faz parte de um conjunto complexo de sistemas interdependentes — social, político, econômico, tecnológico, ecológico —, em permanente reconfiguração e interação, que afeta constantemente as nossas vidas com impactos que a crise atual veio pôr a nu. O museu é um sistema que se articula com outros sistemas no mundo, premissa básica para compreendermos a ética de amor antes enunciada. Logo a mudança terá de começar dentro de nós, de cada museu e da sua cultura profissional. À medida que vamos unindo os pontos relacionados com as vulnerabilidades estruturais dos museus, fica claro que intervenções superficiais e tecnocêntricas orientadas para causas intermédias, em vez de ações antropocêntricas que esquadrinhem a raiz dos problemas, não continuarão a ser suficientes. Tão pouco será suficiente um simples comportamento de ajustamento defensivo a um estímulo, nomeadamente a uma mudança vinda do ambiente interno ou externo do museu.

Haverá, pois, que abordar as questões sistêmicas que fragilizam a relevância dos museus para compreender e mapear as dissonâncias entre teorias declaradas e teorias-em-uso; identificar e compreender as raízes do problema inerentes à mudança, às conexões, aos encaidamentos de causas e às consequências que acarretam, e a criação de associações cognitivas entre ações passadas, presentes e futuras; e o que conjuntamente esses elementos representam em termos de conhecimento e reinvenção do museu. Como outros vêm alertando, fazer mais, não é fazer melhor e o que se torna urgente é trocar políticas centralizadas e focadas na eficiência — lógicas racionais que negam sistematicamente uma ética de amor e que são cuidadosamente cultivadas pela nossa cultura

patriarcal —, por outras que contrariamente se revejam em redes distribuídas e em diretrizes mais direcionadas para a eficácia e resiliência, para ser e fazer o museu, o museu *amans*.

Pensar o museu como entidade relacional e sistema não é algo de novo e já outros o fizeram com muito conhecimento. O pensamento sistêmico é “a quinta disciplina” apontada por Peter Senge (1990) para as organizações aprendentes já lá vão mais de 30 anos. As ideias que ele propõe nesse livro abriam caminho a uma tendência para pensar e gerir as organizações que inclui a espiritualidade, os modelos mentais, o pensamento sistêmico e a sustentabilidade. Para Senge, o pensamento sistêmico é, aliás, a pedra angular de como as organizações aprendentes pensam sobre o seu mundo e disciplina subjacente a todas as outras. Nessas outras, Senge inclui a aprendizagem em equipe, a visão partilhada, os modelos mentais e o domínio pessoal. Ideias entretecidas que, de alguma forma, têm também moldado maneiras alternativas de ver e agir no mundo, e de pensar a liderança centrada nas pessoas.

Este enunciado será uma constante no trabalho de Senge, salientando, aprofundando ou desenvolvendo outros aspetos ao longo dos livros que tem escrito. Em livros mais recentes, por exemplo, reafirma a centralidade dos nossos modelos mentais como poder radical e de esperança para ver, pressentir e aproveitar as oportunidades de mudança. Para percorrer o caminho de mudança — um caminho em forma de “U” que simboliza as etapas a percorrer — Senge et al. (2005) identificam sete capacidades e atitudes de liderança que são fundamentais e que aqui relaciono com os “talentos” antes mencionados: a escuta ativa; a suspensão de juízos de valor; sentir/experienciar

a partir das margens; a presença; o compromisso partilhado direcionado a um propósito comum (cristalização); a prototipagem como síntese e aplicação das ideias geradas; e, por fim, a ideia sempre presente que fazemos parte de outros sistemas e que só integrando outros atores poderemos experienciar as margens e criar algo que tenha em mente o todo (coevoluindo).<sup>2</sup>

No contexto do museu estas capacidades e atitudes — tão necessárias para a abordagem dos problemas complexos e dilemas morais com que se deparam e a prática ética do museu *amans* — nem sempre são suficientemente enfatizadas. De preferência, o trabalho dos profissionais de museus é enquadrado em listas cada vez mais extensas de responsabilidades. Embora seja importante definir competências, funções e responsabilidades, julgo que para desenhar enquadramentos e modelos que funcionem como base estruturante para operar em um sistema complexo e em constante adaptação (como é o museu), requer maior ênfase no museu como organização (corpo à escuta) aprendente. Ou seja, focando a sua atenção em um conjunto de habilidades, atitudes e valores que apoiem o caminho a percorrer em direção — antes de mais — à mudança de si mesmo, em vez de se centrar em uma lista de funções ou tarefas que visam a eficiência do sistema.

Tal como no modelo em U será necessário pensar em termos de capacidades e atitudes que partam:

---

<sup>2</sup> Embora existam muitas abordagens para a implementação da Teoria U, a abordagem proposta para museus incluirá certamente a utilização de práticas criativas, baseadas nos processos artísticos e na utilização de objetos.

- a. da empatia (escutando, observando, sentindo dentro do museu e a partir das margens, ouvindo as nossas próprias narrativas sobre o mundo e as de outros no mundo);
- b. de um sentido de presença *inteira e limpa*;
- c. da força do conhecimento nômade, socioecológico e sistêmico;
- d. da reflexão e crítica profunda sobre os modelos mentais (essas forças que atravessam o museu e habitam *a substância do tempo* e do espaço):
  - 1. suspendendo velhos hábitos e juízos de valor;
  - 2. experimentando outras hipóteses, hipóteses divergentes ou mesmo terrenos que nos são estranhos;
  - 3. quebrando padrões habituais para reimaginarmos e conjugar-mos múltiplas ideias e perspectivas;
  - 4. reforçando conscientemente aquelas ideias e perspectivas que julgamos melhor definirem os nossos propósitos de mudança do mundo e, assim, decidindo como melhor agir;
  - 5. responsabilizando cada ator, cada parte, em propósitos e compromissos partilhados (cristalização, prototipagem e codesenvolvimento).

A criação de um espaço de reflexão (e experimentação de ideias) é a pedra angular deste caminho e do mapa do museu que aprende. *A mão sobre o mapa não viaja, interroga* (Silveira, 1999, p. 8). No corrúpio de ação do dia a dia do museu, pouco tempo sobra para a reflexão, mas, como aqui se argumenta, para que a produção de novas compreensões e visões do museu e do seu lugar no

mundo tenha lugar (outros pontos de apoio no mapa a desenhar) é imprescindível que se criem espaços de reflexão e de oportunidades de consciencialização profunda do que verdadeiramente está em jogo (sentido de presença). Mudança comprometida que se refere a compreensões partilhadas sobre como o museu *amans* e as suas partes se veem a agir no/com o mundo. Mas que não se fique apenas por aí: que essas outras compreensões se consolidem e sintetizem de modo a poderem ser transformadas na ação, desenvolvendo, implementando e avaliando planos de ação concreta nesse mapa indeterminado.

## OUTRAS CONDIÇÕES PRIMEIRAS

Quando falo da necessidade de mudança em museus não tenho em mente uma mera mudança gradual, que aqui e ali faça ajustes ao paradigma atual; ajustes defensivos que acontecem apenas como reação e adaptação ao contexto externo e ao que se passa no mundo lá fora. O que tenho em mente é uma mudança sistêmica do museu, que a partir de um *olhar diagonal* (ver e ser visto) consiga problematizar modelos mentais, identificar e questionar as suas teorias oficiais/expostas e teorias-em-uso (despindo-nos de verdades: *das grandes primeiro que das pequenas, das nossas antes de quaisquer outras* [Cesariny, 2017, p. 146]) de modo a transformar o paradigma atual em outro paradigma. Um paradigma que cresça a partir de uma ética de amor pelo mundo. Mudança que terá de ser compreendida como processo sempre inacabado, expansível e contínuo; mudança que possa ser expressão quer da aprendizagem e desenvolvimento cognitivo da organização museu, quer de uma

vontade coletiva. Mudança compreendida *como radical abalo do mundo do museu, ou metáfora a estremecer que o refigura* (Moura, 2000, p. 158).

Nesta mudança sistêmica de afirmação do museu *amans* — o museu que habita e ama o mundo — estão em jogo vários elementos:

1. a percepção do museu como organização aprendente e sistema aberto;
2. a ampliação de formas de pensar e perspetivar o museu, condição facilitadora de aprendizagem, de problematização de modelos mentais, teorias oficiais, teorias-em-uso e de teorias sobre a mudança de paradigma, baseada em uma ética de amor, que possam apoiar a mudança que se ambiciona;
3. a compreensão das razões inerentes e das condições essenciais de mudança, dos processos de mudança e a sua apropriação por profissionais do museu, construindo e comprometendo-se com visões partilhadas sobre o futuro;
4. o desenho e a implementação de uma teoria de mudança e de uma teoria de ação, criando, planejando e avaliando reflexivamente e continuamente os modelos, ferramentas, estratégias e táticas que fundamentam, facilitam e apoiam o projeto de mudança.

Todos esses elementos se sobrepõem e funcionam em uma espiral contínua de aprendizagem representando um processo iterativo de ciclo triplo (Yuthas et al., 2004). Em vez de meros ajustes, a aprendizagem de ciclo triplo explora os nossos valores e as razões pelas quais e em que condições o sistema museu existe, nomeadamente em



termos de processos e resultados desejados. Na verdade, também se trata de tentar compreender os processos de tomada de decisões que enquadram o nosso trabalho.

Neste processo de mudança e aprendizagem há, portanto, quatro áreas de atuação que me parecem prioritárias e que pressupõem uma profunda reestruturação das teorias de ação de cada museu: a missão e visão que se pretende tornar realidade e com que protagonistas; as funções, ferramentas e práticas amorosas que ajudarão a alcançar essa visão; o planejamento de estratégias e táticas relacionais para alcançar a visão e implementar modelos e ferramentas; a afirmação e visibilidade de resultados, apoiando não só os processos de avaliação e planejamento, e também o seu reconhecimento.

Mas para que o museu aprenda haverá que atender também à criação de condições internas básicas de implementação e apropriação da mudança, de contextos e práticas de escuta ativa facilitadoras de aprendizagem. Passo a apontar as seguintes:

- a. implementação de modelos antropocêntricos de organização de trabalho; ou seja, a criação de condições para que a aprendizagem possa se desenvolver no cotidiano: contexto propício à aprendizagem individual e coletiva, conteúdos estimulantes, trabalho enriquecedor do qual deriva autoestima, autonomia, oportunidades de interagir em modelos horizontais e não hierárquicos...;
- b. apropriação do projeto de mudança do museu e a possibilidade de participação indireta no projeto e direta nas atividades que ele desenvolve, estabelecimento de espaços de confiança que promovam interações e comunicação, partilha

- de conhecimentos, debate e esclarecimento de dúvidas, disfuncionamentos etc., aceitação da diversidade de pontos de vista, desenvolvimento de compreensões e visões partilhadas, reestruturação de mapas mentais, normas etc., implementação de abordagens reflexivas;
- c. criação de contextos de equilíbrio entre estabilidade e imutabilidade da organização museu;
  - d. desenvolvimento de práticas de gestão de recursos humanos e modelos de gestão direta, que garantam recompensação (simbólica, pecuniária...), motivação, autonomia e empoderamento.

### CASA E SAL DO MUSEU

Esta convicção da necessidade de uma profunda revolução concetual que questione algumas das premissas fundamentais sobre as quais o sistema museu assenta, tem sido uma constante do meu trabalho. As premissas a que me refiro relacionam-se sobretudo, com a natureza e função do conhecimento, com a missão do museu e os lugares que os seus fazedores, (tutela, coleções, profissionais, públicos e todo o resto em volta) ocupam como elementos discursivos e creio que essas premissas se encontram fortemente associadas ao valor intrínseco e incontestável do museu.

Também estou convicta que a mudança tem de começar no próprio museu. Sejam gente, sejam museu, as condições de desordem e transformação que vivemos não podem ser ignoradas. Condições e transformações nas quais o performativo e o político se cruzam no terreno de uma ética baseada não no ter, mas na prática de

ser e fazer o museu. Ética que é *casa* e *sal* do museu. Essa ética é urgente e é uma ética de amor.

**Agradecimentos:** Às poetisas e aos poetas deste mundo. Aqui a Álvaro de Campos (Fernando Pessoa), Ana Luísa Amaral, António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Florbela Espanca, Irene Lisboa, José Tolentino de Mendonça, Mário Cesariny, Natália Correia, Pedro da Silveira, Vasco Graça Moura. Nos seus poemas cosi as minhas palavras (com liberdade que é amor).

Este texto é financiado pelos Fundos Nacionais por meio da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. L. *O Olhar Diagonal das Coisas*. Porto: Assírio & Alvim, 2022.
- ANDERSON, B. “Transcending without transcendence”: utopianism and an ethos of hope. *Antipode*, 38(4), pp. 691-710, 2006.
- ANDRADE, E. *Antologia Breve, Círculo de Poesia*. Lisboa: Moraes Editores, 1980.
- BERLANT, L. A properly political concept of love: Three approaches in ten pages. *Cultural Anthropology*, 26(4), pp. 683-91, 2011.
- CAMPOS, A. A plácida face anónima de um morto. *Poemas*. Lisboa: Ática, 130, 1993 [1944].
- CESARINY, M. Discurso do Príncipe de Epanimondas. *Manchebo de Grande Futuro, Manual de Prestidigitação*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Assírio & Alvim, p. 146, 1981 [1956].

- CORREIA, N. [Creio nos anjos que andam pelo mundo]. *Poesia Completa. O Sol nas Noites e o Luar nos Dias*. Lisboa: D. Quixote, p. 616, 1999 [1990].
- ESPANCA, F. Ser Poeta. *Sonetos Completos*. Coimbra: Livraria Gonçalves, 105, 1934. <[https://purl.pt/76/5/1-26743-p\\_PDF/1-26743-p\\_PDF\\_24-C-R0072/1-26743-p\\_0000\\_anterrosto-212a\\_t24-C-R0072.pdf](https://purl.pt/76/5/1-26743-p_PDF/1-26743-p_PDF_24-C-R0072/1-26743-p_0000_anterrosto-212a_t24-C-R0072.pdf)>. Consultado em: 30 mar. 2023.
- HARVEY, D. The Sociological and Geographical Imaginations. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 18(3-4), pp. 211-55, 2006.
- hooks, b. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021 (1952).
- HORVAT, S. *The Radicality of Love*. Polity Press: Cambridge & Malden. 2016.
- INWOOD J. F. J. Love and the Other: A response to Morrison et al. (2012). *Progress in Human Geography*, 37(5), pp. 721-3, 2013.
- LISBOA, I. Amor. In: SOARES, M. *Os Poemas da Minha Vida*. Lisboa: Público, pp. 101-2, 2005 [1940].
- MATURANA, H. *Transformación en la convivencia*. Dolmen Ediciones: Caracas, Montevideo, Santiago de Chile, 1999.
- MENDONÇA, J. T. *As casas, De Igual Para Igual*. Porto: Assírio & Alvim, p. 13, 2001.
- MILLS, C. W. *The Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press, 1959.
- MORRISON C.; JOHNSTON, L. & LONGHURST, R. Critical geographies of love as spatial, relational, and political. *Progress in Human Geography*, 37(4), pp. 505-21, 2013.
- MOURA, V. G. Salmo 136. *Poesia 1997-2000*. Lisboa: Quetzal Editores, p. 158, 2000.
- PINA, M. A. *Como se Desenha Uma Casa*. Porto: Assírio & Alvim/Porto Ed., p. 9, 2012.

- PINDER, D. In defence of utopian urbanism: imagining cities after the 'end of utopia'. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 84(3-4), pp. 229-41, 2002.
- ROSA, A. R. Uma Voz Na Pedra. *Obra Poética II*. Lisboa: Asísrio & Alvim, p. 245, 2020 [1990].
- SARAMAGO, J. Que Europa queremos? *Outros Cadernos de Saramago*, 1999. <<https://caderno.josesaramago.org/2011/11/>>. Consultado em: 30 mar. 2023.
- SEMEDO, A. Pratiquer la présence : La fabuleuse vocation du musée-du-monde. Seeing museums differently Dossier, *Culture & Musées*, 41, 2023.
- SENGE, P. *The fifth discipline. The Art & Practice of Learning Organization*. Doubleday Currence: New York, 1990.
- SENGE, P. M.; SCHARMER, C. O.; JAWORSKI, J. & FLOWERS, B. S. *Presence: An exploration of profound change in people, organizations, and society*. Nicholas Brealey Publishing: London & Boston, 2005.
- SILVEIRA, P. Pequeno poema infinito. *Sirgo*, 1. Castelo Branco: António Salvado, 8, 1999.
- YUTHAS, K.; DILLARD, J. F. & ROGERS, R. K. Beyond agency and structure: Triple-loop learning. *Journal of business ethics*, 51(2), pp. 229-43, 2004.

# 7

## **Reverberações da Mesa-Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: a chegada do Nosso Sagrado e a vacinação contra a Covid-19 no Museu da República<sup>1</sup>**

*Mario Chagas  
Renata Gonçalves  
Simone Vassallo*

**O** texto que aqui se oferece é fruto de questionamentos, inquietações e iniciativas que ocorreram tão logo a pandemia de Covid-19 foi identificada e anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020. O anúncio da pandemia, seguido de sua concre-

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma versão ligeiramente alterada do texto publicado no livro *Cuidando da vida: relatos da vacinação contra a covid-19 no Museu da República*, organizado por Mario Chagas, Renata de Sá Gonçalves e Simone Vassallo, Série Documentos Museológicos n.º 6 do Museu da República. Rio de Janeiro, 2023.

tude e evidências materiais, transformou radicalmente as formas de existir das pessoas e das instituições. Como sabemos, não apenas as pessoas tiveram o seu cotidiano drasticamente alterado, mas também os diferentes ambientes públicos e privados. Como não poderia deixar de ser, essa situação dramática impactou as instituições de preservação da memória. Por medida de prevenção e medo de contaminação e de adoecimento causados por um vírus ainda pouco conhecido, seguiram-se as recomendações das autoridades sanitárias. Os locais públicos se fechavam e todos se recolhiam à esfera privada.

Diante da excepcionalidade deste momento, propomos aqui algumas indagações sobre as possibilidades de (re)existência<sup>2</sup> dos museus e pontos de memória. As reflexões que se seguem são norteadas pelas seguintes questões: Como a pandemia afetou e impactou esses locais? Qual o papel de um museu durante uma pandemia? Como garantir a vida em um museu nesse contexto? Procuramos chamar a atenção para a relevância das investigações sobre a atuação dos museus e pontos de memória nesse momento singular.

Há 50 anos, em 1972, a Mesa-Redonda de Santiago do Chile sobre o papel dos museus na América Latina levantava a questão da função social dos museus. Pela primeira vez, de um modo intenso e socialmente comprometido, discutia-se o papel dos museus em países com altos índices de analfabetismo, mortalidade infantil, injustiça social, além de temas como urbanismo, educação permanente, relação entre mundo urbano e rural e outros.

---

<sup>2</sup> Termo inspirado no ciclo de webinários “Patrimônios, museus e (re)existências”, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia durante o ano de 2020.

Em meio à ascensão das ditaduras militares na América Latina e da defesa de pautas desenvolvimentistas, duramente criticadas, durante um governo chileno socialista e democraticamente eleito,<sup>3</sup> surgia um novo entendimento e um novo compromisso das instituições museais. Tal iniciativa deu origem à assim chamada Nova Museologia, que, ao longo do tempo, ganhou outras denominações, como por exemplo, Museologia Popular (com força em Cuba e alguma expressão no Brasil), Museologia de Ruptura (com força na Suíça), Museologia Ativa (presente no Canadá), Museologia Crítica (com presença na Colômbia e outros países hispanófonos). Tudo isso contribuiu para a valorização e o fortalecimento da atualmente denominada Museologia Social em diálogo com a Museologia Indígena,<sup>4</sup> a Museologia Encantada ou dos Encantados,<sup>5</sup> a Museologia Quilombola,<sup>6</sup> a Museologia LGBT+<sup>7</sup> e mais recentemente a Museologia de Terreiro.<sup>8</sup>

---

3 O golpe militar no Chile, que derrubou o governo democrático do presidente Salvador Allende, ocorreu em setembro de 1973.

4 Ver a esse respeito os trabalhos de Alexandre Gomes, particularmente a sua tese denominada *Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo Antropológico*, disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36806/1/TESE%20Alexandre%20Oliveira%20Gomes.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

5 Idem.

6 Ver: <<https://www.facebook.com/museologia.kilombola/>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

7 Ver a esse respeito o Dossiê: Museus e Museologia LGBT+, publicado no periódico *Museologia & Interdisciplinaridade*, disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/2214>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

8 Expressão cunhada por Marco Antônio Teobaldo, curador do Museu Memorial Iyá Davina, do Ilê Omulu Oxum.



Algumas semelhanças podem ser traçadas a partir de contextos sociais distintos. Dentre elas, na atualidade, vimos surgir uma nova onda de governos autoritários na América Latina, acompanhada de numerosos efeitos politicamente reacionários, socialmente destrutivos e perversos, economicamente alinhados com o recrudescimento da pauta desenvolvimentista e neoliberal. Destacamos as alterações ambientais que propiciaram a disseminação do vírus SARS-CoV-2 entre os humanos e a propagação da pandemia de Covid-19. Em meio a um novo contexto de violência física e simbólica que ameaça a existência em suas múltiplas formas, agredindo o meio ambiente, as mulheres, os moradores de periferias, as minorias étnico-raciais, religiosas e fora da heteronormatividade; entendemos que um museu deve ser um espaço de reflexão e de ação voltado para o cuidado, a proteção, a preservação e a manutenção das vidas.

De acordo com Mario Chagas, atual diretor do Museu da República<sup>9</sup> e um dos autores do presente texto, “um museu que não serve para a vida não serve para nada”, ou, ainda, “um museu que não cuida da vida não cuida de nada”.<sup>10</sup> Nesse sentido, referindo-se ao contexto

---

9 Inaugurado no dia 15 de novembro de 1960 no Palácio do Catete, sede da Presidência da República no período de 1896 a 1960. O Palácio de Nova Friburgo, atual Palácio do Catete, foi construído entre 1858 e 1867, pelo Barão de Nova Friburgo, que, na segunda metade do século XIX, detinha uma das maiores fortunas do Brasil imperial. Para todos os efeitos, quando mencionamos a expressão Museu da República, estamos nos referindo a um complexo museológico composto por Palácio do Catete, Jardim Histórico, Reserva Técnica, Galeria do Lago, Cinema, Coreto, Parquinho, Anexos I e II e outras edificações.

10 Essas frases sintéticas aparecem em artigos e entrevistas, mas também habitaram nossas conversas visando a elaboração do presente texto.

da pandemia, ele indaga: “Qual o compromisso de uma instituição cultural como o Museu da República com a saúde, a produção da felicidade e o cuidado social?” Estava lançado o desafio para o Museu da República exercer de modo radical a sua função social, contribuindo para a preservação da vida durante o contexto de crise sanitária, ambiental e política, em sintonia com as reverberações e os princípios renovados da Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

Desafios, interrogações e reverberações apontam para a existência de uma íntima relação entre museu, saúde e cultura que precisava ser reelaborada e evidenciada nas ações do Museu da República. E foi a partir desses questionamentos e da defesa dos valores mencionados anteriormente que, em 25 de fevereiro de 2021, o Museu da República, depois de ter sido fechado para o público, se abriu para a vacinação contra a Covid-19, tornando-se um dos primeiros museus do país a realizar tal feito. Mas as ações do Museu da República em defesa da vida e de uma Museologia socialmente engajada foram além e englobaram outras atividades durante a pandemia. Elas iluminam o poder e a potência dos museus<sup>11</sup> em sentidos que não foram originalmente traçados, em direções nem sempre previstas. A exposição da artista feminista Panmela Castro,<sup>12</sup> a chegada dos objetos da cam-

---

11 “O poder dos museus” foi o tema do International Council of Museums (ICOM) para o Dia Internacional dos Museus em 2022.

12 Artista e ativista carioca, nascida no dia 26 de junho de 1981. Entre 2005 e 2015, adotou o pseudônimo de Anarkia Boladona. Seu trabalho é contundente do ponto de vista poético e político. Os temas dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e do combate ao racismo estrutural têm centralidade em sua obra. No Museu da República, a artista

panha Liberte o Nosso Sagrado, a atenção em relação à vulnerabilidade dos funcionários terceirizados, o cuidado com os frequentadores das serestas e do jardim do museu, os projetos realizados remotamente, e outros, fazem parte das muitas ações realizadas durante a pandemia visando à manutenção das vidas no seu mais amplo espectro, mantendo uma sintonia fina com o ideário atualizado da Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

Foi também nesse contexto que se desenvolveu o projeto “Etnografia da vacinação contra a Covid-19 no Museu da República”, com o intuito de registrar e acompanhar de perto este momento excepcional, em diálogo com múltiplas perspectivas, entre as quais destacam-se: a dos agentes de saúde, a do público que vinha se vacinar, a dos funcionários do museu (servidores públicos e terceirizados) e a dos frequentadores do jardim. O projeto reuniu integrantes do Museu da República, do Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia e docentes e discentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O relato que segue procura apresentar a experiência do Museu da República tocando em questões profundas e centrais para uma tentativa de superação das dificuldades impostas pela excepcionalidade do momento.

---

desenvolve projetos de referência desde 2018, como é o caso do programa AfroGrafiteiras, promovido pela Rede NAMI.

## O FECHAMENTO DO MUSEU E A MANUTENÇÃO DE SUA PULSAÇÃO MUSEAL

O Museu da República, situado no bairro do Catete, entre a zona sul e o centro da cidade do Rio de Janeiro, foi fechado ao público em virtude da pandemia provocada pelo denominado coronavírus (Covid-19) em 16 de março de 2020.

Fechar o Museu da República e todos os seus serviços, depois de dois anos de grande movimentação cultural, não foi uma decisão fácil. Ao contrário, envolveu tensões, conversas, escutas, planejamento tático e estratégico. Dias antes, em 7 de março, a artista Panmela Castro realizou, no Salão Nobre do Palácio do Catete (segundo pavimento), um baile aberto ao público. Ali casais dançaram pisoteando flores. Tratava-se de uma grave denúncia contra o feminicídio e a violência doméstica. Por meio de uma *performance* poética contundente, a artista parecia dizer: por mais que falanges machistas digam que “nas mulheres não se bate nem com uma flor”, elas continuam sendo pisoteadas, estupradas e mortas. No dia seguinte, a artista inaugurou, no mesmo Palácio do Catete (primeiro pavimento), a exposição *Retratos Relatos*, com a curadoria de Keyna Eleison. A exposição tratava da defesa radical dos direitos das mulheres e do combate também radical ao feminicídio e ao racismo. Foi preciso conversar com a artista e com a sua equipe de produção cultural sobre o fechamento do museu. Mesmo lamentando fechar a exposição oito dias após a sua abertura, a artista e sua equipe foram completamente solidárias.

No entanto, fechar o Palácio do Catete à visitação parecia ser uma decisão mais simples do que fechar o

Jardim Histórico. Situação mais difícil foi enfrentada com os frequentadores diários do jardim do museu e com os autodenominados seresteiros.<sup>13</sup> No dia 16 de março, mesmo tendo decidido fechar o museu, a direção viu-se na obrigação de manter o jardim aberto e fazer uma peregrinação, de banco em banco, de grupo em grupo, para dizer: “a partir de amanhã o Jardim Histórico do Museu da República vai fechar”. As reclamações foram muitas, mas não havia como ceder. O grupo dos seresteiros insistiu na importância da seresta, mas acabou aceitando o imperativo pandêmico. A essa altura, a direção do museu estava determinada e amparada em documentos que recomendavam o fechamento. Era preciso interromper as serestas, que até então não haviam sido interrompidas. Motivo: a proteção da saúde dos seresteiros. Posteriormente, a decisão viria a ser reconhecida como acertada, especialmente após a morte de Mestre Rubinho do Violão, de J.G., de Lourdes Dardana, de Seu Filé e outros. Uma exposição sobre as serestas, denominada *Meu coração bate feliz*,<sup>14</sup> foi inaugurada no dia 3 de novembro de 2019, e a intenção da equipe do Museu da República era mantê-la aberta ao público até julho de 2020.

Fechar o Jardim Histórico sempre produziu tensões e embates com seus frequentadores. Em situações de greve, por exemplo, o jardim do Museu da República sempre foi um tema negociado à parte. Sempre foi mais fácil fechar o palácio do que o jardim, e os grevistas da área da

---

13 Pessoas que, tradicionalmente, há 30 anos, se reúnem no jardim do Museu da República para tocar, cantar, dançar, conversar, conhecer pessoas, namorar, em síntese, viver a vida.

14 Livro da exposição disponível em: <[https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Livro\\_Seresta\\_Meu-Coracao-Bate-Feliz\\_site-22052020-B.pdf](https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Livro_Seresta_Meu-Coracao-Bate-Feliz_site-22052020-B.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2022.

cultura, em diversas situações, enfrentaram diretamente os frequentadores, negociando com eles, buscando atraí-los para as suas causas.

O cinema do museu tinha contrato previsto para o seu funcionamento até abril de 2020; o do café havia vencido recentemente. Não fazia sentido para a equipe do museu abrir outra licitação em tempos de pandemia. Com isso, os contratos de permissão onerosa de uso para efeito de prestação do serviço do cinema e do café foram suspensos.

A pandemia expôs as numerosas desigualdades sociais, raciais e de gênero que perpassam a sociedade brasileira e também se expressam no Museu da República. Ela deixou clara a diferença entre as condições de trabalho dos servidores públicos concursados, em sua maioria brancos, não uniformizados, e cujos vínculos empregatícios não estavam ameaçados, e a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores terceirizados, uniformizados, em sua maioria negras e negros, de diferentes orientações religiosas e sexuais, submetidos à tensão de estar prestes a perder seu trabalho e fonte de renda. Garantir a permanência desses profissionais no museu se tornou fundamental.

Outra situação enfrentada, com forte tensão potencial, dizia respeito aos funcionários. Era preciso fechar o museu ao público, mas, ainda assim, manter a sua vida ativa, pulsando. No dia 16 de março foi realizada reunião presencial com as equipes de segurança, limpeza, jardinagem, manutenção e recepção, incluindo servidores públicos. A pauta dizia respeito às orientações gerais sobre a Covid-19, à higiene pessoal, ao cuidado de si e do outro e à construção de táticas e estratégias para a proteção das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, bem como

de servidoras e servidores públicos, do Jardim Histórico, do Palácio do Catete e dos acervos arquivísticos, bibliotecônicos e museológicos. Desde essa reunião, ficou claro o caráter indispensável das equipes terceirizadas, que cotidianamente contribuem para a pulsação museal: sem elas, não seria possível cuidar, tratar e garantir a vida e a proteção do Museu da República durante a pandemia.

## AÇÕES DE UM MUSEU EM CONTEXTO DE ISOLAMENTO

Uma das primeiras ações da equipe de servidores do Museu da República, disponibilizada nas redes sociais ainda em março de 2020, foi a circulação de um vídeo de reconhecimento e valorização da equipe de terceirizados.<sup>15</sup> Trata-se de um documento singelo e importante que, ao reconhecer a indispensabilidade das equipes terceirizadas (e isso não é pouco, e é bem raro), não deixa de trazer em seu registro uma clivagem de classe social e de raça.

Vale registrar também que a equipe de servidores do Museu da República, desde março de 2020, de acordo com os dispositivos legais do governo federal, foi dividida em duas partes: (1) servidores do grupo de risco — que passaram para o trabalho remoto —; e (2) servidores fora do grupo de risco — que passaram para o trabalho híbrido, parte a distância e parte presencial.

O ano de 2020 trouxe um conjunto de novos problemas e de novas abordagens. O Museu da República e o

---

<sup>15</sup> Vídeo disponível em: <<https://www.facebook.com/museudarepublica/videos/227897895027990/>>. Consultado em: 10 mar. 2022.

Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), como um todo, não estavam preparados para lidar com as demandas do trabalho remoto e do trabalho híbrido. Por conta própria, a equipe buscou se capacitar e também fez investimentos pessoais em aquisição de equipamentos eletrônicos, organização do tempo e do espaço, e mais, a partir de março de 2020, a equipe de servidores passou a trabalhar em um sistema de rodízio, com múltiplas combinações, variando de setor para setor.

Uma ideia (entre tantas outras) disseminou-se entre a equipe do Museu da República: era preciso, ao lado da campanha *#fiqueemcasa*, não perder os vínculos com os museus, com as experiências e as imaginações museais. Para isso, pareceu adequado sublinhar as relações entre a experiência da casa e a experiência dos museus. A casa também pode ser lida na clave do museu e o museu na clave da casa. Foi assim que, dentre as diversas experiências que ocorreram durante o longo primeiro semestre de 2020, se destacaram dois projetos no setor educativo: “Palavra bordada” e “A reinvenção da infância”.

O primeiro foi delineado em março e teve início em abril de 2020. Pouco mais de 20 mulheres espalhadas pelo Brasil participaram, sob a coordenação de Christine Azzi, de oficina de bordado que, de modo sensível, buscava identificar entre as participantes uma palavra ou expressão síntese do atual momento e a seguir bordá-la e a seguir registrar a narrativa de construção da palavra bordada. Os encontros foram tão potentes que construíram relações de amizade, produziram uma publicação<sup>16</sup> e

---

16 Publicação disponível em: <[https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Palavra-Bordada-2g\\_med.pdf](https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Palavra-Bordada-2g_med.pdf)>. Consultado em: 11 mar. 2022.



continuam gerando e germinando novas parcerias, conversações e criações.

O segundo projeto, denominado “A reinvenção da infância: criando brinquedos e histórias”,<sup>17</sup> divulgado a partir de maio e junho e realizado no mês de julho sob a dupla coordenação de Ana Paula Zaquieu e Christine Azzi, teve por objetivo reviver a experiência da infância em tempos de profundas transformações e contribuir para a tomada de consciência acerca da valorização das relações diretas entre as crianças e seus responsáveis — mães, pais, avós, avôs e familiares. Em momentos de crise, mas não apenas, a arte, a ciência, a história, a memória e a filosofia são chaves para acessar a imaginação e a razão, e contribuir com novas possibilidades de ler o mundo.

Outro acontecimento definitivo e marcante na trajetória do Museu da República foi a chegada dos objetos das religiões de matriz afro-brasileira que compõem a coleção *Nosso Sagrado*.

Trata-se, a rigor, de um expressivo conjunto de objetos sagrados que foram saqueados, confiscados e roubados durante batidas policiais ocorridas em locais de cultos entre 1890 e 1946. Eles foram recuperados depois de muita luta e de muitas batalhas travadas por lideranças religiosas do Rio de Janeiro, entre as quais se destacam: Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Beata de Iemanjá, Mãe Palmira, Pai Roberto Braga (Tata Luazemi), Mãe Nilce de Iansã, Pai Mauro de Oxóssi, Pai Adailton de Ogum, Mãe Marcia de Oxum, Mãe Flávia, Tata Songeli, Pai Thiago

---

17 Material de divulgação disponível em: <<https://museudarepublica.museus.gov.br/setor-de-educacao-abre-inscricoes-para-o-novo-projeto-a-reinvencao-da-infancia-criando-brinquedos-e-historias/>>. Consultado em: 11 mar. 2022.

e outras tantas lideranças religiosas, pais e mães, filhos e filhas de santo. Depois da campanha bem-sucedida e denominada Liberte Nosso Sagrado, a coleção, composta por objetos que estavam no Museu da Polícia Civil, foi transferida para o Museu da República durante o auge da pandemia, no dia 21 de setembro de 2020.

A coleção é composta por 519 objetos sagrados de religiões de matriz afro-brasileira, confiscados por meio de batidas policiais, ocorridas, especialmente durante as cerimônias de comunhão espiritual, de manifestação do sagrado, em um momento em que essas práticas religiosas eram criminalizadas, com base no Código Penal de 1890, ainda que as perseguições contrariassem a Constituição de 1891. A hipótese da convivência e talvez até mesmo da recomendação da Presidência da República, ao longo do período referido, favorecendo as práticas de perseguição e racismo religioso ainda não foram contestadas.

A referência de que Tia Ciata (Hilária Batista de Almeida) foi chamada ao Palácio do Catete para cuidar do presidente Venceslau Brás, que, depois de curado, teria expressado sua gratidão transferindo João Batista da Silva (esposo de Tia Ciata) da Imprensa Nacional para a Chefia de Gabinete do Chefe de Polícia precisa de análises e estudos ainda mais aprofundados. Os relatos sobre esse importante acontecimento sugerem que no mandato de Venceslau Brás (1914-1918), por inteligência estratégica de Tia Ciata, a perseguição às práticas religiosas teria diminuído. É preciso investigar o mandato de Venceslau Brás, é preciso, ainda assim, reconhecer que a memória desse acontecimento, de qualquer modo, indica uma exceção. A regra continuaria sendo a da perseguição.

Do conjunto de 519 objetos sagrados, 126 foram tomados em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN) como “Coleção Museu da Magia Negra”,<sup>18</sup> evidenciando ainda mais o preconceito, o racismo religioso. Durante praticamente um século eles ficaram sob a vigilância e a guarda da Polícia Civil. Para fazer frente a essa situação, lideranças religiosas lutavam há muito tempo pela libertação da coleção. Por fim, em 2017, criaram o movimento “Liberte o Nosso Sagrado”, com o intuito de denunciar o preconceito e o racismo religioso que o confisco dos objetos evidenciava e retirá-los definitivamente da tutela da Polícia Civil. Depois de décadas de reivindicações e tensas negociações, em decisão histórica, foi acordado que a coleção seria transferida para o Museu da República. Por orientação das lideranças religiosas diretamente envolvidas, ao chegar ao Museu da República, a coleção passou a ser denominada *Nosso Sagrado*.

Naquele 21 de setembro comemorava-se também o Dia da Árvore e a abertura da 14.<sup>a</sup> Primavera dos Museus, cujo tema, proposto pelo IBRAM, era: “Mundo digital: museus em transformação”. O foco do Museu da República naquele momento inclinava-se para o eixo das transformações, indicado no subtítulo.

Por mais propícia que tenha sido a data, convém registrar que no dia 17 de setembro de 2020 a direção

---

18 No momento, o Ministério Público atendendo à demanda das lideranças religiosas movimenta um processo para a alteração da denominação da coleção no Livro de Tombo do IPHAN. A solicitação é para que o IPHAN reconheça e registre em seu Livro de Tombo o nome *Nosso Sagrado* e não mais a expressão “Magia Negra”. Não se trata, convém esclarecer, de apagamento da história, a expressão “Magia Negra” será mantida como um registro histórico das práticas racistas do Estado; trata-se — isto sim — de mais um movimento simbólico e concreto de reparação.

do Museu da República recebeu a informação de que a embalagem dos objetos estaria concluída no fim da tarde do dia seguinte, ou seja, no dia 18 de setembro, em uma sexta-feira. Havia muita urgência em retirar o acervo do depósito do Museu da Polícia Civil, os recados e as mensagens que chegavam para a equipe do Museu da República diziam: “sejam rápidos, não se demorem”. Com a indicação de que os objetos sagrados estariam todos devidamente embalados no dia seguinte, a direção do Museu da República fez contato telefônico com Mãe Meninazinha<sup>19</sup> e perguntou: “Senhora Mãe Meninazinha, amanhã, por volta das 17h ou 18h, todos os objetos sagrados estarão embalados e prontos para o transporte. O que a senhora recomenda, podemos fazer o transporte?”. E ela respondeu de modo doce, delicado e firmíssimo: “Não! O *Nosso sagrado* não deve sair de lá à noite. Ele deve sair de manhã, durante a luz do dia”. E assim foi feito, ainda que essa decisão implicasse a permanência da coleção no Museu da Polícia Civil por mais três dias, incluindo um fim de semana, e que isso, por sua vez, implicasse alguns riscos.

No dia 21 de setembro, por volta das 12h, o *Nosso Sagrado* chegou ao Museu da República. Uma bela cerimônia de recebimento foi realizada, as lideranças religiosas se organizaram e construíram uma ritualística singular e adequada para o momento e para a situação. No dia 19 de setembro Mario Chagas foi internado com Covid-19 e, por isso, ainda que tenha participado, junto com as lideranças religiosas, da construção de toda a ritualística, não

---

19 Yalorixá Mãe Meninazinha de Oxum, uma das principais lideranças religiosas envolvidas no movimento de recuperação dos objetos religiosos.

estava lá durante a chegada física do *Nosso Sagrado* ao Museu da República. Em suas próprias palavras, “o *Nosso Sagrado* entrou no Museu da República contando com o meu apoio, mas também entraria à minha revelia”.<sup>20</sup>

Até hoje, a chegada do *Nosso Sagrado* ao Museu da República causa surpresas e propõe questões: como foi possível, no auge da pandemia, em um dos momentos políticos mais conservadores, com alto nível de perseguição às religiões de matriz afro-brasileira e manifestações explícitas de racismo religioso, receber o *Nosso Sagrado* no Museu da República? Talvez, se perguntássemos isso para Mãe Menininha, ela iria sorrir e apontar o sorriso e as mãos para os Orixás. Ainda assim, queremos sugerir que estudar esse caso, do ponto de vista histórico, político, antropológico, museológico (inter, multi, trans e indisciplinar), vale a pena. Estudar as táticas e estratégias adotadas e aperfeiçoá-las constitui um bom desafio.

O filme *Respeita Nosso Sagrado*,<sup>21</sup> realizado pela Quiprocó Filmes, no âmbito do Museu da República e com apoio do Instituto Ibirapitanga, lançado, com notável sentido de urgência, no dia 20 de novembro de 2020, registra com sensibilidade e potente poética a transferência do *Nosso Sagrado* para o museu. Os testemunhos das lideranças religiosas são emocionantes e ficarão na história da Coleção *Nosso Sagrado*.

---

20 Essa reflexão aparece em algumas videoconferências e também habitou nossas conversas.

21 Premiado com Menção Honrosa no 46.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PkgAUEWwMo>>. Consultado em: 25 mar. 2022.

Ao longo dos anos de 2020 e 2021 foram realizadas muitas *lives*,<sup>22</sup> encontros, videoconferências, webinários, exposições e projetos virtuais em torno dessa coleção. A chegada do *Nosso Sagrado* ao Museu da República teve muita reverberação e tudo isso tem estreita relação com a Mesa-Redonda de Santiago do Chile que, ao fim e ao cabo, nos sugere escutar, conversar, dialogar e reconhecer os protagonismos das comunidades.

Cinquenta anos depois da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (MRSC) muitos avanços foram realizados no campo da Museologia Social e hoje sabemos que democratizar o acesso aos museus convencionais<sup>23</sup> é bom, mas é muito pouco; é indispensável democratizar o acesso aos meios de produção dos museus, visando a alfabetização museal, a literacia museal. Essa é a base da Museologia Social praticada e pensada no Brasil. É por essa vereda, que se expandem, de modo incontrolável (e isso é bom), os museus sociais, os museus indígenas, os museus quilombolas, os museus de favela, os museus rurais, os museus das comunidades LGBTQIAP+ e mais.

A atuação dos denominados museus sociais em tempos de pandemia foi muito forte, focalizada e assertiva. É importante registrar que, além do que foi citado, os denominados museus sociais, tais como o Museu da Maré, o Museu Casa Bumba Meu Boi Raízes do Gericinó, o Museu Vivo de São Bento, o Museu das Remoções e o Museu de Favela, por exemplo, se mantiveram abertos, articulados,

---

22 Diálogo (*live*) entre Panmela Castro e o diretor do Museu da República disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BPGyW9cTYN4>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

23 Expressão utilizada por Boaventura de Souza Santos em conversa (*live*) com Claudia Rose da Silva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4egUn98XrC4>>. Acesso em: 19 set. 2022.

trabalhando e atendendo às demandas das comunidades locais. Citamos apenas dois exemplos, dentre as numerosas e fundamentais iniciativas:

1. Museu da Maré<sup>24</sup> – Por conta da pandemia, o museu foi parcialmente fechado à visitação pública, mas foi mantido aberto para múltiplas outras atividades. Dentre elas, destaca-se a iniciativa criada por moradores e denominada Frente de Mobilização da Maré contra a Covid-19, que, entre abril de 2020 e setembro de 2021, realizou mais de 80 *lives* e distribuiu mais de 35.500 cestas básicas. Em tempos de pandemia, o museu transformou-se em exemplo de solidariedade, resistência e luta.
2. Museu Casa Bumba Meu Boi Raízes do Gericinó<sup>25</sup> – Durante a pandemia, teve fortíssima atuação. Entre abril de 2020 e setembro de 2021, distribuiu pelo menos 6 mil ovos de Páscoa e 11 mil cestas básicas, envolvendo 11 instituições, 40 lideranças comunitárias e impactando pelo menos 55 mil pessoas. A equipe do museu, que participou de mais de 20 *lives* e funcionou como ponto de orientação e informação, está convencida de que contribuiu para a redução da transmissão do coronavírus. A rigor, o museu não fechou.

O próprio Museu da República, seguindo as pistas dos museus sociais e comunitários, distribuiu cestas

---

<sup>24</sup> Museu comunitário localizado na Favela da Maré, no Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> Museu comunitário localizado na comunidade do Catiri, em Bangu, no Rio de Janeiro.

básicas (em escala bem menor) para os guias de turismo, em parceria com a Liga Independente dos Guias de Turismo/RJ (LIGUIA). Somando os anos de 2020 e 2021, foram distribuídas 2 mil cestas básicas, com a parceria de empresas da área do turismo. O Museu da República ainda contribuiu com a organização de *tours* colaborativos, propiciando especialmente apoio para o desenvolvimento de outras visões de mundo.

## EM DIÁLOGO ABERTO

No âmbito da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e especificamente do seu Comitê de Patrimônios e Museus, destacou-se, durante o ano de deflagração da pandemia, o ciclo de webinários denominado “Patrimônios, museus e (re)existências”, que convidou lideranças negras e indígenas e também de museus comunitários, de religiões de matriz africana, de festas populares, dentre outras, para relatar suas experiências durante a excepcionalidade da pandemia. Os encontros eram mediados por antropólogos, ocorreram quinzenalmente durante o ano de 2020 e foram transmitidos pelo canal do YouTube da TV ABA. No ano de 2021, o comitê deu continuidade ao formato de conferências remotas transmitidas ao vivo promovidas pelo mesmo canal. Um novo ciclo de oito webinários foi realizado entre maio e dezembro de 2021, dando continuidade ao debate amplo entre antropólogos, museólogos e a sociedade civil. Do conjunto, destacamos o denominado “Museus, acessibilidade e inclusão em tempos de pandemia”, cujo debate esteve centrado nas diversas formas de atuação social dos museus no contexto de crise sanitária mundial. Desse webinário



participaram integrantes do Comitê Deficiência e Acessibilidade/ABA, da Rede do Movimento Brasileiro de Vida Independente (Rede MVI-Brasil), do ICOM Brasil, da Fiocruz, do Museu da República e do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, demonstrando a capilaridade e centralidade do tema.<sup>26</sup>

## O MUSEU E A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

Em fevereiro de 2021 o Museu da República transformou-se em posto de vacinação contra a Covid-19. Essa foi uma decisão importante e de grandes repercussões. No momento em que os museus federais estavam, em sua maioria, radicalmente fechados, o Museu da República foi aberto ao público como um ponto especial de vacinação, como um ponto de memória da vacinação, como um ponto de cultura e resistência a favor da vacinação. A decisão não foi fácil e implicou conversas e ponderações com o IBRAM, em Brasília. A ideologização do processo de vacinação pelo governo federal transformou o tema em arena de disputa política. Em vez de conciliar a população e apoiar a vacinação, o governo federal polarizou e combateu a vacinação. Assim, a decisão de transformar o Museu da República em posto de vacinação também envolvia riscos políticos. Por isso mesmo, no dia de início da vacinação no museu houve tensão no eixo museal Brasília-Rio.

Qual foi o percurso, o caminho, para que o Museu da República se transformasse em um pioneiro ponto de

---

<sup>26</sup> Webinários disponíveis em: <[www.youtube.com/tvaba](http://www.youtube.com/tvaba)>. Acesso em: 3 mar. 2022.

memória da<sup>27</sup> vacinação? O caminho passa pela denominada Museologia Social, referida no início deste texto.

Em 2007, Mario Chagas, na condição de professor e militante da Museologia Social, participou do Fórum Cultural da Favela da Rocinha e, especialmente, de um debate sobre a construção do Museu Sankofa – Memória e História, da Rocinha.<sup>28</sup> Foi nessa ocasião que conheceu, entre outras pessoas, Antônio Firmino e Maria Helena Carneiro de Carvalho, moradores da Rocinha e militantes dos direitos humanos, culturais e sociais. A parceria entre Firmino e Maria Helena era e continua sendo intensa: ele, com forte vínculo na área da cultura, do movimento negro e da geografia e ela, com forte atuação na saúde pública, nos direitos da mulher e nos movimentos sociais.

O encontro de 2007 gerou vínculos de amizade e parceria ancorados nas práticas e reflexões da Museologia Social. Foi assim que, em pleno sábado, no dia 22 de fevereiro de 2021, o diretor do museu recebeu uma ligação telefônica da senhora Maria Helena, na condição de coordenadora de Saúde da zona sul do Rio de Janeiro pela Secretaria Municipal de Saúde, procurando um espaço adequado para a vacinação contra a Covid-19. A conversa foi rápida e, de imediato, o museu foi oferecido como possível posto ou ponto de vacinação. Na

---

27 Aqui o jogo de palavras tem o sentido de insinuar que se vacinar no museu produz marcas de memória e coloca em movimento, mais uma vez, os Pontos de Memória (disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Pontos-de-Memoria-ebook-Portugues.pdf>>, acesso em: 22 mar. 2022), sugerindo que investigar a atuação dos Pontos de Memória durante a pandemia pode ser de grande relevância. O tema merece análises mais aprofundadas.

28 Museu comunitário localizado na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

segunda-feira seguinte foi realizada uma reunião presencial de avaliação do espaço e das condições locais, contando com a presença do secretário de Saúde. A parceria foi firmada e, na quinta-feira seguinte (dia 25 de fevereiro de 2021), a vacinação foi iniciada no Museu da República. Para muitas pessoas, foi uma surpresa, mas, para os que acompanham o Museu da República nos últimos anos, era apenas a afirmação da função social do museu e a comprovação prática de que ele deve servir à vida, deve cuidar da vida. Afinal, o museu que não serve para a vida não serve para nada; o museu que não cuida da vida não cuida de nada.

A vacinação contra a Covid-19 no Museu da República pode e deve ser incluída no âmbito das reverberações da Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

A decisão de transformar o Museu da República em ponto de vacinação teve repercussão local, nacional e internacional e produziu extraordinário impacto nas redes sociais e na mídia convencional, ainda que esse não tenha sido o seu objetivo e, muito menos, o seu interesse inicial. Vale ressaltar que o Museu da República se manteve como posto de vacinação, com um pequeno intervalo entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, até 8 de setembro de 2022.

Segundo informações de Maria Helena Carneiro de Carvalho, o Centro Municipal de Saúde Manoel José Ferreira, instalado no Museu da República entre fevereiro de 2021 e setembro de 2022, foi o que mais aplicou vacinas em toda a zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Foram aplicadas no museu cerca de 262.471 doses de diferentes marcas de vacinas contra a Covid-19. Como poderá ser observado na tabela abaixo, a vacinação no Museu da República ocorreu em três períodos: de 25 de fevereiro a

6 de novembro de 2021; de 19 de janeiro a 20 de abril de 2022; e de 26 de abril a 8 de setembro de 2022.

A vacinação no Museu da República colocou em pauta a função social dos museus e contribuiu para a atualização de um debate histórico. Se, em 1904, durante o governo do presidente Rodrigues Alves, o Palácio do Catete pôde testemunhar a Revolta da Vacina, na atualidade, em 2021 e 2022, foi possível testemunhar uma delicada e poderosa revolta a favor da vacina, apesar de todas as resistências, apesar de todo o negacionismo. Olhando em outra direção: é possível compreender que a vacinação no Museu da República esteve desde sempre em sintonia com os pressupostos da ciência, da Museologia Social e da Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

Na última quinzena de março de 2021, os professores Mario Chagas (Museu da República e UNIRIO), Renata Gonçalves (UFF) e Simone Vassallo (UFF) deram início ao projeto que convencionaram chamar de “Etnografia da vacinação contra a Covid-19 no Museu da República”. Entendíamos que se tratava de um momento absolutamente singular e que era fundamental produzir um registro dessa experiência. Para tanto, foram convidados estudantes dos cursos de Antropologia Social e Cinema da UFF e de Museologia da UNIRIO. Durante cerca de seis meses, sob a nossa supervisão, os estudantes frequentaram o Museu da República e acompanharam todo o processo de vacinação, buscando compreender a multiplicidade de pontos de vista envolvidos e a densidade da situação.

Algumas reuniões virtuais e preparatórias foram anteriormente realizadas, mas no dia 10 de abril de 2021 ocorreu a primeira reunião presencial com toda a equipe. A ideia para a realização do projeto nasceu de conversas telefônicas entre os professores. Tudo foi muito rápido.

Menos de 15 dias separaram a ideia inicial do projeto e a primeira reunião presencial visando a sua concretização. O assunto era urgente. Era preciso praticar uma antropologia e uma museologia da urgência. A rigor, o projeto se fez fazendo. Alguns estudantes pediam orientações mais rigorosas e metodologicamente mais rígidas, quando tudo estava em processo de construção. Os professores, por diversas vezes, foram firmes em dizer: não há metodologia fixada e rígida, a metodologia está em construção. Tratava-se de um projeto coletivo, construído no processo. É claro que isso não é usual e, por isso mesmo, a coluna vertebral do projeto sustentava-se no interesse e no compromisso de estudantes e professores.

Naquele dia 10 de abril, todo o grupo foi conduzido pelo diretor e participou de visita técnica especial, com detalhes sobre a dimensão histórica da instituição. Também foram feitas observações referentes aos aspectos museológicos e sobre os bastidores do museu, incluindo o Palácio do Catete e o Jardim Histórico. Além disso, a equipe foi introduzida ao “circuito da vacinação” no Museu da República, com seus diferentes ambientes, etapas e profissionais envolvidos, tanto da área de saúde quanto do próprio museu.

Foi a partir desta reunião que se organizaram os grupos para o trabalho de etnografia da vacinação. Foi criado um grupo no WhatsApp, e as decisões básicas que orientariam todo o processo de pesquisa foram tomadas. Foi nesse dia que os estudantes se organizaram visando a um trabalho delicado de acompanhamento dos vacinadores, dos vacinados, dos profissionais terceirizados do museu, dos servidores públicos e assim por diante. Os resultados dessa rica e intensa experiência se expressaram em múltiplas linguagens e suportes: a publicação do livro

*Cuidando da Vida: Relatos da vacinação contra a Covid-19 no Museu da República*, que reúne registros, observações e reflexões dos estudantes envolvidos; o filme documentário *Etnografia da vacinação*, de 12 minutos, que também produziu uma entrevista com a coordenadora do posto de saúde responsável pela vacinação no Museu da República, senhora Marcia Mattos; e um zine sobre a vacinação, produzido por uma das estudantes e apoiado pelo Museu da República. Além disso, está sendo elaborada uma exposição no Museu da República com o tema da vacinação, ainda sem agenda fixada.

O jardim do Museu da República foi finalmente reaberto, em maio de 2021, durante as comemorações da 19.<sup>a</sup> Semana Nacional de Museus, que tinha por tema “O futuro dos museus: recuperar e reimaginar”. A reabertura do Jardim Histórico atendeu a uma demanda da comunidade local, especialmente dos mais velhos, sem excluir as mães e os pais de crianças pequenas. A reabertura do Jardim Histórico, somada ao posto de vacinação, transformou o Museu da República em polo habilitado para a reflexão em torno das relações entre museu, saúde e cultura. Além disso, a referida reabertura impactou no projeto “Etnografia da vacinação contra a Covid-19 no Museu da República” e estimulou o interesse dos estudantes e dos professores em ouvir, conversar com e observar os frequentadores do jardim.

Em boa medida, a reabertura do Jardim Histórico reforçou o tema colocado pela vacinação, que se traduz na questão já apresentada anteriormente: qual o compromisso de uma instituição cultural como o Museu da República com a saúde, a produção de felicidade e o cuidado social?

A equipe do Museu da República tem consciência de que a função social dos museus é prioritária, de que o Jardim Histórico e a seresta têm uma importância destacada no que se refere à saúde, ao bem-estar, à produção de alegria e felicidade, ao combate à depressão da população local.

## À MARGEM DE UM CADERNO DE CAMPO

A vacinação no Museu da República foi interrompida no dia 6 de novembro de 2021, voltou em dezembro, foi de novo interrompida, retornou em janeiro do ano seguinte e manteve-se até o dia 8 de setembro de 2022. As idas e vindas no processo de vacinação geraram para o museu um conjunto novo de problemas: até que ponto e até quando o Museu da República deveria continuar funcionando como um ponto ou posto de vacinação? Em que medida a parceria entre o posto de saúde e o Museu da República poderia avançar em outras direções? Que novos projetos poderão surgir dessa parceria?

Em termos estatísticos, os dados que temos sobre a vacinação no Museu da República são os seguintes:

Vacinas COVID 19 no Museu da República aplicadas em 2021	
Mês de aplicação	Doses aplicadas
Fevereiro (a partir de 25/02)	2.024
Março	14.595
Abril	25.640
Maio	19.465
Junho	15.246
Julho	27.113
Agosto	34.100
Setembro	29.858
Outubro	28.066
Novembro (até o dia 6/11)	4.745
<b>Total de 2021</b>	<b>200.852</b>

Vacinas COVID 19 no Museu da República aplicadas em 2022	
Mês de aplicação	Doses aplicadas
Janeiro (a partir de 19/01)	4.668
Março	10.869
Abril	10.354
Maio	4.093
Junho	10.463
Julho	12.447
Agosto	8.626
Setembro	99
<b>Total de 2022</b>	<b>61.619</b>

Os períodos mencionados estão evidenciados na tabela. Aplicar 262.471 em um único ponto de vacinação não é uma tarefa simples; trata-se de um marco extraordinário.

Como se pode ver, a vacinação no Museu da República foi intensa e produziu muitas experiências singulares. As relações entre as equipes de saúde e as equipes do museu foram afinadas; muitas pessoas que se vacinaram no museu nunca tinham pisado em seu território; muitas pessoas manifestaram e registraram o contentamento por serem vacinadas ali, naquele espaço cultural.

A presença do Museu da República nos meios de comunicação e nas redes sociais foi cotidiana, ainda que, repetindo, esse não tenha sido o seu objetivo de partida.

Sobre os acervos referentes à pandemia coletados durante os anos de 2020 e 2022, é importante registrar que o Museu da República, além do acervo fotográfico constituído especialmente pelas fotografias de Oscar Liberal e Estefan Radovicz, passou a colecionar máscaras, frascos de vacinas, jalecos do SUS e objetos do cotidiano que trazem referências à vacinação, tais como xícaras e outros.

A vacinação no Museu da República constituiu-se em evento singular e, de algum modo, inspirador. Alguns agentes culturais entraram em contato com o Museu da República, solicitando informações para que as suas instituições pudessem se transformar também em posto de vacinação. Esse foi o caso, podemos citar de modo claro, do Museu da Justiça — Centro Cultural do Poder Judiciário, no antigo Palácio da Justiça, no Rio de Janeiro.

Na primeira quinzena de junho de 2021 o poeta Severino Honorato fez questão de lançar o seu folheto de cordel de modo performático, caminhando, recitando e o



distribuindo entre vacinados e vacinadores no Museu da República. O evento teve potência poética e política.

O filme documentário *Paraíso*, do cineasta franco-luso-brasileiro Sérgio Tréfaut, sobre os seresteiros do Museu da República, foi produzido a partir de 2018, atravessou o ano de 2019 e foi interrompido em 2020, em virtude da pandemia. Em 2021, o filme foi finalizado e lançado em Portugal e no Brasil, onde o cineasta teve o cuidado e a delicadeza de lançá-lo, em novembro de 2021, no Museu da República.

## TRABALHANDO COM OUTROS REGISTROS — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo a múltiplas e continuadas demandas, mas não apenas por isso, a seresta no Museu da República foi retomada aos sábados e domingos à tarde. A festa da retomada foi realizada no dia 24 de outubro de 2021. Antes da pandemia, as serestas aconteciam sistematicamente de terça a domingo, sendo aos sábados e domingos realizadas duas, em horários distintos. A adesão do público e a volta dos antigos frequentadores foram imediatas, mas não de forma total. Muitos seresteiros, por motivos ainda não inteiramente compreendidos, não retornaram. Ainda assim, o sucesso das serestas vem crescendo. Há uma curiosa medida de sucesso utilizada pelas organizadoras das duas serestas em vigor. Estamos nos referindo a Beatriz Penha Espinosa (Bia)<sup>29</sup> e Maria del Caren Almejeiras (Mari), aos sábados, bem como Helen Ruth

---

<sup>29</sup> Bia, como era conhecida, faleceu no dia 4 de agosto de 2022. Mari assumiu o seu legado seresteiro.

Malheiros de Souza, aos domingos. Segundo elas, as serestas trabalhavam com 60 cadeiras; hoje já precisam de 80. De qualquer modo, as serestas que ocorriam durante as terças, quartas, quintas e sextas-feiras, mesmo liberadas, ainda não voltaram ao modo pleno ou estão voltando de modo tímido.

As comemorações do 61.º aniversário da inauguração do Museu da República envolveram a apresentação do Coral do Museu da República, a abertura da Sala de Leitura e a reinauguração da exposição *Retratos Relatos*,<sup>30</sup> de Panmela Castro, incluindo novas pinturas realizadas durante a pandemia que retratam a situação singular, opressiva e violenta por que passaram muitas mulheres. A exposição foi inteiramente renovada e ganhou uma dimensão ainda mais contundente. Duas obras que fizeram parte da exposição, selecionadas em conjunto pela artista, pela curadora e pelo diretor, foram doadas ao Museu da República.

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, foi inaugurada no Jardim Histórico do Museu da República a exposição denominada *Laroyê: caminhos abertos para o nosso sagrado*. Tratava-se de uma exposição forte e simples que também ocupou o Salão Nobre do Palácio do Catete. No jardim, a exposição utilizou-se do recurso de *banners* com textos, fotografias e representações da coleção *Nosso Sagrado*; no Salão Nobre do Palácio foram apresentados alguns objetos originais, com destaque para a cabeça de Exu Igèlù, algumas peças de indumentária de Oxum (emprestadas por

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1849257791911184>> e <<https://globoplay.globo.com/v/10154767/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Mãe Meninazinha) e alguns objetos sagrados também de Oxum. A exposição foi resultado de cuidadoso processo de gestão compartilhada e curadoria participativa, envolvendo lideranças religiosas e trabalhadores do Museu da República, além da contribuição de muitos pesquisadores. A inauguração contou com a presença de Mãe Meninazinha, Pai Roberto Braga, Mãe Nilce e várias outras lideranças religiosas.

Além dessa exposição presencial, o Museu da República lançou também na mesma data a exposição *Nosso Sagrado: a construção de uma herança fraterna*. Trata-se, nesse caso, de uma exposição virtual, disponível na plataforma Google Arts & Culture.<sup>31</sup> A primeira exposição, que foi presencial, encerrou-se em maio de 2022 e a segunda continua disponível *on-line*.

No Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher (25 de novembro), a artista Panmela Castro promoveu uma ativação da exposição *Retratos Relatos*, com oficina de pintura (retratos) no jardim do museu e acolhimento de depoimentos (relatos) de mulheres violentadas. Em futuro próximo, é nossa intenção realizar no Museu da República uma exposição e um seminário tratando do tema da vacinação e da chegada do *Nosso Sagrado*.

As relações entre a chegada do *Nosso Sagrado* ao Museu da República e a transformação do museu em posto de vacinação, em Ponto de Memória da vacinação são muito estreitas. Estamos falando de dois acontecimentos de magna importância e inteiramente conectados com as celebrações dos 50 anos da Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

---

<sup>31</sup> Disponível em: <[https://artsandculture.google.com/story/mw-Wx9m6ZCuqk5A?fbclid=IwAR2uR5VPccuRgyRMdsZopfuglgrXIkgRSArfM36RdFLnM\\_QscPHvkvLuSlk](https://artsandculture.google.com/story/mw-Wx9m6ZCuqk5A?fbclid=IwAR2uR5VPccuRgyRMdsZopfuglgrXIkgRSArfM36RdFLnM_QscPHvkvLuSlk)>. Acesso em: 23 set. 2022.

Não basta comemorar os 50 anos de um movimento qualquer. É preciso assumir compromissos teóricos e práticos. O Museu da República tem compromissos com a Museologia Social, reconhece que existem reverberações da MRSC na atualidade e que o cuidado com o *Nosso Sagrado* e a transformação do museu em posto de vacinação são conexões que apontam na direção de uma museologia do afeto, de uma museologia que cuida da vida e das reverberações.

## 8

### **A Mesa de Santiago do Chile: contexto e respostas no Museu da Vida Fiocruz**

*Maria Paula de Oliveira Bonatto  
William Matheus da Cruz Souza*

**O** objetivo do presente texto é evidenciar como as ações de cultura, para além de serem expressões das tradições e das artes, estão imersas e marcadas pelas conjunturas históricas que as envolvem e determinam, isso inclui o evento da Mesa de Santiago do Chile, que legou aos profissionais de museus e suas comunidades a Declaração de Santiago. Documentos como esse têm o poder de auxiliar os museus a enfrentarem os desafios de conjunturas históricas que os determinam amparando suas ações, como acontece hoje no Museu da Vida Fiocruz, 50 anos depois. A importância de nos aprofundarmos na compreensão dos determinantes conjunturais de cada período está ligada à produção coletiva de processos

educativos emancipatórios comprometidos com transformações estruturais da sociedade em que vivemos.

Embora saudando as possibilidades de melhoria que as eleições de 2022 apontam para o Brasil, esta reflexão chega em um momento extremamente adverso aos campos da cultura e da saúde no país. Enfrentamos dois anos de isolamento social em meio à pandemia de Covid-19, com ciclos que têm se repetido, o que provocou alterações e necessidades de adaptações físicas e psicológicas em toda a população do planeta. Além desse desafio, nos vimos diante de uma conjuntura de aprofundamento do capitalismo mundializado,<sup>1</sup> que assume formas cada vez mais violentas e conservadoras como estratégia de exploração dos trabalhadores, expropriando direitos, tempo, manipulando informações, transformando costumes e revelando o perfil de um modo de produção extremamente desumano. No Brasil essa desumanidade se expressa desde as diversas formas de violência que observamos nos espaços públicos, como o extermínio de jovens em regiões residenciais de favelas e periferias, até a “guerra cognitiva”<sup>2</sup> que enfrentamos nas diversas formas de

---

1 Capitalismo Mundializado – nesse sistema, disseminado sob o termo globalização, os oligopólios internacionais combinam um controle importante da *corporate governance*, um gerenciamento moderno e um uso possível das tecnologias de ponta com as formas de exploração mais retrógradas da força de trabalho e do meio ambiente. A extração, a transformação e a exportação de metais de base e da agroindústria são exemplos típicos que o Brasil conhece (Chesnais, 2005, p. 22).

2 Como definido por Clint Watts, a guerra cognitiva degrada as capacidades de conhecer e produzir, ou seja, ela, de forma ativa, frustra o conhecimento. As ciências cognitivas abrangem todas as ciências e seus processos (psicologia, linguística, neurobiologia, lógica e muito mais). A guerra cognitiva é, portanto, a maneira de usar o conhecimento para um propósito conflitante. Em seu sentido mais amplo, a guerra cognitiva não

expressão de dominação da população por meio de tecnologias de comunicação.

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile, “sobre o papel do museu na América Latina de hoje” foi convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Santiago do Chile, de 20 a 21 de maio de 1972, tendo entre seus frutos a Declaração de Santiago do Chile de 30 de maio de 1972, que hoje compõe a documentação do *Intenational Council of Museums* (ICOM).<sup>3</sup>

A atual conjuntura revela muitos aspectos comuns aos daquela em que foi produzida a Declaração de Santiago do Chile. Esses aspectos são fundamentais para uma análise mais profunda desse documento bem como para se compreender como chegamos ao Brasil que vivenciamos hoje.

### *A década de 1970: rearranjo do capital internacional*

Em 1972 o Brasil estava mergulhado em uma ditadura civil-militar. A década que se iniciava seria marcada

---

se limita ao mundo militar ou institucional. Essa capacidade vem sendo aplicada aos campos político, econômico, cultural e social. Qualquer usuário de tecnologias de informação modernas é um alvo em potencial. A guerra cognitiva tem como alvo todo o capital humano de uma nação (Carone, 2022).

3 O Conselho Internacional de Museus (ICOM) foi criado em 1946, como uma organização não governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. Seus mais de 40 mil membros, provenientes de 141 países, participam de atividades nacionais, regionais e internacionais promovidas pela organização: oficinas, publicações, programas de formação, intercâmbio e de promoção de museus (ICOM, 2022).

por um capitalismo que se aperfeiçoava com a finalidade de aprofundar suas estratégias de mundialização, enfrentando mais uma fase de suas diversas crises periódicas. Na década de 1970 essas crises expressaram um tempo de reorganização do capital para manter sua posição hegemônica voltada para reafirmar e prolongar seu modo de produção, investindo massivamente na construção de uma nova sociabilidade (Neves, 1991; Hobsbawm, 2007; Pereira, 2009; Bonatto, 2012).

Para se entender esse período de crises mundializadas — as quais estão intimamente ligadas à ascensão da chamada “sociedade do conhecimento” e às transformações e disputas ligadas à cultura de museus, é necessário considerar um conjunto de pelo menos oito parâmetros, abordados de forma resumida a seguir:

1. O esgotamento mundial das formas tradicionais de acumulação de renda, já que a produção em escala crescente dos mercados se deu de forma inversamente proporcional à capacidade de consumo das populações, o que gerou queda nas taxas de lucro (Neves, 1991, p. 47; Hobsbawm, 2007).

2. A suspensão pelos Estados Unidos em 1971, do padrão ouro como referência para a economia, desprezando o sistema Bretton Woods e o consenso Keynesiano de proteção social,<sup>4</sup> abrindo portas para o crescimento

---

<sup>4</sup> Bretton Woods foi um acordo mundial realizado em 1944 a partir do encontro de políticos economistas e tecnocratas para criar um cinturão de proteção social, econômica e ideológica que tinha como objetivo central a tomada de poder das nações sobre o destino de suas economias visando a continuidade do sistema capitalista. Sua idealização teve grande influência das teorias de John Maynard Keynes de onde deriva a expressão “keynesiano”. Uma referência para se aprofundar a compreensão sobre esse pacto e suas consequências é o estudo de Haeming (2015).



de um sistema financeiro “livre” para agir em um Estado isento de responsabilidades sociais em regime de câmbio flexível. Como consequência houve um aumento vertiginoso de operações financeiras em todo o mundo com especulação desenfreada sem lastro monetário. Melo (2004) descreveu esse contexto com base nas palavras de Chesnais, destacando:

[...] a perda, para a maioria dos países capitalistas, de boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente aut centrado e independente; o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias (Chesnais, 1995 apud Melo, 2004, p. 41).

3. A crise do petróleo, consequência de rivalidades políticas entre os Estados Unidos-Israel e o mundo árabe e da necessidade de controle dos países árabes sobre os preços de sua própria produção. As guerras que envolviam os produtores, associadas às intervenções norte-americanas, desencadearam a falta do produto e os preços do barril de petróleo quadruplicaram, desestabilizando a economia mundial com recessões nos Estados Unidos e na Europa.

4. Os enormes gastos dos Estados Unidos com a guerra do Vietnã, a corrida espacial, a Guerra Fria e a corrida armamentista, juntamente ao escândalo *Watergate*,<sup>5</sup> encerravam o período de crescimento e otimismo

---

<sup>5</sup> “O escândalo Watergate foi um dos maiores escândalos da história da política dos Estados Unidos. Ele estourou quando cinco homens foram presos tentando invadir a sede do Partido Democrata com o intuito

econômico dos Estados Unidos, levando o país a mudar a política externa e interna. Isso resultou em pressões sobre o Banco Mundial para que o financiamento de projetos no “Terceiro Mundo”, tido como uma saída lucrativa para a crise financeira, gerassem cobranças associadas a juros cada vez mais altos. Pereira (2009) caracterizou o período com a significativa expressão “assalto à pobreza”. As ações do desenvolvimentismo nos países da América Latina geraram um endividamento crescente, com desnível crônico e estrutural em suas balanças de pagamento aprofundando a pobreza e as desigualdades. Melo (2004) acrescenta:

O desemprego começou a crescer se tornando nos anos 70 quase parte estrutural das relações sociais de produção capitalistas e um exército industrial de reserva cada vez mais desqualificado para enfrentar as exigências das sociedades urbanas industriais se acumulou na periferia dos grandes centros (Melo, 2004, p. 39).

5. As organizações internacionais – o Clube de Roma com o relatório *The Limits to Growth* (Os limites do crescimento), de 1972 – ao lado dos trabalhos de cientistas como Rachel Carson – *Silent Spring* (Primavera silenciosa), com uma primeira edição em 1962, e tendo um impacto maior na década seguinte – denunciaram as catástrofes ambientais, dentre elas: o crescimento desordenado das populações urbanas associado à deterioração da qualidade de vida e o uso indiscriminado do DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) e sua acumulação

---

de plantar escutas telefônicas, em junho de 1972”. O caso culminou com a renúncia do presidente Richard Nixon em 1974 (Brasil Escola, 2022).

crônica em todos os organismos vivos. A partir dessas denúncias, outros crimes foram expostos, entre esses, o uso de armas químicas na Guerra do Vietnã, como o “agente laranja”, (ácido 2,4-Diclorofenoxiacético (2,4-D) e o ácido 2,4,5- Triclorofenoxiacético (2,4,5-T) produto também exportado aos países periféricos como agente letal da Revolução Verde. Facilitando o desmatamento, esses produtos eram chamados de “mata-mato”, enquanto também matam por intoxicação os trabalhadores que os aplicam. Foi também disseminado o uso de diversas modalidades de agrotóxicos, estrategicamente caracterizados como “defensivos” na produção agrícola. Aprofundou-se o extermínio de populações indígenas e inaugurou-se o deslocamento de populações de cidades inteiras em função dos megaprojetos de implantação de hidrelétricas financiados pelo Banco Mundial. Esses problemas, frutos das políticas capitalistas aplicadas aos modelos de desenvolvimento do período, principalmente nos países periféricos, permanecem intactos ou ampliados.

6. A criação e ação de grupos, conhecidos como *think-tanks* (traduzível como “fontes de ideias”), com destaque para o Clube de Roma (1968) e a Comissão Trilateral (1973). Essas entidades vêm fortalecer os laços entre governos e setores empresariais agindo para justificar, manter e legitimar o crescimento constante do movimento de transnacionalização, focado nas instâncias privadas de planejamento e decisões políticas dos países, principalmente os periféricos. O foco de controle sobre as políticas da América Latina implantou-se nesse período, considerando seu potencial de longo prazo para a produção de matérias-primas, seu mercado consumidor e sua resposta à quantidade de investimentos depositados na região na década de 1960 (Melo, 2004).

7. A eleição de Margareth Thatcher, em 1979, e a de Ronald Reagan, em 1980, abriram espaço para o aprofundamento das práticas conservadoras, o que se confirmou com a mudança do paradigma “Keynesiano” para o “Hayekiano”,<sup>6</sup> consolidando um novo período histórico caracterizado pelo domínio do mercado financeiro e da sistematização das práticas neoliberais. Esse período envolve um amplo ajuste dos papéis da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências — Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e UNESCO — conformando a sociabilidade de nações inteiras, incluindo o campo da Cultura e da Museologia.

8. O Japão protagonizou este período como exemplo de conformação social, após a tragédia da bomba atômica, e como um país impulsionador de toda uma nova conjuntura tecnológica. A tecnologia japonesa, associada às forças armadas norte-americanas, elevou o contexto industrial a outro patamar com especial ênfase na automação aplicada às tecnologias de comunicação. O uso de satélites, em conjunção com os computadores e a telefonia, ampliou o universo das telecomunicações e os debates em torno das políticas que determinariam seu uso. Esses avanços possibilitariam um manancial de aparelhos baseados em novas tecnologias cuja comercialização cumpriria o papel de aplacar as crises periódicas do capital incentivando um consumo permanente e renovado alimentado pelos países da periferia, incluindo a América

---

6 O termo hayekiano deriva das teorias de Friedrich Hayek que, em síntese, apontavam para direções opostas às teorias de Keynes, e que influenciaram as políticas neoliberais que predominam na atualidade. Sua obra de referência é *The Road to serfdom* ou *O caminho para a servidão*, publicada em 1944.

Latina. O interesse-chave nesse período seria preparar populações para o consumo renovado desses aparelhos.

É sob a complexidade deste contexto histórico que, ao longo da década de 1970, a UNESCO promoveu reuniões de intelectuais de diversos países em desenvolvimento para refletir sobre a importância das transformações que estavam acontecendo.

No que concerne à politização das questões tecnológicas de forma associada à ciência, transcreve-se o texto de Gabriel García Márquez (Colômbia) e Juan Somavía (Chile), que consta como anexo do documento *Muitas vozes, um mundo...* (UNESCO, 1980):

[...] Há uma tendência [...] para se “glorificar” as soluções tecnológicas para os problemas de comunicação contemporâneos. Queremos enfatizar que a “promessa tecnológica” não é nem neutra nem livre de valores. Decisões nesse campo têm enormes implicações políticas e sociais. Cada sociedade tem que desenvolver os instrumentos necessários para fazer uma avaliação das alternativas de escolha e seus impactos [...] (UNESCO, 1980, p. 264, tradução nossa).

Considerando esses aspectos é importante compreender a Declaração de Santiago como um documento que reflete disputas e a busca por um espaço no diálogo internacional, a fim de reafirmar lutas e interesses de países da periferia do capitalismo, alçados a um lugar de exploração e expropriação pela máquina do mercado.

## *A Mesa de Santiago do Chile e a Nova Museologia*

A reunião de Santiago acontece, portanto, em um contexto social mundialmente polarizado, entre revoltas populares que caracterizaram a década de 1960 e a reação da hegemonia que caracteriza a década de 1970. Santos (2002) explica:

Depois do vendaval que foram os anos 60, os anos 70 deram início à égide da fragmentação: “desdobramentos da contracultura, movimento *underground*, *punk*, misticismo oriental, vida em comunidades religiosas ou naturalistas, valorização do individualismo, expansão do uso das drogas” (Habert, 1992, p. 74). Percebe-se um painel de diferentes acontecimentos, de diversos cortes, marcados pelos golpes e pelas revoluções, resultado dos investimentos dos países imperialistas, que procuram reagir à onda de contestação e às lutas revolucionárias da década de 60, cuja consequência é a implantação das ditaduras militares na América Latina, a ampliação da intervenção na Indochina, o reforço aos governos colonialistas e de apartheid na África e a sustentação da política israelense no Oriente Médio (pp. 96-7).

Nesse período, começava a ser reconhecido, no campo da educação, o trabalho de Paulo Freire, educador profundamente mobilizado pela diversidade cultural e suas implicações na educação libertadora, tendo como um dos seguidores no campo da Museologia Hugues de Varine, que cunhou o termo ecomuseu e participou, cerca de dez anos depois, do movimento pela Nova Museologia. Nesse movimento, intelectuais latino-americanos retomam

discussões por uma museologia que tivesse como eixo central propostas mais amplas em torno dos interesses da sociedade, para além do patrimônio. Essa visão propunha uma atenção secundária às categorizações de patrimônio (cultural, natural, tangível e intangível), passando o museu a centrar sua ação nas relações com a comunidade, o que foi postulado na Declaração de Santiago. Embora existam visões críticas que pontuam que o documento de Santiago peca por manter uma visão intervencionista sobre o meio social e território, ressaltamos que a Mesa de Santiago é um marco da identidade latino-americana, que busca tomar as rédeas das discussões acerca do papel dos museus para suas comunidades. Sobre a Mesa, destacamos as características apontadas pelo professor Hugues de Varine, quando da sua participação no encontro “Museologia Brasileira e o ICOM: convergências e desencontros?”, realizado em São Paulo, em 1995:

Todos os palestrantes eram latino-americanos, marcando um momento de comprometimento com a realidade regional e com a necessidade de se refletir para transformá-la. Os temas escolhidos — educação, meio ambiente e urbanismo — abriam possibilidades de se enxergar além dos museus, propondo discussões com base nos problemas da sociedade, construindo novas bases para ações e para o próprio conceito de museu [...] (Santos, 2002, p. 109).

Além desses, destacamos:

:: o fato da organização do encontro ter cogitado para sua condução, a presença do educador Paulo Freire, na época exilado político, o que foi impedido pela

influência do governo ditatorial brasileiro sobre a direção da UNESCO;

:: a importância que a reunião dedica aos processos de urbanização, que na América Latina se deram em geral de forma desordenada, marcados pela expulsão de trabalhadores do campo ao lado da situação de abandono daqueles que resistiram, atribuindo aos museus um papel significativo na educação da comunidade tanto urbana quanto rural;

:: o documento se caracterizou pela denúncia de uma crise profunda marcada por injustiças sociais, fruto de um desenvolvimento desigual e abandono de países que ficaram à margem dos avanços do desenvolvimento, demandando ações em todos os setores da sociedade mobilizando todas as disciplinas;

:: o documento expressa um chamamento para que profissionais de museus participem de uma mudança estrutural reorientando os museus para atuarem a serviço da sociedade de forma inovadora, considerando seu quadro histórico, apontando para uma nova ordem social. Entre suas considerações o documento alega:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais [...] Que, especialmente nos países latino-americanos, eles devem



responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos (ICOM, Declaração de Santiago, 1972, n.p.).

O documento lança o princípio do “Museu Integral” como aquele voltado para o diálogo com sua comunidade local ao mesmo tempo que agrega as preocupações com a nação, orientando a formação de profissionais, desde o nível médio, para agirem nas soluções de problemas sob os enfoques técnico, econômico e político.

A Declaração de Santiago, que merece ser lida na íntegra, embora seja um documento objetivo, expressa orientações que dizem respeito à complexa situação social e política da América Latina, sendo por isso reflexo importante da conjuntura que a inspirou. Observa-se que há no documento um esforço a fim de que a UNESCO, como organização de influência mundial, oferecesse retorno social amplo a museus de toda a América Latina, em forma de apoio político, formação profissional e produção de materiais educativos, assumindo a responsabilidade por contribuir para o rumo de mudanças estruturais na sociedade.

Um ano após a realização da Mesa-Redonda de Santiago, o Chile viveu o golpe de Pinochet.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> “A 11 de setembro de 1973, um acontecimento político sacudiu a América Latina e o mundo todo: as Forças Armadas chilenas, encabeçadas pelo general Augusto Pinochet, derrubaram mediante a força o governo socialista de Salvador Allende no Chile, provocando a morte de seu presidente. [...] Em matéria econômica, o governo de Pinochet

No Brasil, a década de 1970 foi marcada pela repressão, tortura, censura, terrorismo e contestação. Sob as crises internacionais do petróleo e da dívida externa, acelerou-se o desenvolvimento industrial e extrativista, consolidando-se a integração do Brasil ao sistema capitalista monopolista internacional como país periférico sob o regime militar. Darcy Ribeiro sintetizou dados sobre essa década no Brasil:

A população de 99.901.037 habitantes começa a ser predominantemente urbana — 52 milhões na cidade e quarenta milhões no campo. Metade da população ativa ganha menos que um salário-mínimo e 17,9 milhões são analfabetos maiores de dez anos. Em 1960, os 5% de brasileiros mais ricos absorviam 27,3% da renda nacional. Em 1970, passam a absorver 36,3%. Os mais pobres veem reduzida sua participação na renda de 27,8% para 13,1%. É o milagre. (Ribeiro, 1985 apud Santos, 2002, p. 105).

É na esteira das lutas iniciadas por profissionais de museus que protagonizaram o encontro da Mesa de Santiago do Chile que tomamos este documento como uma das bases para a construção das ações do Museu da Vida Fiocruz. Nos vemos hoje em uma situação de aprofundamento da dominação capitalista na América Latina, tendo o Brasil com uma população de trabalhadores que sustenta o pagamento de uma dívida externa inaudita

---

foi diretamente assessorado pelos «Chicago Boys», grupo universitário inspirado pelo economista liberal Milton Friedman. O governo militar procedeu à privatização de quase todas as empresas estatais, em especial aquelas nacionalizadas no período de Allende (1970-1973), no que foi considerado um «laboratório» das políticas neoliberais postas em prática internacionalmente a partir do final da década” (Coggiola, 2018).

de mais de 50% de seu Produto Interno Bruto,<sup>8</sup> em detrimento do investimento em educação, cultura, entre outras áreas. Diante dessas contradições apontamos a seguir os esforços do Museu da Vida Fiocruz para a construção de suas ações em 2022, destacando as intenções apontadas na Declaração de Santiago.

### *A função social e educativa dos museus: práticas do Museu da Vida em 2022*

Ao celebrar o evento da Mesa de Santiago do Chile no Museu da Vida Fiocruz/COC, estamos construindo uma oportunidade para a reflexão, sempre necessária, acerca da *função social e educativa dos museus*, expressão resultante dos debates promovidos por esse encontro histórico. O Museu da Vida foi criado para divulgar, popularizar a ciência e promover a cidadania, considerando o campo da saúde pública e suas interseções com a cultura, um percurso que já dura 23 anos. A missão da Fiocruz está voltada para produzir conhecimentos científicos, inovações e tecnologias para apoiar o SUS, promover saúde e qualidade de vida com a população brasileira, contribuindo para reduzir desigualdades sociais. As ações desenvolvidas pelo Museu da Vida têm como uma de suas referências a Declaração de Santiago, considerando seu aspecto eminentemente educativo, que propõe um diálogo que permeia os trabalhadores de museus e desses com seus públicos. Além disso, reivindica a prioridade para a construção coletiva com os territórios<sup>9</sup> em

---

8 Para mais informações ver: Fattorelli & Ávila, 2022.

9 Milton Santos enfatiza que o território é passivo de recortes que estão, para além da região, organizados por horizontalidades

que o museu está inserido. Descrevemos a seguir como esse aspecto se traduz nas atividades desenvolvidas pelo Museu da Vida nos tempos que correm.

Plano museológico: escuta e participação da comunidade interna e externa

A Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que trata do Estatuto de Museus, estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração, implementação e atualização do Plano Museológico para todos os museus brasileiros, com regulamentação pelo Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013.

O Plano Museológico é o principal instrumento de gestão para os museus brasileiros. [...] É a partir dele, que as ações administrativas, técnicas e políticas são sistematizadas tanto no âmbito interno, quanto na sua atuação externa (Brasil, IBRAM, 2022).

No ano de 2021, o Museu da Vida Fiocruz se viu diante da tarefa de atualizar seu Plano Museológico. O início dos trabalhos aconteceu ainda de forma remota,

---

(contiguidades geográficas e relações humanas locais) e verticalidades (ligações referentes a todos os processos sociais). Entre esses o autor destaca a criação de redes pelos diversos processos de solidariedade/alienação incrementados pelas novas tecnologias, trocas entre processos rurais e urbanos, complementariedade entre áreas urbanas e imposições hierárquicas estruturais, externas ou internas que caracterizam disputas de poder. Nesse sentido o autor sugere que é a partir das territorialidades que se cria possibilidades para se escapar de processos da globalização perversa com foco na organização de novas horizontalidades e verticalidades voltadas para outra globalização, capaz de restaurar a dignidade humana (Santos, 1994, pp.13-20).

durante a pandemia, e se estendeu por todo o ano de 2022. A metodologia contou com consulta de expectativas da equipe, balanço crítico, ciclo de reflexões, escutas ao território, pesquisa de opinião e redação colaborativa, visando a integração entre diferentes áreas do museu e dele com sua comunidade local. As equipes trabalharam coletivamente de forma interdisciplinar e multidisciplinar em permanente colaboração para a construção dos novos referenciais e objetivos estratégicos, programas, objetivos específicos e metas para o próximo quadriênio. O processo de atualização envolveu equipes e consultores contratados, especialistas, parceiros institucionais internos e atores territoriais. Juntos buscamos por um planejamento estratégico que respondesse a agenda institucional da Fiocruz, construída em seu IX Congresso Interno,<sup>10</sup> e os desafios enfrentados pelos museus e territórios em um contexto de mundo pós-pandêmico. Nas etapas preparatórias, as equipes se engajaram no estudo de outros Planos Museológicos enquanto o nosso documento em revisão era lido criticamente por parceiros de outras instituições museais. O ciclo de reflexões permitiu trocas

---

<sup>10</sup> O Congresso Interno é o órgão máximo de representação institucional da Fundação Oswaldo Cruz. A ele compete deliberar sobre assuntos estratégicos relacionados ao macroprojeto institucional, sobre o regimento interno, sobre propostas de alteração do estatuto, sobre matérias, enfim, que possam interferir nos rumos da instituição. O Congresso acontece a cada quatro anos, sempre no primeiro ano de cada nova gestão da Presidência da Fiocruz. Para sua realização, a Presidência elabora um documento-base, que é discutido e aprimorado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, bem como pelos trabalhadores de todas as unidades da Fundação, que organizam seus próprios encontros para discutir o documento. Após debates, as unidades elegem democraticamente os seus delegados, que votarão as proposições do texto em diversas plenárias (Fiocruz, 2022).

com pares do campo museal sobre conjuntura e setor cultural, gestão museológica, ações e projetos de inovação com metodologias participativas etc. A escuta territorial serviu como estratégia para o levantamento das demandas, percepções e recomendações dos atores dos territórios de Manguinhos e Maré. A importância das ações no território surgiu fortemente ao lado da necessidade de se construir espaços acessíveis e inclusivos considerando todos os públicos, chamando a atenção para a necessidade de se incluir pessoas com deficiência em nossas equipes. Outro aspecto considerado foi a necessidade de integração entre as áreas acadêmicas que envolvem a pesquisa e os processos de visitação estabelecendo pontes que permitam a renovação desses processos. As fraquezas apontadas estão em nossa capacidade de comunicação interna e na intensidade do trabalho que não nos permite estudar, planejar e avaliar com mais tempo, tanto as ações de planejamento, quanto as ofertas ao público. Nesse sentido fica claro que precisamos aprimorar nossos processos de gestão. A atualização do plano museológico pretendeu olhar para a realidade na qual o Museu da Vida Fiocruz se insere e apontar para um futuro mais humano, saudável e sustentável a partir de um museu mais inclusivo e acessível.

Durante o processo de atualização do plano foi destacada como força de nossa instituição o acúmulo em experiências de diálogos com territórios de favelas e periferias da região em que estamos inseridos – temos em funcionamento todo um programa de Ações Territorializadas<sup>11</sup>– e com o desenvolvimento de metodologias de

---

<sup>11</sup> Para conhecer mais sobre esse programa ver: Museu da Vida Fiocruz, 2022.

participação social para a organização de exposições e atividades educativo-culturais. Nesse sentido ficou claro que temos a oportunidade de promover e incentivar as colaborações entre moradores do território, educadores e pesquisadores visando o desenvolvimento de linhas de pesquisa voltadas para os interesses de populações vulnerabilizadas pelas desigualdades da sociedade em que vivemos. No que toca os processos de vulnerabilidade dessas populações, faz-se necessário demarcar o aumento das violências locais e seu impacto na saúde dos moradores e trabalhadores, o que se reflete tanto nas condições de trabalho como também no acesso do público ao museu. Isso se agrava quando se verifica que essas violências estão intimamente ligadas às políticas públicas de segurança que discriminam os bairros de moradia de populações negras e sua juventude.

Finalmente vale ressaltar as demandas dos moradores de nossa comunidade de inserção: foi destacada a importância de que o museu foque seu apoio à juventude local com ações de geração de emprego e renda, formação profissional nas áreas de cultura e comunicação, bem como o fortalecimento de uma comunicação mais voltada para essas comunidades. Também foi sugerida a ampliação dos horários de visitação para melhor acolher o público de trabalhadores que moram na redondeza.

Projeto “Independências?” Diálogos entre a pós-graduação, jovens de favelas e a Educação de Jovens e Adultos de escolas públicas

Considerando a mobilização de diversos setores educativos brasileiros para se pensar sobre as comemorações do Bicentenário 1822-2022 referentes à “Proclamação da

Independência” do Brasil, nos unimos aos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz<sup>12</sup> para refletirmos sobre o passado nacional de maneira a compreendermos criticamente o espaço historicamente constituído para a ciência e a saúde no país. Essa ação educativa esteve voltada para responder às perguntas: Como somos hoje? Quais são as nossas perspectivas para o futuro? Para tal foi proposta a integração entre o Programa de Iniciação à Produção Cultural (Pró-cultural)<sup>13</sup> do Museu da Vida Fiocruz e o projeto “Independências?”, proposto pelo Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz. Além do Pró-cultural buscamos também integrar escolas da região, em especial os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), convidando-os para encontros que aconteceram no museu em torno desse tema. A proposta foi tratar a memória do Bicentenário da Independência refletindo sobre os diversos sentidos dessa expressão, seja ela política, cultural ou científica, trazendo aspectos históricos ocultos, evidenciando lutas dos oprimidos e silenciados

---

12 O Museu da Vida é um dos departamentos da Casa de Oswaldo Cruz, unidade da Fiocruz constituída, além do museu, pelos Departamento de Pesquisa, Departamento de Patrimônio Histórico, Departamento de Arquivo e Documentação e o Departamento de Pesquisas em História das Ciências e da Saúde. O organograma completo está no endereço eletrônico: <<https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/institucional/organograma>>.

13 O Museu da Vida Fiocruz oferece aos jovens de sua vizinhança o Programa de Iniciação à Produção Cultural, que é uma ação de educação não formal voltada para estudantes entre 16 e 19 anos, alunos do 2.º e 3.º anos do ensino médio de escolas da rede pública localizadas nas proximidades de Manguinhos, Maré e Alemão. O Programa oferece atividades educativas variadas, como filmes, palestras, oficinas, debates, visitas a museus e centros culturais, buscando promover a inserção dos jovens no mundo do fazer cultural (Museu da Vida Fiocruz, 2022).



e buscando entender as necessidades de independência e autonomia em vários campos, e para diferentes classes sociais. Como resultados tivemos a valiosa contribuição dos jovens do Pró-cultural na produção de reflexões para uma produção audiovisual que reúne os frutos desse trabalho. Os estudantes da EJA avaliaram que para a produção de um diálogo frutífero é necessário um investimento maior por pesquisadores na compreensão dos limites, possibilidades e necessidade dos estudantes da EJA, moradores de favelas. Esses vivem em um mundo diferenciado dos que hoje produzem os conhecimentos acadêmicos e esse diálogo necessita de muito mais investimento para produzir frutos que promovam transformações significativas. Como resposta, o Museu da Vida promoveu no final do ano, especialmente para esses estudantes, uma visita noturna às suas exposições, mostrando nosso interesse pela aproximação com esse público com a abertura cada vez maior para a continuidade desse diálogo.

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia Fiocruz em Nova Iguaçu — construir o diálogo com pré-vestibulares e bibliotecas comunitárias ampliando a voz das periferias do Rio de Janeiro

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) é um dos marcos do calendário anual do Museu da Vida Fiocruz. Nessa semana se abrem as portas da Fiocruz por meio do museu para uma mostra das atividades científicas de toda a instituição, reunindo pesquisadores, estudantes de escolas públicas, divulgadores, artistas e moradores da comunidade de forma a provocar um grande encontro para conversas e palestras sobre os mais variados temas. No ano de 2022, recebemos de estudantes da

Fiocruz e moradores de Nova Iguaçu uma demanda de que a Fiocruz estivesse presente nesse município com os seus movimentos sociais, bem como que trouxéssemos estudantes dessa região para uma visita ao museu. Vimos essa demanda como uma oportunidade para ampliar ainda mais esse diálogo e como um compromisso político com moradores da periferia do Rio de Janeiro, que sofrem diversas ameaças à saúde (precariedade de saneamento básico, desigualdade social, violências). Assim, decidimos organizar uma nova frente de realização da SNCT na forma de diversas atividades organizadas com lideranças de pré-vestibulares comunitários e de bibliotecas comunitárias de Nova Iguaçu, com o apoio de seu Sindicato de Professores.

A *SNCT Fiocruz em Nova Iguaçu*, realizada entre 15 de outubro de 2022 a 5 de novembro 2022, integrou a programação oficial da 19.<sup>a</sup> SNCT Fiocruz na categoria de ações territoriais. A atividade teve como escopo um Encontro de Educação Popular com lideranças locais, exposições itinerantes de pequeno porte em três escolas públicas do município, participação de estudantes e professores da rede pública na SNCT Fiocruz no *campus* Manguinhos, visita das organizações populares ao Museu da Vida Fiocruz, percurso expositivo na Baixada Fluminense e distribuição de publicações impressas da Fiocruz. Nossos parceiros nessa ação foram: Centro de Agitação Popular (AGITA), Espaço Cultural Odette Vidal Cardoso, Pré-Vestibular para Negros e Carentes da Vila Operária (PVNC Vila Operária) e Biblioteca Comunitária Transformando Vidas, todos situados no município de Nova Iguaçu. Essas constituem organizações de base comunitária e popular dedicadas a promover a transformação social por meio da educação e cultura aliada à formação política

em territórios vulnerabilizados socioeconomicamente. O trabalho desenvolvido atinge crianças, jovens e adultos, majoritariamente negros. Essas organizações em parceria com o Museu da Vida Fiocruz construíram coletivamente ao longo de 16 reuniões, de junho a outubro, ações que discutiam os 200 anos de ciência, inovação e tecnologia no Brasil sob a perspectiva da educação popular.

Figura 1. Encontro de Educação Popular em Nova Iguaçu — professores de pré-vestibulares comunitários e trabalhadores da Fiocruz (15-10-2022)



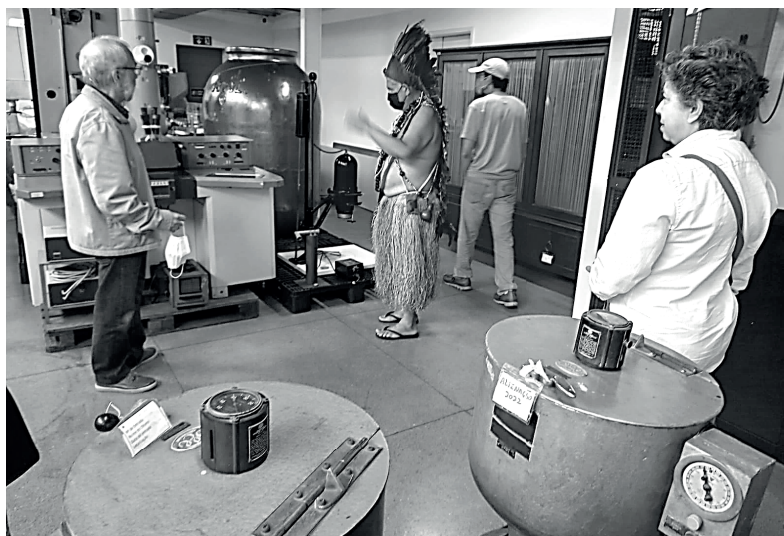
Fonte: Arquivos do Museu da Vida Fiocruz.

## OUTRAS AÇÕES ORIENTADAS PELA DECLARAÇÃO DE SANTIAGO

Quanto ao esforço para a atuação no meio rural, o Museu da Vida iniciou, com o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, um trabalho de aproximação com a Rede de Museus Indígenas, o que inclui a proposta de uma exposição sobre saúde indígena

tendo como eixo a curadoria de pajés, educadores e lideranças indígenas, a qual está em fase de captação de recursos.

Figura 2. Visita do Pajé Barbosa Pitaguary (CE)  
à Reserva Técnica do Museu da Vida



Fonte: Arquivos do Museu da Vida Fiocruz.

Ações específicas com estudantes de escolas públicas de favelas também estão sendo desenvolvidas juntamente com o Programa Institucional Violência e Saúde da Fiocruz, a fim de trazer esses estudantes para produzirem materiais audiovisuais que discutam com todos os setores da sociedade as violências estruturais que recaem sobre as periferias urbanas. A oficina “Aprender a animar para enfrentar violências” é uma experiência nesse sentido que contou com estudantes da Comunidade de Manguinhos, educadores e psicólogos da Fiocruz.

Figura 3. Participantes da oficina “Aprender a animar para enfrentar violências”



Fonte: Arquivos do Museu da Vida Fiocruz.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição das iniciativas voltadas para ações entre Museu da Vida Fiocruz e comunidades socioambientalmente vulnerabilizadas apontam os esforços para a construção de práticas que tem como base as reflexões geradas a partir da Mesa de Santiago. Nossas ações são construídas por meio do diálogo com diversos atores do território em que estamos inseridos, com os quais temos trocado visões e perspectivas construindo espaços de reivindicações, grupos de estudos, aulas de pós-graduação, oficinas, exposições, entre outros. O que fica a partir dessas experiências é que, embora necessária e fundamental, a ação local não é suficiente para o enfrentamento de problemas estruturais que afetam a vida das comunidades

e dos territórios urbanos e rurais. Os problemas apontados exigem mobilização de massa para gerar pressão sobre aqueles que têm o poder para implementar soluções concretas. Está em nossas mãos motivar e fortalecer ações com base na dimensão educativa não formal e na promoção da intersectorialidade reunindo campos da saúde, educação, cultura, entre outros. Nesse sentido, nosso trabalho também está centrado na integração com outras iniciativas públicas, colaborando com escolas municipais, estaduais e federais, com trabalhadores da saúde, promovendo espaços de formação e de reflexão voltados para a escolha de prioridades para ações coletivas, fortalecendo-as. Esse caminho, apontado sob a influência e o amadurecimento das orientações da Mesa de Santiago, e do Movimento Internacional para a Nova Museologia, reafirma a utilização do acervo e do espaço expositivo sob um enfoque dinâmico que reflete o cotidiano e atua como meio para uma leitura crítica do processo histórico, valorizando o enfoque multidisciplinar de uma museologia voltada para um diálogo mais profundo com a sociedade. Dessa forma, a Declaração de Santiago advertiu:

A crise atual da humanidade coloca o desafio de se pensar os problemas decorrentes do progresso das sociedades no mundo contemporâneo de forma global e com enfoque em seus múltiplos aspectos, na mediação entre os níveis global e locais. Eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adotadas e sua aplicação não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os setores da sociedade (ICOM, 1972).

Esse diagnóstico, nos traz de volta ao objetivo e aos fatos que apresentamos como fundamentos no início do presente texto, com consequências que estão materializadas na conjuntura de 2022. A historiadora Virgínia Fontes (SINASEFE, 2022), destaca como aspectos importantes para se entender a realidade atual brasileira:

Não basta eleger novo nome para a Presidência. A devastação realizada nesses quatro anos não será revertida por aqueles que se beneficiaram — e continuam a se beneficiar — das tragédias sociais, trabalhistas e ambientais. Tragédias sociais expressas pelo desemprego; pela precarização das relações de trabalho, ainda ampliada pela pandemia; pela devastação da educação e da saúde públicas; pelo estrangulamento das universidades públicas e da pesquisa; pela disseminação do racismo; do machismo patriarcal; do descaso com a vida; pelo envenenamento das águas e dos alimentos; pelo extermínio indígena em curso; pela destruição das florestas; para ficar apenas em alguns dos dramáticos elementos desse desgoverno (Fontes in SINASEFE, 2022, n.p.).

A análise de Fontes aponta a necessidade de se trabalhar para se chegar à raiz de problemas ligados à expansão, concentração e centralização de capitais no Brasil promovidos pela associação de burguesias brasileiras e estrangeiras “que consideram nosso território e nosso povo apenas como coisas a explorar [...] e que avançam na apropriação de recursos destinados às políticas universais, especialmente saúde e educação” (idem). Nesse sentido, é importante que nós, profissionais de museus tenhamos a lucidez de que os problemas que se apresentam para o Museu Integral fazem parte da estrutura de

um modo de produção extremamente predatório. Para enfrentá-lo há que se desenvolver uma interlocução ampla com todos os setores da sociedade com a finalidade de ampliar esforços cidadãos para construir rumos que ensejem as lutas iniciadas por Florestan Fernandes, Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e tantos outros intelectuais focados na melhoria da educação na cidade e no campo. Assim continuam atuais as orientações que definem o Museu Integral como aquele que precisa compreender seu papel e a dimensão de sua luta a fim de acolher as comunidades com ênfase em uma pedagogia do cuidado para enfrentar toda a devastação, que também afeta a produção das ciências — reforçando frentes de solidariedade com a classe trabalhadora.

**Agradecimentos:** À Luciana Heyman e ao Ozias de Jesus Soares pela leitura cuidadosa e observações fundamentais para a qualidade final do texto que apresentamos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. M. & BRUNO, C. (orgs.). *A memória do pensamento museológico brasileiro: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
- BONATTO, M. P. de O. *A criação dos Centros Interativos de Ciência e Tecnologia e as Políticas Públicas no Brasil: uma contribuição para o campo das ciências da vida e da saúde*. 510 f. Doutorado em Saúde Pública – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.
- BRASIL, Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Museus. IBRAM. Consulta ao endereço eletrônico em 24 nov. 2022 às 22h09: <<https://www.gov.br/museus/>



- pt-br/assuntos/planos-museologicos-orientacoes-para-os-museus>
- BRASIL ESCOLA. Página oficial. *Escândalo Watergate*. Consulta ao endereço eletrônico em 17 dez. 2022: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiag/escandalo-watergate.htm>>.
- CARONE, M. A. Oposição não percebeu que a nova política é uma guerra cognitiva. *Novojornal*. Eleições 2022, outubro 3, 2022, 10h47. Consulta no endereço eletrônico em 17 dez. 2022: <<https://www.novojornal.com.br/oposicao-nao-percebeu-que-a-nova-politica-e-uma-guerra-cognitiva/#:~:text=A%20Guerra%20Cognitiva%20degrada%20a,ao%20mundo%20militar%20ou%20institucional>>.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1995.
- CHESNAIS, F. (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Trad. Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COGGIOLA, O. A. O golpe de Pinochet contra Allende: uma virada internacional. *Jornal da USP*. Artigos. 10-9-2018. Consulta ao endereço eletrônico em 17 dez. 2022: <<https://jornal.usp.br/artigos/o-golpe-de-pinochet-contrallende-uma- virada-internacional/>>.
- FATTORELLI, M. L. & ÁVILA, R. Gasto com dívida pública sem contrapartida quase dobrou de 2019 a 2021. In: Auditoria Cidadã da Dívida. Página oficial. Em 5 de fevereiro, 2022. Consulta ao endereço eletrônico em 17 dez. 2022: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>>.
- FIOCRUZ. *Congresso Interno*. Página oficial. Consulta ao endereço eletrônico em 17 dez. 2022: <<https://portal.fiocruz.br/congresso-interno>>.

- HAEMING, B. *O Capitalismo Liderado pelas Finanças: De Bretton Woods ao “consenso neoliberal”, e a formatação do ajustamento como matriz do pensamento econômico e social contemporâneo*. Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas. UFSC, Florianópolis, 2015. Consulta ao endereço eletrônico em 30 nov. 2022: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134825/Monografia%20do%20Bruno%20Haeming.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.
- HABERT, N. *A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992, p. 74.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ICOM, Declaração de Santiago do Chile 1972. Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972. Trad. Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno. Consulta ao endereço eletrônico em 26 nov. 2022: <<https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>>.
- ICOM BRASIL. *Página oficial*. Consulta ao endereço eletrônico em 17 dez. 2022: <[https://www.icom.org.br/?page\\_id=4](https://www.icom.org.br/?page_id=4)>.
- MELO, A. de A. S. de. *A mundialização da Educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina – Brasil e Venezuela*. Maceió: Edufal, 2004.
- MUSEU DA VIDA FIOCRUZ. *Página oficial*. Consulta ao endereço eletrônico em 17 dez. 2022: <<https://www.musedavida.fiocruz.br/index.php/pro-cultural>>.
- NEVES, L. M. W. *A hora e a vez da Escola Pública? Um estudo sobre os determinantes da política educacional do Brasil de hoje*. Doutorado – Faculdade de Educação,

- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.
- RIBEIRO D. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985.
- SANTOS, M. C. T. M. Capítulo IV, Reflexões sobre a Nova Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 18 - ULHI, Lisboa, 2002: Reflexões museológicas: caminhos de vida. Consulta ao endereço eletrônico em 26 nov. 2022: <[https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/3800/1/cap\\_4.pdf](https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/3800/1/cap_4.pdf)>.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. & SOUZA, M. A. (orgs.). *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- SINASEFE. Entrevista com Virgínia Fontes: Ascom-SINASEFE: qual é a principal tarefa da classe trabalhadora no atual momento?. In: 34.º *CONSINASEFE*. Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. 10 de março de 2022. Consulta ao endereço eletrônico em 28 nov. 2022: <<https://sinasefe.org.br/consinasefe/2022/03/10/mesa-de-conjuntura-tera-virginia-fontes/>>.
- UNESCO. *Un Solo mundo, voces multiples: comunicación e información en nuestro tiempo*. Paris: UNESCO, 1980. Disponível em espanhol no endereço: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372820>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

## 9

### **Comunidades não normativas, Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: reflexões sobre o papel social das instituições de memória<sup>1</sup>**

*Tony Willian Boita  
Rosana Maria Ribeiro Borges*

**A** Comunicação se constitui em uma área fundamental à justiça social, em especial quando utilizada a serviço da democracia. De fato, como veremos neste capítulo, compreendemos que o ato de comunicar está além dos veículos comunicacionais e jornalísticos, assim como

---

<sup>1</sup> Este texto compõe parcialmente a tese *Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT*, defendida por Tony Boita, em 2022, sob orientação da doutora Rosana Maria Ribeiro Borges no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

o ato de lembrar ou esquecer ultrapassa as paredes dos museus convencionais. Comunicar, lembrar e esquecer são características intrínsecas da cultura, elementos fundamentais para a garantia da dignidade humana.

Em busca de direitos, no Brasil, as comunidades historicamente excluídas passaram a criar estratégias para difundir, narrar e perpetuar suas memórias, histórias e lutas sociais. Como estratégias, as pessoas dissidentes sexuais começaram a produzir mídias impressas alternativas, populares e comunitárias (jornais, fanzines, boletins e revistas) questionando a normatividade e o patriarcado, além de exigir o direito e o acesso à Comunicação, à cultura e à memória. Guardadas nas páginas de tais mídias, há importantes registros da memória *gay*, lésbica e travesti brasileira. Outro exemplo foram os espaços de vocação museológica que preservam e difundem memórias colaborativas e comunitárias de grupos historicamente excluídos. Chamados de ecomuseus, museus comunitários e de território, as iniciativas comunitárias impulsionadas na década de 1970 a partir da Nova Museologia procuraram ressignificar os padrões museológicos a partir das declarações de

Santiago do Chile,<sup>2</sup> Quebec<sup>3</sup> e Caracas,<sup>4</sup> para citar três dentre tantos documentos importantes que marcaram essa movimentação por uma Nova Museologia. Seu objetivo era questionar e mudar as práticas tradicionais da Museologia, que muitas vezes apresentavam uma visão eurocentrista e hierarquizada da história e da cultura. Esse movimento propõe uma abordagem mais participativa e inclusiva, envolvendo a comunidade e os

---

2 A Mesa-Redonda de Santiago do Chile foi realizada em 1972 na capital chilena organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). Nela foram destacados os princípios para um museu integral e a função social dos museus convencionais. Esse é o primeiro documento produzido pela comunidade museológica internacional preocupado em analisar, estimular e promover estratégias para aproximar os museus convencionais das comunidades e do seu entorno. Desse encontro/documento surgem os princípios da Museologia Social e seus museus voltados para as comunidades territoriais, identitárias e afetivas. Como resultado foi produzida uma série de resoluções para o setor e recomendações para a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335>>. Acesso em: 12 jun 2022.

3 O I Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia foi realizado em 1984 pelo ICOM e resultou na Declaração de Quebec. Ela reafirma os princípios estabelecidos em Santiago do Chile e enfatiza a importância das experiências museológicas comunitárias e colaborativas existentes. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>>. Acesso em: 12 jun 2022.

4 O seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios” realizado em Caracas, na Venezuela, em 1992, reafirmou os princípios dos documentos anteriores por meio da Declaração de Caracas. Mas diferentemente dos seus antecessores, apresenta uma série de orientações e recomendações que norteiam essa prática museológica. Destacamos a preocupação com a participação social e a importância desses espaços para a educação e a cultura. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>>. Acesso em: 12 jun 2022.

visitantes nos processos de coleta, preservação e exibição de objetos e histórias. Uma parcela da comunidade museológica passou a se interessar em salvaguardar a vida em vez do objeto, em especial quando adotando estratégias comunicacionais para alcançar o maior número de moradores da comunidade ou do entorno dos museus (Primo, 1999).

Entendemos que para este texto o diálogo entre Comunicação Comunitária e Sociomuseologia é fundamental. De fato, a relação entre Comunicação, Museologia e o agenciamento promovido pelo Estado nos leva a perceber que informações e notícias diárias são frutos de uma seleção que escolhe o que deve ou não ser lembrado ou pautado, como não raro o papel dos museus o faz. Não à toa, em períodos ditatoriais, tanto os museus quanto a imprensa são elementos fundamentais para a consolidação da repressão e imposição de costumes e valores morais que devem ser considerados vigentes. Por outro lado, existe um contrafluxo importante a afetar a normatização: iniciativas de caráter comunitário criticam o agenciamento mediante a proposição de espaços e pautas socialmente construídos, fazendo avançar a luta por direitos por meio de mídias colaborativas ou em museus com base comunitária.

Partindo desse ponto, refletiremos sobre os campos conceituais da Comunicação e da Sociomuseologia, bem como sobre a interlocução entre eles. Buscaremos verificar limites e potencialidades nesse diálogo, indicando, com isso, a possibilidade de se produzir ou reconhecer um modo singular de produzir Comunicação Comunitária e Sociomuseologia. Para tal, em primeiro lugar discutimos as categorias de Comunicação e Comunicação Comunitária. Em seguida, apresentamos a nossa perspectiva sobre

Museologia e Sociomuseologia. Ao fim do capítulo, tece-mos algumas interlocuções que emergem do diálogo entre a Comunicação Comunitária e a Sociomuseologia.

## EXISTE COMUNICAÇÃO SEM CULTURA?

Borges (2013) pontua que, na perspectiva dos Estudos Culturais, a Comunicação pode ser compreendida como o processo de produção social de sentidos que envolve os meios, as mídias, os veículos e o amplo leque de elementos mediadores que as pessoas e/ou os agrupamentos sociais utilizam para significar os conteúdos comunicacionais:

[...] compreende-se que os *meios de comunicação* são todas as formas (pessoais, impessoais ou mediadas por alguma tecnologia) produzidas e utilizadas com o objetivo de estabelecer interações sociais. Já as *mídias* são meios técnicos que mediam a comunicação por meio de recursos impressos, eletrônicos ou alternativos. O rádio, a televisão, a *internet*, o livro, a revista, a sacolinha do supermercado, o DVD, o *outdoor*, a faixa afixada que divulga um evento, o carro de som que anuncia algo, etc., são *mídias*, sem as quais a Publicidade não conseguiria dar visibilidade aos processos de comunicação dirigida e o Jornalismo não distribuiria seus produtos. Da utilização das *mídias* por instituições ou pessoas com objetivos comunicacionais específicos é que surgem os *veículos de comunicação* ou *veículos jornalísticos*, a exemplo das emissoras de rádio e de televisão, jornais, revistas, *sites*, *blogs*, entre outros (p. 32, grifos da autora).



Ainda segundo a autora, ao selecionarem, produzirem, editarem e publicizarem o mundo e os seus eventos com a utilização de tecnologias cada vez mais avançadas, os veículos de jornalismo e de comunicação desencadeiam tramas significadoras que afetam a percepção, a interpretação e a leitura da realidade, de maneira que “[...] imagens, representações, símbolos, signos, lugares, espaços e territórios são alguns dos elementos cujos sentidos, na atualidade, perpassam também pelos conteúdos jornalísticos e da comunicação dirigida” (Borges, 2013, p. 33).

Definir Comunicação é uma tarefa complexa uma vez que esse termo é polissêmico e seu conceito irá variar conforme a área/disciplina científica em que será aplicado. No entanto, Temer & Nery (2009) apontam alguns horizontes: a autora indica sentidos fundamentais, que são importantes para sua compreensão. Segundo ela, a Comunicação é “partilha”, troca, compartilhamento, e potencializou-se com os “veículos midiáticos”, além de compreender que a Comunicação é uma necessidade cultural, afinal, “comunicar é entrar em contato com o outro, admitir alguém fora de si mesmo” (pp. 38-9).

Manuel Castells (2006) aponta que a Comunicação é algo disponível a todas as pessoas, mas nem todas têm acesso igualitário aos meios de comunicação. Com o advento da internet, a Comunicação passou a valorizar o território e a cultura local, além de aproximar comunidades identitárias distribuídas em distintos territórios. Porém, isso não implica perceber a Comunicação apenas como um meio. Segundo Sodré (2007), em determinados campos das Ciências Sociais e Humanas, tais como a Antropologia e a Sociologia, paira um entendimento de que

a Comunicação seria apenas um instrumento. Segundo o autor, essa visão é reducionista, já que

Comunicar é a ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade, não como um ente (por exemplo, uma agregação ou um conjunto de sujeitos), mas como uma vinculação, portanto, como um nada constitutivo, pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura na linguagem. O sujeito que se comunica é o mesmo ser como «entre», logo, uma interioridade destinada a uma exterioridade, o outro (p. 21).

Neste texto, portanto, a Comunicação é entendida como um campo interdisciplinar e um lugar de representação e de significação. Ela é uma categoria que dialoga e está presente nos mais diversos campos de conhecimento, bem como um elemento que fortalece e representa grupos historicamente excluídos:

A comunicação é um lugar de representação do mundo em que os sujeitos e as coisas se inter-relacionam num estado constante de movimento. É um organismo vivo que fala por si mesmo, a partir de uma pluralidade de vozes de outros, narrando problemáticas e experiências, contando histórias, descrevendo fatos e interpretando as práticas do cotidiano e as transformações da sociedade. Os espaços são dinâmicos e todas as relações que ali ocorrem compreendem formas que podem ser remodeladas, discutidas e processadas (Muller, Raddatz & Bomfim, 2013, p. 65).

Nessa mesma perspectiva, ao refletimos sobre a cultura, invocamos o primordial conceito definido por

Clinford Geertz (1989). Segundo o autor, uma vez que o ser humano “[...] é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (p. 4). Desse modo, concordamos com o autor, mas acrescentamos que mesmo preso neste sistema simbólico o indivíduo é capaz de criar “[...] significados e símbolos, de estabelecer valores, e que se comunica por meio de diversas linguagens (oral, escrita, icônica, gestual) e [...] elementos afetivos” (Rússio, 2010, p. 178), afinal a cultural influencia, mas não determina.

Corroborando com essa ideia de Geertz (1989), Borges (2013) pontua que desde o nascimento a pessoa é inserida em relações e interações territoriais, cujos desdobramentos culminam em sua construção como um ser cultural:

No decorrer da sua existência a pessoa estabelece relações e interações territoriais, e é por meio delas que se torna cultural [...]. A cultura é mediadora do mundo e da existência, além de também ser reguladora de práticas sociais. Na condição de produto histórico, a cultura não é perpétua: ela é construída, reconstruída, elaborada e reelaborada na interação do ser com o outro, com o espaço, com o território, enfim, com o mundo. Seu lugar é, portanto, o território vivido, e sua produção, as ações humanas. Ao territorializar-se, as existências agregam elementos culturais que podem ser reproduzidos e/ou reconstruídos, que acabam compondo as representações e os sentidos atribuídos ao próprio mundo, indicadores do seu *modus operandis*. [...] A cultura é uma prática social com significado, significante e significância, que engloba não somente o que é tradicional ou hegemônico, mas,

sobretudo, aquilo que faz parte da vida, das existências individuais e coletivas (Borges, 2013, pp. 73-5, grifos da autora).

A base teórica da corrente culturalista é fortalecida e embasada nos estudos de Raymond Williams (2007) e Stuart Hall (2006). O primeiro preocupou-se em refletir sobre o conceito de cultura a partir do legado deixado por Marx, e o segundo problematiza a cultura e suas identidades. De fato, de forma dinâmica e interdisciplinar, a escola culturalista trouxe diversos autores críticos e fundamentais para o entendimento das relações sociais contemporâneas a partir das mais diversas ciências, como Antropologia, Filosofia, Sociologia, Artes, Literatura, Linguagem entre outras.

Williams (2007) problematiza o conceito de cultura e seus desdobramentos. Para ele, inicialmente o termo cultura “[...] era um substantivo que se referia a um processo” (p. 117), muito ligado ao cuidado da terra e dos animais. Posteriormente, ainda de acordo com o autor, a palavra passou a ser entendida como uma metáfora abstrata ligada ao cuidado da pessoa. Os Estudos Culturais entendem a cultura como “sistemas de significação ou simbólicos” (p. 122). Para Williams (2007) um elemento importante na identificação de uma cultura da classe trabalhadora é a democracia. Segundo o autor, na cultura produzida pela classe trabalhadora, no período industrial, predominou a coletividade com reconhecimento da “[...] instituição democrática, coletiva, seja nos sindicatos, nos movimentos cooperativistas ou nos partidos políticos” (p. 351).

Pelo exposto até aqui, entendemos a cultura como um conceito polissêmico e indicamos o nosso campo de

análise na arena dos Estudos Culturais, que compreendem as práticas culturais como elementos constitutivos da humanidade, sem distinção entre erudito e popular. Além disso, há o reconhecimento de que os estudos culturais reforçaram a importância dos diversos grupos na formação social, inclusive no que concerne ao supracitado conceito de Comunicação como um processo de produção social de sentidos. De acordo com Temer & Nery (2009, p. 108), os Estudos Culturais consideram a “[...] capacidade do receptor como usuário, telespectador, leitor ou consumidor capaz de construir visões e valores sobre a realidade e suas manifestações culturais”.

## COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA

No Brasil, os pilares de uma Comunicação Comunitária remontam à ditadura militar (1964-1985). Desde o regime militar, várias terminologias emergiram para designar esse tipo de Comunicação oriundas de distintos contextos político, econômico, social e cultural: alternativa, popular, comunitária, radical, entre outras.

Gohn (2011) pontua a importância dos movimentos sociais para a consolidação de direitos. Essas redes solidárias, de colaboração e articulação política, social e cultural são institucionalizadas e pautadas pela luta por políticas públicas ou por sua ampliação. Segundo a autora, essa militância adota estratégias e articulações que “variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até às pressões indiretas” (p. 3). Como exemplo, podemos citar o movimento LGBT composto

por diversas comunidades, entre elas, lésbicas, homossexuais negros, bissexuais, assexuados, travestis, transexuais, *queer*, fluídas e tantas outras.

O que vale notar é que enquanto o comunitário é um coletivo em organização, o movimento social é instituído e regulamentado por associações, como é o caso da AN-TRA<sup>5</sup> e da ABLGT,<sup>6</sup> organizações que ingressaram com ação no Supremo Tribunal de Justiça que resultou na criminalização da LGBTfobia no Brasil, além de importantes pautas que subsidiam as políticas públicas para as comunidades envolvidas. Acerca dessa temática, Peruzzo (2016b) afirma:

Los movimientos sociales populares son articulaciones de la sociedad civil constituidas por segmentos de la población que se ven a sí mismos como portadores de derechos y se organizan para reivindicarlos, cuando estos no se efectúan en la práctica. Aquellos de base popular se organizan en la propia dinámica de la acción y tienden a institucionalizarse como forma de consolidación y legitimación social. Como fuerzas organizadas, conscientes y dispuestas a luchar, son artífices de primer orden del proceso de transformación social, aunque un conjunto de factores (libertad, conciencia, unión) y de actores (individuos, iglesias, representaciones políticas, organizaciones) se sumen para que los cambios se materialicen (p. 13).

---

5 Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

6 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

Por sua vez, a comunidade é composta por um conjunto de pessoas que desejam de forma colaborativa e participativa unir forças em prol de uma mudança, mas ela possui especificidades como gênero, raça, classe, profissão entre outras categorias (Williams, 2007). O autor aponta as *nuances* dos marcadores sociais da diferença e aplica a interseccionalidade em seu conceito. Como se percebe, comunidade é um termo polissêmico, gerando múltiplas definições.

Já para uma corrente da Museologia, uma comunidade pode ser entendida como um “grupo ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social unidas por vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, culturais e/ou de gênero [...]” (REPIM-RS, 2014). Compreende-se, assim, que em algumas partes do mundo, como ocorre com determinado setor de ação e pesquisa mexicano, tenha surgido até mesmo a categoria de Museologia Comunitária (Lersch & Ocampo, 2004), uma das tantas expressões da Museologia a considerar a necessidade de um protagonismo das comunidades em sua produção. A palavra comunidade, na Museologia, está fortemente associada à conquista de direitos.

Quando refletimos sobre a historicidade das mídias comunitárias no Brasil encontramos suas motivações históricas e sociais. Primeiro, temos a Comunicação alternativa que surge nas décadas de 1960 e 1970 durante os anos de repressão, baseada na imprensa alternativa ou nanica (Carvalho, 2019). Lima (2007) aponta que existiam duas categorias de jornais alternativos: a primeira, dotada de características políticas e marxistas; a segunda, crítica dos costumes da sociedade. Como exemplo dessa última categoria, temos os “nânicos gays” (Míccolis, 1980, p. 6), que foram mídias importantes para o surgimento

da imprensa homossexual e lésbica no Brasil, uma vez que elas eram “in subordinadas à imprensa tradicional” (Carvalho, 2019, p. 2) e opunham-se aos padrões sociais, políticos e culturais. Suas principais características, segundo Carvalho (2019), eram a produção de forma manual, amadora e artesanal, em pouca quantidade e distribuída entre as pessoas pertencentes à comunidade. É importante frisar que esses periódicos eram produzidos com afeto, resistência e humor. Foram produzidos por pessoas que “[...] fizeram o máximo, dentro de suas possibilidades, para lutar contra o tratamento diferenciado que sofriam” (Míccolis, 1980, p. 6).

Cicilia Peruzzo (2007) reflete sobre a mídia comunitária, local, alternativa e radical, explorando todas essas categorias contrárias à comunicação tradicional. Nos anos de 1990, a pesquisadora aponta uma Comunicação popular com ênfase na mobilização e na expressão dos movimentos sociais, além de deslocar-se para uma mídia comunitária em diálogo com o território, a cultura e as demandas dos movimentos sociais:

A Comunicação Comunitária, popular e alternativa se configura em grande variedade de feições, tais como a verbal e gestual (comunicação interpessoal, grupal), impressa (panfleto, boletim, fanzine, jornalzinho, cartaz, faixas), sonora (carro e bicicleta de som, alto-falante, rádio comunitária), audiovisual (vídeo, TV de Rua, Canal Comunitário na televisão a cabo) e a digital (blogs, websites, comunidades virtuais, redes, e-zines, emissoras comunitárias na internet). Está repleta de distorções e, simultaneamente, de virtudes. Se falarmos de maneira geral, convém dizer que as distorções têm relação com o jogo de interesses distintos que movem a criação de um



meio comunitário de comunicação. Há aqueles de caráter mobilizador e educativo que visam prestar serviços comunitários para melhorar a qualidade de vida de segmentos da população. Outros se movem por interesses comerciais, pois há quem se aproprie de meios comunitários, especialmente do rádio, como forma de arrecadar dinheiro. Há também os interesses de caráter religioso. E, ainda, os de cunho personalista e/ou político-eleitoral (Peruzzo, 2013, p. 174).

Um fato relevante da Comunicação alternativa nos anos de chumbo é que ela era produzida para a comunidade a partir dos movimentos sociais e/ou políticos organizados e por vezes, institucionalizados. Em sua maioria, esses movimentos tinham redações estruturadas e editoras financiadas por apoiadores. Era comum a comercialização desses periódicos para o público, como o *Pasquim* e o *Lampião da Esquina*. Suas mídias eram uma alternativa às hegemônicas. Já as mídias comunitárias eram e ainda são produzidas por, e consumidas pela, comunidade. Mas ambas — a Comunicação alternativa e a Comunicação Comunitária — têm em comum a luta pela dignidade humana, o direito à liberdade de expressão e comunicação, e o respeito aos princípios democráticos.

A Comunicação Comunitária é, antes de tudo, popular. Ela pressupõe uma comunidade organizada, de algum modo vinculada aos movimentos sociais e munida dos pilares democráticos. Disposta a conquistar e garantir seus direitos, a comunidade se utiliza (também) de estratégias comunicacionais, como mídias impressas, virtuais, em revistas, jornais e museus comunitários em prol de sua emancipação. É, portanto, uma das alternativas

utilizadas pelas comunidades territoriais e identitárias em busca de sua dignidade humana.

Além disso, a Comunicação Comunitária é um direito humano (Peruzzo, 2007). Com ela é possível combater a desinformação e garantir minimamente a dignidade humana para as classes subalternas, afinal, ela “desempenha um papel importante na democratização da informação e da cidadania” (p. 3). A pesquisadora aponta que os movimentos sociais e populares possuem pautas coletivas que visam

[...] melhorar o nível de vida, através do acesso às condições de produção e de consumo de bens de uso coletivo e individual; promovero desenvolvimento educativo-cultural da pessoa; contribuir para a preservação ou recuperação do meio ambiente; assegurar a garantia depoder exercitar os direitos de participação política na sociedade e assimpor diante (p. 5).

Na esfera dos direitos, a Comunicação Comunitária é uma possibilidade, em especial, em um país como o Brasil onde há de modo estrutural o “[...] desrespeito às minorias e aos direitos humanos pela grande mídia [...]” (Peruzzo, 2013, p. 168). Peruzzo aponta que o reconhecimento da Comunicação como um direito fortalece os laços de cidadania “[...] colocando o direito à comunicação no mesmo nível dos demais direitos” (p. 173) e somente com a Comunicação Comunitária é possível exercer e garantir o direito à Comunicação (Peruzzo, 2013), em razão de sua maior ramificação entre as pessoas, os coletivos, os grupos e as comunidades.

## MUSEUS E MUSEOLOGIA

Os museus são espaços de lembrança e saudades para além de seu *status* oficial. São espaços convencionais, comunitários, científicos, vivos e dinâmicos. Esses espaços de memória são locais de emanção de saberes interdisciplinares e, entendemos, dotados do potencial de conectar saberes.

Neste texto, o museu convencional é entendido como um bem patrimonial distante das pessoas. Entendemos que os museus que rompem com a normatividade histórica são instituições “antropofágicas” e que “ressignificam fragmentos do patrimônio para parcelas da sociedade” (Wichers, 2010, p. 17). Quando se rompe a parede normativa, chega-se, enfim, ao diálogo com os museus comunitários.

O museu comunitário nasce da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória (Lersch & Ocampo, 2008, p. 4).

Os museus ocidentais iluministas ainda estão presos ao objeto, e dificilmente conseguem dialogar com as comunidades excluídas social e economicamente. Os museus comunitários tentam preencher essa lacuna, aliando elementos como culturas, histórias e memórias de uma comunidade. Com isso, fortalecem uma multiplicidade de identidades conectadas ao território, reverberando e fortalecendo a luta por direitos. Segundo Stuart Hall (2006, p. 46), “o sujeito do iluminismo, visto como tendo

uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno”. Contudo, ao aproximarmos a identidade dos museus, Waldisa Rússio (2010, p. 177), questiona: “o homem e a cultura são dinâmicos, móveis, cambiantes, por que supor uma identidade estática, inerte, imutável?”.

Ainda é representado nos museus um discurso que visa à perpetuação de um passado com sua tradição e conservadorismo (Boita, 2018). Como exemplo dessa memória coletiva podemos citar a manutenção da heteronormatividade compulsória (Rich, 2010) ao lado do protagonismo hegemônico da branquitude masculina (Flores, 2017). Esses são exemplos das representações que ocupam a maioria dos espaços de memória. Notamos aí as memórias ausentes, aquelas silenciadas, entre elas “os criminosos, as prostitutas, os ‘associais’, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais” (Pollack, 1989, p. 10.). Destaca-se que a memória é seletiva e essa seleção por vezes é excludente, em especial pela necessidade de assegurar aquilo que os grupos dominantes consideram como bons costumes, afinal, as memórias estão em constante construção e conflito (Chagas, 2009; Boita, 2018). Ressalta-se que a negligência dessas memórias colaborou e colabora na perseguição e discriminação de grupos historicamente excluídos.

Os museus não são depósitos de objetos inertes. São espaços de memórias, políticos, resilientes e de resistência. Quando os museus se silenciam diante da LGBTfobia, apoiam tal prática e concordam com a opressão. Ao invisibilizar, negam à comunidade LGBT o direito a suas memórias, ao seu futuro, e apoiam, mesmo que indiretamente, as fobias à diversidade de gênero e sexual.

É importante ressaltar que, contrariando a norma museal, no Brasil há algumas dezenas de museus convencionais interessados em refletir e revisar seu discurso. Como bem pontua Wichers (2010, p. 37), os museus vêm sendo transformados “ao longo do tempo, tanto na sua forma como na sua função”. A partir de distintas demandas, não poucos novos discursos, acervos, exposições e até mesmo tipologias de museus estão a surgir, fenômeno em que se percebe o ingresso de grupos até então ignorados pelas instituições de memórias.

O surgimento de museus que se relacionam diretamente com a questão LGBT é um exemplo da transformação que a noção de museu tem sofrido. Espalhados nos grandes centros urbanos, a partir do final da primeira década do século XXI começaram a surgir museus e iniciativas comunitárias em memória e Sociomuseologia pautados pela comunidade LGBT: Museu da Diversidade Sexual (SP), Instituto de Cultura e Arte LGBT (DF), Ponto de Memória Aquenda as Indacas (ES), Ponto de Memória LGBT (AL), Acervo Bajubá (SP), Rede LGBT de Memória e Museologia Social, *Revista Memórias LGBT*, entre outras, são exemplos dessa movimentação. Essas iniciativas surgem visando identificar, preservar os registros e difundir as memórias e histórias de pessoas dissidentes para a sociedade brasileira por intermédio de pesquisas, debates, exposições, atividades culturais e educativas.

Em um cenário tão violento contra a população LGBT como o que se vê no Brasil contemporâneo, surgem iniciativas interessadas no enfrentamento dessa violência usando como escudo a memória. Por meio dessas estratégias, os museus no Brasil passaram a ter um papel no enfrentamento à superação da LGBTfobia, fenômeno que hoje também ocorre em escala global (Boita, 2020).

A Museologia é um campo de conhecimento interdisciplinar, que atua com museus, memórias e patrimônios. De fato, a Museologia estuda a “relação entre o homem e o objeto, ou artefato, tendo o museu como cenário deste relacionamento” (Rússio, 2010, p.78). Em outras palavras, essa relação está baseada em um tripé que compreende uma pessoa/comunidade, um objeto, uma coleção ou memória em um cenário, que pode ser um museu ou um território. Desse modo, um museu pressupõe uma coleção, aberta ao público em um espaço. Nessa perspectiva, os museus coletam, estudam, salvaguardam e comunicam seus acervos museológicos para a sociedade (Bruno, 1996). A inclusão da pauta LGBT aponta que a própria ideia de coleção e o modo de a expor ao público vinha impregnada pela LGBTfobia, devendo, portanto, ser superada na contemporaneidade, afinal, os museus, suas missões e coleções foram construídos em contextos fóbicos a pessoas dissidentes sexuais.

## SOCIOMUSEOLOGIA

Sob o viés da Sociomuseologia, os museus estão preocupados em dialogar com e para o outro. Para Primo (2014, p. 8), “a ideia de um novo tipo de museu, mais socializador e dialógico, torna-se incômoda [...]”, uma vez, que interfere diretamente nas estruturas coloniais, onde estão assentados os museus convencionais. A autora propõe museus preocupados com o social, com a memória e com a cultura de comunidades, de maneira que estes novos museus superem ações voltadas exclusivamente para a preservação e contemplação. Primo (p. 26) alerta, ainda, para importância desses espaços priorizarem “o social, as

pessoas, as ideias, os patrimónios em relação com os diferentes contextos de produção e consumo social [...]”. Com essa proposta, a Sociomuseologia, questiona o papel dos museus em um mundo cada vez mais pobre, com má distribuição de renda (Primo & Moutinho, 2021), em que a cultura e a memória são elementos secundários perante a fome, cada vez mais crescente.

Teresa Morales Lersch & Cuauhtémoc Camarena Ocampo (2004) consideram que a memória é o objeto mais precioso dos museus comunitários. Tal afirmativa se dá em contraste aos tesouros preservados no interior dos museus convencionais, bens de valor inestimável (economicamente e historicamente) e intocáveis. Ao apropriarem-se do “sujeito”, termo utilizado por Paulo Freire, os autores propõem o seguinte conceito:

Para nós, o museu comunitário é uma ferramenta para a construção de sujeitos coletivos, enquanto as comunidades se apropriam dele para enriquecer as relações no seu interior, desenvolver a consciência da própria história, propiciar a reflexão e a crítica e organizar-se para a ação coletiva transformadora (Lersch & Ocampo, 2004, p. 2).

De fato, o museu comunitário não é exclusivamente um espaço contemplativo repleto de objetos inanimados. Ele é um local de memórias vivas, dinâmicas, de resistência, onde o colaborativo permeia. Há espaços desse tipo nos quais os objetos estão presentes, mas não narram as histórias do outro, mas de si, do seu vizinho e ainda de sua comunidade, ou seja, o ato de colecionar ultrapassa a mera exibição e acentua o conhecimento de “si mesmo e ao mesmo tempo está conhecendo a comunidade à qual pertence” (Lersch & Ocampo, 2004, p. 2).

Além dos museus comunitários, existem outras tipologias inspiradas em uma Nova Museologia. Os ecomuseus, em alguns casos diretamente ligados à preservação do meio ambiente, são exemplos disso, muito embora o surgimento de novas nomenclaturas tenha tornado essa tipologia, ao menos no Brasil, uma categoria um tanto desatualizada (Santos, 2017). Os museus de território, que se multiplicam em periferias brasileiras, dialogam com os museus comunitários, mas extrapolam ao musealizar os locais de sociabilidade, resistência e fatos significativos para aquela comunidade.

Estas novas abordagens e experiências inspiradas na Sociomuseologia nos permitem a apropriação e resignificação de matrizes teóricas, e fomentam novas reflexões que incorporam as identidades e os grupos historicamente excluídos. Aida Rechená (2011), por exemplo, analisa a presença das mulheres e o debate de gênero na Sociomuseologia. Segundo ela, a participação feminina é fundamental e implica “[...] que a Sociomuseologia dê o seu contributo e repense os conceitos de preservação do património, as políticas de recolha e incorporação em museus, as técnicas [...]” (p. 21). Camila Morais Wichers (2018), inspirada em Rechená (2011) e sob o viés da Sociomuseologia, propõe uma abordagem feminista, interseccional e contra a “[...] opressão das mulheres. [...]” (Wichers, 2018, p. 146). Sob esse recorte, novos movimentos e outras identidades não normativas apropriam-se da Sociomuseologia, como a Museologia LGBT (Baptista & Boita, 2014) e Lésbica Negra (Escobar, 2021), por exemplo.

Ao problematizarmos a normatização nos museus, entendemos que a globalização tenta padronizar as culturas. Hall (2006) aponta a tensão entre o local que “atua



na lógica da globalização” e o global que “é desigualmente distribuída ao redor do globo” (p. 78). Com isso, percebemos que a globalização pode desembocar em tentativas de promover padronizações culturais, apresentando padrões normativos, ao passo que pode estimular novas construções e identidades culturais.

Neste texto, consideramos que a interseccionalidade reúne “[...] os esforços de reflexão, análise e organização que reconhecem as interconexões entre raça, classe, gênero, sexualidade [...]”, como bem aponta Angela Davis (2017, p. 33). Segundo Davis, “por trás desse conceito de interseccionalidade há uma valiosa história de luta. Uma história de diálogos entre ativistas no interior de movimentos, entre intelectuais da academia e entre esses dois setores” (p. 33). A interseccionalidade abre os olhos para a superação dos preconceitos, que aumentam quando somamos os diferentes marcadores sociais da diferença. Por exemplo, as travestis e transmulheres negras no Brasil são mais violentadas e mortas que outras pessoas existentes por trás da sigla LGBT (Benevides, 2022). Ou seja, quando somamos os marcadores de gênero, classe, raça e identidade de gênero, a desigualdade se multiplica. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002),

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. [...] (p. 177).

A Sociomuseologia propõe uma democratização da memória. Ao estimular a participação da diversidade, entende que os museus são espaços vivos e democráticos, e perturbam a ordem normativa, pois tal percepção “implica abolir ativa e continuamente os desvios entre a realidade económica e tecnológica e a maneira de pensar e viver essa realidade” (Primo & Moutinho, 2021, p. 34). É fato que a democratização da memória implica a participação de pessoas capazes de criar estratégias próprias para museus de base comunitária que sejam capazes de resistir à ótica museológica opressora e colonial da normatividade.

Assim, ao menos, se pressupõe desde 1972, ano de realização da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, evento promovido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). A comunicação como meio de diálogo entre a instituição e o público é mencionada no documento final e que se tornaria fundante da Nova Museologia, a Carta de Santiago. É a partir desse momento que teoricamente as exposições devem comunicar em museus convencionais de forma mais acessível,

Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu carácter de instituição permanente, sem que isto implique na utilização de técnicas e de materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latino americanos (ICOM, 1972, p. 2).

Mas é somente 20 anos após a Carta de Santiago que, em Caracas, a Comunicação se torna um elemento norteador para a Nova Museologia. Nesse momento, a

Comunicação torna-se um importante eixo de atuação denominado “Museus e Comunicação” (Duarte Cândido, 2003, p. 244). Segundo os participantes, a década de 1990 era a “[...] época da comunicação” (p. 247). De fato, esses novos museus, segundo o documento, expressam um novo significado:

Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais (p. 251).

Com o deslocamento da centralidade dos objetos para a vida social, esta abordagem museológica valoriza a vida, o diálogo e as lutas sociais. Desse modo, preocupa-se muito mais com a difusão das informações para preservar as vidas e os direitos.

A «ação comunitária» é uma ação e uma atitude política, gerada pelos atores sociais que também são seus beneficiários. A ação pode ser simultaneamente cultural, social, educativa e económica, ela decorre de uma iniciativa, desenvolve um programa e será analisada a partir dos seus resultados em relação aos objetivos e às missões que defendeu à partida (Primo, 2014, p. 24).

Portanto, entendemos que os museus e a Comunicação produzida por comunidades de forma colaborativa estão preocupados com a ação comunitária e a dignidade humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a relação da Sociomuseologia com a Comunicação Comunitária está pautada nas diretrizes do documento por uma nova museologia iniciado em Santiago do Chile. Chegamos, assim, no delineamento da principal característica da Sociomuseologia: uma abordagem na qual se pensa museus diretamente conectados com as demandas sociais.

A Comunicação Comunitária se expressa por meio de mídias colaborativas. E elas só existem com a participação da comunidade, uma vez que demandam e constroem coletivamente os elementos essenciais para a produção de conteúdo em diversos gêneros e formatos. As mídias colaborativas normalmente são produzidas por grupos pequenos, que podem ser identitários, e que giram em torno de uma pauta específica como a equidade de gênero, etnia, cultura, religião e sexualidade, que geralmente estão presentes.

A Sociomuseologia aqui se configura como uma categoria criativa, colaborativa e sustentável para a transformação dos museus e suas práticas que indicam claramente o alargamento das funções tradicionais da Museologia e o papel que essa deverá assumir na sociedade contemporânea (Moutinho, 2007, p. 1). Segundo Moutinho (2007), as preocupações da Sociomuseologia são a valorização e a preservação do patrimônio cultural, a participação e o estímulo ao desenvolvimento das comunidades locais e o entendimento das constantes mudanças da sociedade, sendo necessário refletir sobre esses processos nos espaços museológicos, entendidos aqui como prestadores de serviços que devam possuir uma equipe interdisciplinar.

A Sociomuseologia, sem dúvida, é fruto da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, pois está em diálogo, assim, com as ações e produções latino-americanas e preocupada em atuar no “reconhecimento daqueles que foram subalternizados ao longo da história” (Primo & Moutinho, 2021, p. 35). Essa preocupação com as memórias de grupos historicamente excluídos fortalece a prática museológica focada nestes museus comunitários e colaborativos.

Portanto, as categorias de Comunicação Comunitária e Sociomuseologia podem ser envolvidas em pleno diálogo, uma vez que possuem uma série de aspectos que as aproximam: preocupação em superação das dimensões hegemônicas; promoção das comunidades vulneráveis; protagonismo das comunidades; respeito às epistemologias dos mais variados grupos sociais; espaço pleno para a discussão e promoção da interseccionalidade; promoção da interseccionalidade. Essas categorias são percebidas como elementos que podem ser trabalhados de modo conjunto em projetos interdisciplinares, a fim de que produzam mídias ou práticas museológicas/museais nas quais se promovam as memórias de comunidades interseccionadas.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, J. & BOITA, T. Protagonismo LGBT e Museologia Social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero e orientação sexual. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: UNOCHAPECÓ, vol. 41, n.º 27, pp. 175-92, 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2602>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

- BENEVIDES, B. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em: 1.º mar. 2022.
- BOITA, T. W. *Cartografia etnográfica de memórias desobedientes*. 211f. Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, 2018.
- BOITA, T. W. *Museologia LGBT: cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.
- BORGES, R. M. R. Sobre pensamentos, ações e mediações midiáticas. In: BORGES, R. M. R. *Pensamentos Dispersos, Hegemonias Concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado*. 420f. Doutorado em Geografia – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013, pp. 74-105.
- CARVALHO, M. M. A. Imprensa, homossexualidade e ditadura civil-militar: uma análise da seção “cartas na mesa” do jornal lampião da esquina. In: Simpósio Nacional de História. *Anais [...]*. Recife: ANPUH, 2019, pp. 1-17. Disponível em: <[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564406833\\_ARQUIVO\\_ANPUH-2019.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564406833_ARQUIVO_ANPUH-2019.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2022.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M. & CARDOSO, G. (orgs.). *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2006, pp. 17-30.
- CHAGAS, M. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, América do Norte, 19, jun. 2009.

- Disponível em: <<https://goo.gl/k6Ep4t>>. Acesso em: 29 nov. 2014.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, vol. 10, 2002.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. Ondas do pensamento museológico brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa. ULHT, 2003.
- ESCOBAR, G. V. Por uma Museologia Lésbica Negra. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, vol. 61, n.º 17, pp. 7-41, 2021.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, pp. 3-21.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol. 16, n.º 47, pp. 333-63, mai. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCKCR-Vp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- HALL, S. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- ICOM, 1972I. Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 15, n.º 15, p. 11.
- LERSCH, T. M. & OCAMPO, C. C. *O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?*. Kansas City: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, 2004. Trad Odalice Priosti – maio de 2008. Disponível em: Acesso em: 6 jun. 2018.
- LIMA, M. A. A. De alternativa a grande mídia: historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil. In: Congresso Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2007, pp. 1-10.

- Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/ro209-1.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2022.
- MÍCCOLIS, L. “Snob”, “Le Femme”... os bons tempos da imprensa gay. *Lampião*, n.º 28. Rio de Janeiro: Esquina Editora, set. 1980, p. 6.
- MOUTINHO, M. C. Evolving definition of sociomuseology: proposal for reflection. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, vol. 28, n.º 28, pp. 39-44, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/510>>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- MULLER, K. M.; RADDATZ, V. L. S. & BOMFIM, I. Mídia local nas páginas da web: fronteiras culturais no espaço das fronteiras nacionais. *Comunicação Midiática*, São Paulo, vol. 2, n.º 8, pp. 58-74, ago. 2013. Disponível em: <<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/232>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- PERUZZO, C. M. K. Direito à Comunicação Comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, vol. 1, n.º 1, 5 jun. 2007.
- PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Contemporânea: comunicação e cultura*, Salvador, vol. 11, n.º 1, pp. 138-58, jan.-abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/6087>>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- PERUZZO, C. M. K. Cicilia Peruzzo e as Vozes das Classes Subalternas da América LATINA. [Entrevista cedida a] Alexandre Barbosa. *Revista LatinoAmericana de Ciencias de La Comunicación*, São Paulo, n.º 25, jul. 2016a. Disponível em: <<https://revista.pubalaic.org/>>



- index.php/alaic/article/view/849>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- PERUZZO, C. M. K. La comunicación en los movimientos sociales y el Derecho a la Comunicación: señales de un derecho de ciudadanía de quinta generación. Commons. *Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*, [S. l.], vol. 5, n.º 2, 2016b. Disponível em: <<https://revistas.uca.es/index.php/cayp/article/view/3234>>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, pp. 3-15, jun. 1989. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- PRIMO, J. O Social como objeto da Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S. l.], pp. 5-28, 2014. Department of Museology - Lusophone University. <<http://dx.doi.org/10.36572/csm.2014.vol.47.01>>. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4529>>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- PRIMO, J. Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 15, n.º 15, 1999.
- PRIMO, J. & MOUTINHO, M. Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do mundo. In: PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (eds.). *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa: Ulht, 2021, pp. 22-63. Disponível em: <<http://www.museologia-portugal.net/apresentacao/livro2021-teoria-pratica-sociomuseologia>>. Acesso em: 3 nov. 2021.
- RECHENA, A. M. D. *Sociomuseologia e género: imagens da mulher em exposições de museus portugueses*. Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.
- REDE DOS PONTOS DE MEMÓRIA E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS EM MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL

- DO RIO GRANDE DO SUL (REPIM-RS). Carta das Missões. *Cadernos do CEOM*, Santa Catarina, vol. 27, n.º 41, pp. 437-43, 2014.
- RICH, A. Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica. *Revista Bagoas*, n.º 10. Natal: UFRN, 2010.
- RÚSSIO, W. A interdisciplinaridade em Museologia. In: BRUNO, M. C. O. (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*, vol. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010.
- SANTOS, S. da S. *Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: Estudo exploratório de possibilidades museológicas*. Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. *MATRIZES*, [S. l.], vol. 1, n.º 1, pp. 15-26, 2007. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i1p15-26. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38174>>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- SUZINA, A. C. Ruptura digital e processos de participação em mídias populares no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, [S. l.], vol. 42, n.º 3, pp. 61-76, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201933>>. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-58442019000300061](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442019000300061)>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- TEMER, A. C. R. P. & NERY, V. C. A. *Para entender as teorias da comunicação*. 2.ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2009. 205p.
- WICHERS, C. de A. M. *Museus e Antropofagia do Patrimônio: (des)caminhos da prática brasileira*. Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2018.
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

## 10

### **Desafios para uma curadoria da vida nos museus**

*Alda Heizer  
Rafael Zamorano Bezerra*

**O** ano de 2022 foi marcado por efemérides. Duas delas nos interessam em particular: a Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972) e a Independência Política do Brasil (1822). Um século e meio as separam e, no entanto, algumas permanências históricas nos permitem refletir sobre a arbitrariedade das escolhas quando o assunto é curadoria em museus. Há exatos 50 anos, na cidade de Santiago, no Chile, reuniram-se representantes de diferentes países para discutirem temas como Museus, Educação, Democracia, Desenvolvimento, Território, Soberania, Integração, entre outros.

A Mesa-Redonda de Santiago aconteceu um ano antes do golpe militar naquele país, que alçou à presidência

o general Augusto Pinochet que governou de 1973 a 1990. De lá para cá, muito se falou dos limites do referido encontro, dos avanços efetivos no campo dos museus e do papel da educação nas instituições. O evento, que completou 50 anos em 2022, ainda nos permite revisitar questões que estiveram presentes no encontro chileno. Nesse sentido, iremos refletir sobre as práticas curatoriais de alguns museus de história no Brasil. São instituições marcadas, ao longo do século XX, pelo discurso colonial e, que no século XXI, vêm passando por transformações que apontam para a diversidade das experiências históricas, por meio de práticas curatoriais afinadas às críticas decoloniais e mais inclusivas em suas narrativas históricas. Porém, para tanto, precisamos reverberar sobre uma exposição realizada no bojo das comemorações de outra efeméride: a Independência Política do Brasil, em 1822.

No ano em que o Brasil celebra os 200 anos da sua independência, o governo brasileiro de extrema direita solicitou ao governo de Portugal que o coração do imperador D. Pedro I fosse trazido ao Brasil. A solicitação foi atendida, e o coração integrou a exposição *Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I*, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, sendo iniciada no dia 25 de agosto e finalizada em 4 de setembro de 2022.

O movimento em direção ao passado imperial feito pelo governo brasileiro não é inédito, assim como a relação entre museus de história e restos mortais humanos. Trata-se de uma prática social antiga, que remete a três tradições da cultura ocidental: o culto aos heróis da Antiguidade, a invenção das relíquias cristãs na Idade Média e a secularização de práticas cristãs na organização dos primeiros museus criados no âmbito da Revolução Francesa. Nesse sentido, pretende-se neste texto tecer algumas

considerações sobre aquilo que o historiador alemão Reinhart Koselleck (2011) chamou de “funcionalização dos mortos” em favor dos vivos em processos curatoriais de museus históricos brasileiros, usando como exemplo aspectos da museografia de instituições como o Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Museu Imperial. São instituições, apesar das suas especificidades e seus processos recentes de reformulação, marcadas por uma concepção afinada à tradição ciceroniana da história como *magistra vitae*, uma narrativa memorialista sobre ações e homens considerados exemplares para a nação, capazes de fornecer inspiração às gerações vindouras (Koselleck, 2006). Ao final e em contraponto à experiência pretérita desses museus, ressaltamos, em consonância com a nova definição de museu estabelecida pelo Conselho Internacional de Museus, o ICOM, em reunião na cidade de Praga, em 2022, intitulada *The Power of Museums*, a necessidade de ações curatoriais que apontem para a diversidade da vida. Uma curadoria em museus de história que tenha por base não a noção de cultura como sinônimo de civilização e erudição acessível a poucos; e sim a noção de cultura em que a ideia de diversidade das relações entre homens e mulheres consolida-se como força motriz, o que aponta para a pluralidade da própria noção de história.

## CURADORIA: CONSIDERAÇÕES PARA ALÉM DA MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO

Entende-se por curadoria o conjunto de atividades organicamente desenvolvidas em torno de acervos conservados em museus. São elas: formação de coleções,

estudo e documentação de coleções; preservação e organização física de unidades e coleções em reservas técnicas; bem como difusão de acervos e de conhecimentos produzidos por intermédio de seu estudo e problematização. Como observa Bruno (2008), a história dos museus testemunha o surgimento das atividades de curadoria em torno das ações de seleção, estudo, salvaguarda e comunicação de acervos. A curadoria nesse aspecto, vincula-se ao próprio processo de profissionalização nos museus, ao desenvolvimento de disciplinas específicas para o trato com acervos e à profissão de conservador. No âmbito brasileiro, o Curso de Museus criado em 1932 no organograma do Museu Histórico Nacional (MHN), fundado em 1922, veio dar origem ao que o professor Ivan Coelho de Sá considera, hoje, como a primeira geração de museólogos brasileiros (Sá, 2019).

Vânia Carneiro de Carvalho, Paulo Cezar Garcez Marins e Solange Ferraz de Lima (2021) apontam que o “ciclo curatorial” na constituição de coleções (diferentemente da curadoria tal como vem sendo definida a partir de práticas no campo da arte, em que há uma clara intenção autoral, com ênfase na especialização do curador) envolve uma cadeia de procedimentos e práticas dentro dos museus, desde a incorporação de acervo até sua difusão. Esses procedimentos e essas práticas passam pelas ações de coleta, conservação e comunicação. Embora essa cadeia seja composta por diretrizes museológicas próprias à atividade museal, também leva a especificidades determinadas pela tipologia de acervo e pela disciplina científica articulada a ela. A curadoria, pensada como processo, como sugere a museóloga Tereza Scheiner (2008), torna-se, então, uma prática coletiva e multidisciplinar, tendo em vista as diversas especialidades e os atores que atuam

em museus históricos, com laboratórios de conservação, classificação, indexação, equipes educativas, setores expográficos entre outros profissionais envolvidos nos processos curatoriais.

Tradicionalmente, os museus históricos estão vinculados a algum tipo de representação geopolítica, em que a ideia de nação é o melhor exemplo. A noção de história nacional, desenvolvida no século XIX e posta em prática pelos historiadores brasileiros, muitos dos quais vinculados aos Institutos Históricos e Geográficos, foi central no desenvolvimento das práticas curatoriais baseadas em ideários nacionalistas, nos museus históricos. Todavia, os atores locais e as próprias redes de sociabilidade nas quais os museus históricos nacionais foram construídos são circunstanciados pelas disputas típicas do discurso patrimonial. Isso pode ser observado nas diferenças entre a formação de três importantes museus históricos brasileiros, como o MHN, o Museu Paulista (MP) e o Museu Mariano Procópio (MMP). O MP, sob a direção de Afonso Taunay (de 1917 a 1945), produziu uma museografia voltada para a construção da imagem do bandeirante como elemento civilizador e do papel de São Paulo como força econômica do país (Brefe, 2003). Por sua vez, o MHN de Gustavo Barroso é marcado por um discurso militarista, saudoso da monarquia e do Rio de Janeiro Imperial e o colecionismo realizado na instituição remete a “objetos relíquias” da ação da igreja católica, do estado português, assim como ao homem público ou vulto histórico. Já o MMP, coloca em cena a rica coleção, com ênfase em objetos do período imperial, formada por Mariano Procópio, industrial e colecionador de Juiz de Fora, MG (Costa, 2011).

Os museus históricos, ao elegerem determinados personagens e acontecimentos para a produção de um discurso museal sobre o nacional, acabaram por estimular a aquisição de objetos associados à vida pública, aos vínculos com as cidades ou ainda à constituição de uma personalidade pública ou privada. A relação do ciclo curatorial com as elites nacionais e locais nos museus de história nas primeiras décadas do século XX é tema muito explorado na literatura, e destacam-se os estudos que analisam as estratégias de consagração das elites nacionais nesses espaços por meio da imortalização de suas memórias, a exemplo do célebre estudo de Regina Abreu, *A fabricação do imortal* (1996), sobre as estratégias de consagração estruturadas pela viúva de Miguel Calmon ao doar objetos de seu esposo ao MHN. Outros estudos, como os de Aline Montenegro Magalhães, Rafael Zamorano Bezerra, Mário Chagas, Miriam Sepúlveda, Alda Heizer, Carina Costa, evidenciam como os museus históricos na primeira metade do século XX tornaram-se espaços de sociabilidade e construção de capital simbólico das elites nacionais e regionais. Isso fez com que a eleição de determinados personagens e acontecimentos relevantes para a escrita da história nacional em tais instituições ficasse a cargo, muitas vezes, das relações pessoais e dos interesses particulares entre diretores e doadores.

Para finalizar este tópico, vale ressaltar que o termo “curadoria” apresenta proximidade semântica com o termo “museografia”, uma vez que esse último não se restringe ao ato da montagem da exposição. A expressão aparece já em 1727, no tratado escrito por Gaspar Friedrich Neickel, publicado em Hamburgo e relaciona-se com a escolha dos lugares mais adequados para receber uma coleção, a melhor maneira de conservá-la e, finalmente,



sobre sua classificação e organização. A museografia, desse modo, não se restringe apenas à prática no interior dos espaços museológicos, mas encontra-se vinculada à curadoria em seu sentido amplo (Poulot, 2013; Loureiro, 2008; Sá, 2019). As escolhas sobre o que é ou não musealizado, as formas de classificação, descrição, indexação e exposição produzem sentidos ao sistematizar novas e antigas informações. Tal afirmação vai ao encontro de reflexões que criticam a definição de “museografia” como uma atividade puramente técnica, operacional e aplicada em contraposição à Museologia como uma atividade teórica. Museologia e museografia constituem-se, assim, reciprocamente, um único ente disciplinar destinado a pensar e propor conceitos e operações para as ações de musealização.

### MUSEUS, RELÍQUIAS E “FUNCIONALIZAÇÃO” DOS MORTOS

Os “gabinetes de curiosidades” expunham além de “seres extraordinários”, como os espécimes taxidermizados “exóticos” do Novo Mundo, corpos humanos, supostas partes de corpos de santos em forma de relíquias sagradas (Montechiare, 2020). Essas experiências que podemos chamar aqui de “necrofilia museológica” estão presentes nas práticas curatoriais dos museus modernos, em especial na valoração e exposição de restos mortais ou relacionados à morte, comumente referidos em catálogos e discursos produzidos por essas instituições como relíquias históricas ou relíquias da nação. Trata-se de uma prática de necrofilia, aqui tratada como culto aos mortos,

ou às coisas dos mortos, ou relacionados à morte, tal como utilizado por Marijara Souza Queiroz (2004).

Considera-se relíquia qualquer objeto que teve contato com algum personagem religioso, histórico ou mítico, podendo ser seus restos mortais, objetos pessoais ou até mesmo artefatos que “testemunharam” determinado acontecimento religioso ou histórico. Sua sacralidade ou aura — em termos *benjaminianos* (Benjamin, 1987) — manifesta-se, também, por contágio, de tal modo que um objeto comum ao entrar em contato com o objeto relíquia pode ser alçado ao estatuto de relíquia. No Ocidente, foi o cristianismo que, ao difundir o culto dos santos, levou as relíquias ao seu apogeu durante a Idade Média. No vocabulário religioso, relíquia é um remanescente de um corpo santo, seja o cadáver inteiro ou partes ou, ainda, objetos que tiveram contato com ele. O objeto relíquia, mesmo que seja um fragmento, carrega consigo “aquilo que resta”, isto é, presentifica determinado passado, herói, santo ou deus, tornando-o vivo, visível e palpável. Como, por exemplo, o coração de D. Pedro I, apresentado ao público na exposição supracitada, *Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I*, cuja a presença remete à própria Independência Política do Brasil.

As relíquias eram usadas como “presentes”, cujo principal propósito era a manutenção de laços de amizade e sociabilidade entre bispos e nobres durante a Idade Média. Esse intenso intercâmbio tem relação com a necessidade de sua validação. Muitas delas eram compostas por pequenos fragmentos de ossos atribuídos aos santos, pedaços de roupas, cabelos, entre outros. O que garantia a autenticidade das relíquias era a proveniência ou a história que as acompanhavam. Observa-se que as relíquias cristãs eram valoradas por meio de cartas ou

pequenos bilhetes escritos por pessoas com autoridade religiosa. Tal prática pode ser também observada nas relíquias históricas e familiares presentes em diversos museus de história, usualmente presenteadas a membros de uma mesma família, a pessoas próximas ou ligadas por laços políticos. No caso do MHN, observa-se que muitas doações de objetos familiares que datam de 1920 a 1960 são provenientes de membros das elites nacionais, como familiares de oficiais veteranos da Guerra do Paraguai, que enxergavam os antigos donos desses objetos como indivíduos naturalmente pertencentes à história nacional em razão de seus vínculos com a guerra (Bezerra, 2014). Esses objetos vinham acompanhados de cartas ou bilhetes de parentes ou autoridades certificando sua autenticidade. Essa prática, marcada pela consanguinidade e outros elementos de autoridade, aponta para dispositivos comuns na autenticação das relíquias cristãs, nos quais a autoridade religiosa ou política de quem oferta o objeto atua como certificador de autenticidade.

Outro elemento observável é o caráter de sacrifício presente no ato da doação. Muitos objetos doados aos museus são valiosas obras de arte, joias, condecorações, mobiliário nobre, enfim, objetos que foram agregados a algum tipo de valor monetário, histórico ou sentimental. As doações são interpretadas como atos de patriotismo, como dádivas ofertadas por aqueles que abrem mão desses tesouros para oferecê-los à nação e às gerações vindouras. Nesse contexto, doar relíquias ao Estado, assim como à Igreja, é uma prática privilegiada para a consagração e a perpetuação de indivíduos na história nacional ou uma forma de alcançar o reconhecimento público da fé, ou ainda alguma graça divina. Nesse aspecto, as relíquias permitem inserir seus doadores no panteão

da nação e nos espaços sagrados, pois ao serem expostas afirmam a generosidade, o patriotismo e a fé dos doadores, publicizada com a colocação de legendas ou placas em agradecimento às doações.

A consagração das relíquias efetua-se com a sua exposição ao público, por isso precisam ser preparadas para a exibição, colocadas dentro de vitrines com iluminação e legendas. No caso das relíquias cristãs, os relicários assumem a função de guardá-las e expô-las em compartimentos feitos de ouro, pedras preciosas, acompanhadas de etiquetas com explicações sobre sua origem e seu significado. No caso dos museus, é a museografia que assume a gerência dos diferentes usos museológicos desses objetos, a partir da conservação, classificação, produção de legendas, publicação de catálogos e elaboração da exposição. Por fim, são as autoridades envolvidas em sua autenticação e a atenção do público que as visitam que legitimam a invenção e a existência das relíquias.

No Brasil, a tarefa de recensear e homenagear os grandes mortos coube, principalmente, aos membros das instituições culturais e artísticas criadas durante o Império do Brasil, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, que tinha como missão escrever a história nacional, auxiliar o governo imperial na definição de um projeto nacional e selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas.

No contexto de uma escrita da história nacional, posta em prática por historiadores do IHGB e instituições congêneres como os institutos históricos e geográficos estaduais, corroborada em projetos de museus históricos, o “homem ilustre” distingue-se do herói singular pelo fato de pertencer a uma “república de talentos”. O lugar privilegiado da produção historiográfica brasileira

permaneceu até um período avançado do século XIX marcado por um profundo elitismo, uma vez que a construção da ideia de nação não se assentou sobre uma oposição à antiga metrópole; pelo contrário, a nação brasileira se reconhecia como continuadora de certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nesse aspecto, a memória dos “grandes homens” aparece no Brasil como um amplo empreendimento de reconciliações das elites nacionais. Sendo a história percebida como uma marcha linear e progressiva que articula passado, presente e futuro, deveriam ser selecionados homens e acontecimentos do passado para servirem de exemplos e modelos para a celebração da nação.

Caso exemplar encontramos no Museu da República (MR), instalado no Palácio do Catete no Rio de Janeiro. O local é notadamente marcado pelo episódio do suicídio do presidente Getúlio Vargas. No acervo do MR, destaca-se a Coleção Getúlio Vargas que é composta por fotografias, canetas, busto, retratos, medalhas e condecorações, objetos de uso pessoal, a máscara mortuária, o pijama e a arma usados no suicídio. A máscara mortuária é mantida em reserva técnica, dada a sua morbidez acentuada, apesar dos protestos de visitantes que “peregrinam” anualmente, no mês de agosto, ao quarto que foi cenário da morte, na data de aniversário do episódio. O quarto foi contextualizado de acordo com sua função original com poucas intervenções cenográficas. Uma vitrine expõe a arma usada no suicídio e o pijama usado por Vargas, que mantém, ainda que artificialmente, a mancha de sangue na altura do peito esquerdo. Apesar da direção do MR vir se empenhando na ressignificação do culto à morte de Getúlio, por meio de uma museografia voltada para a transição política entre o Império e a República no Brasil,

dentre outras atividades, a morte de Vargas e os objetos vinculados a esse episódio ainda chamam atenção e conduzem parte dos visitantes.

Outro museu que nos interessa, particularmente, é o MHN. Seu primeiro diretor, Gustavo Barroso, referia-se à instituição evocando expressões como “culto da pátria”, “culto da saudade”, “reliquias da pátria”, “mártires”. Barroso idealizou e dirigiu a instituição por 32 anos, imprimindo no museu uma visão de história considerada elitista e uma preocupação com a administração do passado nacional, principalmente aquele vinculado aos feitos militares e à memória dos homens ilustres da nação; “queria promover e ampliar o panteão de heróis: identificá-los, imortalizá-los e fabricar a identificação integral com eles”. Barroso seria “o guerreiro defensor das relíquias, o alferes, o chefe das milícias a quem o passado confiara a tarefa de defender a história, a nação e a tradição” (Chagas, 2009, p. 81).

A proposta museológica de Barroso foi parte de um projeto de escrita da história que disputou com outros projetos a legitimidade do passado brasileiro nos anos 1920, momento em que políticos e intelectuais da Primeira República (1889-1930) usaram as comemorações do centenário da Independência como estratégia que visava a construir seus ideais de nação. Ao analisar as ações de Barroso no MHN, identificam-se as relações entre a escrita da história produzida na instituição e a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, que interpretou a história do Brasil colonial de forma a afirmar, claramente, a superioridade do branco sobre os índios e negros, bem como da civilização europeia sobre a “barbárie” indígena (Magalhães, 2006).

O processo de imortalização de pessoas ilustres na instituição foi analisado no livro já mencionado, *A fabricação do Imortal*, bem como a doação, feita ao MHN em 1936, de objetos pessoais e da coleção particular do político Miguel Calmon por sua viúva, Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida. Tais objetos, conhecidos como a Coleção Miguel Calmon, representam a maior e mais valiosa doação já recebida pelo MHN. O livro citado apresenta a hipótese de que não houve nada de desprezioso no gesto da viúva: trata-se de uma troca de presentes a partir da qual se imortalizou na história nacional a memória de seu esposo. Ao analisar os objetos doados, a pesquisa identificou uma cuidadosa seleção, que visou à construção da imagem de Miguel Calmon como um homem público, cuja vida foi dedicada à nação. De fato, as elites nacionais das primeiras décadas do século XX encontraram no MHN um local adequado para perpetuar e atualizar seu prestígio, doando objetos pessoais e de coleção como forma de consagração histórica (Abreu, 1996).

Dezoito anos após a inauguração do MHN, em 1940, foi criado o Museu Imperial de Petrópolis (MIP), durante as comemorações do 119.º do aniversário da Independência do Brasil, com o objetivo de recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico e artístico referentes a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e D. Pedro II. A decisão de criar o museu coube a Getúlio Vargas e ao ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, e enquadra-se no projeto estadonovista de construção de uma identidade nacional sob a perspectiva de uma história baseada em feitos de homens públicos e com conotações heroicas. O MIP foi criado no mesmo período de outros três grandes museus, o das Missões, no Rio Grande do Sul; o do Ouro, em Sabará, e o da Inconfidência, em

Ouro Preto, ambos no estado de Minas Gerais. Além desses museus, destacam-se, nesse mesmo período, a criação do Instituto Nacional do Livro e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). É notável a relação íntima entre cultura e política nesse momento em que o Estado se colocava como ordenador da vida cultural do país, articulando memória e tradição, lado a lado na construção de uma narrativa nacional.

A proposta de criação do MIP revela a ênfase que se dá a um novo tipo de história. Ao optar por enaltecer a vida de um homem — no caso Pedro II — o projeto estadonovista pretendia estabelecer um tipo de continuidade entre Vargas e o imperador: os dois mitos eleitos pela nação e pela história. Pedro Calmon, influente historiador do período, ao referir-se à criação do MIP frisa a dívida de gratidão “amortizada” pelos brasileiros: “...um museu que faz ressurgir o imperador [que] está vivo no museu, na sua mansão feliz e bela” (apud Heizer, 1994, p. 21).

Alcindo Sodré, historiador, idealizador e primeiro diretor do MIP, afirmava que a casa de verão do imperador em Petrópolis — transformada em museu — tinha uma significação evocativa: moralidade e ilustração. Sodré desejava um museu que fizesse o visitante assistir a um passado irretocável. Ou seja, mais do que despertar a curiosidade, para ele, o museu deveria educar por meio de uma história permeada de exemplos. Assim, o MIP afirmava o lugar de uma família “eleita”, atualizava o tempo da monarquia; o tempo do Rei Filósofo, o tempo de alguns, um tempo que se quer lembrar. Sua proposta apoiou-se na ideia de que bastaria o contato com a casa de verão e os objetos do imperador e de sua família — uma prática social muito próxima ao culto das relíquias — para que o tempo de Pedro II, o “herói discreto”, o



“iluminado”, o “pai de família”, fosse revisitado. A construção da imagem de um imperador viabilizador da unidade nacional e de um chefe de Estado “amigo do povo” interessava à construção do mito Vargas: um presidente pai de família (Heizer, 1994).

Fica assim evidente uma tendência à valorização do período imperial que se manteve e se estendeu até os anos 1950. Os historiadores que se dedicaram aos acontecimentos e às realizações dos considerados grandes personagens do Império, como também do avanço da civilização naquele momento, compunham uma historiografia tradicional que produziu uma visão positiva do século XIX e estimulou uma nostalgia imperial (Salles, 1996).

Tais reflexões ampliam o universo de pesquisa e não se limitam aos museus identificados tradicionalmente como históricos, mas estão relacionadas, especialmente, às pesquisas situadas no campo da história das coleções, que buscam se distanciar de afirmações que consideram como matriz os modelos consolidados europeus e norte-americanos, como chamou a atenção Irina Podgorny & Maria Margaret Lopes (2008). Ao analisarem museus de história natural na Argentina, as autoras buscaram refletir sobre a formação de suas coleções, associadas a experiências locais e a contextos globais, as práticas de campo e suas representações, reafirmando que as coleções são permeadas de uma história indissociável das políticas coloniais, imperialistas. Não perder de vista as experiências locais na criação dos museus e na escolha do que conservar e expor na formação das coleções que levam a marca de seu tempo pode ser um caminho possível.

## POR UMA CURADORIA DA VIDA

Museus de história, como o Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Museu Imperial exerceram, durante décadas, práticas curatoriais que construíram visões do passado colonial e imperial. Nesse processo, indígenas, populares, negros, escravizados, mulheres, homossexuais, entre outros segmentos foram excluídos, invisibilizados, menosprezados e inferiorizados em suas narrativas museais.

Não é exagero afirmar que, nas últimas décadas, assistimos ao desenvolvimento de práticas curatoriais em consonância com a crítica decolonial (Quijano, 2005; Mignolo, 2005).

[...] a descolonização do pensamento museológico significa a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regimes de colonialidade imperantes (Brunlon, 2020, p. 5).

O MHN vem realizando ações a fim de mobilizar diferentes setores da comunidade civil organizada para estimular o colecionismo e formar novas coleções para o seu acervo, de forma colaborativa. Para tanto, durante a gestão do historiador Paulo Knauss (2015 a 2020), a instituição organizou rodas de conversa com integrantes de movimentos sociais e segmentos historicamente excluídos da narrativa da instituição, com o intuito de conhecer

as memórias que valorizam e incentivar a doação de objetos que lhes correspondam. Isso ocorreu com integrantes de movimentos feministas em 2017, gerando a aquisição de objetos representativos das lutas das mulheres na década de 1970, e com o movimento negro desde 2018, criando condições para novas leituras do acervo do MHN relativo à história da diáspora africana no Brasil. Entre essas ações, destaca-se a doação, articulada entre o corpo técnico do MHN e representantes do Museu das Remoções, de objetos que são fragmentos das casas dos moradores da Vila Autódromo, como bomba d'água, gradis e placas, que viram a destruição de sua comunidade pela Prefeitura do Rio de Janeiro, no contexto das obras para a realização da Olimpíada, em 2016, em um típico caso de gentrificação da cidade (Knauss, Magalhães & Bezerra, 2019).

A primeira roda de conversa organizada com representantes do movimento negro, contou com a participação dos professores Amauri Mendes, Alexandre Ribeiro, Asfilófilo de Oliveira Filho (Filó) e José Carlos Felix, e foi realizada no dia 25 de maio de 2018, dando início ao grupo de trabalho que se dedicou à análise do acervo do museu relativo à história das negras e dos negros, coordenado pelo Núcleo de Pesquisa do MHN. Destaca-se no grupo de trabalho a participação de Tat'Etú Lengulukenu, sacerdote do terreiro Inzo Unsaba Ria Inkosse, em Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. Tat'Etú teve importante participação no estudo e no tratamento de uma coleção de objetos sagrados do candomblé, adquirida em 1999, em conformidade com a política de aquisição do MHN formulada em 1992, com foco na ampliação da representação da diversidade religiosa. Trata-se de 40 objetos, entre os quais, itens que constituem os assentamentos

de Oxum, Iemanjá, Ogum e Obaluaê. Foram doados pela própria devota que os possuía, Zaira Trindade, uma vez que o terreiro, situado na Vila Vintém, comunidade localizada entre os bairros de Realengo e Padre Miguel, no Rio de Janeiro, estava encerrando suas atividades religiosas.

À época da doação, um técnico do museu — o museólogo Juarez Guerra — foi ao local selecionar as peças, porém, por não ser iniciado na religião, tampouco conhecê-la como estudioso, baseou suas escolhas em critérios técnicos e materiais — acertadamente, pois assim conseguiu garantir a ida dos objetos para o MHN. No entanto, pode-se dizer que esse processo de musealização não foi pleno, uma vez que não foram realizados de forma satisfatória os procedimentos técnicos de registro de informações do conjunto. Soma-se a isso o fato de a coleção ter permanecido por quase 20 anos na reserva técnica do MHN, sem nunca ter sido exposta nas galerias do museu.

No âmbito do grupo de trabalho, em 2018, a equipe do MHN organizou uma série de visitas de Tat'Etú ao museu para orientá-la na revisão da identificação das peças e dar a esses objetos um tratamento museológico em harmonia e respeito aos fundamentos da religião. O que estava em jogo era indicar possibilidades e impossibilidades de tratamento e exposição da coleção, uma vez que, em se constituindo de assentamentos de orixás, deveriam ter sido destruídos ao serem encerradas as atividades do terreiro ou diante da morte da Ialorixá, segundo os preceitos do candomblé. O acervo foi preparado no espaço da Reserva Técnica do MHN para as visitas do Babalorixá que identificou a relação das peças com a liturgia do candomblé, os respectivos orixás aos quais os assentamentos se relacionavam e os elementos materiais que deveriam ser preservados na conservação preventiva. Importante

frisar que, segundo o Babalorixá, o sagrado ainda se faz presente nos objetos, o que não impede sua exposição, uma vez que estaria “adormecido” e a própria doadora, com o ato de transferir para o museu a responsabilidade sobre os objetos, teria tornado possível transformá-los em acervo museológico. Todos esses procedimentos têm sido documentados e inseridos nos dossiês de musealização dos objetos. O projeto de exposição dos objetos do sagrado, no módulo de exposição de longa duração do MHN relativo à construção da cidadania no período republicano, foi elaborado por uma curadoria compartilhada, liderada pelo próprio Babalorixá Tat’Etu (Knauss, Magalhães & Bezerra, 2019).

No ano de seu centenário, em 2022, a instituição teve como mote o tema *Conexões, escutas e outras histórias* e realizou a exposição “Brasil decolonial: outras histórias” que consiste em 17 intervenções no circuito expositivo do MHN, com a intenção de abrir novas possibilidades de leitura da história nacional, a partir da perspectiva decolonial, sobre temas e objetos relativos à diáspora africana na história do Brasil. A ação está integrada ao projeto de pesquisa *Echoes*, financiado pela União Europeia, que debate o patrimônio colonial europeu existente tanto na Europa quanto em outros continentes.<sup>1</sup>

Outro exemplo que vem produzindo novas “gramáticas museais” é a experiência do acervo “Nosso Sagrado”, recentemente incorporada às coleções do Museu da República. (Possidonio & Versiani, 2022). Os objetos da coleção

---

<sup>1</sup> MHN reabre galerias do circuito expositivo que contam a história do Brasil | Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<https://mhn.museus.gov.br/index.php/mhn-reabre-galerias-do-circuito-expositivo-que-contam-a-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 22 de set. 2022.

são fruto de apreensões policiais em espaços da religiosidade afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro durante o final dos anos 1900 até meados dos anos 1940. Durante as incursões policiais, mães e pais de santo foram presos e denunciados como charlatães e curandeiros, entre outros adjetivos que serviram como subterfúgio para desacreditar e criminalizar as práticas religiosas de origem africana.

Os objetos foram confiscados como “prova de crime” e tais apreensões encontravam apoio legal no Código Penal de 1890, que previa a criminalização do espiritismo, da magia, do fetichismo, e da prática ilegal da medicina. Em 5 de maio de 1938, o conjunto de objetos foi tombado pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sendo nomeado de “Coleção Magia Negra”. Foi a primeira coleção de caráter etnográfico tombada pelo órgão.

Em 1945, os objetos foram incorporados ao recém-criado Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, o atual Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Parte dos objetos foram então expostos ao lado de vários outros de natureza criminal, apreendidos pela polícia, como bandeiras nazistas, armas de fogo e documentos falsos. Em 1989, um incêndio atingiu a instituição e a coleção foi encaixotada. Estima-se que cerca de 40 objetos foram perdidos.

O Povo de Santo sempre exigiu a remoção da coleção “das mãos da polícia”, já que sempre teve a certeza de que a ação dos confiscos expressava o racismo legalizado nas primeiras décadas da República. Em 2017, a mãe de santo, Mãe Meninazinha de Oxum, conseguiu mobilizar não só a comunidade de Santo, mas também a comunidade política, autoridades, pesquisadores, artistas, com o lançamento da campanha *Liberte Nosso Sagrado*. No mesmo ano, um pedido de retirada da coleção do Museu

da Polícia foi submetido ao Ministério Público Federal. Várias ações foram delineadas e a campanha recebeu grande visibilidade. Em 2018, o diretor do Museu da República, o museólogo Mário Chagas, foi questionado por Mãe Meninazinha de Oxum sobre a possibilidade de transferir a coleção para o Museu da República. A proposta foi aceita e duas condições foram acordadas. A primeira era o reconhecimento de que o Museu da República não estava a fazer nenhum favor em receber a coleção, ato que deveria ser compreendido como justiça e reparação. A segunda condição imperativa envolvia a gestão partilhada da coleção, o que deu origem a um grupo de trabalho formado por mães e pais de santo (Possidonio & Versiani, 2022).

Em 21 de setembro de 2020, ocorreu a transferência da coleção “Nosso Sagrado” para o Museu da República. Sua gestão estava afinada com as diretrizes determinadas pelo grupo de santo em torno dos parâmetros que deveriam envolver o transporte, a embalagem e desembalagem de objetos, levando em consideração o respeito pela sua dimensão sagrada, cujas referências culturais os ligam ao conhecimento moldado pela experiência religiosa e pela tradição da oralidade, demandando, portanto, novas metodologias e gramáticas museais (Possidonio & Versiani, 2022).

Ao olharmos para a trajetória dos museus influenciados pelo modelo republicano instaurado a partir da Revolução Francesa, percebe-se que se trata de um desenvolvimento harmônico com a própria ideia republicana de museu como instituição formadora de cidadãos. Trata-se de uma “retórica de exibição” (Bann, 1994) forjada para “formar as almas”, citando aqui a feliz expressão utilizada por José Murilo de Carvalho para descrever a

constituição simbólica dos ideais republicanos pelas elites políticas do final século XIX e primeiras décadas do século XX (Carvalho, 1995). Atualizar essa visão de museu como instituição republicana nos dias de hoje implica pensar a instituição não como espaço para a celebração dos mortos ilustres do passado, e sim como local de reflexão crítica sobre a própria história nacional, seus problemas, exclusões e sobre quais passados nacionais se quer lembrar — e como — para a construção de um presente mais inclusivo e menos opressor.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno ao Brasil do coração de D. Pedro I para as comemorações dos 200 anos da Independência pode ser visto como mais um movimento de funcionalizar os mortos em benefício dos vivos. Mas quais vivos se beneficiam no Brasil de 2022 com a presença de uma relíquia como o coração de um rei? Ao funcionalizar o coração de D. Pedro I no ano em que o Brasil celebra o bicentenário de sua emancipação política, o governo de Jair Bolsonaro reafirma seu compromisso com a colonialidade, não apenas por utilizar os restos mortais do imperador para seu projeto de poder, mas também por reafirmar valores de origem colonial (o que é mais colonial que um trono português na América?) que constroem cotidianamente um dos países com maior concentração de renda e desigualdades racial, de gênero e social do mundo. Nesse sentido, o movimento de trazer o coração de D. Pedro I ao Brasil, embora não esteja exposto em um museu de história, significa um movimento na contramão de posturas progressivas e democráticas, uma vez que coloca em pauta



práticas de consagração de determinada memória do poder, pelo culto dos seus mortos ilustres, singularizados por categorias excludentes como raça, classe e origem sanguínea.

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile deve ser aqui evidenciada não somente como inspiração nas análises sobre uma visão crítica dos acervos expostos em museus. É preciso afirmarmos a arbitrariedade das escolhas, afinal sabemos que os museus de história no Brasil, por meio de suas exposições, procuram recuperar da história não apenas sua função de mestra da vida, mas também sua faceta como controladora do tempo, um futuro orientado pela tradição (Heizer, 1994).

Ao final da elaboração do presente capítulo tivemos contato com a então recém-inaugurada exposição *Um Defeito de Cor* realizada no Museu do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), que tomou como inspiração o livro da escritora mineira Ana Maria Gonçalves. Logo na abertura da exposição, o visitante se depara com o seguinte texto explicativo: *Defeito de cor. Conceito comum no século XIX, época em que se configurava a racialidade nas questões positivistas, como se pessoas racializadas, negras e indígenas, pudessem ter na sua constituição biológica algo que fosse um defeito, como pouca inteligência, capacidade, humanidade.* Em tempos de comemorações, trata-se de mais uma iniciativa importante e que não nos deixa esquecer encaminhamentos relevantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, há 50 anos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. *A fabricação do imortal. Memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: ROCCO/LAPA, 1996.
- BANN, S. *As invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reproduzibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEZERRA, R. Z. *A invenção das relíquias. Dispositivos de autoridade e musealização de objetos no Museu Histórico Nacional (1922-2012)*. Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- BREFFÉ, A. C. F. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], vol. 10, n.º 1, pp. 79-103, 2003. DOI: 10.1590/S0101-47142003000100006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5382>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- BRULON, B. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [on-line]*, 2020, vol. 28. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>>. Epub 17. Jan. 2020. ISSN 1982-0267. Acesso em: 28 set. 2022, e1.
- BRUNO, M. C. O. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2008.

- CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, V. C. de; MARINS, P. C. G. & LIMA, S. F. de. Curadoria em museus de história. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], vol. 29, pp. 1-24, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29e40. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/189321>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- CHAGAS, M. *A imaginação museal. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
- COSTA, C. M. *Uma arca das tradições: educar e comemorar no Museu Mariano Procópio*. Doutorado em História, Política e Bens Culturais – FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.
- HEIZER, A. *Uma casa exemplar. Pedagogia, memória e identidade no Museu Imperial*. Rio de Janeiro. Mestrado, Departamento de Educação/PUC-Rio, 1994.
- KNAUSS, P.; MAGALHÃES, A. M. & BEZERRA, R. Z. Trabalho colaborativo em museus: notas sobre o Museu Histórico Nacional. In: Costa, A. F.; Rangel, A. M.; Castro, F.; Henze, I. A. M.; Valente, M. E & Soares, O. J. de. (orgs.). *A colaboração entre museus: ações educativas, pesquisa e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2019.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, R. Monumentos a los caídos como lugares de fundación de la identidad de los supervivientes. In: KOSELLECK, R. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011, pp. 65-101.

- LOUREIRO, J. M. M. Esboço acerca da documentação museológica. *Mast Colloquia, Documentação em museus*, vol. 10. Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- MAGALHÃES, A. M. *Culto da saudade na Casa do Brasil. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional*. Ceará: Museu do Ceará, 2006.
- MIGNOLO, W. D. *La idea de américa latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- MONTECHIARE, R. Pessoas mortas vivendo em museus: os 'objetos-humanos' do Museo Nacional de Antropología, de Madrid. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* [on-line], 2020, vol. 15, n.º 1, e20190056. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0056>>. Epub 22. Abr. 2020. ISSN 2178-2547. Acesso em: 12 jan. 2023.
- PODGORNY, I. & LOPES, M. M. *El desierto en una vitrina: Museos e historia natural en la Argentina, 1810-1890*. México: Limusa, 2008.
- POSSIDONIO, E. & VERSIANI, M. H. Nosso Sagrado Collection: Paths of Research. *The IJournal: Student Journal of the Faculty of Information*, Toronto, Canada, vol. 7(3), 2022, pp. 8-22.
- POULOT, D. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- QUEIROZ, M. S. *Museu, memória e morte: um estudo a partir da coleção de quadros de cabelos da Fundação Instituto Feminino da Bahia*. Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal da Bahia, 2004.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005, pp. 107-30.

- SÁ, I. C. *Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2019.
- SALLES, R. *Nostalgia Imperial. A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SCHEINER, T. C. M. O museu como processo. *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2008.

## SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

**Alda Heizer.** Graduada em História (Pontifícia Universidade Católica/PUC-Rio), mestre em Educação (PUC-Rio) e doutora em História da Ciência (Universidade Estadual de Campinas/Unicamp). É pesquisadora afiliada do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico (JBRJ), professora do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT), vinculado à Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade em Unidades de Conservação (PPGP/JBRJ).

**Alice Semedo.** Licenciada em História (Universidade de Coimbra/Portugal), mestre e doutora em Estudos de Museus (Universidade de Leicester/Reino Unido). Professora Associada (Museologia) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), diretora do Mestrado em Museologia, coordenadora do Grupo de Investigação

“Educação e Desafios Societais” no Centro de Investigação Transdisciplinar em Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

**Andréa Fernandes Costa.** Graduada em História (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ), mestre e doutora em Educação (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO). Técnica em Assuntos Educacionais da Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (MN/UFRJ) e docente do Departamento de Estudos e Processos Museológicos e da Escola de Museologia (UNIRIO). Desde 2023 é cogestora do Comitê de Educação e Ação Cultural Brasil (CECA BR), vinculado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM).

**Carla Gruzman.** Graduada em Psicologia (Pontifícia Universidade Católica/PUC-Rio), mestre em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde (NUTES/UFRJ) e Doutora em Educação (Universidade de São Paulo/USP). Pesquisadora e educadora no Museu da Vida Fiocruz, docente no Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde (PPGDC) e no Curso de Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência, ambos vinculados à Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz).

**Diego Bevilaqua.** Graduado e doutor em Física (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ) com pós-doutorado na Universidade de Harvard (EUA). Servidor da Fundação Oswaldo Cruz, é vice-diretor de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Docente no Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde (PPGDC)

e no Curso de Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência, ambos vinculados à Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Participa do conselho executivo do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil), do conselho executivo do Comitê Internacional de Museus e Coleções de Ciência e Tecnologia do ICOM (CIMUSET/ICOM) e do conselho diretor da Rede de Popularização da Ciência da América Latina e do Caribe (RedPOP).

**Juliana Siqueira.** Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), mestre em Ciências da Comunicação (Universidade de São Paulo/USP) e doutora em Museologia (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/ULHT). Especialista cultural e turístico na Prefeitura de Campinas, atuando como chefe do Setor de Pesquisa e Divulgação no Arquivo Municipal.

**Leonardo Mellado González.** Licenciado em Educação com menção em História (Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación), mestre em Museologia (Universidad de Valladolid). Coordenador de Vinculação com a Sociedad do Arquivo Nacional do Chile. Presidente do Comitê Chileno de Museus (ICOM-Chile) e professor da Universidad de Santiago de Chile.

**Luciana Heymann (organizadora).** Graduada em História (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ), mestre em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ) e doutora em Sociologia (IUPERJ). Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), professora do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patri-



mônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC/Fiocruz) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO).

**Luciana Souza.** Graduada em História (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), mestre e doutora em Museologia e Patrimônio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO-Mast), com pós-doutorado em História (Universidade Federal de Goiás/UFG). Docente do corpo permanente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

**Maria Esther Alvarez Valente.** Graduada em História (Pontifícia Universidade Católica/PUC-Rio), mestre em Educação (PUC-Rio) e doutora em Ensino e História de Ciências da Terra (Universidade Estadual de Campinas/Unicamp). Desenvolveu atividades profissionais no Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), de 1985 a 2017. Docente do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/Mast).

**Maria Paula de Oliveira Bonatto.** Graduada em Life Sciences (Southwest Missouri State University/EUA), mestre em Educação (Fundação Getúlio Vargas/FGV) e doutora em Saúde Pública (Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ENSP/Fiocruz). Servidora pública da Fundação Oswaldo Cruz, é coordenadora do Serviço de Educação do Museu da Vida Fiocruz.

**Mario Chagas.** Poeta; graduado em Museologia (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO),

mestre em Memória Social (UNIRIO) e doutor em Ciências Sociais (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ). Professor do Departamento de Estudos Museológicos da UNIRIO e presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Atual diretor do Museu da República (MR/IBRAM).

**Rafael Zamorano Bezerra.** Graduado em História (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ), mestre em Ciência Política (UFRJ) e doutor em História Social (UFRJ). É técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) lotado no Sítio Roberto Burle Marx; professor do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT), vinculado à Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UNIRIO).

**Renata de Sá Gonçalves.** Graduada em Ciências Sociais (Universidade de Brasília/UnB), mestre e doutora em Sociologia e Antropologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ). Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (2021/2022).

**Renata Motta.** Graduada, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo (Universidade de São Paulo/USP), especialista em museus e gestão pública. É diretora executiva da organização social IDBrasil, responsável pela gestão do Museu da Língua Portuguesa e do Museu do Futebol em São Paulo. É presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil).

**Rosana Maria Ribeiro Borges.** Graduada em Comunicação Social (Universidade Federal de Goiás/UFG), mestre em Educação Brasileira (UFG) e doutora em Geografia (UFG). Tem pós-doutorado em Comunicação e Cultura (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ). Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFG).

**Simone Vassallo.** Graduada em Comunicação e Informação (Universidade Paris 8), mestre em Sociologia e Demografia das Sociedades Contemporâneas (Universidade Paris X), doutora em Antropologia Social e Etnologia (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris). Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente coordena o curso de bacharelado de Ciências Sociais da UFF.

**Tony Boita.** Graduado em Museologia (Universidade Federal de Goiás/UFG), mestre em Antropologia Social (UFG) e doutor em Comunicação (UFG). É professor na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e editor da *Revista Memórias LGBT+*.

**William Matheus da Cruz Souza.** Graduando em Ciências Sociais (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ) e produtor cultural do Museu da Vida Fiocruz.

